

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Ciência Política
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Thiago Coacci

CONHECIMENTO PRECÁRIO E CONHECIMENTO CONTRA-PÚBLICO:

**a coprodução dos conhecimentos e dos movimentos sociais de pessoas trans
no Brasil**

Belo Horizonte
2018

Thiago Coacci

**CONHECIMENTO PRECÁRIO E CONHECIMENTO CONTRA-PÚBLICO:
a coprodução dos conhecimentos e dos movimentos sociais de pessoas trans
no Brasil**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais,
como requisito parcial para obtenção do título de
Doutor.

Orientadora: Marlise Miriam de Matos Almeida

Belo Horizonte
2018

320

C652c
2018

Coacci, Thiago
Conhecimento precário e conhecimento contra-público
[manuscrito] : a coprodução dos conhecimentos e dos
movimentos sociais de pessoas trans no Brasil / Thiago
Coacci. - 2018.

290 f.

Orientadora: Marlise Miriam de Matos Almeida.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia

1.Ciência política – Teses. 2. Movimentos sociais - Teses.
3.Transexualidade - Teses. I. Almeida, Marlise Miriam de
Matos. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade
de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
Av. Antônio Carlos, 6627 - Sala: 4115 - 4.º andar - Pampulha
31270-901 - Belo Horizonte - MG / E-mail: posdcp@fafich.ufmg.br
FONE/FAX: (31) 3409-5030

CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DO CURSO

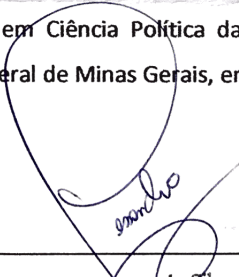
CERTIFICO, a pedido do(a) interessado(a) e para os fins que se fizerem necessários, que
THIAGO COACCI RANGEL PEREIRA,

Matrícula: **2014669290**, aluno(a) do curso de

CIÊNCIA POLÍTICA/DOCTORADO,

concluiu os créditos necessários do curso no 1º Semestre de 2016, tendo o(a) mesmo(a) defendido sua tese intitulada: "*CONHECIMENTO PRECÁRIO E CONHECIMENTO CONTRA-PÚBLICO a coprodução dos conhecimentos e dos movimentos sociais de pessoas trans no Brasil*", no dia 25 de junho de 2018, fazendo assim, "jus" ao título de Doutor em Ciência Política – Área de Concentração: INOVAÇÕES DA DEMOCRACIA NO SÉCULO XXI.

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte, aos 03 de julho de 2018.


Alessandro Magno da Silva
Secretário do Programa de
Pós-Graduação em Ciência Política
FAFICH/UFMG - Matrícula UFMG: 08846
Portaria 25, de 16 de JUNHO de 2018



AGRADECIMENTOS

Aprendi nesses meus anos de formação como cientista social que tudo nesse mundo tem história, que tudo é fruto de uma teia complexa de relações. Essa tese não seria diferente. São tantos fios que progressivamente foram sendo costurados, nem sempre cuidadosamente, até esse momento em que o texto final (final?) chega às suas mãos.

Sou grato a minha mãe e meu pai por me oferecerem o estímulo ao estudo, o carinho, o apoio e as condições para desenvolver meus projetos de vida da forma como eu bem quis. Ter liberdade, apoio e condições para desenvolver seus projetos infelizmente é raro e graças a essas duas pessoas eu pude ter isso. Infelizmente, meu pai, nem meu irmão, poderão ver os frutos desse trabalho, mas tenho certeza que ficariam muito felizes. Agradeço também ao meu filho felino pelo carinho, companhia e seus ronrons ao longo desses anos.

Marlise Matos me acolheu desde a graduação em seu núcleo de pesquisa e estimulou o meu desenvolvimento como pesquisador. Poucas pessoas me influenciaram tanto quanto Marlise e de tantas formas. Aprendi com ela não só teorias, aprendi a ser um pesquisador rigoroso, íntegro e comprometido.

Tenho a honra de ter esse trabalho avaliado por uma banca de pessoas que admiro, me inspiram e que efetivamente fizeram parte da minha trajetória de pesquisa. Agradeço ao Cristiano Rodrigues, Flávia Teixeira, Guilherme Almeida, Regina Facchini e Ricardo Fabrino Mendonça por aceitar esse convite, mas ainda mais pelos diálogos ao longo dos anos.

Não seria possível realizar esse trabalho sem o acolhimento das organizações e ativistas do movimento de pessoas trans brasileiro. Essas pessoas confiaram e abriram suas portas, seus eventos e suas vidas para mim, muito obrigado. Escutei por diversas vezes que o movimento social é uma escola e, com certeza, aprendi muito. Mais do que isso, frequentar esses eventos foi uma fonte de inspiração e de prazer, sempre que um terminava eu já estava ansioso por outro. Agradeço a Adriana Sales, Agatha Lima, Alana Vargas, Alessandra Makkeda Ramos, Alícia Krueger, Amiel Vieira, Andreia Lais Cantelli, Anyky Lima, Beatriz Pagliarin Bagagli, Bruna Benevides, Bruno Banjo, Carl Benzaquen, Chopelly Santos, Cleonice Araújo, Eric Seger, Fernanda Benvenuto, Fernanda de Moraes, Gisela Lima, Hailey Kaas, Jaqueline Brazil, Jaqueline Gomes de Jesus, Jovanna Cardoso, Keila Simpson, Lam Matos, Leonardo Peçanha, Leonardo Tenório, Letícia

Lanz, Liliane Anderson, Liza Minelli, Lu Palhano, Ludymilla Santiago, Marcella Alvez Montteiro, Marina Garlen, Marina Reidel, Paulo Bevilacqua, Renata Taylor, Sayonara Nogueira, Sara Wagner York, Tarsio Benicio, Tathiane Araújo, Valentim Félix, Walkíria La Roche.

Sou grato aos professores e professoras que me formaram nas várias etapas da minha vida. Sem a dedicação, a generosidade e a competência de vocês eu não teria chegado até aqui. Agradeço em especial Bruno Reis, Cláudia Mayorga, Cláudia Feres, Elaine Vilela, Eleonora Schettini Cunha, Érica Renata de Souza, Helcimara de Souza Telles, Juarez Guimarães, Leonardo Avritzer, Ricardo Fabrino Mendonça, Marcus Abilio Gomes Pereira, Mário Fuks, Marjorie Marona, Sônia Alvarez, Yuriy Castelfranchi, Yumi Garcia.

O NEPEM foi minha casa na UFMG antes mesmo de ser um aluno dessa universidade, me acolhendo como bolsista ainda na graduação. Tenho muito a agradecer as várias gerações de pessoas que passaram por lá: Breno Cypriano, Carol Ogando, Clara Cazarini Trotta, Clarisse Goulart Paradis, Johanna Monagreda, Laura França Martello, Livia de Souza, Luciana Vieira Rubim Andrade, Marina Brito Pinheiro, Mayara Myriam, Michele Assis, Priscila Delgado de Carvalho, Priscila Williams.

O NUH (Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT) da UFMG sempre esteve aberto para me receber, oferecer bons diálogos e propiciou contatos fundamentais para a execução dessa pesquisa. Agradeço ao coordenador do NUH, prof. Marco Aurélio Máximo Prado, por esse apoio, diálogo e amizade. Agradeço também as várias gerações do NUH que sempre receberam bem esse estranho no ninho, em especial a Gabriela Lamounier, Daniel Arruda Martins, Igor Monteiro e Rafaela Vasconcelos, verdadeiros parceiros.

Meus e minhas colegas do programa de pós-graduação em Ciência Política da UFMG me acompanharam nas dores e prazeres da pós, oferecendo diálogo, trocas de experiência e amizade. Agradeço a Ana Luiza Aranha, André Drumond, Aurea Carolina de Freitas e Silva, Bruna Camilo, Carmem Leitão, Clarice Mendonça, Danubia Zanetti, Débora Menezes Alcântara, Débora Vales, Diego Valadares Vasconcelos, Felipe Riccio, Filipe Corrêa, Flavia David, Helga Almeida, Isabella Lourenço, Isis Arantes, Jaqueline Resmini Hansen, João Paulo Ferraz Oliveira, Johanna Monagreda, Julião Gonçalves do Amaral, Larissa Peixoto, Laura França Martello, Leonardo Barros, Lenira Maia, Livia de Souza, Lucas Cunha, Lucas Gelape, Luciana Vieira Rubim Andrade, Márcia Maria Cruz, Mariela Rocha, Mario Schettino Valente, Mateus Moraes Araújo, Mauro Lúcio Jeronymo, Nathália Porto, Noelle Del Giudice, Rachel Barreto, Rafael Sanches, Paulo Alkmin,

Paulo Victor Melo, Pedro Mendes Rufino Barbosa, Priscila Carvalho, Rayza Sarmento, Stephanie Reis, Thales Quintão, Walkiria Zambrzycki Dutra, Wesley Matheus.

No ano de 2016, me mudei para São Paulo com o objetivo de realizar parte da minha pesquisa de campo naquela cidade. Essa decisão se mostrou acertada de várias maneiras. Fui acolhido por pessoas queridas que fizeram a minha estadia naquela cidade um dos melhores anos da minha vida. Agradeço a Akemi Takenaka (e o Minduim), André Pinheiro Murched, Cristine Kist, Alexandre Peixe dos Santos, Fernanda de Moraes, André Medeiros, Gustavo Godoy, Lucas Amaral, Henrique Pratta e Victor Samuel Bueno Rosa. Em São Paulo pude ainda estreitar laços com Regina Facchini e seu grupo orientandos e orientandas. Sou especialmente grato pela oportunidade de apresentar pedaços dessa tese, por duas vezes, em eventos do Pagu (UNICAMP). Os diálogos traçados nesses eventos auxiliaram a elevar o nível do meu trabalho.

Ao longo dos anos de desenvolvimento desse trabalho tive a oportunidade de dialogar com um número de pessoas incríveis que de alguma forma me ajudaram. Agradeço em especial a Adriana Sales, Anna Paula Vencato, Beatriz Rodrigues Sanchez, Bruno Cesar Barbosa, Carla Freitas, Carolina Branco de Castro Ferreira, Carolina Bonomi, Clara Cazarini Trotta, Cleyton Feitosa, Fátima Lima, Flávia Biroli, Daniel Arruda Martins, Eder Fernandes Mônica, Erika Pretes, Gustavo Gomes da Costa, Jaqueline Gomes de Jesus, Jorge Leite Jr, Lais Lopes, Leonel Cardoso, Luan Cassal, Lucas Bulgarelli, Isadora Lins França, Magô Tonhon, Mário Carvalho, Megg Rayara, Paula Alegria, Paula Sandrine Machado, Paulo Iotti, Paulo Tassio, Patrick Jackson, Rachel Rocha, Rafael Luz, Rafael Pinheiro, Roberto Efrem Filho, Roger Raupp Rios, Rosa Oliveira, Stephanie Lima, Simone Ávila, Sílvia Aguião, Tatiana Lionço, Tayne Lino, Vanessa Teixeira, Viviane Vergueiro, Wanessa Sander, e tantas outras pessoas.

Toda essa trajetória foi apoiada por uma rede de amigos muito forte. Não tenho como dizer o tanto que sou grato a vocês: Ana Beatriz Mateus, Barbara Moreira, Bruno de Moraes, Darlan Carli, Fernando Salum, Gadu Brant, Isabela Rizel, Izabela Brandt, Izabella Pena, Isabelle Casseb, João Henrique Xavier, Lucas Amaral Lauriano, Letícia Figueiredo, Mariana Magalhães, Matheus Tonani, Paulo Baeta, Poney Siffert, Raquel Oliveira, Roberto Lazzarini, Sarah Mendes, Tomaz Yanomani. Um agradecimento especial ao Celso Haddad.

É muito difícil agradecer nominalmente a todas as pessoas. Eu poderia passar meses revisando essa lista e com frequência acharia pessoas faltantes. Esses nomes podem não aparecer aqui, mas os afetos trocados entre nós também atravessam texto deste trabalho. Obrigado.

RESUMO

O presente trabalho buscou analisar a relação entre política e conhecimento nos movimentos sociais, com um foco específico para o Movimento de Pessoas Trans no Brasil. Parto de um incomodo na maneira como a produção de conhecimento é tratada na literatura de movimentos sociais e também nos estudos sobre a transexualidade. Minha hipótese é de que o conhecimento (e a ciência) vem se tornando central para os conflitos contemporâneos, dessa maneira a análise dos movimentos sociais na atualidade não pode ser descolada de uma análise das relações que esses estabelecem com determinados conjuntos de conhecimentos (científicos ou não). Ao interagir no mundo, construir seus diagnósticos e planos de ação, os movimentos sociais identificam *conhecimentos precários* e atuam produzindo ou estimulando a produção de *conhecimentos contra-públicos*.

O estudo é ancorado empiricamente na análise do Movimento de Pessoas Trans Brasileiro. Entre 2014 e 2017 acompanhei quatro organizações, são elas: a Articulação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), o Instituto Brasileiro de Transmasculinidade (IBRAT), a Rede-Trans e o Coletivo Transfeminismo. A pesquisa foi realizada por meio da combinação de análise documental de atas, relatórios, panfletos; entrevistas com 16 ativistas; e a observação participante de reuniões das organizações e eventos variados, tais como congressos acadêmicos, conferências, encontros do movimento social, reuniões com gestores, etc.

A tese se divide em duas grandes partes. A primeira, intitulada *O Conhecimento Canônico*, foca na produção de conhecimento acadêmico sobre as pessoas trans e se subdivide em dois capítulos. A segunda, intitulada *Os Conhecimentos Ativistas*, retrata a história do movimento trans no Brasil e descreve duas modalidades de precariedade do conhecimento: a ausência de dados quantitativos sobre pessoas trans no Brasil; e a má qualidade do conhecimento científico sobre pessoas trans, especialmente nas áreas médico e psi*. Para cada tipo de precariedade identificada por ativistas do movimento social, estes atores buscaram estratégias para combatê-la por meio da produção de conhecimentos contra-públicos.

Palavras-chave: Movimentos Sociais; Produção de Conhecimento; Conhecimento Precário; Conhecimento Contra-público; Pessoas Trans.

ABSTRACT

The present work sought to analyze the relationship between politics and knowledge in social movements, with a specific focus on the Brazilian Transgender Movement. I depart from a dissatisfaction with how the production of knowledge is treated both on social movements studies and transgender studies. My hypothesis is that knowledge (and science) has become central to contemporary conflicts, thus the analysis of social movements today cannot be detached from an analysis of the relations they establish with certain sets of knowledge (scientific or not). By interacting in the world, building their diagnoses and plans of action, social movements identify *precarious knowledge* and act by producing or stimulating the production of counterpublic knowledge.

The study is anchored empirically in the analysis of the Brazilian Transgender Movement. Between 2014 and 2017, I accompanied four organizations: Articulação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA); Instituto Brasileiro de Transmasculinidade (IBRAT); Rede Trans Brasil; and the Coletivo Transfeminismo. The research was operationalized through the combination of document analysis of minutes, reports, pamphlets; 16 semistructured interviews with activists; and the participant observation of various kinds of events, such as academic conferences, social movement meetings, meetings with politicians, etc.

The thesis is divided in two major parts. The first, entitled *The Canonical Knowledge*, focuses on the production of academic knowledge about trans people and is subdivided into two chapters. The second, entitled *The Activist Knowledge*, retraces the history of the transgender movement in Brazil and describes two forms of precarious knowledge: the lack of quantitative data on trans people in Brazil; and the poor quality of scientific knowledge about transgender people, especially in the medical and *psy* fields. For each type of precariousness identified by social movement activists, these actors sought strategies to combat it through the production of counter-public knowledge.

Keywords: Social Movements; Knowledge Production; Precarious Knowledge; Counterpublic Knowledge; Transgender people.

LISTAS DE QUADROS, TABELAS E FIGURAS

Índice de tabelas

Tabela 1 - Revisões da Classificação Internacional de Doenças segundo o ano que foi adotada, anos de uso e número de categorias (códigos).....	72
Tabela 2 - Retorno por palavra-chave.....	96
Tabela 3 - Distribuição de Trabalhos por Autor.....	101
Tabela 4 - Distribuição dos trabalhos por universidade.....	102
Tabela 5 - Distribuição desagregada dos trabalhos por área.....	104
Tabela 6 - Distribuição de trabalhos por tema de pesquisa.....	106

Índice de quadros

Quadro 1 - Critérios Diagnósticos no DSM-V.....	87
Quadro 2- Síntese das Ondas do Movimento Trans.....	124
Quadro 3 - Gestões da ANTRA.....	155
Quadro 4 - Lista dos ENTLAIDS.....	162
Quadro 5 - Lista de Entrevistas.....	250
Quadro 6 - Convenções de Transcrição.....	255

Índice de figuras

Figura 01 - Memorando de JM a RF p1.....	69
Figura 02 - Memorando de JM a RF p2.....	69
Figura 03 - Hierarquia da Incongruência de Gênero na CID-11.....	76
Figura 04 - Histórico da Patologização dos Gêneros na CID.....	79
Figura 05 - Histórico da Patologização dos Gêneros no DSM.....	89
Figura 06 - Cartazes do XI ENTRAIDS e XII ENTLAIDS.....	152
Figura 07 - Sumário Relatório Rede Trans.....	186
Figura 08 - Divulgação dos Assassinatos de Julho/2017.....	189
Figura 09 – Divulgação Periódica dos Dados da ANTRA.....	190
Figura 10 - Bruna Benevides Entrega Relatório de Assassinatos.....	197
Figura 11 - Performance de Alana Vargas durante o XXIII ENTLAIDS.....	205
Figura 12 - Slide de Apresentação do Ambulatório de Transexualismo.....	234

LISTA DE SIGLAS

Sigla	Descrição
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
ABL	Associação Brasileira de Lésbicas
APA	<i>American Psychiatric Association</i>
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BSH	Programa Brasil Sem Homofobia
CFM	Conselho Federal de Medicina
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CID	Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde
CNT	Coletivo Nacional de Transexuais
CT GLBT	Comitê Técnico de Saúde da População GLBT
DAE/MS	Departamento de Atenção Especializada do Ministério da Saúde
DAGEP	Departamento de Apoio à Gestão Participativa e Controle Social do Ministério da Saúde
DSM	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
EFLAC	Encontro Feminista Latino-americano
EBGLT	Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis
EEF	<i>Erikson Educational Foundation</i>
ENTLAIDS	Encontro Nacional de Travestis e Transexuais
FONATRANS	Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros
GATE	<i>Global Action for Trans Equality</i>
IBRAT	Instituto Brasileiro de Transmasculinidades
IBTE	Instituto Brasileiro Trans de Educação
IML	Instituto Médico Legal
LBL	Liga Brasileira de Lésbicas
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
MPDFT	Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
NUH	Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT
PNDA	Programa Nacional de DST e AIDS

Sigla	Descrição
RENATA	Rede Nacional de Travestis
RENTRAL	Rede Nacional de Travestis e Liberados
STS	Estudos sociais de ciência e tecnologia

Sumário

INTRODUÇÃO.....	17
Conhecimento precário e conhecimento contra-público.....	20
Campo discursivo de ação.....	30
Sobre cistrelinhas e biscoitos: a entrada em campo e meu lugar de fala na pesquisa.....	35
Alguns apontamentos metodológicos.....	45
Sobre a divisão dos capítulos.....	52
1. A FORMAÇÃO DE UM CAMPO TRANS ATRAVÉS DA COPRODUÇÃO DO ATIVISMO E DO DISPOSITIVO TRANSEXUAL: UMA BREVE GENEALOGIA DOS DISCURSOS CIENTÍFICOS SOBRE AS TRANSEXUALIDADES.....	56
1.1 A produção da ciência sexual.....	57
1.2 A institucionalização da transexualidade nas nosografias internacionais.....	71
1.2.1 A <i>Classificação Internacional de Doenças (CID)</i>	71
1.2.2 O <i>Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM)</i>	80
Conclusões.....	90
2. CONHECENDO O CONHECIDO: UM MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE PESSOAS TRANS NO BRASIL.....	92
2.1 Metodologia.....	94
2.2 A distribuição no tempo.....	97
2.3 Os autores.....	100
2.4 As universidades.....	102
2.5 As áreas de conhecimento.....	103
2.6 Os temas de pesquisa.....	105
2.7 Os sujeitos das pesquisas.....	114
2.8 Os enquadramentos.....	116
Conclusões.....	117

3. MAPEANDO O CAMPO DO MOVIMENTO TRANS NO BRASIL.....	120
3.1 A primeira onda do movimento trans (1990-2000).....	129
3.2 A segunda onda do movimento trans (2000-2010).....	136
3.2.1 <i>Novas redes, novas políticas e novos conhecimentos</i>	137
3.2.2 <i>Travestis, Transexuais e Transgêneros: disputas e reconfigurações nas identidades, nos saberes e nas políticas</i>	150
3.3. A terceira onda do movimento trans (2011-atual).....	164
3.3.1 <i>A emergência dos homens trans</i>	164
4. A POLÍTICA DOS NÚMEROS: DADOS PRECÁRIOS, RELATÓRIOS CONTRA-PÚBLICOS.....	175
4.1 “ <i>A academia não serve para nada</i> ”: políticas públicas, precariedade do conhecimento e cidadania tecnocientífica.....	177
4.2 “ <i>A gente quer parar de morrer nas esquinas</i> ”: a contagem das mortes de travestis e transexuais.....	183
4.3 A proliferação dos dados.....	188
4.4 Dados locais, conexões transnacionais.....	194
4.5 “ <i>O país que mais mata travestis e transexuais</i> ”: o luto e a produção da identidade coletiva pela representação da violência.....	198
5 “QUANDO LEIO ESSES TRABALHOS, ME BATE UMA BAD”: MÁ REPRESENTAÇÕES VERSUS AUTO-TEORIAS CONTRA-PÚBLICAS.....	208
5.1 A emergência de um subcampo transfeminista.....	213
5.1.1 “ <i>Até a globo fala cis</i> ”: <i>visibilidade e credibilidade transfeminista</i>	222
5.2 Uma hormonioterapia pajuba? (Des)Patologização, atenção à saúde e conflitos entre modelos de produção de conhecimento.....	232
Conclusões.....	242
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	244
APÊNDICE A - TCLE.....	249

APÊNDICE B – LISTA DE ENTREVISTAS.....	250
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	252
APÊNDICE D – CONVENÇÕES DE TRANSCRIÇÃO.....	255
REFERÊNCIAS.....	256

INTRODUÇÃO

Esta universidade da qual se está falando tem uma herança eurocêntrica e que, necessariamente, é uma herança de genocídio dos povos indígenas e de usurpação dos povos africanos; é uma herança que deu o nome de “negros” e “negras” aos africanos, genericamente; concedeu o nome de “travestis” para as travestis; de “transexuais” para as transexuais, e a gente pega esses nomes e refaz todos esses conceitos. Essa é a ideia da nossa revolução. Nós nos apoderamos daquilo que nos colocam como sendo a única mensagem possível, e nos empoderamos daquilo que a gente pode falar de nós mesmos (JESUS, 2016, p. 222).

O trecho acima é um pedaço da fala de Jaqueline Gomes de Jesus durante o II Seminário Internacional Desfazendo Gênero, realizado em setembro de 2015 na Universidade Federal da Bahia. Jaqueline é psicóloga, doutora em psicologia e uma mulher transexual negra. Não faz parte da expectativa da maior parte da população mundial entrar em um auditório, durante uma palestra de um evento científico internacional, e se deparar com uma mulher transexual palestrando. Até mesmo a literatura acadêmica carrega a impressão de que travestis não são sujeitos do conhecimento. Hélio Silva (2007), na introdução de seu clássico trabalho sobre travestis no Rio de Janeiro, relata que durante sua pesquisa de campo chegou a receber algumas travestis em sua casa. O pesquisador supõe, a partir do que interpreta como um *pesado* silêncio sobre si mesmo e sua profissão, que o que mais impressionava suas visitas era sua biblioteca, que considerava modesta para os padrões acadêmicos, mas “*absolutamente acachapante para os padrões do meu universo de pesquisa*” (SILVA, HÉLIO, 2007, p. 36). Esse relato diz da relação que o pesquisador estabeleceu com as travestis em sua pesquisa. Diz também dos valores e concepções que atravessam o pesquisador e influem sobre como esse percebe as travestis. Foi uma relação construída por meio do ocultamento de seu trabalho de pesquisador às pessoas com quem interagiu e que simultaneamente expôs a nós leitores e leitoras essas pessoas, suas vidas, e, mais curiosamente, sua suposição - sem uma descrição

1 Nota de estilo: Ao longo da tese utilizo aspas apenas para marcar citações literais curtas, com menos de três linhas. Utilizo o itálico para grafar termos estrangeiros, para dar destaque a termos ênicos do campo, nomes de obras, eventos ou projetos e em alguns casos para chamar a atenção para determinado termo ou passagem. Como alguns termos estrangeiros, como *workshop*, serão utilizados com frequência, utilizarei o itálico apenas na primeira aparição.

que a suporte ou contextualize adequadamente - de que essas pessoas se surpreendiam com sua biblioteca. Talvez Hélio estivesse certo em sua suposição, talvez não.

Travestis e transexuais vêm ganhando grande espaço na mídia nos últimos anos: a cantora Candy Mel (Banda Uó) estrelou uma campanha de maquiagem da Avon; há uma geração de cantoras trans fazendo sucesso como Liniker, Glória Groove e a própria Candy Mel; mais recentemente a transexualidade foi tema central de uma novela exibida em horário nobre pela maior emissora de televisão brasileira. Mesmo com essa visibilidade positiva crescente, ainda parece estranho pensar que essas pessoas possam – e sempre estiveram – produzindo conhecimento, que estejam lendo o que cientistas produzem sobre transexualidade, criticando essa produção e produzindo conhecimento por conta própria. Ainda parece estranho que essa seja a ideia de revolução para essas pessoas, como colocado por Jaqueline de Jesus, e que uma travesti talvez tenha uma biblioteca bem mais acachapante que a de Hélio Silva.

Essa tese é fruto de dois incômodos: com os estudos de movimentos sociais e com os estudos sobre pessoas trans. Por um lado, os estudos de movimentos sociais têm desenvolvido uma rica e plural tradição que busca estudar os mais variados aspectos dos movimentos, desde fatores estruturais e contextuais que afetariam os ciclos de protestos, às formas como as pessoas mobilizam recursos para agir e, também, a criação de identidades coletivas a partir das lutas. Todavia, pouca ou quase nenhuma atenção é dada para a relação desenvolvida entre movimentos sociais e a produção de conhecimento. A partir da minha experiência isso parecia não fazer sentido algum. A atuação dos movimentos sociais é muitas vezes realizada a partir do engajamento com determinados tipos de conhecimento (acadêmico ou não) que permite suportar as demandas e estratégia escolhidas. Diferentes padrões de engajamento com o conhecimento (e com diferentes tipos de conhecimento) podem levar a demandas, argumentos ou estratégias bastante distintas entre si. A história do movimento contra o câncer de mama nos Estados Unidos demonstra bem isso. Ao ver o crescimento do câncer entre suas vizinhas, as mulheres de *Long Island* (EUA) optaram por rejeitar as explicações do modelo biomédico para esse fenômeno e se engajaram em um tipo distinto de conhecimento que buscava explicar a ampliação da doença na região através de fatores ambientais, essa opção levou o movimento a criar um mapa dos casos de câncer de mama pela cidade (MCCORMICK, 2009). Essa estratégia só faz sentido porque o movimento rejeitou a versão oficial do conhecimento

científico sobre o câncer de mama que buscava, exclusivamente no indivíduo, a causalidade sobre a doença.

Além disso, as linguagens mais recorrentes da cidadania, da justiça e da participação, muitas vezes, não são suficientes para efetivar a conquista de direitos ou de políticas públicas, nem mesmo as constantes manifestações com adesão de milhares de pessoas nas ruas, como anualmente as paradas do orgulho LGBT colocam por todo o mundo têm sido efetivas nessa direção. Conjugado a essas formas de atuação já tradicionalmente descritas na literatura, os movimentos sociais possuem uma relação intensa com a demanda, o questionamento ou a produção (autônoma ou em parceria) de conhecimento. Essa estratégia pode fomentar ou sustentar outras formas de ação tradicionais, bem como pode ter como resultado a alteração da própria ciência e do conhecimento oficial sobre determinado tema, como de fato tem ocorrido no caso das pessoas trans.

Do outro lado, a literatura sobre pessoas trans sempre deu atenção à *questão da ciência*. É difícil encontrar um estudo sobre pessoas trans que não pague um mínimo pedágio sobre a forma como as categorias *transexual* e *travesti* foram produzidas dentro dos saberes médicos e psi*, configurando uma experiência patológica. Esse resgate é feito com diversas finalidades e, muitas vezes, para denunciar como o discurso científico sobre as transexualidades se configuram como *dispositivos de dor* (TEIXEIRA, 2013) que possuem um impacto sério na vida dessas pessoas, produzindo marginalidade, vulnerabilidade, restrição de direitos, sofrimento e normalização. Apesar de concordar com esses estudos, ao frequentar os eventos de organizações do movimento de pessoas trans, ler blogs transfeministas e conversar com amigas e amigos ativistas/acadêmicas, eu percebia que faltava uma parte a ser contada dessa história. O movimento não estava apenas reclamando da forma como a academia, considerada como algo externo, (re)produzia a opressão das pessoas trans. Os dispositivos de dor efetivamente são uma das faces da ciência, mas não a única. As pessoas trans, individualmente ou organizadas em coletivos, se apropriam dos conceitos e os utilizam estrategicamente, conferindo a esses novos sentidos ou ainda inventando novos termos e conhecimentos. Como diria Jaqueline Gomes de Jesus (2016, p. 230): “*as guerras de pensamento estão ocorrendo neste momento em todo o instante, em todo o lugar. A Indianara, que é uma guerrilheira do pensamento, que o diga. Keila Simpson [militante trans*

histórica], que está aqui na cidade de vocês, em Salvador, há décadas, é uma guerrilheira de pensamento também”.

Essa tese busca, então, dar conta desse duplo incômodo e investigar as formas como os movimentos sociais, em especial o movimento de pessoas trans brasileiro, se relaciona com o conhecimento, denunciando precaridades e propondo alternativas contra-públicas nessas guerras de pensamento.

Conhecimento precário e conhecimento contra-público

Cada vez mais os conflitos contemporâneos têm como eixo nodal a ciência ou disputas sobre distintos conhecimentos (científicos ou não). Isso ocorre em função de mudanças recentes que têm alterado o Estado, a ciência, a sociedade e a forma como essas se relacionam (BUCCHI, 2009; CASTELFRANCHI, 2008; NOWOTNY; SCOTT; GIBBONS, 2008). A ciência sempre teve um papel central na modernidade ocidental, moldando a economia, os Estados e até mesmo as nossas formas de pensar sobre o mundo. Durante maior parte do projeto moderno ocidental, ciência e sociedade eram vistas como esferas distintas, mas complementares, a produção de conhecimento científico foi centrada em universidades (do norte), que tinham como compromisso a produção de um conhecimento, supostamente neutro e distanciado, em troca de recursos variados. Mas essas relações estão mudando.

A partir da metade do século passado, segundo Nowotny, Scott e Gibbons (2008), ocorreram quatro processos de mudança. Primeiro, haveria um processo duplo de crescimento da incerteza e instabilidade na própria sociedade, conjuntamente à formação de um sistema de produção de conhecimento mais aberto, financiado parcialmente pelo Estado, mas também pelo mercado e pela sociedade civil. Segundo, tais mudanças alteraram as relações entre ciência e sociedade, de maneira que a ciência é interrompida em seu monólogo para a sociedade, instaurando um certo diálogo em que “*a sociedade falaria de volta para ciência*” (NOWOTNY; SCOTT; GIBBONS, 2008, p. 50), ainda que de forma desigual. Esse processo, chamado de *contextualização* pelos autores, alteraria a ciência tradicional, que agora passaria

a ser produzida fora das universidades, no contexto de sua aplicação, com a participação dos usuários. Terceiro, a contextualização altera os critérios de validação da ciência, a confiabilidade deixa de ser o critério único, seu valor é mitigado pela incerteza e complexidade do mundo, e o conhecimento passa a ser validado, também, pela sua relevância para os usuários, ou seja, passa a ser desejável um *conhecimento robusto socialmente*. Quarto, a expertise passa a ter um papel central na política estatal, cientistas passam a ser solicitados para responder a dilemas técnicos da política, ao mesmo tempo que a confiança sobre eles é cada vez menor. Essas mudanças são mais marcantes nos países do norte global, mas também são percebidas no Brasil e em outros países periféricos, com variações locais em cada país (CASTELFRANCHI, 2008).

Eu acrescentaria que há ainda uma segunda dimensão da contextualização ocorrendo, principalmente nos países do chamado sul global, em que há um crescimento da percepção sobre as formas de organização da geopolítica do conhecimento que valoriza o que é produzido no norte global em detrimento daquilo que está sendo elaborado pelo sul. Numa versão ainda mais forte dessa hipótese, desenvolvida pelo projeto decolonial, o diagnóstico é de um processo de *colonialidade do saber* (GROSFOGUEL, 2008; MIGNOLO, 2005; VERGUEIRO, 2015). Isto é, os parâmetros pelos quais certo conhecimento é tido como racional e científico são frutos de um projeto político mais amplo de dominação global que, por sua vez, constitui os povos da América como *O Outro* e exclui da legitimidade os saberes tradicionais, impondo, assim, a racionalidade ocidental cartesiana como padrão único, como o esquema pelo qual esses povos devem conhecer o mundo, explicar, compreender, produzir verdades e orientar suas vidas.

Esse processo de transformação da relação entre Estado, ciência e sociedade tem um efeito aparentemente paradoxal. Por um lado, a saída da ciência para espaços mais locais implica numa cientifização cada vez maior da sociedade, da vida, dos processos políticos e dos conflitos. A decisão se o Estado deve ou não considerar uma pessoa como mulher, por exemplo, deve ser legitimada por um laudo que apresenta uma justificativa baseada em critérios diagnósticos padronizados pela ciência médica. Por outro lado, essa contextualização também implica um questionamento do valor de certeza da ciência e no reconhecimento de outras formas de conhecimento como legítimas para contestar o saber científico. No exemplo

oferecido, esses laudos, têm sido contestados por profissionais de saúde que partem de outras bases científicas e argumentam inexistir critérios científicos para diagnosticar o gênero de uma pessoa ou ainda por travestis e transexuais que aprendem o ritual do diagnóstico e *dão o truque*, ou seja, emulam suas respostas perante os profissionais para obter o resultado desejado. Esse não é apenas um exemplo hipotético, mas é parte da vida cotidiana de pessoas trans que precisam de uma chancela da ciência sobre seu gênero para acessar grande parte dos direitos e das políticas públicas estatais.

A influência da ciência sobre o Estado, nos processos de formação das políticas públicas, sobre a opinião pública e a sociedade de forma geral já são razões suficientes para que os movimentos sociais busquem se aliar a cientistas, produzir autonomamente ou divulgar determinados conhecimentos. Essas estratégias se tornam ainda mais relevantes se abandonarmos a ideia de neutralidade da ciência e começarmos a reconhecer, como fez Foucault (2008b, a, 2009, 2010) em sua extensa obra e tantos outros na literatura dos Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia (STS) (JASANOFF, 2004; WINNER, 1980), que há uma íntima relação entre saber e poder, isto é, que tanto o conhecimento (científico, mas também de outras naturezas), quanto os objetos tecnológicos possuem qualidades políticas constitutivas, que nem sempre são democráticas.

O clássico estudo de Langdon Winner (1980) traz algumas das mais claras demonstrações dessa qualidade política constitutiva dos artefatos tecnológicos, que estão além do (também relevante) contexto em que estão inseridos. Para o autor existiriam pelo menos duas maneiras nas quais artefatos, e também os conhecimentos, podem conter, em si, a política. A primeira ocorreria quando determinadas características, na maneira como certo produto foi fabricado/montado, promovem formas convenientes para o estabelecimento de padrões de poder e autoridade. O autor exemplifica com a construção das pontes de Long Island por Robert Moses. Tais pontes foram propositadamente planejadas como extremamente baixas, para impossibilitar a circulação de ônibus e, assim, dificultar o acesso das classes baixas àquele espaço. A segunda forma ocorre quando determinadas qualidades dos objetos tecnológicos estão diretamente ligadas a determinados padrões de poder e autoridade. Em sua opinião, o exemplo mais óbvio seria a bomba atômica, seu potencial destrutivo exigiria um tipo de exercício de poder que fosse centralizado, hierarquizado, extremamente rígido e fechado a

influências externas, para evitar qualquer tipo de imprevisibilidade e de seus usos fora do planejado. Independente do regime em que a bomba se encontra, mesmo nos mais democráticos, teria como necessidade prática uma forma autoritária de controle.

Tal reconhecimento da constituição recíproca entre política e ciência, como demonstra Yaron Ezrahi (1990), erode a crença moderna de que a ciência serviria como uma forma apolítica de controle externo da política, limitando suas arbitrariedades. Eu ainda complementaria esses autores afirmando que isso fornece uma camada extra de sentido que pressiona os movimentos sociais a atuarem para democratizar a ciência ou utilizar da produção de conhecimento como uma ferramenta política, em outras palavras: a produção de conhecimento passa a ser reconhecida como mais uma arena da política para os movimentos sociais.

Essas mudanças não passaram despercebidas pelos cientistas sociais. Apesar de estudos sobre conhecimento e política já serem parte do cânone da sociologia e da ciência política (EZRAHI, 1990; FISCHER, FRANK, 2009; MITRE, 2011), há um crescimento desses estudos recentemente. No campo dos estudos sociais da ciência e tecnologia, as controvérsias envolvendo ciência, política e a participação de cidadãos em processos decisórios tomaram tal magnitude que Collins e Evans (2002) argumentaram, no início dos anos 2000, por uma nova onda dos STS que teria como tarefa analisar as melhores formas de participação de leigos e *experts* nessas decisões, evitando-se cair nos polos da tecnocracia ou da afirmação da irrelevância do conhecimento científico para os processos decisórios². Na ciência política há, também, uma corrente de análise das políticas públicas e das práticas de participação e deliberação, fortemente influenciada por Frank Fischer (2009), que tem atribuído centralidade para esses conflitos de conhecimento.

Se é verdade que diferentes tradições se debruçaram sobre as relações entre conhecimento e política, algumas facetas de tal relação ainda se encontram pouco abordadas, especialmente no Brasil. É o caso dos movimentos sociais. Como argumentam Choudry e Kapoor (2010a) o trabalho intelectual de análise dos movimentos sociais tende a focar em

2 A proposta da terceira onda teve um grande impacto nos estudos sociais da ciência e tecnologia, todavia o diagnóstico e a solução proposta por Collins e Evans, de construção de uma teoria normativa da participação de cidadãos e *experts* nos processos decisórios, não é consensual e sofreu críticas. Para uma das críticas, ver Brian Wynne (2003).

análises sobre o sucesso de uma ação ou de uma campanha, deixando em segundo plano as dinâmicas, as políticas e a riqueza da produção de conhecimento a partir de dentro dos movimentos sociais ou em contextos ativistas.

De toda maneira, isso está mudando e há, como identificou Casas-Cortés (2009), uma virada do conhecimento nos estudos dos movimentos sociais. A coletânea de textos organizados por Choudry e Kapoor (2010b) é um exemplo dessa virada e traz uma série de estudos de caso que, por diferentes perspectivas, analisam o papel do conhecimento nos movimentos sociais. Apesar de existirem vários estudos de caso e algumas tentativas de sistematização em uma teoria, essas são ainda muito específicas. Sabrina McCormick (2009) cria uma teoria para o que chama de *movimentos de democratização da ciência*, mas sua teoria está mais focada em explicar a emergência, o sucesso ou a falha desses movimentos. Ademais, McCormick adere a uma estranha ideia de cooptação nessa explicação. David Hess (2016) também avança no sentido de uma teoria para a relação dos movimentos sociais com a ciência. Seu trabalho é extremamente ousado e propõe uma nova linguagem que permitiria, em sua opinião, superar as lacunas e incompatibilidades entre os estudos de movimentos sociais e os estudos sociais da ciência e tecnologia para avaliar uma amplitude enorme de formas de articulação entre ciência e movimentos. Seu foco analítico, no entanto, está mais voltado para os movimentos de transição industrial, ou seja, movimentos como, por exemplo, o pelo uso de energias renováveis, que buscam alterar o padrão tecnológico ou o consenso científico sobre como a indústria opera.

Essa tese se insere nessa tradição e pretende ampliá-la, construindo pontes entre três tradições de estudos: os estudos de movimentos sociais, os STS e os estudos de gênero e sexualidade³. A forma específica como pretendo contribuir parte do par conceitual *conhecimento precário e conhecimento contra-público*.

Pretendo argumentar que os movimentos sociais ao interagir no mundo, construir seus

³ É curioso perceber que apesar dos estudos de movimentos sociais frequentemente referenciarem o movimento feminista ou mesmo o estudarem, raramente adotam contribuições das teorias feministas para si, com exceção das próprias feministas dentro do campo, como Verta Taylor. Por outro lado, os estudos sociais da ciência são fortemente influenciados por feministas, especialmente os debates da epistemologia feminista e dos estudos feministas da ciência, realizados por autoras como Sandra Harding, Evelyn Fox Keller, Donna Haraway, Londa Schiebinger e outras. David Hess e Sabrina McCormick, que realizam projetos similares ao realizado aqui, também conectam essas três tradições de estudo, mesmo que com doses diferentes de relevância para cada tradição.

diagnósticos e planos de ação identificam conhecimentos precários e atuam produzindo ou estimulando a produção de conhecimentos contra-públicos. Venho utilizando a ideia de conhecimento precário como uma tradução/adaptação do conceito de *undone science* de David Hess (2016). Esse conceito é utilizado por Hess e outros autores (FRICKEL *et al.*, 2010; HESS, 2016) para identificar as ausências de conhecimento sobre determinado tema/assunto/sujeitos e posiciona essa ausência dentro de uma análise das relações de poder e desigualdade que estruturam o campo científico e orientam quais temas são prioritários e quais não são para serem pesquisados e financiados, produzindo, assim, sistematicamente algumas das ausências, dos esquecimentos ou restrições de circulação analisadas. É um conceito rico por permitir a análise não apenas do que chega a ser conhecido, mas também daquilo que ainda não sabemos, sem naturalizar o desconhecimento. Assim, as análises das dinâmicas de poder, das estruturas de produção de conhecimento e dos recursos necessários e disponíveis integram a tarefa analítica operada por esse conceito.

A opção por não utilizar a tradução literal *ciência não-feita* ou *ciência desfeita* se dá por acreditar que essas traduções não capturam adequadamente a complexidade da proposta de Hess. Trata-se também de reconhecer que mais do que traduzir, estou alargando e adaptando o conceito para usos distintos do original. O primeiro alargamento busca ampliar o leque de conhecimentos analisáveis. Para ser honesto, David Hess já aplica o conceito de *undone science* para conhecimentos que não são tradicionalmente considerados como científicos, dessa forma, traduzir ciência para conhecimento não altera muito a natureza analítica do conceito original. Ao insistir em utilizar o termo conhecimento, em detrimento de ciência, espero me esquivar da necessidade de ter de classificar os conhecimentos acionados e produzidos nas disputas em análise como científicos ou não. O problema de demarcação da ciência é um dos dilemas clássicos da filosofia/sociologia da ciência e de outras disciplinas que tem a ciência como objeto de estudos (GIERYN, 1983; JACKSON, 2011; KUHN, 1970), não pretendo resolvê-lo nessa tese.

Com isso, não quero dizer que estou abandonando o conceito de ciência, pelo contrário, quero justamente poder avaliar como ocorre empiricamente a disputa pela fronteira daquilo que se considera ciência e científicos. Estar dentro da fronteira da ciência confere um tipo de autoridade epistêmica, isto é, de *credibilidade* que é particularmente interessante nas

mais variadas disputas. Assim como Steven Epstein, entendo que credibilidade “*descreve a capacidade de demandantes de angariar apoiadores para seus argumentos, legitimar esses argumentos como conhecimento oficial e apresentar a si mesmos como o tipo de pessoas que podem expressar a verdade*” (EPSTEIN, 1996, p. 3 - tradução livre). Epstein (1996) argumenta que a credibilidade pode ser atingida por diversas maneiras, como através de títulos acadêmicos, o uso de determinadas linguagens específicas, a visibilidade na mídia, dentre outras formas. Todavia, a ciência costuma ser uma das principais formas de credibilidade em nossa sociedade, ainda que essa capacidade esteja em declínio como argumentam Nowotny e outros (2008).

O segundo alargamento conceitual que opero é substituir *undone* por precário. O conceito de Hess é restrito em relação à análise da qualidade do conhecimento. Para Hess não interessa avaliar se se trata de boa ou má ciência, seu interesse está em entender quais perguntas são feitas, quais têm obtido resposta, quais ainda não possuem resposta e quais perguntas sequer chegaram a ser feitas. Essa é uma agenda de pesquisa instigante e de mais alta relevância, mas me parece limitada para meus propósitos. Talvez a limitação do seu interesse se deva ao fato do campo de estudos empíricos de David Hess (2016) ser, majoritariamente, os movimentos de mudança tecnológica. Em meu campo de estudos – o movimento de pessoas trans –, esse foco restrito se torna uma barreira. As pessoas com quem interagi estavam interessadas em fazer novas perguntas, mas queriam também criticar determinados conhecimentos científicos como sendo uma *ciência ruim*.

A dimensão da qualidade do conhecimento que quero agregar ao fazer essa opção pelo qualificador *precária(o)* é, assim, fruto do diálogo entre diversas literaturas. Seja pela influência do trabalho de Sabrina McCormick (2009), que analisou os movimentos de democratização da ciência; pelo trabalho pioneiro de Steven Epstein (1996) sobre como ativistas conseguiram efetivamente se tornar experts e influenciar o debate sobre a AIDS; pelas feministas que criticam a ideia de neutralidade da ciência e apontam vieses de gênero mesmo na dita *hard science* (FAUSTO-STERLING, 1992; HARAWAY, 1995; HARDING, 2015); pela análise de Helga Nowotny e seus colegas (2008) que afirmam que na atualidade a legitimidade de um

4 No original: “*the capacity of claim-makers to enroll supporters behind their arguments, legitimate those arguments as authoritative knowledge, and present themselves as the sort of people who can voice the truth*”.

conhecimento se baseia não só na sua confiabilidade, mas também em seu lastro social; ou nos tantos outros trabalhos mencionados anteriormente que demonstram a constituição recíproca de tecnologias de poder e formas de conhecimento. É também, como já dito, fruto da minha inserção em campo e da insistência das ativistas que convivi, como o fez de forma aguda Chopelly Santos^{5,6}, durante nossa entrevista:

Chopelly: As pessoas precisam estudar, a academia precisa estudar. Eu não vou muito a academia não, eu acho que a academia é muito cruel com o movimento social. Ela desconhece muito a luta do movimento e desmerece muito a luta do movimento. [...] A gente sempre é objeto de estudo da academia e a academia não traz retorno positivo, é sempre contra o que o movimento quer, não entende o que o movimento quer. Eu não gosto de academia [...] e a academia é muito técnica, ela não liga para políticas públicas, ela liga para estudo, para conteúdo e muitos desses estudos e conteúdos não acabam nem contando a memória, não serve de memória, serve de alguma coisa, de mestrado, de não sei o que, de pesquisa [...] Até acho importante, mas acho que a faculdade, pelo tanto que nós já contribuimos para os doutores e mestrados, mestres e doutores do Brasil eu acho que academia tem a obrigação de se juntar e criar um memorial para contar o acervo do movimento de travestis e transexuais. [...] Se você viu a palestra de hoje, o rapaz acabou de dizer que não tem dados, cadê os dados da academia? [...] [A academia] Não serve para nada. Não contribui. Não contribui. Se contribuísse, o governo não continuava pedindo dados, meu amor. O governo pede ao movimento dados, por que não usa os dados da academia? Porque nem eles consideram os dados da academia (SANTOS, CHOPELLY DOS, 2017).

Frente a essa fala de Chopelly, não há como restringir minha análise apenas para as perguntas não feitas. Chopelly me diz que o conhecimento produzido pela academia *não serve para nada, nem como registro de memória*, mas na mesma fala insiste que as pessoas precisam estudar, a academia precisa estudar. A produção de conhecimento importa e é valorizada, mas

5 Mulher transexual e vice-presidenta da ANTRA. Retornarei à análise dessa entrevista com mais vagar no capítulo 04.

6 Não adoto nessa tese o uso de nomes fictícios para proteger o anonimato das pessoas com quem interagi. Durante as entrevistas, sempre perguntei como a pessoa gostaria de ser identificada na tese e todas foram enfáticas de que gostariam de ser nomeadas. O uso do anonimato em trabalhos acadêmicos, inclusive, foi criticado em alguns momentos do meu campo. Keila Simpson, atual presidenta da ANTRA, foi convidada para integrar uma mesa durante o 2º *International LGBT Psychology Conference*, realizado em março de 2016 na UERJ. A mesa tinha como tema a despatologização da transexualidade e tinha sido uma organização do Conselho Federal de Psicologia. A fala da ativista foi um diálogo crítico com o que chama de *a academia*, dentre suas várias críticas uma foi ao uso do anonimato: “A gente tem que questionar as regras e as teorias. Uma coisa que me incomoda é quando dou entrevista e me colocam lá como nomes de planetas, de flor e tal. Eu não quero isso, quero lá meu nome Keila Simpson. Vamos questionar essa regra da academia! O movimento é feito de pessoas e não de planetas!”. (Diário de Campo, 2º *International LGBT Psychology*, Rio de Janeiro, 08 de março de 2016)

nem toda produção de conhecimento importaria da mesma forma para a ativista, sua crítica está imbuída em pacote de valores que selecionam e hierarquizam os conhecimentos e que interessam para minha análise. Chopelly me parece sintetizar a noção de conhecimento precário e é possível extrair dessa sua fala, pelo menos, quatro formas de precariedade do conhecimento que atravessarão meu trabalho: (i) a falta de utilidade prática do conhecimento produzido na universidade (*não serve para nada*); (ii) a relação pouco democrática e assimétrica entre pesquisadores e sujeitos de pesquisa (*pelo tanto que já contribuimos para a academia [...]*); (iii) a falta de legitimidade do conhecimento produzido pela universidade e pelos movimentos sociais perante o Estado (*nem eles consideram os dados da academia*); e (iv) a inexistência de dados oficiais sobre a vida de pessoas trans (*não tem dados, cadê os dados da academia?*).

Conhecimento precário é, assim, uma ferramenta para se analisar a relação que atores do movimento social estabelecem com determinado (conjunto de) conhecimento, em que é diagnosticado algum um problema e levando em conta as relações de poder que atravessam esse (conjunto de) conhecimento(s). Essa ferramenta é necessariamente relacional e não normativa. Não se trata de oferecer um guia de boas condutas para pesquisadores, mas de trazer à tona o papel do conhecimento nas e para as disputas políticas dos movimentos sociais. Não há aqui contradição com o que foi afirmado anteriormente sobre determinados conhecimentos serem diretamente ligados a certas formas de poder, inclusive formas não democráticas. Essa natureza não democrática do conhecimento só se constitui numa forma de precariedade, no sentido que estou propondo aqui, a partir do momento que isso é avaliado como um problema por atores dos movimentos sociais. É possível, inclusive, que as diferentes partes de um conflito divirjam e cada uma aponte o conhecimento adversário como precário. Isso distingue essa ferramenta de outras como as noções de *saberes subalternos* (FOUCAULT, 2010; SPIVAK, 2010), *conhecimento hegemônico/contra-hegemônico* (GRAMSCI, 2000) ou de *injustiça epistêmica* (FRICKER, 2009), mas nada impede que essas outras definições conceituais também sejam utilizadas em conjunto, mais precisamente, que essas noções sejam ferramentas acionadas, pelos movimentos sociais, nas disputas para afirmar a precariedade de determinado conhecimento.

Conhecimento contra-público, por sua vez, também é um conceito retirado do trabalho

de David Hess. Antes de definir o conceito de conhecimento propriamente dito, é preciso reconhecer que o uso de contra-público nesse termo não é inocente e tem inspiração na crítica que Nancy Fraser (1990) faz da noção de esfera pública em Habermas. Fraser compreende que a sociedade é atravessada por dinâmicas de poder que resultam em estratificação e afetam as possibilidades de trocas discursivas, limitando, assim, as possibilidades de participação e influência de determinados grupos sociais no público geral ou *mainstream*. Dessa maneira, para a autora, existiriam os contra-públicos subalternos que seriam “*arenas discursivas paralelas onde membros dos grupos socialmente subordinados inventam e circulam contra-discursos, o que por sua vez permite a esses formular interpretações oposicionais de suas identidades, interesses e necessidades*” (FRASER, 1990, p. 67 - tradução livre). Essa teoria dos contra-públicos de Fraser é extremamente interessante e valorosa, e apesar de inspirar o trabalho de David Hess e o meu, traz consigo alguns problemas. Me incomoda especialmente que os contra-públicos em Fraser me parecem monolíticos, a autora não aplica com a mesma força a análise sobre as dinâmicas de poder e conflitos para dentro desses contra-públicos. Por essa razão, apesar de utilizar o termo, prefiro preenchê-lo com outros sentidos, movimento que também é feito por David Hess. Particularmente, prefiro me filiar a outros conceitos como a noção de Sonia Alvarez (2014) de campos discursivos de ação que, em minha opinião, dão conta de melhor analisar essas disputas internas a um campo que são fundamentais para a compreensão da complexidade das disputas dos movimentos sociais contemporâneos.

Voltando ao conceito de conhecimento contra-público, David Hess - e aqui o acompanho de maneira um pouco mais fiel - utiliza essa noção para nomear o conjunto de maneiras nas quais os atores dos movimentos sociais agem em oposição à precariedade do conhecimento, fomentando ou produzindo conhecimentos autonomamente e/ou em parceria com outros atores como as universidades, o Estado, etc. (HESS, 2016, p. 111-114). O conceito é relativamente recente e Hess admite ainda não conseguir oferecer um bom mapa dos tipos de conhecimento contra-público, nem das variadas estruturas organizacionais para a sua produção⁷. A ideia de que um conhecimento seja contra-público está diretamente relacionada a

7 O autor chega a propor uma tipologia, assumidamente insuficientes, uma para os tipos de conhecimento contra-públicos que se subdividiriam em dois: alternativos e compensatórios. No primeiro tipo haveria um desacordo interno ao campo científico sobre as prioridades de pesquisa e a relação dessas com o interesse público. Dessa maneira, a produção de conhecimento contra-público alternativo buscaria uma alteração na agenda de pesquisa de determinado campo científico ao argumentar que a agenda defendida por aquele conjunto de cientistas é a que

uma compreensão das dinâmicas de poder que atravessam o campo científico e de forma mais geral a produção de conhecimento. Esses conhecimentos estão, geralmente, ancorados em posições subalternas⁸ e oferecem uma espécie de contra-discurso ao discurso do *público oficial*. Dessa maneira, os conhecimentos contra-públicos ao serem produzidos, fomentados ou divulgados pelos movimentos sociais se dirigem aos próprios ativistas que integram o campo do movimento social em questão e os grupos que esses dizem representar, oferecendo uma narrativa alternativa que permite formular e responder de outras maneiras questões sobre suas identidades, seus objetivos, suas condições no mundo, seus interesses. Esses conhecimentos ainda se dirigem a um público mais amplo, disputando a legitimidade, a neutralidade, a correção ou a objetividade dos conhecimentos considerados precários.

Esse par conceitual recorta o conjunto de ferramentas que orientará o meu olhar nos capítulos a seguir.

Campo discursivo de ação

como e onde “buscamos”, o feminismo “em movimento”, inevitavelmente informa o que conseguimos enxergar e, conseqüentemente, flexiona como podemos imaginá-lo, teorizá-lo, e portanto, praticá-lo (ALVAREZ, 2014, p. 15)

A pluralidade da literatura de movimentos sociais é tal que não se encontra consenso nem mesmo naquilo que deveria ser o conceito mais básico, o de movimentos sociais. As maneiras mais usuais de tratar os movimentos são: (a) como *massas de indivíduos irracionais*, como faz o paradigma clássico (GOHN, 2014, p. 23–48); (b) como *grupos ou um conjunto de organizações*, como fazem as correntes organizacionais inspiradas em John McCarthy e Meyer Zald (1993); (c) como um *conjunto específico de performances* (protestos ou outras formas de ações coletivas), como fazem as correntes inspiradas em Charles Tilly (1993) e outros; (d) como

melhor representa as prioridades do interesse público. Já as controvérsias que envolvem a produção de conhecimento contra-público compensatório, se diferem pelo fato do conflito ser menos focado na dimensão interna ao campo científico e se configuraria mais como um conflito entre o campo científico e o industrial (HESS, 2016, p. 113–114).

8 David Hess insiste que essas subalternidades podem derivar de desigualdades estruturais, mas que haveriam outras possibilidades de subalternidades específicas a certos campos e disputas.

rede de interações sustentadas, como faz Mario Diani (1992; DIANI; BISON, 2010) e de forma bem distinta Ilse Scherer-Warren (2006)⁹. De alguma maneira, todas as abordagens coexistem sem ser possível dizer que estão completamente superadas. A vinculação a cada uma tende a estar ligada a qual aspecto interessa ao pesquisador analisar nos movimentos sociais e é comum que as pesquisas bebam em mais de uma dessas correntes.

Além dessas formas mais usuais, vem surgindo nos últimos anos uma série de estudos que utilizam da noção de *campo* para estudar os movimentos sociais. Não há propriamente uma unidade entre esses estudos e podem-se referir: a abordagem brasileira clássica da formação dos campos ético-político nos movimentos populares de Ana Doimo (1995); a forma como Regina Facchini (2003, 2005, 2012) se apropria dos conceitos de *campo* e *arena* de Marc Swartz (1968) para produzir uma análise mais atenta às *conexões* e *processos*; a forma como Marlise Matos (2008, 2010, 2012, 2016; MATOS; PARADIS, 2013) começa por se apropriar da noção de campo de Bourdieu para analisar o campo científico de *gênero e feminista* e vai progressivamente se reinventando, agregando novas referências e expandindo seus usos dessa noção para analisar as reconfigurações do feminismo latino-americano, a despatriarcalização do Estado e mais recentemente propor uma nova epistemologia para unificar, de forma reconhecidamente tensa e contingente, a análise e a luta por um outro mundo através do que chamou de *campo crítico-emancipatório das diferenças*; as recentes teorias de campo desenvolvidas por Fligstein e McAdam (2012); e por último, a forma como Sônia Alvarez (2014) tem recentemente desenvolvido a noção de campo discursivo de ação. Reconheço que cada uma dessas autoras desenvolve uma noção de campo bastante particular, mas preservados alguns aspectos, essas são relativamente compatíveis entre si. Com exceção dos trabalhos de Fligstein e McAdam, todas as outras abordagens têm como chão comum um certo diálogo, mesmo que crítico em alguns aspectos, com o trabalho de Ana Doimo e há inclusive um diálogo, implícito e explícito, entre os textos mais recentes que parecem convergir para uma aproximação com a proposta de Sônia Alvarez.

Sônia Alvarez (2014) desenvolve mais rigorosamente essa ferramenta ao analisar as

9 No Brasil, o uso do conceito de redes para se pensar os movimentos sociais ganha notoriedade em função do trabalho de Ilse Scherer-Warren. Há aproximações entre a proposta de Diani e Scherer-Warren, mas não devem ser confundidas, nem se pode dizer que o trabalho de Diani influenciou a autora brasileira a utilizar essa noção de rede. Ambos desenvolvem o uso em período similar e o diálogo de Scherer-Warren com Diani é mais recente.

transformações no feminismo latino-americano nas últimas décadas¹⁰. Assim como eu, a pesquisadora olhava para o seu campo de pesquisa e via uma multiplicidade de atores interagindo e fenômenos que não necessariamente se encaixavam nas teorias dos movimentos sociais tradicionais. Percebia ativistas históricas entrando para o Estado e promovendo políticas públicas para mulheres com uma linguagem feminista; mulheres que se candidatavam a cargos políticos com o discurso de que representatividade importa e que precisávamos eleger mais mulheres; jovens que não se vinculavam a nenhuma organização, nem sequer acreditavam no Estado, mas que se identificam como feministas, escrevem blogs e organizam protestos; professoras universitárias que desenvolvem pesquisas sobre literatura de mulheres. Todas essas pessoas e tantas outras mais, na percepção de Alvarez, estavam conectadas e interagindo por meio do feminismo, não para organizar uma campanha ou sob uma mesma organização. O feminismo estava além da sociedade civil, não era um simples conjunto de organizações, protestos, performances e nem apenas uma rede de interações sustentadas, essas pessoas estavam reunidas sob um mesmo *campo discursivo de ação*.

O campo discursivo de ação é, assim, a unidade de análise que permite a Sonia Alvarez observar essa pluralidade de atores e suas interações. A definição de campo e por consequente de fronteiras implica reconhecer relações – que podem inclusive ser virtuais, assíncronas e/ou indiretas – entre as pessoas que compõem um mesmo campo, um compartilhamento minimamente comum de histórias e saberes sobre si, sobre os outros e de relacionamentos entre nós e os outros que tem como efeito a produção do campo e da fronteira. Esses se formam a partir de um emaranhado de interlocuções e ao longo do tempo conectam, numa espécie de teia político-comunicativa, uma ampla gama de atores/atrizes variados(as): ONGs, gestores públicos(as), parlamentares, ativistas independentes, cientistas, artistas, dentre outros(as). Isso significa incluir na análise atrizes/atores que frequentemente ficam de fora do conceito de movimento social, como uma deputada ou uma cientista, mas sempre levando em

10 O conceito de campo discursivo de ação tem uma história intelectual longa no trabalho de Sonia Alvarez. A autora já vinha usando, pelo menos, desde a década de 1990 esse conceito, como o faz no seu texto *Latin American Feminism Go Global* (ALVAREZ, 1998). Todavia, sempre aparecia sem ser bem definido, como a própria autora reconhece na introdução do *Além da Sociedade Civil* (ALVAREZ, 2014). É nesse texto de 2014 que Sônia finalmente elabora essa noção de campo discursivo de ação com mais densidade, mas a forma como o faz é significativamente mais rica que do que seus usos anteriores e a obriga, inclusive, a reelaborar suas análises sobre os feminismos latino-americanos até então.

conta as desigualdades existentes entre essas. Tais atores e atrizes compartilhariam ao menos parcialmente uma *gramática política* composta por linguagem, sentidos e visões de mundo.

A noção de campo não pressupõe consenso e nem é estática, pelo contrário, os conflitos são parte constitutiva desses e é comum que haja disputas internas que periodicamente redefinem o campo, suas fronteiras e as relações de pertencimento a esse. Sonia Alvarez insiste que os campos não devem ser pensados como bolhas autocontidas ou isoladas, apesar de existir uma relativa independência, regras, dinâmicas de poder e estruturação interna aos campos, essas só fazem sentido quando conectadas ao tecido social. ser atravessadas por outros campos Além disso, Alvarez julga que é fundamental para a análise do campo observarmos pelo menos sete aspectos, são eles: “1) *atoras/es mais ou menos visíveis, hegemônicos, marginalizados*; 2) *malhas/teias/redes articuladoras*; 3) *pontos nodais*; 4) *dimensões verticais, horizontais, e talvez densidade*; 5) *discursos definidores*; 6) *lutas interpretativas/conflitos constitutivos*; e 7) *paradoxos transformadores*” (ALVAREZ, 2014, p. 46).

Há ainda muito o que se explorar e aprofundar sobre essa forma de conceituação, mas o uso dessa noção de campo discursivo de ação permite uma entrada diferente para as teorias dos movimentos sociais que é particularmente rica para essa pesquisa. As teorias tradicionais, principalmente as mais próximas da Ciência Política, operam de uma maneira que hierarquizou as formas de explicação e estão presas em uma disputa incessante para descobrir qual variável explica adequadamente tal protesto ou fenômeno, produzindo um grande volume de textos que se perguntam: identidade importa? Recursos importam? Frames importam? A abordagem epistemológica proposta por Sônia Alvarez, talvez por se situar numa abordagem mais interpretativa e relacional que as abordagens correntes na Ciência Política, permite deslocar essas perguntas para: como recursos importam? Como a identidade importa? Como frames importam? Agregando, assim, insights de outras teorias, mas sem se preocupar tanto com a produção de generalizações ou com a mensuração estrita do *quantum* explicativo de cada variável operacionalizável a partir de uma linguagem causal, por exemplo.

Além disso, permite superar três dilemas da literatura de movimentos sociais que atrapalhavam a análise do campo do movimento e dos estudos trans, são eles: (i) *o dilema dos grupos, campanhas ou redes*; (ii) *o dilema da fronteira do Estado e dos movimentos sociais*;

(iii) *o dilema dos atores coletivos vs. indivíduos.*

O dilema dos grupos, campanhas ou redes. Diferentes atores discutem frequentemente as fronteiras do movimento, quem pode ou não se reivindicar como parte, dar uma entrevista representando o movimento, apresentar demandas legítimas ao Estado, compor um comitê participativo, dentre muitas outras disputas de pertencimento. O debate sobre o sujeito do feminismo, sobre a possibilidade de inclusão ou não de pessoas trans no movimento feminista, exemplifica bem esse tipo de disputa, que não pode ser reduzida a uma simples disputa de estratégia ou de poder entre grupos (ADRIÃO; TONELI; MALUF, 2011; BUTLER, 2008; COACCI, 2014). Para além disso, movimentos sociais podem nascer e morrer, mas são mais perenes que grupos, coletivos ou ciclos de ação, o campo se altera ao longo do tempo, mudando os atores (individuais e coletivos), os objetivos, as estratégias, as posições, as alianças e, até mesmo, os discursos. Principalmente aqueles movimentos focados na superação das grandes contradições e desigualdades de nossa sociedade, tendem a permanecer por longos períodos, se reformulando ao longo do tempo. As redes, ou teias como prefere Alvarez (2014), são parte da forma como os campos se articulam, constituindo redes mais ou menos fortes, que se alteram juntamente ao campo. Dessa maneira, o conceito de campo não exclui o de redes, grupos ou campanhas e afirma que esses fenômenos integram os movimentos sociais, mas os aglutinam em um conceito mais abrangente e dinâmico.

O dilema Estado vs. movimentos sociais. A partir da emergência dos governos de centro-esquerda e das reformas do Estado na América Latina, foi promovida uma série de alterações institucionais no sentido de criação ou ampliação das políticas de participação e deliberação; ao mesmo tempo, presenciamos a entrada cada vez mais frequente de ativistas históricos para cargos políticos variados (AVRITZER, 2002; MATOS; PARADIS, 2013; PINHEIRO, MARINA BRITO, 2015), tornando a fronteira entre Estado e movimentos sociais mais porosa e instável do que já o era. A noção de campo permite localizar as múltiplas formas de relação e interpenetração de coletivos, ativistas autônomos, partidos políticos, agentes públicos e o Estado em uma (ou mais) disputa(s) política(s). Permite ainda que o Estado seja visto de forma complexa, não só como *o inimigo*, alvo de demandas ou como cooptador, mas perceber como as demandas e identidades políticas são constituídas processualmente por meio diálogo com o Estado (AGUIÃO, 2016) e como esse pode ser mobilizador ou catalisador da ação, ao ponto que

algumas feministas chegam até a postular a existência de um feminismo estatal (PINHEIRO, MARINA BRITO, 2015, p. 49–50, 177–200).

O dilema dos atores coletivo vs. indivíduo. Nas últimas duas décadas se multiplicaram as possibilidades de mobilização e participação dentro do sistema político formal (criação de conselhos, conferências, orçamentos participativos, etc.) e fora desse (no *Facebook*, na academia, activismos e *hacktivismo*) como consequência de transformações sociais, institucionais e tecnológicas, como a difusão da internet, das redes sociais e dos *smartphones*. Isso alterou padrões tradicionais e criou novos padrões de ação (VAN LAER; VAN AELST, 2010), o que tornou possível que ativistas autônomos da internet possam inclusive vir a atuar como líderes e pautar determinados debates e disputas, se reivindicando como parte de um movimento, mesmo sem possuir filiação a organização ou partido, o que vem sendo chamado pela literatura de *lógica da ação conectiva* (BENNETT; SEGERBERG, 2012; MENDONÇA, 2017). Por ser assim, perde o sentido analítico focar exclusivamente em organizações de movimentos sociais altamente burocratizadas e suas campanhas. Não se trata de dizer que essas perderam a importância nos processos contemporâneos, mas de reconhecer que a análise dessas não basta. O conceito de campo permite englobar essa multiplicidade de formas organizacionais e ativistas. Por todas essas razões, utilizarei os termos campo, movimentos sociais, campo trans e variações como intercambiáveis.

Sobre cistrelinhas e biscoitos: a entrada em campo e meu lugar de fala na pesquisa

Então me lembrei intensamente de Claudia, mas não queria ou não me atrevia a contar sua história. Não era a minha. Sabia pouco, mas pelo menos sabia isto: que ninguém fala pelos outros. Que mesmo que queiramos contar histórias alheias, terminamos sempre contando nossa própria história (Alejandro Zambra, *Formas de Voltar para Casa*).

Em fevereiro de 2015, um grupo de pessoas de Belo Horizonte e Contagem começou a se reunir para organizar um acampamento voltado para pessoas trans, o *I Acampa T*. O acampamento não era organizado por nenhuma organização específica, mas vários dos

organizadores faziam parte de distintas organizações como o IBRAT e o MOOCA. O objetivo da proposta era se encontrar e divertir fora do ambiente urbano e em um espaço seguro, em que as pessoas em questão não se sentissem desconfortáveis com seus próprios corpos, sujeitos a olhares e repreensões que invariavelmente buscam enquadrá-las nos padrões sociais. Logo no início da organização surgiu a dúvida: *e as pessoas cis?* Elas poderiam participar ou o espaço seria exclusivo para pessoas trans? Em um *post* na página do *Facebook* criada para o acampamento, Carl Benzaquen se posicionou dizendo que sim, mas não qualquer pessoa cis. Apenas as *cistrelinhas*, ou seja, as pessoas cis que são queridas por pessoas trans e que seriam convidadas para participar do evento. Eu fui uma das pessoas cis que recebeu de Carl um convite para participar do evento. A abertura para pessoas cis, no entanto, não foi consensual. Um grupo de pessoas alegou que não se sentiriam seguras e confortáveis na presença de pessoas cis. Isso provocou uma briga entre as pessoas e uma posterior divisão em dois eventos. Dois acampamentos foram organizados, um com a participação de pessoas cis e outro exclusivo para pessoas trans (Caderno de Campo, Belo Horizonte, 20 de Fevereiro de 2015).

Como fica claro pela descrição do caso acima, a participação de pessoas cis em espaços voltados para pessoas trans nem sempre é permitida ou tranquila. Alguns espaços são exclusivamente voltados para pessoas trans e mesmo naqueles espaços que são abertos, podem existir pessoas que se sintam desconfortáveis ou que questionam a legitimidade de pessoas cis estarem ali.

A demanda pela construção de *espaços exclusivos* é algo comum a diversos movimentos sociais e grupos sociais marginalizados, não sendo uma especificidade do movimento de pessoas trans. Historicamente as feministas construíram espaços *livres de homens*, sejam conferências, reuniões, organizações e festivais, como o famoso *Michigan Womyn's Music Festival*, um festival feminista de música que acontece desde 1976 e tradicionalmente é organizado exclusivamente *por e para* mulheres¹¹. O argumento frequentemente utilizado para a construção de espaços exclusivos é que seriam mais seguros, permitiriam uma experiência livre de constrangimentos e preconceitos que permeiam todos os

¹¹ O fato de ser um evento exclusivo para mulheres gerou conflitos com a comunidade de pessoas trans, uma vez que o festival por muitos anos se dizia exclusivo para *mulheres-nascidas-mulheres*, uma categoria criada para excluir mulheres trans. Sobre esses conflitos ver Julia Serano (2013) e Emi Koyama (2006).

outros espaços com a presença de pessoas que não pertencem ao grupo social marginalizado em questão. No caso do acampamento mencionado anteriormente, por exemplo, o argumento apresentado foi que há pessoas que não se sentem plenamente confortáveis com seus corpos, essas se sentiriam mais livres na presença exclusiva de pessoas que compartilham de uma experiência e um corpo similar. Além disso, argumentam que na companhia exclusiva de pessoas trans não receberiam tantos olhares de curiosidade, espanto e julgamento, tão comuns na experiência trans. Tenho dúvidas sobre em que medida isso se efetiva, pois há aí um pressuposto da homogeneidade das experiências e corporalidades trans que, a meu ver, se desfaz na prática.

Eu não frequentei e pesquisei espaços exclusivos para pessoas trans. Houve momentos em que eu era a única pessoa cis no espaço, mas jamais ingressei, com o intuito de pesquisa, num espaço exclusivo. Nos espaços organizados por organizações de movimento social, ingressei sempre após ter solicitado autorização formal para a organização responsável pelo evento e tentava em algum momento me apresentar publicamente como pesquisador, informando que estava acompanhando o evento para minha pesquisa de doutorado. Em alguns casos, como no ENTLAIDS de 2016, a organização solicitou que eu enviasse meu projeto de pesquisa para ser avaliado, antes de autorizarem minha inscrição. Após a avaliação positiva, a organizadora Cris Stefanny me enviou a ficha de inscrição e informou que eu seria bem-vindo no encontro. Em espaços organizados por gestores do Estado ou eventos acadêmicos não solicitei autorização formal para a participação, mas busquei me apresentar publicamente como pesquisador para as pessoas com quem interagia. O que falo sobre espaços exclusivos nessa tese é fruto das entrevistas, conversas, posts em blogs e páginas do Facebook, ou de falas públicas em eventos que acompanhei, portanto, nunca da observação direta.

Minha entrada nos espaços do movimento não foi particularmente difícil. Pela minha trajetória de militância no movimento LGBT e de estudos nos campos de gênero e sexualidades eu já conhecia algumas das ativistas do movimento e participava de alguns desses espaços. Fui inclusive da equipe organizadora do 7º Encontro Sudeste de Travestis e Transexuais, realizado em 2012, em Belo Horizonte, um dos principais espaços de organização do movimento trans na região. Nunca me foi negada a participação em determinado espaço para acompanhar a

pesquisa, mas, com certeza, a minha presença incomodou algumas pessoas e frequentemente fui questionado: *mas, o que você faz aqui mesmo?* Ao qual respondia imediatamente: *eu pesquiso o movimento*. Quase sempre minha resposta foi recebida de forma positiva.

Acredito ainda que a minha entrada foi facilitada por outros dois aspectos: a minha corporalidade e o fato de ser advogado. Por ser pequeno e afeminado fui muitas vezes confundido com um homem trans e em algumas raras ocasiões com uma travesti em início do processo de transição, o que fez com que um ativista certa vez brincasse dizendo que tenho *passabilidade trans*. Sempre esclareci que até aquele momento me identificava como uma *bixa cis*. Essas confusões permitiram alguns contatos mais espontâneos, sem a pressuposição de uma hierarquia pesquisador-pesquisado ou de segundas intenções. A minha formação em Direito foi outro fator que colaborou. Por diversas vezes, ao descobrirem que sou advogado, me pediram algum tipo de ajuda jurídica: tirar dúvidas sobre a legalidade de uma ação, entender uma decisão no processo de retificação do registro civil, até para auxiliar na revisão do Estatuto de uma das organizações me foi solicitado. Ajudei sempre que eu sabia responder a dúvida ou quando implicava um auxílio que não comprometeria meu campo de pesquisa.

Um questionamento similar ao da presença em espaços exclusivos é levantado sobre a legitimidade das pessoas cis falarem – e conseqüentemente estudarem, como no meu caso – sobre pessoas trans e suas experiências. Frequentemente, o argumento de que uma pessoa cis não poderia falar sobre transgeneridades, ou ainda de que essa pessoa “não teria lugar de fala”, é usado por algumas pessoas trans para encerrar debates e deslegitimar a opinião de pessoas cis. A crítica resultou em diversos conflitos - alguns inclusive que serão analisados nesse trabalho - e obrigou pessoas cis pesquisadoras, como Leandro Colling (2015, p. 56–62) a pagarem um longo pedágio sobre essa discussão em seu trabalho¹². Os usos e apropriações da ideia de lugar de fala, no entanto, não são homogêneas e há mesmo dentro do campo pessoas, como a ativista trans Sofia Fávero (2016), que acreditam que esse conceito não pode servir

¹² É preciso notar que esse debate não é exclusivo do movimento de pessoas trans e não é necessariamente novo. Outros movimentos como o feminista e o de negros e negras já realizaram debates similares, pelo menos, desde a década de 1970. A questão, no entanto, ainda não foi resolvida e não é banal para ser ignorada, pois tem implicações mais profundas até mesmo em debates mais específicos da Ciência Política como a representação política no legislativo. Para um exemplo basta ver o excelente trabalho de Anne Phillips (2001, p. 275–277), que também é obrigada a enfrentar essa questão.

para impedir pessoas cis de falar sobre transgeneridades.

Esse não é um questionamento banal e surge de um certo diagnóstico da precaridade do conhecimento sobre pessoas trans que discutirei mais profundamente nos capítulos seguintes: da percepção que a voz das pessoas trans não tem sido considerada legítima para falar de sua própria experiência e que as representações que circulam, majoritariamente produzidas por pessoas cis, não são adequadas e representativas. É uma denúncia de invisibilização, epistemicídio e colonização epistêmica, em contrapartida, a noção de lugar de fala pode operar a importante função de interromper o silenciamento e fornecer um tipo de legitimidade epistêmica para que essas vozes subalternizadas sejam ouvidas. Reconheço a importância desse uso do lugar de fala, mas acredito que essa ideia, se mal interpretada, pode ter efeitos perversos, principalmente porque essa estratégia tem implicações epistemológicas profundas.

O questionamento sobre a legitimidade do lugar de fala, quando utilizado como instrumento estratégico de silenciamento, pode ser destrinchado em duas premissas básicas: a) que não há como saber o que é a experiência de uma pessoa trans, sem ser uma pessoa trans; e b) que ao falar sobre pessoas trans, sendo cis, silenciaria pessoas trans, “roubando protagonismo” dessas.

Em relação à primeira afirmação, acredito que deriva de uma mistura complexa de ideias das teorias feministas da perspectiva (*feminist standpoint theory*) (COLLINS, PATRICIA HILL, 2016; HARAWAY, 1995; HARDING, 1986) e das críticas pós/decolonial (SPIVAK, 2010) transformando-as num empirismo radical problemático que: (i) espelha experiência (ou identidade) e conhecimento (ou ideias); e (ii) confunde experiências individuais e coletivas. Nesse sentido, só seria possível saber algo a partir da experiência de vivenciar aquele algo.

A primeira objeção a ser feita é que em todos os ramos científicos efetivamente produzimos conhecimento sobre coisas que não foram observadas e talvez nem sejam possíveis de serem observadas e experienciadas. Para utilizar um exemplo das ditas ciências duras, podemos utilizar o caso do Bóson de Higgs. Trata-se de uma partícula elementar subatômica que tinha sua existência prevista por modelos teóricos desde a década de 1960,

mas que só recentemente foi possível realizar experimentos que provavelmente visualizaram tal partícula¹³. Apesar do alto grau de incerteza que circula nesse campo da física teórica e física quântica, é impossível negar que há uma quantidade de saber produzido que tem resultado em explicações do mundo e em produção de tecnologia, mesmo quando ainda não acompanhado de observações empíricas que comprovem a existência de objetos postulados nos modelos teóricos. O mesmo ocorre nas ciências humanas, não há como observar ou experimentar esse ente que chamamos de *a sociedade*, no entanto, essa é o objeto de análise por excelência das ciências sociais. O que observamos são sempre seus efeitos, suas partes, nunca o todo, esse não pode ser acessado.

A segunda objeção é que essa noção implicaria numa perda enorme de conhecimento com o passar do tempo, principalmente sobre experiências do passado e que são importantes para os movimentos sociais contemporâneos. Tomemos como exemplo a escravidão histórica no Brasil. Atualmente, não existe mais pessoa viva que efetivamente vivenciou aquela forma de opressão, estaríamos, então, fadados a nos calar sobre tal experiência por não a termos vivenciado? À meramente repetir os relatos já deixados? Será que não haveria nada de novo para se aprender sobre a escravidão? Cotidianamente, aprendemos sobre aquela experiência por meio dos relatos históricos, dos diários deixados, da tradição oral passada e, até hoje, produzimos novos conhecimentos sobre aquela experiência do passado. Não vivenciamos mais a escravidão histórica, mas ainda sabemos sobre ela e podemos saber cada vez mais, a experiência direta tem seu valor, mas é possível a produção de conhecimento legítimo, de qualidade e de relevância para a emancipação social sem a experiência direta da forma de opressão.

Terceiro, a rigor essa noção faria com que não fosse possível falar de uma experiência que não seja idêntica a sua, interditando qualquer debate e, inclusive, aprisionando os grupos oprimidos a falarem exclusivamente sobre sua condição de opressão. Isso não é desejável e é bastante violento. Por diversas vezes escutei ativistas reivindicando justamente contrário. Por seu lugar de destaque no movimento social, Keila Simpson, atual presidenta da ANTRA, é cotidianamente chamada para dar palestras em todo o Brasil e já perdeu as contas de quantas

13 Para mais informações sobre os experimentos ver o *Press Release* do *Conseil Européen pour la Recherche Nucléaire* (CERN): <<http://cds.cern.ch/journal/CERNBulletin/2012/28/News%20Articles/1459454?ln=en>>

entrevistas deu para jornais e pesquisas acadêmicas. Em uma de suas palestras, durante um encontro promovido pelo grupo Triângulo Trans, em Uberlândia, Keila comentava sobre esses convites: “como eu disse lá na Faculdade de Direito [da UFMG], eu quero ser desafiada para quando for nessas palestras falar sobre comércio exterior, sobre política internacional, eu tô cansada de falar só da minha vida” (Diário de Campo, II Workshop Regional da Rede Trans Brasil - Etapa Sudeste, Uberlândia, 22 de Outubro de 2016). Essa redução da pessoa à determinadas características que as marcam como subalternas é uma tática de silenciamento utilizada justamente para ignorar a produção de pessoas oriundas de grupos oprimidos e que ocorre até mesmo com pessoas que atingiram um patamar elevado de prestígio na hierarquia social. Em entrevista, a filósofa Judith Butler reclamou de como insistem em reduzir sua obra a um símbolo do pensamento lésbico, mesmo após escrever um livro dedicado a questionar as identidades políticas. Maggie Nelson comenta essa declaração de uma maneira que deixa muito claro a armadilha epistemológica da redução do empirismo identitário:

Sendo menos generosa [que a Judith Butler], eu diria que o simples fato de ela ser lésbica é tão ofuscante para algumas pessoas que qualquer palavra que sair de sua boca – qualquer palavra que sair da boca da *lésbica* – será ouvida por certos ouvintes como *lésbica*, *lésbica*, *lésbica*. Desta posição, basta um pequeno passo para desconsiderar a lésbica – ou, a propósito, qualquer pessoa que se recuse a entrar calmamente num futuro “pós-racial” que lembre, com muita proximidade, o passado e o presente racista – como *identitária*, quando na verdade é a pessoa que ouve que não consegue ir além da identidade que ela mesma imputou a quem fala (NELSON, 2017, p. 61 - grifos no original)

Esse aprisionamento do conhecimento à experiência e às marcas identitárias do sujeito é uma armadilha que não joga à favor desses mesmos sujeitos, pelo contrário, essa é justamente uma estratégia de silenciamento utilizada contra sujeitos subalternos. É desejável que a ciência social continue estudando as mais diversas experiências existentes no mundo, é desejável, também, que pessoas integrantes de grupos oprimidos sejam capazes e venham a falar sobre diversos temas, que nada estão relacionados à sua experiência de opressão.

A quarta objeção é de que seria necessário, como faz Ramon Grosfoguel (2008), distinguir entre *lugar epistêmico* e *lugar social*. O fato de alguém ocupar um lugar subalterno

na sociedade não garante automaticamente àquela pessoa uma posição epistêmica elaborada a partir da subalternidade. Ninguém detém de antemão ou por automatismo o privilégio epistêmico dos pontos de vista subalternos propostos por Patricia Hill-Collins (2016). Na realidade, o sucesso da colonialidade do saber (GROSFOGUEL, 2008; MIGNOLO, 2005), isto é, dessa forma de dominação na qual os sujeitos do sul global leem o mundo por meio de categorias pensadas no e para o norte, que as epistemologias críticas tanto denunciam, se dá justamente por levar até mesmo as pessoas posicionadas socialmente na esfera da subalternidade a elaborarem noções de mundo e de si mesmas a partir de posições epistêmicas dominantes. Ou seja, apesar de uma pessoa ocupar um lugar social subalterno, ela pode – e frequentemente o faz – ocupar lugares epistêmicos dominantes.

Faz mais sentido interpretar a questão do lugar de fala como um princípio ético e epistemológico do *posicionar-se* (HARAWAY, 1995), ou seja, de recusar a postura do *olho de deus* que tudo enxerga das epistemologias canônicas que acreditam na possibilidade de produzir uma ciência neutra, e reconhecer os inúmeros vieses que atravessam o seu e todo trabalho. É ainda uma posição de vigilância permanente para denunciar as estruturas de opressão/subalternização e recusar a reprodução dessas no conhecimento produzido.

O que conecta esse conjunto variado de trabalhos epistemológicos é, por um lado, a preocupação sobre como a posição de determinado sujeito nas estruturas do poder – que em nossa sociedade contemporânea ocidental é definida por meio de dinâmicas de classe, raça, gênero, sexualidade e tantas outras – molda sua experiência, influencia o conhecimento produzido por esse, bem como sua legitimidade e capacidade de circulação. Anne Fausto-Sterling (1992) demonstra bem isso ao analisar pesquisas que buscam explicar biologicamente as diferenças sexuais entre homens e mulheres, tais como as pesquisas sobre diferenças cerebrais, diferença na capacidade de aprendizado matemático, diferenças de humor, dentre outras. Sua análise demonstra que esses conhecimentos são em grande parte moldados pela cultura e pelos valores masculinos dos cientistas que produzem esse conhecimento e por essa posição social dos pesquisadores, acabam ignorando outras explicações possíveis e melhores para o que buscam explicar. Podemos ler Virginia Woolf (1985), em *Um Teto Todo Seu*, como uma das precursoras dessa tradição epistemológica. Ao ser instada a falar sobre mulheres e

ficção acaba chegando a conclusão de que precisa falar sobre teto e dinheiro. Para a autora, a posição social que as mulheres se encontravam ao longo de grande parte da história da Inglaterra impediu, por muito tempo, que escrevessem, restringiu os estilos e temas possíveis. No célebre exemplo de Woolf (1985, p. 61–75), se Shakespeare tivesse uma irmã maravilhosamente dotada, essa provavelmente teria morrido sem que seu talento jamais chegasse ao papel, pois não teria recebido as condições de possibilidade para isso. Mulheres que desde cedo tem que realizar o trabalho doméstico, que são excluídas da educação formal, da vida cultural e muitas vezes não possuem um *teto todo seu* para ter paz e concentração, dificilmente escreverão ficção.

Por outro lado, esse conjunto de trabalhos compartilham ainda da compreensão de que tais posições sociais não são e não devem ser reificadas, mas que são produzidas através de complexos e paradoxais processos sociais de diferenciação que esquadrinham a humanidade dividindo-a em grupos hierarquizados. Nesse sentido, não há nada de essencial que faça a subalterna de Spivak (2010) não poder falar ou se atirar na pira funerária de seu falecido marido, nem algo a priori que impossibilite que essa situação se altere. Essa subalternidade e o seu efeito de não poder falar, no texto da autora, é fruto de uma história muito concreta de exploração e despossessão produzida pelo colonialismo europeu num esforço de dominação física do território, das pessoas que residem ali e de toda uma produção discursiva que constrói o oriente e o ocidente como lugares e culturas distintas e hierarquizadas, colocando o oriente como o lugar do exótico, enquanto relega ao ocidente, mais precisamente a Europa, o lugar da racionalidade.

Dessa compreensão decorre que nesse conjunto de trabalhos, epistemologia e política andam juntos. Ao perceber as relações intrincadas de poder e saber na construção das posições de um grupo e ao recusarmos o ponto de vista do olho de deus, torna-se possível perceber a ausência de determinadas perspectivas ou a sobrerepresentação de perspectivas de grupos hegemônicos. Essa subrepresentação ou ausência, nesse conjunto de trabalhos, é compreendida como uma precariedade do conhecimento e também uma forma de injustiça epistêmica¹⁴.

14 O termo injustiça epistêmica é mais frequentemente atribuído a Miranda Fricker. Seu trabalho tem méritos inegáveis ao distinguir claramente entre injustiça hermenêutica e injustiça testimonial, mas o arcabouço teórico

Ao localizar o conhecimento, a epistemologia feminista não coloca a perspectiva dos grupos subalternos como simplesmente mais uma posição, mas argumenta pela existência de um privilégio epistêmico nessa condição de marginalidade que permite mais facilmente perceber o funcionamento das lógicas sociais de opressão. Patricia Hill Collins (2016) demonstra bem isso por meio de sua noção de *outsider within*¹⁵. A vida de algumas mulheres negras que trabalhavam como empregadas domésticas em famílias brancas permite a essas mulheres desenvolver uma forma particular de ver a realidade. Isso implica que a *outsider within*, de Collins, a partir de sua posição teria o privilégio para observar aquilo que compartilha com outras pessoas em posições similares e compreender o funcionamento das dinâmicas do poder que a levam a ocupar o lugar que ocupa na sociedade. Isso implica ainda no fato de que trajetórias individuais que desviam da experiência compartilhada da opressão, aquelas histórias de pessoas que *deram certo e venceram na vida*, não refutam a existência da opressão ou o valor do conhecimento situado, já que a experiência individual dessa pessoa se relaciona com a experiência coletiva do grupo a que pertence, mas não se resume a essa. Essa história individual, com certeza, permite outras análises das dinâmicas sociais de diferenciação e hierarquização.

As objeções aqui apresentadas não servem para deslegitimar os questionamentos que os movimentos sociais têm feito sobre o lugar de fala e permitir que a ciência mainstream continue a produzir conhecimento da forma como sempre foi, promovendo a manutenção das estruturas epistêmicas das desigualdades sociais. Esse questionamento têm sido fundamental para desenvolver uma ciência melhor, mais ética, revelar que o conhecimento científico está longe de ser neutro e é desde sempre imbuído de valores. O que tento recusar aqui é apenas

que utiliza para desenvolver seu argumento é muito distinto do utilizado nessa tese e algumas vezes incompatível, a própria autora admite que seu objetivo ao cunhar o termo injustiça epistêmica foi para permitir “*observar algumas interseções cruciais entre saber e poder a uma certa distância das densas sombras deixadas por Marx e Foucault*” (FRICKER, 2017, p. 56 - tradução livre). Todavia, como Amy Allen (2017) argumenta, se a tarefa de uma teoria da injustiça epistêmica é analisar e descortinar as relações entre a razão e o poder social, então, Foucault, e eu acrescentaria Spivak e outras teóricas da epistemologia feminista e das teorias queer, já estava falando de injustiça epistêmica muito antes, mesmo sem necessariamente utilizar explicitamente o termo. Nancy Tuana (2017) também acena nesse sentido ao contextualizar o trabalho de Miranda Fricker dentro de uma tradição mais longa das epistemologias feministas.

15 Não há uma tradução em português para o termo *outsider within*, os textos traduzidos da autora optam por utilizar o termo em inglês.

uma forma de interpretação dessas teorias que considero inadequada por restringir os potenciais interlocutores sobre um tema e aprisiona os sujeitos, inclusive subalternos, a falarem exclusivamente sobre si. Também não me interessa inverter a pergunta de Spivak e me perguntar se pode o não subalterno falar. Essa inversão não faz sentido e é um tanto quanto trágica. É óbvio que pessoas que não ocupam posições subalternas sempre puderam falar, mas ao menos, desta perspectiva epistemológica discutida aqui são obrigadas ética e metodologicamente a reconhecer a parcialidade de seu conhecimento e as desigualdades que estruturam o campo de circulação dos saberes pelo mundo.

Essa compreensão também auxilia a responder à segunda objeção de silenciamento e roubo de protagonismo. O conhecimento situado é sempre parcial e jamais preencherá o espaço legado a outras perspectivas, é justamente esse fato da impossibilidade de representação da totalidade que obriga o exercício de um diálogo horizontal com outras posicionalidades ou o reconhecimento do vazio deixado pela inexistência dessas outras perspectivas na produção acadêmica. A própria construção do meu problema de pesquisa é uma forma de tentar responder a esse questionamento, buscando levar a sério que os movimentos sociais de pessoas trans têm produzido conhecimento. Ao mesmo tempo, esse tipo de objeção é particularmente interessante a essa pesquisa porque ao denunciar o roubo de protagonismo, que pode ser operado por pesquisadores cis, ativistas trans demonstram como a fronteira entre os campos científico e ativista é construída situacionalmente e por vezes se torna bastante borrada, como será melhor analisado nos capítulos que se seguem.

Alguns apontamentos metodológicos

Para investigar as relações de coprodução entre conhecimentos e movimentos sociais de pessoas trans mobilizei uma série de estratégias metodológicas distintas ao longo do trabalho. A espinha dorsal do trabalho é a pesquisa empírica com ativistas e organizações do movimento trans brasileiro, descreverei aqui a maneira como realizei esse acompanhamento.

No entanto, alguns capítulos não se baseiam diretamente nos procedimentos descritos abaixo, nesses casos os procedimentos específicos estão descritos no próprio.

Parti inicialmente do acompanhamento das ações de três organizações do movimento trans brasileiro: a ANTRA, o IBRAT e o Coletivo Transfeminismo. A escolha desses três casos não foi aleatória, mas seguiu as orientações de Gerring (2007) para a escolha de casos diversos, chegando aos seguintes critérios de seleção: (i) possuírem modelos institucionais de organização diferentes; (ii) possuírem diferentes perfis de integrantes; (iii) e por último, se engajarem em diferentes tipos de conflitos que envolvem a identificação de conhecimentos precários e a produção de conhecimentos contra-públicos. Para além disso, todas as três organizações têm caráter nacional e têm impactado, mesmo que de formas diversas, no debate público sobre pessoas trans.

Fiz a opção de acompanhar ativistas e organizações exclusivamente ou majoritariamente compostas por pessoas trans. Uma das minhas hipóteses era justamente que existia um campo trans, que está intimamente relacionado a outros campos como o LGBT e o feminista, mas que não pode ser reduzido a esses. Dessa maneira, ao selecionar essas organizações, mas segui-las pelos diversos espaços (mistos ou exclusivos) permitiu perceber como a fronteira entre esses campos é negociada na prática, se tornando mais ou menos rígida a depender do momento ou da disputa.

Optei por adotar como categoria analítica o termo *pessoas trans*. A escolha se deu por essa ser a categoria mais abrangente possível e por, no momento da realização da pesquisa, existir um relativo consenso sobre o uso desta em vários setores do campo trans. Esta categoria opera como um termo guarda-chuva que abarca uma pluralidade de formas como as pessoas se identificam, tais como: travestis, transexuais, pessoas não binárias, dentre outras. Como veremos, as categorias utilizadas pelas próprias pessoas e também pela literatura científica se alteram ao longo do tempo e a cada nova geração de ativistas se instauram novos conflitos sobre as categorias adotadas. Há certo anacronismo em falar, por exemplo, de pessoas trans no início do século XX. Por esta razão, apesar de adotar a categoria analítica *pessoas trans* para delimitar o escopo de minha pesquisa, busquei estar atento as singularidades das formas de categorização em cada período e em cada interação que analisei. Dessa maneira, a medida que descrevo os processos políticos e os conhecimentos produzidos

e/ou questionados dou preferência aos usos êmicos, isto é, às categorias utilizadas naquela situação analisada e levando em conta os sentidos atribuídos àquela categoria naquele momento e naquela teia de relações.

Por se tratar de uma pesquisa que acompanhou pessoas e organizações em atividade, encontrei alguns obstáculos pelo caminho que alteraram o planejamento inicial. A realidade das organizações de movimentos sociais é muito dinâmica e em pouco tempo podem haver mudanças bruscas. O IBRAT sofreu um declínio forte durante parte do período da minha pesquisa de campo, o que inviabilizou a continuidade da pesquisa com essa organização. Uma outra surpresa foi o fortalecimento da Rede Trans Brasil que, inicialmente, não se mostrava um caso muito promissor para as finalidades desta pesquisa, mas acabou ganhando um papel central no movimento nacional a partir da produção de um relatório de assassinatos de pessoas trans. Dessa maneira, passei a acompanhar a Rede Trans Brasil no início de 2016.

Utilizei, simultaneamente, de três técnicas distintas. (i) Realizei a observação participante de 41 eventos (encontros, rodas de conversa, palestras, reuniões presenciais das organizações, encontro acadêmicos, encontros e reuniões promovidas pelo poder público com a presença de ativistas vinculados às organizações estudadas). Priorizei o acompanhamento e a análise dos eventos como o ENTLAIDS, que possuem caráter nacional, ou das reuniões das organizações estudadas. Acompanhei ainda eventos regionais e locais, por acreditar que muitos desses servem para ensaiar argumentos, criar alianças e consolidar as já existentes. A presença nesses eventos também foi fundamental para criar uma proximidade maior com o campo, o que não ocorreria caso eu frequentasse apenas os eventos nacionais. Gravei grande parte desses eventos, o que resultou em mais de 100 horas de gravações. (ii) Realizei 16 entrevistas semiestruturadas com pessoas chaves de cada organização (presidentas, ex-presidentas, militantes históricas, pessoas diretamente envolvidas em ação ou projetos). Por não haver um consenso na literatura (DELLA PORTA, 2014a), não planejei um número exato de entrevistas, continuei realizando entrevistas até o momento que percebi que novas informações seriam periféricas ou redundantes. Entrevistei ainda outros atores relevantes para o campo e as disputas analisadas, como uma pesquisadora que ocupou um cargo de gestora e ativistas vinculados a outras organizações. Busquei ter um perfil variado de pessoas entrevistadas, contemplando diferentes gerações, diferentes trajetórias de militância e diversidade regional.

Mesmo assim, é necessário reconhecer que grande parte das pessoas entrevistadas habitam e atuam nas regiões sudeste e nordeste. As entrevistas necessariamente abordaram a trajetória de ativismo da pessoa; a história da organização que essa participa ou participou (caso tenha participado de alguma organização do movimento trans), suas formas de ação, parcerias e conflitos; a produção de conhecimento sobre pessoas trans no Brasil; os direitos e políticas voltadas para pessoas trans no Brasil; dentre outros assuntos que emergiram ou julguei relevante. (iii) Por último, coletei e analisei documentos do movimento social, como atas de encontros passados, cartazes, manifestos, ofícios, os estatutos das organizações e no caso do transfeminismo os posts do blog desse Coletivo (239 posts no total).

A combinação dessas várias técnicas foi fundamental para superar alguns desafios da pesquisa que me propus realizar. Em função do amplo recorte temporal que a pesquisa aborda, foi preciso conjugar técnicas para dar conta tanto da dimensão sincrônica, dos eventos presentes e observados, quanto da dimensão diacrônica, dos eventos passados e não observados, mas que ainda assim constituem o processo político analisado (ZANOLI, 2015). Seria inviável realizar a pesquisa de maneira exclusivamente documental. Como argumenta Elspeth Brown (2015), as fontes tradicionais como jornais, revistas, documentos oficiais e jurídicos tendem a sub-representar as histórias das pessoas trans ou, então, representá-las de uma forma distorcida ou negativa, como pessoas criminosas, doentes e/ou exóticas. Além disso, a disponibilidade de arquivos que contenham uma coleção sistemática de documentos históricos de movimentos sociais é rara (DELLA PORTA, 2014b). Na maioria das vezes, os documentos são guardados de forma não sistemática por militantes do movimento. Esse é o caso das organizações que estudei. A bem da verdade, essas nem ao menos possuíam uma sede física permanente para servir de acervo. A história das organizações que acompanhei é frequentemente passada no boca a boca, por meio de eventos de formação, palestras ou até conversas em mesas de bar, sem que haja um registro formal. É preciso reconhecer, ainda, que uma série de ações dos movimentos sociais surgem a partir de aberturas de janelas de oportunidades, dessa maneira nem todas as ações são planejadas previamente nos encontros nacionais e reuniões acompanhadas. Assim, as entrevistas foram fundamentais para cobrir essa lacuna deixada pela ausência de documentos e também para entender alguns processos e conexões não tão visíveis e acessíveis para o pesquisador.

Estou ciente das limitações de se basear parte significativa da pesquisa em entrevistas e na experiência dos sujeitos. Os riscos mais comumente apontados são sobre a imprecisão dos relatos e especificamente na literatura feminista há uma crítica severa, feita por Joan Scott (1998), sobre a possibilidade de naturalização da experiência dos sujeitos. Levando a sério a crítica de Joan Scott, assim como Brown (2015) e Margareth Rago (2013), adoto uma posição de que é possível construir conhecimento a partir da experiência, compreendendo-a de outra maneira. Não como uma auto-evidência ou autenticidade do vivido, mas entendendo a narrativa da experiência como a forma de reinvenção de si, onde “*se desfazem as linhas da continuidade histórica, questionam as identidades construídas e constituem-se relacionalmente como sujeitos múltiplos*” (RAGO, 2013, p. 32). Por minha pesquisa tratar principalmente de pessoas trans, o processo de construção de si e de seus corpos se torna imediatamente visível no discurso dessas pessoas sobre sua história e seu ativismo.

O acompanhamento dos encontros e da comunidade virtual permitiu observar alguns conflitos, alianças, afetos, os debates internos, as diferentes posições e argumentos. A observação participante não tem sido a forma mais comum de pesquisa nos movimentos sociais na Ciência Política, porém, como informam Balsiger e Lambelet (2014), o uso dessa técnica tem sido frutífero, permitindo, dentre outras coisas, observar atentamente as ações em desenvolvimento e capturar seus sentidos. Diversas pesquisas têm tomado esses grandes encontros de diversas organizações e ativistas como lugares privilegiados para essa observação (ALVAREZ *et al.*, 2003; CARVALHO, MÁRIO, 2011b; LIMA, STEPHANIE, 2016), são nesses momentos em que as pessoas se encontram para debater os rumos do movimento, avaliam ações passadas, planejam novas, criam e fortalecem vínculos e afetos. São também um lugar de formação formal e informal, isto é, servem como um espaço de socialização para que novas militantes aprendam a dinâmica dos encontros e do movimento, conheçam pessoas de todo o país, criem vínculos e amizades que funcionam como redes de suporte e apoio, se apropriem do conhecimento que tem sido produzido sobre as transexualidades nos mais variados campos do saber por palestras oferecidas por pesquisadoras convidadas e, ainda, se informem sobre as diversas políticas públicas voltadas para a população de travestis e transexuais existentes pelo país.

Há uma peculiaridade quanto ao uso desses métodos de observação participante ao

estudo do coletivo transfeminismo. Esse coletivo se organiza quase que exclusivamente pela e na internet. Isso quer dizer que a internet, para elas, é mais do que um mero instrumento que facilitaria uma atuação no mundo *offline* - como ocorre por exemplo com o uso que a ANTRA faz da rede. A internet é o próprio *locus* de atuação do Coletivo Transfeminismo, que tem como uma das principais formas de atuação a produção de conteúdo para seu blog. A internet traz uma série de novas possibilidades e também desafios tanto para os movimentos sociais (VAN LAER; VAN AELST, 2010) quanto para os pesquisadores de movimentos sociais (BALSIGER; LAMBELET, 2014; HINE, 2000, 2005). Há um volume muito grande de dados sendo produzidos, é difícil dar conta de tudo e escolher o que focar.

Existe uma dúvida entre pesquisadores sobre o fato dos métodos tradicionais darem conta de analisar as interações sociais mediadas por tecnologias de informação e comunicação. Há, também, uma suspeita sobre a perda da qualidade do dado quando comparado a uma relação não mediada. Se é verdade que o relacionamento cara-a-cara pode revelar um número maior de facetas, permitindo complementar os textos das falas com informações como a entonação, postura corporal, maneirismos e outros aspectos, é verdade também que quase toda relação entre os sujeitos desse coletivo se dá pela e na internet. Não será a internet que causará uma assimetria entre as relações que eu estabeleço com as participantes do coletivo transfeminismo. As relações que elas mesmas estabelecem entre si se dão majoritariamente pela internet e sofrem todo tipo de interferência que essa mediação tecnológica pode causar. Fato é que a internet se tornou ubíqua em nossa vida. A própria possibilidade de surgir um coletivo ativista na internet já demonstra a riqueza e não a pobreza dessas interações mediadas. A internet é um contexto cultural próprio, não descolado do que alguns insistem em chamar de “mundo real” das relações fora da rede, e que é possível de ser analisado cientificamente (HINE, 2005). Todavia, a pesquisa buscou levar em conta como as dinâmicas particulares dessas plataformas virtuais como o Facebook afetam essas interações. Essas características são fundamentais para analisar, por exemplo, a dinâmica de visibilidade da página do transfeminismo, já que ao longo do tempo o Facebook foi alterando suas políticas e com isso priorizando, a cada momento, um tipo de conteúdo nas linhas do tempo.

Balsiger e Lambelet (2014) argumentam que os dados na internet, principalmente nas

ferramentas da web 2.0¹⁶, são precários e flutuantes. Essas ferramentas são altamente participativas e o conteúdo é produzido pelos próprios usuários, os posts no Facebook podem ser postados hoje, editados (ou seja, alterados) amanhã e apagados daqui a um mês. Pode ser que o post jamais desapareça, mas é também possível que esse deixe de ser exibido e se torne inacessível pelos mecanismos de busca básicos que são fornecidos pela plataforma *online*. Essa característica faz com que seja particularmente difícil reconstruir passados na internet ou oferecer periodizações. Apenas como exemplo, a página da Rede Trans Brasil, no momento de encerramento da pesquisa, já não continha mais os relatórios de assassinatos analisados. A página estava vazia de conteúdo. Para contornar esse problema criei um arquivo dos posts do blog do Coletivo Transfeminismo no qual arqueei o texto original das postagens, a autoria, a data original, bem como um link para o post original (que pode vir a quebrar ao longo do tempo). Raul Nunes de Oliveira (2016) já havia coletado para sua dissertação todos os posts de 2011 até 2015 e alguns de 2016. Oliveira gentilmente me forneceu seu arquivo, o qual complementei com os posts de 2016 e 2017, totalizando 239 posts que foram lidos e catalogados por autoria, assunto e data original de postagem.

Conjuntamente a estratégias descritas anteriormente, acredito ser importante incluir uma série de preocupações éticas e estratégias metodológicas para contorná-las. É uma reclamação comum de pessoas trans, especialmente daquelas que fazem parte de organizações do movimento social, que pesquisadores jamais dão retorno sobre suas pesquisas, não fornecem forma alguma das pessoas entrevistadas ter acesso ao desenvolvimento e ao produto final da pesquisa. Para dar conta disso, adotei as seguintes estratégias.

Em relação aos encontros e eventos que acompanhei, enviei um e-mail as comissões organizadoras me apresentando, explicando minha pesquisa, meu desejo de participar do evento como pesquisador e pedindo autorização para isso. Não pedi autorização para participar de eventos organizados pelo poder público ou por universidades, por entender que esses são eminentemente públicos, mas ao interagir com as pessoas buscava me apresentar como pesquisador e deixar claro minhas intenções naquele local.

16 Segundo Bailsiger e Lambelet (2014) o termo Web 2.0 geralmente indica um movimento de mudança no conteúdo da web: de um conteúdo quase exclusivamente escrito e estático, para um conteúdo cada vez mais dinâmico, produzido pelos próprios usuários e não apenas escrito, mas também audiovisual. Todas essas características tornam mais difícil arquivar e analisar os dados da web.

Em relação as entrevistas, utilizei dos procedimentos éticos padrões de pactuação por meio de um termo de consentimento livre e esclarecido (Anexo A) que explicava os objetivos da pesquisa e os direitos da pessoa ao consentir com a participação. Como um procedimento extra, após transcrita a entrevista, ofereci a possibilidade de editar livremente o texto transcrito, removendo, alterando ou acrescentando informações para representar mais fielmente as opiniões de cada pessoa entrevistada. Algumas entrevistas efetivamente chegaram a ser editadas, mas a maioria das pessoas optou por não editar. Não acredito que esse procedimento comprometeu a qualidade das entrevistas, uma vez que não trabalho com uma pesquisa de percepção em que as primeiras reações, mais livres de formas de racionalização, sejam importantes.

A visibilidade e o nome com que as pessoas trans se identificam é uma questão fundamental para as e os ativistas com que interagi. Ofereci a possibilidade de ao longo da escrita não nomear ou utilizar de nomes fictícios, todavia todas as pessoas foram explícitas ao recusar o anonimato e insistir que queriam ser nomeadas. Nomeadas(os), claro, pelo nome com que se identificam, independente do nome que consta no registro de nascimento e documentos oficiais. Mesmo no TCLE, não solicitei o nome de registro de nenhuma pessoa, nem divulguei esses nomes nesse trabalho. Em relação a transcrição de trechos de falas em eventos, pedi autorização as pessoas falantes para utilizar aquela transcrição e nomeá-las. Enviei a transcrição exata que estava utilizando no texto e ofereci a possibilidade da pessoa editar. Apenas em relação a algumas passagens que foram amplamente divulgadas nas redes sociais e se encontram em vídeos públicos ou reproduzidas em notícia de jornal, utilizei sem pedir autorização. Utilizei do anonimato excepcionalmente em momentos que acredito que a divulgação dos nomes poderia causar dano as pessoas envolvidas.

Sobre a divisão dos capítulos

O presente trabalho se subdivide em duas grandes partes. A primeira leva o título de *O Conhecimento Canônico* e foca principalmente na produção de conhecimento dentro das universidades e instituições de pesquisa. Essa parte se subdivide em dois capítulos. O primeiro

realiza uma genealogia do dispositivo da transexualidade e dos ativismos trans. Parto da análise dos primeiros textos científicos sobre transexualidades, produzidos principalmente nos Estados Unidos em meados do século XX, demonstrando as conexões dessa produção com pessoas trans e até mesmo com algumas formas iniciais de ativismo trans. Em seguida, passo a analisar o processo de institucionalização desses conhecimentos nas principais nosografias que orientam as políticas públicas de saúde e o conhecimento médico: a Classificação Internacional de Doenças (CID) e o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM). O capítulo serve, por um lado, para contextualizar pessoas que não estão familiarizadas com a produção científica sobre a transexualidade e que vai afetar praticamente todas as disputas jurídico-política das pessoas trans; e, por outro lado, para avançar desde o início a hipótese da coprodução do conhecimento e dos ativismos trans.

Há uma impressão generalizada de que muita coisa tem sido produzido sobre pessoas trans atualmente, mas quanto exatamente foi produzido? O que, por quem, quando e com quais enquadramentos? O segundo capítulo busca responder essas perguntas. Apresento, então, um panorama do conhecimento científico especificamente sobre pessoas trans produzido no Brasil, a partir de um levantamento sistemático de teses, dissertações e artigos científicos publicados até 2016 nas bases de dados do Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), Banco de Teses e Dissertações da CAPES e no Portal *Scielo*.

A segunda parte da tese tira o centro do foco das universidades e se move mais para ativistas e organizações do movimento social fora dessas instituições de ensino e pesquisa. Integram essa parte do terceiro ao quinto capítulo da tese. O terceiro oferece um mapa para o campo do movimento trans brasileiro. Proponho dividir a história desse movimento em três ondas. A primeira percorre do início dos anos 1990 até o início dos anos 2000. É um período marcado principalmente pelo surgimento dos primeiros grupos organizados de ativismos travesti como a ONG pioneira Astral, no Rio de Janeiro. A segunda onda ocorre entre os anos de 2000 e 2010. É marcada, dentre outras coisas, por uma expansão do movimento por todo o país, pelo fortalecimento das relações com o Estado em âmbito nacional e o surgimento das primeiras políticas públicas, como o Processo Transexualizador. Há ainda o surgimento de forma mais coesa de um campo de estudos sobre transexualidade no Brasil. A terceira onda

ocorre nos anos 2010. É um período bastante conturbado e conflituoso, não apenas para o campo do movimento, mas para o contexto nacional mais ampliado. É marcada por uma expansão ainda maior do movimento, pela multiplicação dos modos de organização, de ação e se identificar, bem como pela visibilidade cada vez maior da população trans na mídia e nas produções acadêmicas.

Apesar da produção enorme de conhecimento sobre pessoas trans descrita até agora, as organizações do movimento social de pessoas trans são unânimes no diagnóstico de que há uma precariedade no conhecimento sobre pessoas trans referente a produção de dados estatísticos sobre essas pessoas. Dedico o quarto capítulo a analisar essa forma de precariedade do conhecimento e a maneira como emergiu como resposta a estratégia de produção contra-pública de dados. Foco especificamente na produção de relatórios de assassinatos de pessoas e os efeitos que essa produção vem tendo.

A ausência de dados estatísticos sobre as pessoas trans não é a única forma de precariedade do conhecimento. Há uma série de críticas sobre alguns conhecimentos científicos efetivamente existente, esse é criticado por ser incorreto, inadequado, produzido de forma pouco aberta a participação e às vozes das pessoas trans e como tendo consequências danosas para essas pessoas. No quinto e último capítulo analiso, assim, como há um processo recente de mudança de paradigma que pode ser parcialmente explicado por uma combinação de denúncias de precariedade do conhecimento e a produção de conhecimento contra-público.

1ª PARTE
O CONHECIMENTO
CANÔNICO

1. A FORMAÇÃO DE UM CAMPO TRANS ATRAVÉS DA COPRODUÇÃO DO ATIVISMO E DO DISPOSITIVO TRANSEXUAL: UMA BREVE GENEALOGIA DOS DISCURSOS CIENTÍFICOS SOBRE AS TRANSEXUALIDADES

O presente capítulo busca fornecer uma breve genealogia do *dispositivo transexual* (BENTO, 2017; LIMA, FÁTIMA, 2010), isto é, de um conjunto de discursos e práticas que operam dividindo a humanidade em pessoas trans e em pessoas “normais”, que mais recentemente passaram nomeadas de cisgêneras para reordenar como esse binarismo opera. Retraço os debates históricos buscando avançar a hipótese de que há uma coprodução entre a atuação do ativismo e do discurso científico-acadêmico na construção desse *dispositivo transexual*. Mesmo os discursos altamente patológicos, que hoje são criticados, foram produzidos por meio de uma interação entre acadêmicos e pessoas trans ativistas, muitas vezes com claras intenções políticas e serviram em determinado momento para alguma forma de inclusão mesmo que precária e com efeitos danosos. Essa visão mais complexa resgata uma agência paradoxal para as pessoas trans nesse processo e erode a visão simplista que coloca cientistas e pessoas trans em polos opostos, atribuindo passividade a essas e uma agência patologizadora àqueles.

O capítulo se subdivide em duas grandes partes. Na primeira, me dedico a analisar o período entre o final do século XIX até meados da década de 1970, focando especificamente na produção da ciência sexual por alguns acadêmicos que se destacaram. A partir da década de 1960, há uma mudança qualitativa no debate e também na escala de influência dos conhecimentos sobre as transexualidades com a entrada dessas experiências nas principais nosografias médicas, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM, publicação pela Associação Americana de Psiquiatria (APA), e a Classificação Internacional de Doenças (CID), publicada pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Dedico a segunda parte a retratar as transformações nas diferentes versões dessas nosografias, demonstrando como esse processo foi influenciado pelos conhecimentos acadêmicos anteriormente analisado, bem como pela participação de organizações do movimento social de pessoas trans.

A importância de analisar o DSM e o CID se encontra no fato desses documentos possuírem uma forte influência global. São formas de cristalização institucional de determinado estado de conhecimento sobre questões de saúde, tais documentos orientam a prática profissional de pessoas por todo o mundo e ainda servem como referência para diversos países na construção de legislações, bases de dados demográficos e suas políticas públicas de saúde. Uma alteração de critério no CID e no DSM pode ter influência muito concreta nas vidas de diversas pessoas trans pelo planeta, os critérios diagnósticos podem funcionar como uma porta de entrada que seleciona quem tem acesso a determinados tratamentos. Por essa razão, como será demonstrado nos capítulos posteriores, os movimentos sociais de pessoas trans que atuam em um contexto nacional, ou até mesmo na esfera mais local, acabam por se engajar (para adotar ou rejeitar) com o conhecimento presente nesses manuais.

1.1 A produção da ciência sexual

A criação do *dispositivo transexual* é bastante recente e emerge a partir do embate entre discursos científicos e ativistas nos finais do século XIX e meados do XX (BARBOSA, BRUNO CESAR, 2015; LEITE JR., 2011; MEYEROWITZ, 2002). Como veremos a seguir, elementos como o gênero e a orientação sexual, que hoje são considerados facilmente distinguíveis entre si, nem sempre foram entendidos dessa maneira, como conceitos separados, seja pelas pessoas consideradas leigas, seja pela literatura acadêmica. Isso não quer dizer que as pessoas trans não existissem no passado, histórias de pessoas de gênero ambíguo ou que cruzavam as fronteiras do gênero para viver em um gênero distinto daquele com o qual foram identificados ao nascer são comuns em diversas culturas e épocas históricas (FEINBERG, 2006; LEITE JR., 2011). Alguns trabalhos buscam resgatar essa história de pessoas trans, inclusive varrendo o passado remoto, mas como alertam Laurella Arietti e outros (2010) é preciso tomar cuidado para não traduzir para a subjetividade dominante em nosso período histórico outras subjetividades que provavelmente não se compreendiam da mesma maneira, operando assim uma forma de colonialismo epistêmico, apagando-se a riqueza e as especificidades das vidas do

passado e de outras culturas. As categorias que utilizamos atualmente para nomear essas pessoas talvez não fariam sentido para dividi-las em um grupo populacional, nem seriam elementos que definiam a vida das pessoas de modo que essas se identificassem e se organizassem em torno dos significantes travesti, transexual, transgênero, trans ou ainda outro. Ao descrever sobre a transexualidade, as ciências sexuais atuam de maneira performativa fazendo com que essas pessoas passem a existir para a ciência enquanto trans e com a entrada da transexualidade nas nosografias (CID e DSM) esse discurso acabou por se cristalizar em documentos institucionais que orientam a prática de saúde e as políticas públicas por todo o mundo.

O dispositivo da transexualidade é fruto das ciências psi (psicologia, psiquiatria e psicanálise), da medicina e da biologia nas décadas que antecederam e sucederam o início do século XX. O final do século XIX é marcado pelo surgimento daquilo que Foucault (2009) chamou de *Scientia Sexualis*, ou ciência sexual, isto é, o sexo deixa de ser um tema majoritariamente dominado pelos discursos morais-religiosos e, pela primeira vez, a ciência moderna passa a se dedicar de forma sistemática e coletiva à produção de conhecimento sobre o sexo, criando uma série de novas categorias classificatórias, ligadas à sexualidade e ao gênero, para enquadrar os seres humanos e os seus comportamentos. Alguns dos expoentes desse período são Karl Ulrichs, Richard von Krafft-Ebing, Magnus Hirschfeld, Havelock Ellis, Cesare Lombroso, Sigmund Freud e tantos outros. Segundo Jeffrey Weeks (1985, p. 67), mais de mil textos foram publicados entre 1898 e 1908 exclusivamente sobre a homossexualidade, o que demonstra a magnitude e a importância da produção desse período.

Esses discursos foram produzidos em um intenso *feedback* entre cientistas e *sujeitos da pesquisa*, como é possível perceber nas revisões periódicas da obra *Psychopathia Sexualis*, de Krafft-Ebing, que após ser originalmente publicada em 1886, trazia a cada nova edição novos relatos de casos e biografias, muitas recebidas por meios de cartas enviadas ao autor¹⁷ (BARBOSA, BRUNO CESAR, 2015, p. 32; WEEKS, 1985, p. 67). Desde o início, esses estudos

17 O caso do livro *Psychopathia Sexualis* é curioso. Se por um lado Krafft-Ebing se beneficiava dos relatos recebidos e incluía parte desses nas novas edições, ao mesmo tempo o autor acreditava que seu livro deveria ser lido exclusivamente por médicos e juizes. Assim, se se esforçava, a cada nova edição, para tornar o conteúdo mais técnico e não compreensível para o público geral. Uma das estratégias utilizadas pelo autor para dificultar a leitura foi escrever em Latim as descrições dos casos e os termos sexualmente explícitos (LOPICCOLO, 2011, p. 17).

estiveram umbilicalmente ligados à política e ao direito, sendo que as várias teorias que estavam nascendo frequentemente competiam entre si, sem chegar a um consenso sobre a natureza da sexualidade. Os conflitos de sentidos serviram a diversos propósitos, desde reforçar os valores morais religiosos da época e as estratégias de regulação proibitivas (como a criminalização das práticas sexuais entre pessoas de mesmo gênero); até fazer emergir estratégias de resistência baseadas no discurso científico, como foi o caso do ativismo de Magnus Hirschfeld que fundou, em 1898, na Alemanha, uma organização para a promoção de reformas nas legislações sobre o sexo e a homossexualidade, advogando uma posição contrária a criminalização das homossexualidades (WEEKS, 2009). Por causa de seu trabalho, Hirschfeld chegou a ser considerado por Adolf Hitler o judeu mais perigoso da Alemanha e, na década de 1930, teve seu instituto e seus livros destruídos pelos nazistas (STRYKER, 2008).

Os discursos produzidos por essa primeira geração de estudiosos da ciência sexual tem como pressuposto que a separação entre homem e mulher seria menos rígida do que o comumente acreditado, adotando-se alguma versão, explícita ou não, da *teoria da bissexualidade humana*¹⁸. Além disso, a fronteira entre gênero e sexualidade também seria borrada, sendo a homossexualidade frequentemente considerada como uma variação do sexo. Os textos pioneiros de Krafft-Ebing tratavam explicitamente a homossexualidade como uma “inversão sexual” e o que contemporaneamente chamamos de transexualidade provavelmente se encaixaria na variação mais extrema da forma adquirida dessa inversão, estágio chamado de *metamorphosis sexualis paranoica* (ELLIS; SYMONDS, 2008, p. 120; KRAFFT-EBING, RICHARD VON, 2006, p. 21, 2011, p. 419–427). Já Karl Ulrichs, que discordava de Krafft-Ebing quanto a

18 Segundo Meyerowitz (2002, p. 22–29) as teorias da bissexualidade originária humana foram desenvolvidas na Europa a partir de pesquisas que buscavam responder a pergunta sobre o que distingue os homens das mulheres. Por diferentes estratégias metodológicas e derivados de campos distintos como a estatística, a filosofia, a psicanálise e a biologia, essas pessoas defenderam que o sexo não podia ser considerado como duas entidades distintas e excludentes, toda pessoa carregaria em si características de ambos os sexos, sendo que a gradação dessas características variaria de pessoa para pessoa. A fundamentação mais frequente para essa teoria derivava dos estudos com embriões que demonstraram a indiferenciação sexual nos estágios iniciais e que mesmo nos estágios mais avançados a diferenciação é apenas parcial. Outras versões também existiram, mas não tiveram o mesmo sucesso, dentre elas uma versão que se sustentava na teoria da evolução de Darwin e argumentava que a indiferenciação sexual seria uma condição primitiva remanescente que evolutivamente estava desaparecendo. O termo bissexualidade aqui não deve ser confundido com o uso atual em que bissexualidade é compreendida como uma orientação sexual, distinta da homossexualidade e da heterossexualidade. Atualmente, essas teorias ainda estão presentes no campo psicanalítico, principalmente naqueles trabalhos em que a influência de Freud é mais marcada.

natureza patológica da homossexualidade, tratava os homossexuais como uma espécie de terceiro sexo, como “uma mulher presa no corpo de um homem” (BARBOSA, BRUNO CESAR, 2015, p. 33–34; WEEKS, 1985, p. 93), metáfora que atualmente é muito comum para se referir às mulheres transexuais e não mais a homens homossexuais. Uma exceção a essa forma de compreender o gênero aparece no trabalho de Magnus Hirschfeld que, pela primeira vez, distingue os homossexuais de *travestis*¹⁹. Muitos dos casos analisados por Hirschfeld “são de homens que sentem prazer erótico ou gratificação psíquica em usar roupas femininas e sentem atração sexual apenas por mulheres” (LEITE JR., 2011, p. 119). O desejo erótico em relação a outras pessoas, não seria, segundo Hirschfeld, o que diferenciaria o *travestismo* do *homossexualismo*, mas a disposição psíquica do sujeito para o uso de vestimentas “do sexo que não pertence à estrutura relativa a seu corpo como um fim em si mesmo” (LEITE JR., 2011, p. 121).

Baseado nesse corpo de conhecimento sobre o sexo, os médicos europeus começaram, nas três primeiras décadas do século XX, a desenvolver pesquisas sobre técnicas cirúrgicas de alteração do sexo e chegaram a realizar algumas cirurgias em caráter experimental. Um dos casos mais famosos dessa época é o da artista dinamarquesa Lili Elbe que, no final da década de 1920, se submeteu a uma série dessas cirurgias experimentais²⁰. Esses relatos de *mudança de sexo* circularam bastante através de reportagens sensacionalistas em jornais e revistas pelo mundo, o que influenciou a geração seguinte da ciência sexual, bem como forneceu um novo horizonte de possibilidades para pessoas que não se identificavam com o sexo designado em seu nascimento. A partir dessas notícias, pessoas de todo o mundo que já possuíam uma forma de identificação trans descobriram que não estavam sozinhas, que poderiam almejar alterar cirurgicamente seu corpo e aprenderam uma linguagem para falar de si e formular suas demandas, com a expectativa de que poderiam ser atendidas (MEYEROWITZ, 2002).

A emergência da categoria transexual no discurso científico ocidental se deu nos

19 É importante enfatizar que os termos aqui são utilizados de forma êmica, com o sentido original proposto pelo autor, o que muitas vezes distingue do sentido adotado atualmente pela literatura científica e pelos movimentos sociais.

20 Esse caso voltou à tona recentemente em função do filme *A Garota Dinamarquesa* (2015) que relata a vida de Lili Elbe. O filme é inspirado no livro biográfico publicado logo após a morte de Lili, mas não é completamente fiel a história real.

Estados Unidos, por volta dos anos de 1950, como fruto dessas reportagens e demandas. Essa época representou uma verdadeira revolução taxonômica, na qual as categorias foram se refinando para, cada vez mais, distinguir a transexualidade de outros fenômenos como a homossexualidade. Como argumentam Meyerowitz (2002) e Murta (2011) essa necessidade de distinção estava relacionada com a terapêutica: a identificação correta do problema e de sua etiologia permitiria descobrir a terapêutica mais adequada, se terapias de conversão, hormonização, ou cirurgias, permitindo filtrar quem era merecedor de qual procedimento.

A primeira aparição do termo transexual é frequentemente atribuída ao artigo *Psychopathia Transsexualis*, do médico David Cauldwell, publicado em 1949 na revista *Sexology*, da qual este era editor. Por causa de seu trabalho na revista e de vários textos publicados numa editora independente sobre sexualidade, Cauldwell recebia cartas frequentes de leitores com dúvidas ou relatando os seus casos. Foi assim que Cauldwell conheceu a história de Earl, que foi utilizada como caso base para a escrita do referido artigo. A maior parte do texto é um relato da história de vida dessa pessoa, que hoje provavelmente identificaríamos como um homem trans, e dos encontros que ele e Cauldwell tiveram. Nesse relato, por um lado Earl é retratado como uma pessoa narcisista, aproveitadora, autodestrutiva, com traços de psicopatia e uma forte determinação em realizar a cirurgia de “transmutação de sexo”; por outro lado, Cauldwell constrói a imagem de si como uma pessoa calma, tolerante e racional que acolhe Earl, explica cientificamente a sua situação e tenta convencê-lo de que não é possível realizar seu desejo. Para Cauldwell, a transexualidade seria distinta da homossexualidade e do *travestismo*, quando uma pessoa que “é afetada psicologicamente de modo desfavorável decide viver e se apresentar como membro do sexo que ele ou ela não pertence, esse indivíduo é o que pode ser chamado um *psicopata transexual*”²¹ (CAULDWELL, 2006, p. 41 - tradução livre). A hereditariedade teria um papel na predisposição para essa suposta doença, mas o principal fator de sua determinação seria a criação inadequada ainda na infância, como teria comprovado por meio da descrição da infância de Earl, numa família que não lhe deu atenção suficiente e, talvez por negligência, tenha autorizado o uso de roupas masculinas por

21 No original: “an individual who is unfavorably affected psychologically determines to live and appear as a member of the sex to which he or she does not belong, such an individual is what may be called a *psychopathic transexual*”

demasiadas oportunidades. Cauldwell não era favorável às cirurgias de transgenitalização, buscava desencorajá-las e estimulava tratamentos psiquiátricos para que as pessoas se adaptassem à sociedade e ao que considerava seu verdadeiro sexo.

Rapidamente outras contribuições apareceram, o que proporcionou um debate acirrado principalmente sobre a etiologia da transexualidade e o uso das cirurgias de transgenitalização. Harry Benjamin (1999, 2006) foi um dos especialistas mais influentes nesse período, sendo responsável pela sistematização do conceito de transexual em seu famoso livro *The Transsexual Phenomenon*, publicado em 1966²² (BARBOSA, BRUNO CESAR, 2015). Sua posição contrasta com a de Cauldwell em diversos aspectos, uma vez que acreditava que a psicoterapia não teria efeitos em pessoas transexuais e, assim, ele defendia abertamente a hormonização e as cirurgias de transgenitalização, mesmo que com ressalvas e com a firme convicção de que a decisão final sobre a cirurgia deveria caber ao psiquiatra (BENJAMIN, 2006, p. 51). Assim como Cauldwell, o autor acreditava que a transexualidade tinha causas orgânicas e psíquicas, insistia que ambos os fatores eram relevantes. Contudo, enquanto Cauldwell atribuía mais significância aos fatores psicológicos do que orgânicos, Benjamin apresentou uma série de dados coletados por ele ou por outros colegas demonstrando que a criação tem influência, mas não força causal. Nas palavras do autor:

Quando o “condicionamento” ia contra a verdadeira natureza de um garoto saudável, nenhum dano era feito. Assim que ele se tornava velho o suficiente, ele se rebelaria contra os vestidos de menina, porque ele queria ser como todos os outros garotos. Todavia, quando a falsa criação harmonizava com a constituição fortemente feminina, então era toda uma história diferente. Assim, poderia ficar estabelecido um espaço para uma futura desarmonia entre sexo e gênero²³ (BENJAMIN, 1999, p. 49 - tradução livre).

22 O livro *The Transsexual Phenomenon* é onde Benjamin sistematiza as ideias sobre transexualidade, apresentando não apenas suas opiniões, mas uma grande revisão de literatura sobre o tema. Todavia, é possível perceber que sua visão sobre o tema já estava em grande medida consolidada há mais de década, tendo sido originalmente apresentada, de forma bem mais sintética, em um artigo publicado em 1954 sob o título *Transsexualism and Transvestism as Psycho-Somatic and Somato-psychic syndromes* (BENJAMIN, 2006).

23 No original: “Whenever “conditioning” went against a healthy boy’s true nature, no harm was done. As soon as he was old enough, he would rebel against the girl’s dresses, because he wanted to be like all the other boys. But when the false upbringing harmonized with a constitution of a high feminine component, then it was a different story. Then the ground could have been laid for a future sex and gender disharmony.”

Harry Benjamin (2006, p. 48–49) criou, então, uma tipologia de três tipos de sujeitos trans combinando a etiologia do fenômeno com a relação que a pessoa desenvolve com seu corpo e, principalmente, com a sua genitália. Em um dos polos estaria o travestismo, causado principalmente por fatores psíquicos e que resultaria em um sujeito que não deseja alterações corporais, apenas deseja que a sociedade se altere para cessar seu sofrimento. No outro polo estaria o transexualismo, causado por fatores somatopsíquicos e que resultaria em um sujeito que tem uma profunda crença em *ser* do sexo oposto e desejar ardentemente alterar seu corpo para se adequar à sua visão de si.

Os debates sobre a etiologia e as terapias para a transexualidade receberam diversas contribuições de um número grande de autores, mas me restringirei a apenas mais duas pessoas que marcaram o campo em sua época e cujos trabalhos ressoam até hoje: John Money e Robert Stoller. Money foi um dos principais responsáveis pela criação e difusão do conceito de gênero, influenciando a literatura médica, psi e também uma série de feministas. Através de suas pesquisas com crianças intersexuais, John Money percebeu que a experiência vivida da corporalidade das pessoas não derivava diretamente da genitália, criando os conceitos de *identidade de gênero* para se referir “*a experiência que alguém tem de si mesmo como homem ou mulher*” (SULLIVAN, 2014, p. 22 - tradução livre) e *papel de gênero* para dizer da “*manifestação de senso de si na sua performance diária individual*” (SULLIVAN, 2014, p. 22 - tradução livre). Diversas leituras recentes colocam Money como um construcionista radical que despreza a biologia, essa é uma visão incorreta e que o próprio repudiaria. O autor reconhece a influência da biologia na identidade e no papel de gênero, todavia não acreditava que esses elementos operassem numa relação determinística onde a biologia determinaria o gênero. O conceito de *imprinting* (BENJAMIN, 1999, p. 47; SULLIVAN, 2014, p. 36) é a ferramenta utilizada para explicar o processo, mediado pelas interações sociais e reiterado de forma performativa, por meio do qual tanto o papel de gênero e a identidade de gênero seriam adquiridos e que tornariam a pessoa feminina, masculina ou os dois, em um processo progressivo de sedimentação. Durante a infância, haveria um período crítico em que o gênero se encontraria em um estado de maior plasticidade, após esse período, que varia a cada pessoa e a cada sociedade, a identidade e o papel de gênero se consolidariam, tornando-se de mudança

extremamente difícil e rara, mas não impossível, como comprovariam os casos de pessoas transexuais que transicionam após a infância (SULLIVAN, 2014, p. 21–25). Money tem outro papel importante nesse campo, foi o principal responsável pela abertura da primeira clínica dedicada ao tratamento de pessoas transexuais nos Estados Unidos, sediada na prestigiosa Universidade de John Hopkins. Isso conferiu credibilidade nacional (e mesmo mundial) à sua forma de tratamento e aos procedimentos que adotou, inclusive cirúrgicos, para a transição e foi decisivo para popularizá-los ao longo da década de 1970 (MEYEROWITZ, 2002, p. 219–223). Sua reputação ruiu na década de 1990 com a divulgação de uma série de escândalos de falta de ética em sua prática profissional e suas pesquisas, principalmente em relação ao famoso caso de David Reimer²⁴.

Robert Stoller foi um psicanalista²⁵ que também participou do debate sobre a etiologia da transexualidade e foi um dos fortes defensores da sua origem em causas psíquicas. Assim como Money, acreditava que o gênero das crianças era mais moldável na infância e argumentava que a transexualidade era causada por um relacionamento não saudável entre mãe e filho ainda nos primeiros anos de vida. As diferentes influências na primeira e segunda

24 David Reimer foi uma criança identificada homem ao nascer. Seu pênis foi amputado aos 8 meses de idade em decorrência de um acidente em um procedimento cirúrgico. Os pais de David procuraram John Money indicou que criassem David como uma menina e o submetesse a uma cirurgia de retirada dos testículos. A proposta foi aceita, a cirurgia realizada e David passou a ser criado como Brenda. David possuía ainda um irmão gêmeo, o que permitiu que Money fizesse desse caso um experimento científico para suas teses sobre a plasticidade do gênero, analisando comparativamente ao longo do tempo o desenvolvimento de David e seu irmão. O caso foi passado para os anais da ciência como um sucesso, todavia, como foi descoberto mais tarde, a experiência foi catastrófica. David jamais se adaptou completamente ao gênero feminino e o processo gerou sofrimento na criança. John Money estava ciente da condição de sofrimento de David e ainda assim optou por continuar publicando artigos onde afirmava que a experiência havia sido um sucesso. Na década de 1990 David foi a público contar sua história para que casos similares não mais ocorressem, a história ganhou a mídia internacional e se tornou um livro *bestseller* escrito pelo jornalista John Colapinto (2006). Desde então o caso tem fomentado uma série de revisões nos estudos de gênero e sexualidade. É também mobilizado por grupos conservadores para defender que gênero é uma característica natural e inata e denunciar os perigos da “ideologia de gênero”. Para boas reflexões sobre o caso Reimer, pela perspectiva dos estudos feministas e de gênero ver Iain Morland (2014), Judith Butler (2004a), Suzanne Kessler (1998).

25 É importante mencionar que as teorias psicanalíticas influenciaram em maior ou menor modo quase todos os trabalhos iniciais sobre transexualidade, mesmo aqueles trabalhos que não são explicitamente psicanalíticos. No campo da psicanálise Jorge Leite Jr (2011) divide a forma de compreender a transexualidade em duas grandes correntes: uma com base nos trabalhos de Stoller; e uma segunda, com base na interpretação que Lacan deu ao caso Schreber, analisado por Freud. Não analisarei essa segunda corrente a fundo, pois sua relevância ficou mais restrita ao campo da psicanálise lacaniana, impactando pouco no debate internacional ou nas nosografias analisadas neste capítulo. A título de curiosidade, os trabalhos dessa corrente compreendem a transexualidade como uma forma de psicose e tendem a não recomendar as cirurgias de transgenitalização, nem os tratamentos hormonais. Essa corrente está materializada nos trabalhos de psicanalistas franceses como Catherine Millot (1992), Colette Chiland (2008), Henry Figniet (2002), Joel Dor (1991) e tantos outros.

infância produziriam efeitos distintos no gênero da criança, Stoller (1982) busca demonstrar isso comparando diferentes padrões de relacionamento entre mães e filhos de transexuais, homossexuais e *travestis-fetichistas*, cada padrão geraria uma dessas distintas *identidades genéricas*. A presença de uma mãe bissexual (entendida por Stoller como masculinizada) que no seu convívio com seu filho pequeno inconscientemente estimula sua feminilização seria a principal razão²⁶ para o desenvolvimento de uma identidade genérica transexual, o mesmo perfil de relacionamento mãe e filho não se encontraria no travesti-fetichista, nem no homossexual.

O local que Stoller ocupa nessa genealogia é bastante peculiar e ambivalente. Dentre os autores abordados aqui é provavelmente quem mais se aproxima de Cauldwell no sentido de que tem uma representação bastante negativa da transexualidade e possui mais restrições em relação às cirurgias de transgenitalização, tanto que se diz preocupado com a “*atmosfera festiva e inconsequente que predomina no manejo do transexualismo masculino*” (STOLLER, 1982, p. 249). Em sua opinião, o cenário ideal é que o terapeuta conseguisse atuar ainda na criança para estimular a produção artificial de algo que funcione como o complexo de Édipo teria funcionado caso a relação entre mãe e filho fosse saudável e, assim, alterar o desenvolvimento da identidade genérica, masculinizando a criança. Essa possibilidade de reversão, no entanto, não está disponível para adultos e mesmo entre esses, nem todos mereceriam as cirurgias. Essas deveriam ser restritas a um número muito reduzido de pacientes que seriam considerados transexuais verdadeiros e essa veracidade seria estabelecida pela análise rigorosa do paciente. Segundo Jorge Leite Jr. (2011, p. 179–180), essa busca quase paranoica pela verdadeira transexualidade, talvez, poderia ser explicada pelo choque causado

26 Na realidade, Stoller afirma que a identidade genérica transexual deriva de uma concatenação de eventos, são eles: “*uma mãe bissexual; um pai física e psicologicamente ausente, que permita que a excessiva simbiose se desenvolva e que não a interrompa; um período de vários anos, nos quais mãe e filho possam manter essa simbiose feliz; e uma especial beleza no menino ao nascimento e nos meses posteriores, que ative a reação que era latente nessa família, até que ele tenha nascido*” (STOLLER, 1982, p. 56). Todavia, ao desenvolver seu raciocínio sobre esses outros eventos fica claro a preponderância do papel da mãe, até mesmo o perfil do pai pode ser retraçado como uma consequência da personalidade bissexual da mãe, pois os homens passivos são os únicos disponíveis para as mulheres bissexuais, que se fossem mais femininas optariam por outros homens. Transcrevo abaixo uma das diversas passagens onde Stoller afirma isso: “*uma mulher bissexual, cronicamente deprimida, com uma intensa inveja do pênis e um desejo apenas parcialmente suprimido de ser homem, casa-se com o único tipo de homem que lhe é possível – um homem distante, passivo, embora efeminado, que não agirá como um competente marido ou pai*” (STOLLER, 1982, p. 27).

pelo caso Agnes, uma jovem transexual que mentiu para Stoller e sua equipe, se passando por uma pessoa intersexual para conseguir a cirurgia mais facilmente. Após a cirurgia a jovem confessou a mentira, sabia que seria mais fácil conseguir os procedimentos se omitisse o fato de que se hormonizava autonomamente desde os doze anos e fizesse os médicos acreditarem que seu corpo secretava naturalmente os altos volumes de estrogênio encontrados em seus exames.

A mentira que marca Stoller e afeta seu trabalho é particularmente interessante pois reforça a tese de que os campos (de estudos e ativismo) trans se relacionam de distintas maneiras desde o início. Já nesse período as pessoas trans se inteiravam da produção acadêmica sobre a transexualidade e das produções tecnológicas como os hormônios e utilizavam do domínio desse conhecimento de forma estratégica para se beneficiar, como insiste Paul Preciado (2008, p. 276–277), o corpo de Agnes não é uma matéria passiva sobre a qual atuam os dispositivos biopolíticos de normalização, mas é produto da reapropriação e agenciamento coletivo de certas tecnologias de gênero. Na parte de seu livro que dedica à discussão dos problemas relativos ao transexualismo, Stoller afirma que os psicólogos enfrentam uma dificuldade para fazer os diagnósticos, uma vez que “*a maioria dos pacientes que solicitam ‘mudança de sexo’ tem um completo domínio sobre a literatura e sabe as respostas antes que as perguntas sejam feitas*” (STOLLER, 1982, p. 250). Até hoje é comum que as pessoas trans, numa forma de *hackear o cis-tema*, modulem suas respostas a profissionais psi* baseando-se em conhecimentos sobre a patologização da transexualidade e dos protocolos do processo transexualizador para ampliar suas chances de acesso à essa política, como fica claro no trecho de entrevista concedida por Márcia Rejane ao Rodrigo Borba: “*Acha que vou dizer que eu me masturbava e de vez em quando eu ainda me masturbo? Ele nunca me daria o laudo, eu nunca faria a cirurgia. Eu preciso dela [da cirurgia] para ser feliz, pra ter o corpo que eu quero*” (BORBA, 2016a, p. 185).

Harry Benjamin, John Money e Robert Stoller chegaram a trabalhar juntos e cada um recebeu financiamentos de Reed Erickson, um homem transexual milionário que nas décadas de 1960 e 1970 investiu, por meio de sua fundação *Erickson Educational Foundation* (EEF), um valor considerável em pesquisas sobre transexualidade que eram favoráveis as cirurgias de

transgenitalização e que também financiou a clínica de John Money na Universidade de John Hopkins. Segundo Meyerowitz (2002, p. 210), entre 1964 e 1977, Reed Erickson teria investido aproximadamente 2,4 milhões de dólares em pesquisas e produção de materiais informativos sobre transexualidade e só interrompeu o investimento em função de problemas pessoais que deterioraram gradativamente sua vida. Mais do que uma informação anedótica, essa e outras interações entre pesquisadores e pessoas trans servem para demonstrar que o campo de estudos sobre transexualidade, desde seu início, teve uma certa hibridez e que existe uma agência dessas pessoas, pressionando pelo desenvolvimento de conhecimentos que as auxiliasse, mesmo que de maneira paradoxal, atualmente, muito desse conhecimento possa ter efeitos mais negativos do que positivos sobre seus corpos e vidas. Por certo, o grau de interação e o poder de influência das pessoas trans sobre o conhecimento produzido sobre elas variou bastante. Reed Erickson com certeza tinha um poder de influência maior do que Earl; aquele talvez não tenha chegado a influenciar diretamente os resultados das pesquisas que financiava, mas pôde influenciar por meio da escolha de quem seria financiado ou não e nessa escolha optou por recompensar aqueles profissionais e pesquisadores que o atenderam, e com isso conseguiu influenciar a direção da produção científica sobre a transexualidade (MEYEROWITZ, 2002, p. 211).

Essa história parece um pouco deslocada do contexto brasileiro, mas não é. O Brasil tem uma história particular sobre as pessoas trans, com um certo borramento das identidades trans e homossexuais até bem recentemente e que talvez ainda não tenha sido completamente dissolvido (BARBOSA, BRUNO CESAR, 2015; CARVALHO, MÁRIO; CARRARA, 2013; SIMÕES; FACCHINI, 2009). De toda forma, segundo relata James Green (2000, p. 342–382) os bailes de travestis (entendido aqui não como uma categoria identitária) foram frequentes no Rio de Janeiro desde a década de 1950 e se consolidaram ao longo das décadas de 1960 e 1970, ganhando grande publicidade. São bailes frequentados por uma variedade enorme de pessoas, provavelmente a maior parte das pessoas presentes não se encaixariam no que hoje chamamos de travesti ou transexual, todavia a existência desse espaço e sua publicidade serviu para alimentar o imaginário das primeiras pessoas que se identificavam como travestis e transexuais

no Brasil, como Rogéria. Nesse mesmo período, cada vez mais frequentemente circulavam por aqui notícias sobre pessoas trans ou casos de “mudança de sexo” no exterior. A vinda ao Brasil de Coccinelle, famosa atriz transexual francesa que se hospedou no Copacabana Palace e se apresentou no espetáculo de Carlos Machado, foi fartamente noticiada no ano de 1963 (GREEN, 2000, p. 372). Além disso, as pessoas trans se tornaram uma população migrante e nessas andanças, muitas vezes com temporadas pela Europa, entravam em contato com as novas tecnologias de construção corporal (KULICK, 2008; PELÚCIO, 2005). Dessa maneira, assim como nos Estados Unidos, surgiu por aqui a demanda por essas tecnologias e alguns médicos atenderam aos pedidos.

É provável que o caso do médico cirurgião-plástico Roberto Farina seja a peça que encaixe o Brasil no contexto dessa produção e circulação internacional de conhecimento sobre a transexualidade²⁷. Farina foi um destacado cirurgião plástico brasileiro e professor da faculdade de medicina da USP, que esteve sempre em contato com as tendências internacionais da cirurgia plástica, inclusive sobre cirurgias de transgenitalização e foi receptor de uma bolsa da *Ericksson Educational Foundation*²⁸. Foi também um dos primeiros médicos a realizar cirurgias de transgenitalização no Brasil e na América Latina entre os finais da década de 1960 e início de 1970. Todavia, em função das cirurgias que realizou, em especial a de Waldirene Nogueira, foi indiciado pelo Ministério Público por lesão corporal de natureza grave, que considerou a cirurgia de redesignação sexual como uma forma de mutilação, e condenado em primeira instância.

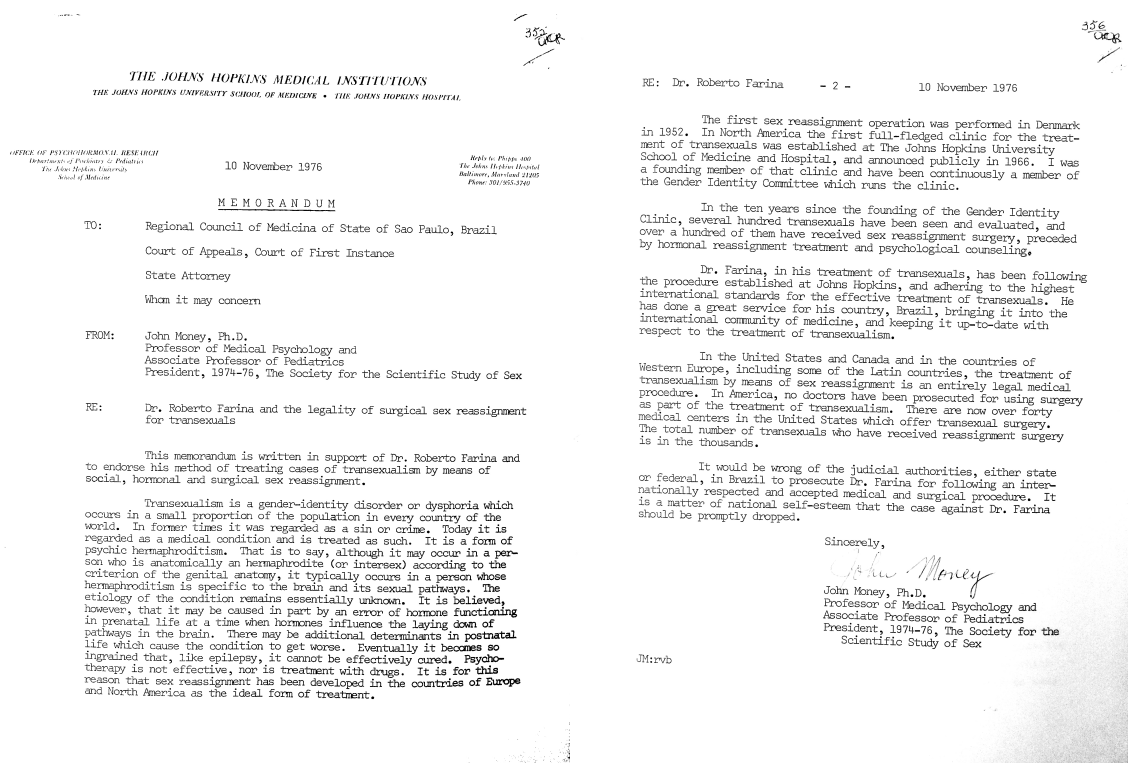
O caso ganhou grande publicidade, circulando em grandes jornais de todo o país, o que ajudou a difundir ainda mais a possibilidade de identificação com um gênero distinto daquele atribuído no nascimento e as possibilidades de utilização de técnicas médicas no auxílio da construção corporal, a despeito dos objetivos iniciais da ação. A estratégia de defesa de Farina aciona a literatura científica produzida internacionalmente para afirmar que a transexualidade

27 Discuti de forma mais profunda o caso Farina e suas consequências para os direitos das pessoas trans em Coacci (2018, no prelo).

28 Apesar de ser certo que Farina teve algum tipo de bolsa aprovada pela EEF, não é claro o ano que recebeu ou qual a finalidade do dinheiro. Há registros dessa bolsa preservados no arquivo da EEF, na Universidade de Victoria, Canadá, como é possível perceber pela listagem do conteúdo do arquivo (documento 3.01, caixa 3). Todavia, não tive acesso ao conteúdo na íntegra. Disponível em: <<https://www.digitaltransgenderarchive.net/downloads/cf95jb541>> Acesso em: 28.11.2017

é uma patologia sem cura e que a terapêutica indicada para minorar o sofrimento dessas pessoas é a cirurgia de transgenitalização. Dessa maneira, a cirurgia de Farina deixaria de ser um crime e seria reenquadrada como uma indicação médica. Junto à pareceres de juristas e médicos, a defesa anexou ao processo cartas de apoios da EEF, um memorando de John Money, atestando que as cirurgias de Farina seguiam os procedimentos de sua clínica na universidade de John Hopkins, bem como vários livros, artigos científicos e programação do 5º Simpósio Internacional de Disforia de Gênero da EEF, realizado em fevereiro de 1977, em Norfolk, Virgínia, Estados Unidos. Além da literatura e das cartas de apoio, a defesa apresentou uma série de laudos e perícias a que Waldirene foi submetida para comprovar sua situação como uma transexual verdadeira. O laudo emitido no dia 28 de maio de 1976 pelos peritos do Instituto Médico-Legal do Estado de São Paulo afirma que o sexo deve ser diagnosticado sob aspecto pluridimensional e cita o trabalho de Harry Benjamin para definir o transexualismo como “a inversão isolada do sexo psíquico” (SÃO PAULO, 1979, p. 75).

Figura 01 – Memorando de John Money a Roberto Farina



Fonte: São Paulo (1979, p. 355–356)

Em segunda instância, Roberto Farina foi absolvido, sua defesa convenceu o Tribunal de Alçada de São Paulo de que se tratava de uma terapêutica necessária e não de uma mutilação. Várias coisas são interessantes nesse caso, mas o que importa aqui é perceber que o processo de produção de saberes sobre a transexualidade não ocorreu de forma isolada do Brasil, as diversas citações das teses de Harry Benjamin, John Money e outros demonstra que já havia por aqui uma produção de saber sobre as pessoas trans e que essa estava em diálogo com a literatura internacional em um processo chamado por Bruno Barbosa (2015) de transglobalização. O caso Farina faz com que essa produção de saberes tenha diversos efeitos sociais e políticos por aqui. A partir de então a Associação Médica de São Paulo e o Conselho Federal de Medicina começaram a debater uma forma de regulamentar os usos das cirurgias de transgenitalização, debate que foi o embrião da Resolução CFM 1482 de 1997, quando finalmente se autorizou a realização de cirurgias de transgenitalização em caráter experimental. O caso também gerou o Projeto de Lei 1909/1979, que alteraria o art. 129 do Código Penal para deixar claro que as cirurgias de ablação de órgãos não seriam crimes, desde que por recomendação médica e com autorização do paciente. O projeto chegou a ser aprovado, mas foi vetado pelo presidente João Batista Figueiredo, em 1984, sob o argumento de que não haveria consenso científico em torno da transexualidade (FIGUEIREDO, 1984).

Até agora retracei o percurso inicial da formação do dispositivo transexual entre o final do século XIX e meados da década de 1970, período que foi marcado por uma relação intensa entre pessoas trans e pesquisadores na construção de uma série de discursos que colocam as pessoas trans como um tipo específico de sujeitos, distintos de homossexuais e das pessoas cisgêneras. Na seção seguinte retiro o foco das produções acadêmicas e retraço a forma como esses saberes foram sendo institucionalizados nos principais manuais diagnósticos de patologias a partir da década de 1960.

1.2 A institucionalização da transexualidade nas nosografias internacionais

Um dos efeitos dos processos descritos anteriormente foi a ampliação na oferta e demanda por atendimento médico especializado voltado para a transição de gênero e da publicação de estudos relacionados a essa levou à cristalização desses saberes em formatos de classificações de patologias, sendo as mais relevantes a Classificação Internacional de Doenças (CID), publicada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtorno Mental (DSM), publicado pela Associação Americana de Psiquiatra (APA).

Embora sejam textos estrangeiros, e principalmente o DSM de origem estadunidense, essas classificações tiveram e ainda tem efeitos em todo o mundo, inclusive no Brasil. A presença de classificações específicas sobre as experiências trans nessas nosografias tem efeitos paradoxais: elas são utilizadas pelas pessoas trans para garantir acesso à saúde e até mesmo outros direitos como a retificação de nome e gênero por via judicial, todavia, como veremos abaixo, o preço pago tem sido a institucionalização, por órgãos de saúde internacionais e por vários Estados, de uma matriz de inteligibilidade que seleciona quais corpos e vidas que seriam mais legítimos e quais não (BUTLER, 2009). Nessa matriz, os corpos e vidas das pessoas trans são frequentemente significados como menos legítimos e devem buscar atender a uma série de padrões, tais como: o comportamento estereotipado para o gênero com o que se identifica; ódio ao próprio corpo seguido de desejo por modificações corporais radicais; desejo sexual inexistente ou heterossexual (levando como referência o gênero com o qual a pessoa se identifica e não o atribuído no nascimento).

1.2.1 A Classificação Internacional de Doenças (CID)

A criação da CID é parte do processo de quantificação do mundo que se deu a partir do século XIX (HACKING, 1991). Sua origem está relacionada aos trabalhos do médico estatístico

William Farr, que recebeu em 1853 a tarefa de tentar organizar uma primeira proposta de classificação uniforme e estatística de doenças, apresentada ao público em 1855, no Segundo Congresso Internacional de Estatística. Essa listagem serviu de base para a primeira versão da CID, criada pelo Instituto Internacional de Estatística, e adotada em 1893 com o nome de Lista Internacional de Causas de Morte (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 1980). Desde o início foi reconhecida a importância de um processo periódico de revisão e aprimoramento, originalmente previsto para ser decenal, sendo que a sua primeira revisão ocorreu em 1900.

Tabela 1 - Revisões da Classificação Internacional de Doenças segundo o ano que foi adotada, anos de uso e número de categorias (códigos)

Revisões	Ano da conferência que a adotou	Anos de uso	Categorias			Total
			Doenças	Causas externas	Motivos assist. saúde	
1	1900	1900–1909	157	22	-	179
2	1909	1910–1920	157	32	-	189
3	1920	1921–1929	166	39	-	205
4	1929	1930–1938	164	36	-	200
5	1938	1939–1948	164	36	-	200
6	1948	1949–1957	769	153	88	1.010
7	1955	1958–1967	800	153	88	1.041
8	1965	1968–1978	858	182	48	1.088
9	1975	1975–1992	909	192	77	1.178
10	1989	1993–2020	1.575	373	82	2032

Fonte: Laurenti e outros (2013)

A partir de 1948, com a criação da Organização Mundial de Saúde, a CID passou a ser publicada por essa e sofreu grandes transformações: o número de doenças classificadas cresceu significativamente, foram agregadas doenças não letais e outras causas para consultas médicas e isso ocorreu porque a natureza da própria CID se alterou, deixando de ser uma classificação estatística de causas de morte, para ser uma classificação mais ampla de tipologias de doenças e as condições que motivam a assistência à saúde (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 1980, p. XII). Esse período também marcou um esforço internacional

para que os países adotassem o uso da CID, buscando criar uma certa uniformização nos serviços de estatística pelo mundo e um diálogo mais próximo desses com a Organização Mundial de Saúde.

A entrada da transexualidade na CID se deu em 1965, com a publicação de sua oitava versão. O código designado para diagnóstico foi de *transvestitism*, com uma grafia peculiar que não encontra respaldo na literatura. A hierarquia dos códigos da CID posicionava o transvestitismo dentro da categoria “desvios sexuais”, que por sua vez se localizava na seção dedicada a neuroses, distúrbios de personalidade e outros distúrbios mentais não-psicóticos. A opção pelo termo pode ser uma influência de Hirschfeld ou Hamburger (médico endocrinologista que acompanhou o caso de Christine Jorgensen²⁹), mas como a própria CID não trazia a descrição dos códigos, é incerto a influência original, bem como o que pretendia abarcar exatamente por transvestitismo. A cada revisão da CID, a forma como a transexualidade e a travestilidade foram tratadas se alterou, refletindo um diálogo com a literatura e as pesquisas produzidas.

A nona edição, publicada em 1975, marca uma importante virada. Houve uma multiplicação de códigos, de apenas um, na edição anterior, passou a ter seis códigos para abarcar as experiências trans, subdividindo essas pessoas em uma série de categorias distintas. Outro diferencial é que dessa edição adiante o capítulo dedicado aos transtornos mentais passou a contar com uma descrição das patologias, essa é uma peculiaridade desse capítulo e o texto que o introduz justifica que isso se faz necessário para tentar homogeneizar a forma como a psiquiatria é praticada pelo mundo (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 1980, p. 179). A primeira mudança notável em relação à classificação das experiências trans foi a distinção entre o *trans-sexualismo* e o travestitismo: o primeiro diagnóstico se centrou na fixação do sujeito em afirmar que vive com o corpo errado, buscar ocultar e transformar

29 Christine Jorgensen foi uma mulher transexual americana que ficou famosa como a primeira pessoa dos Estados Unidos a passar por uma cirurgia de transgenitalização. Após terminar de prestar o serviço militar durante a II Guerra Mundial, Christine viajou pela Europa para visitar parentes e também entrar em contato com médicos que tratavam pessoas transexuais. No verão de 1950, em Copenhague, encontrou com o Dr. Christian Hamburger, médico endocrinologista, esse aceitou acompanhá-la indicando um tratamento hormonal, além disso arrumou para que Christine fosse acompanhada por um médico psiquiatra. Após dois anos de acompanhamento, Christine realizou as cirurgias que tanto desejava. O caso foi altamente mediatizado nos Estados Unidos, diversos jornais, revistas e programas de televisão cobriram o caso, transformando Christine numa celebridade. Para mais detalhes sobre o caso Christine Jorgensen ver Meyerowitz (2002), especialmente o capítulo 2.

cirurgicamente sua genitália; o segundo foca no prazer sexual derivado do uso de roupas do *sexo oposto*. Os diagnósticos se excluem. Essa alteração demonstra uma aproximação com a literatura sobre transexualidade e reflete a distinção feita anteriormente por Cauldwell, Benjamin e Stoller, uma distinção que foi utilizada aqui para separar quem seria *transexual verdadeiro* de quem não seria e que acabou sendo utilizada para recortar quem teria o direito a acessar os procedimentos de modificação corporal como a cirurgia de transgenitalização, excluindo aquelas pessoas que não se adequassem plenamente aos critérios diagnósticos de transexualismo³⁰.

A décima revisão da CID, publicada em 1990 e ainda em vigor, reorganizou a forma como classifica os códigos adotando uma sequência alfanumérica de uma letra seguida por números. Cada capítulo recebeu uma letra, coube a letra F ao capítulo sobre os transtornos mentais e comportamentais. Dentro desse capítulo foi criada uma categoria F64 *Gender Identity Disorders*, que foi traduzida ao português como Transtornos da Identidade Sexual³¹. Dentro dessa categoria, cinco diagnósticos foram incluídos: transexualismo (F64.0); travestismo bivalente (F64.1); transtorno de identidade sexual na infância (F64.2); outros transtornos da identidade sexual (F64.8); e transtorno não especificado da identidade sexual (F64.9). Além desses diagnósticos, está registrado ainda o de travestismo fetichista (F65.1), sob a categoria de transtornos da preferência sexual (F65), que herdou a descrição do antigo travestismo (302.3).

Até mesmo nessa descrição sobre o processo de classificação e diagnósticos das doenças, é perceptível o esforço progressivo de depuração do transexual *verdadeiro* que se mostrava cada vez mais ligado ao *desejo* de intervenções corporais. O diagnóstico parece ser fruto de uma equação com três variáveis: desejo de alteração corporal, sofrimento e excitação sexual. O uso de vestimentas consideradas do sexo oposto é uma constante nos diagnósticos, mas se o uso for acompanhado de excitação sexual, o diagnóstico mais correto seria o de

30 Esse tipo de conflito não se encerrou nessa época, no capítulo 4 analiso uma de suas versões contemporâneas para o Brasil.

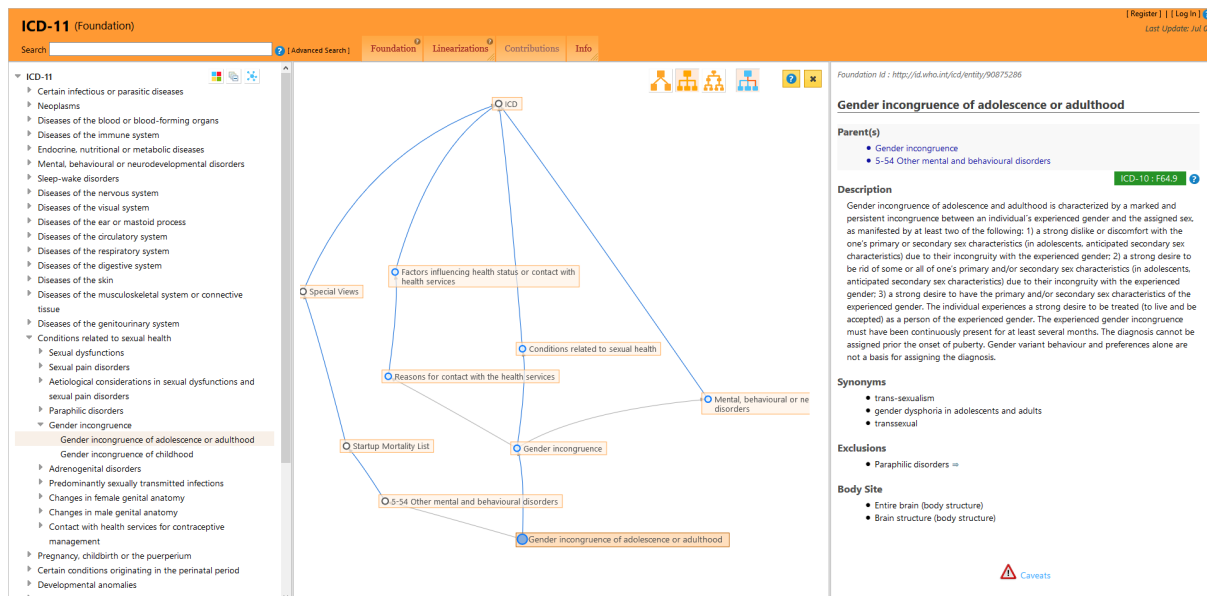
31 É curioso notar que a tradução brasileira substituiu o termo identidade de gênero por identidade sexual. Não tenho clareza sobre as razões que levaram a essa substituição e não consegui encontrar textos que abordassem essa opção de tradução. Uma explicação possível é que o termo gênero seria desconhecido de grande parte da medicina e dos tradutores à época, circulando primeiro por aqui por meio do debate feminista na década de 1980.

travestismo fetichista; na ausência de excitação sexual e sem o desejo de alteração corporal mais definitiva, o diagnóstico passa a ser de travestismo bivalente; por fim, se o uso de roupas consideradas do sexo oposto vier acompanhado de um forte desejo de alterações corporais e de um sofrimento pela inadequação do corpo à imagem que tem de si, o diagnóstico seria de transexualismo. Ao enquadrar a transexualidade como um desejo patológico (de ser do sexo oposto e de modificar seu corpo), a CID 10 retira qualquer possibilidade de se considerar o discurso das pessoas trans sobre si mesmas como verídico.

Após grande pressão dos movimentos sociais que se organizaram, a partir dos anos 2000, demandando a despatologização da transexualidade (BENTO; PELÚCIO, 2012; SUESS, 2016, p. 179), a CID 11 alterou significativamente a forma como a transexualidade é tratada. Os movimentos demandaram que a transexualidade não fosse mais considerada como uma patologia, mas solicitaram a permanência de um código na CID por temer que a desclassificação pudesse implicar a perda de direitos, uma vez que em muitos países a cobertura dos procedimentos como a hormonização, cirurgias e outros depende da existência de um código na CID, seja pelo sistema público ou privado de saúde (ALMEIDA; MURTA, 2013; SUESS, 2016, p. 414–448). A solução encontrada, que contempla os especialistas e ativistas, foi a criação de um novo capítulo, intitulado *Condições Relacionadas à Saúde Sexual*. Dentro desse novo capítulo, foi criado o grupo *Incongruência de Gênero* que se subdivide em dois códigos: incongruência de gênero no adolescente e adulto (HA60); e a incongruência de gênero na infância (HA61).

A versão final da CID 11 foi publicada no dia 18 de junho de 2018 e diversas controvérsias e incertezas envolvem o atual texto. A saída do capítulo de transtornos mentais pode ser considerada como um avanço, uma vez que, em tese, retira as experiências trans do controle último da psiquiatria, todavia o sentido dessa mudança ainda não está certo. A nomenclatura utilizada para a nova categoria deixa dúvidas sobre se realmente está em processo a despatologização da transexualidade. A rede *STP, Campanha Internacional Stop Trans Pathologization* insiste que o termo incongruência de gênero ainda possui um resquício psicopatológico e recomenda a adoção de termos genéricos como Cuidados da Saúde Relacionados à Transição de Gêneros (STP 2012, 2015).

Figura 03 – Hierarquia da Incongruência de Gênero na CID-11



Fonte: Organização Mundial de Saúde (2018a)

Para agravar as dúvidas, a CID-11 inovou em seu sistema de hierarquia dos códigos, inserindo um sistema de múltiplo parentesco que, segundo o Guia de Referência da CID-11, permite que “uma entidade possa ser corretamente classificada em dois lugares diferentes, por exemplo, por local ou etiologia³²” (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2018b). Esse sistema foi pensado para doenças orgânicas e o exemplo dado no guia ilustra bastante isso: o do câncer de esôfago, que pode ser corretamente classificado em *câncer (neoplasmas malignos)* e também em *condições do sistema digestivo*. Entretanto, essa dupla classificação pode ter sentidos diferentes para a incongruência de gênero, que além de vinculada ao capítulo de condições relacionadas à saúde sexual, também permanece com vínculos ocultos com capítulo de transtornos mentais, dentre outros. Isso significa que apesar de estar primariamente localizado no capítulo já mencionado, também pode ser exibido e alocado em outros capítulos, como o de transtornos mentais. Isso é facilmente visualizado. No sistema online da CID-11, basta um clique no botão *toggle displaying foundation that are located elsewhere in the classification (gray children)*³³ para que a incongruência de gênero apareça dentro do capítulo

³² No original: “An entity may be correctly classified in two different places, e.g. by site or by aetiology”

³³ Em uma tradução livre, o botão poderia chamar: exibir entidades filhas localizadas em outros lugares da classificação (filhos cinza)

de transtornos mentais. Ainda não há clareza do sentido concreto que essa forma de múltiplo vínculo pode ter, talvez signifique que a mudança não é tão radical quanto alardada e que não estamos próximos de ver a saída das garras da psiquiatria.

O principal conflito em torno da nova proposta da CID-11 é sobre a manutenção de um código específico para a incongruência de gênero na infância. Desde a CID-9 existe um diagnóstico específico para crianças trans, apesar das mudanças na nomenclatura do diagnóstico, sua descrição pouco foi alterada até a proposta atual. Há uma tendência nesses em focar em comportamentos considerados estereotipicamente generificados como formas de sintomas ou indícios da transexualidade na infância, a descrição proposta na CID-11 é que mais enfatiza esses aspectos: “*Inclui [...] brincadeiras de faz de conta ou de fantasia, brinquedos, jogos, ou atividades e colegas que são típicos do gênero experienciado em vez do sexo designado*”³⁴ (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2018a).

Os movimentos sociais de pessoas trans têm rejeitado fortemente a manutenção desse código na CID-11. O GATE (*Global Action for Trans Equality*), um dos grupos que tem participado mais de perto desse processo de revisão, após uma conferência que reuniu, em novembro de 2011, um grupo de ativistas e experts para discutir o processo de revisão editou o relatório *It's time for reform: trans* health issues in the International Classification of Diseases*. Em tal relatório argumentaram que o diagnóstico tem efeitos negativos para as crianças, cria estigmas e reforça estereótipos e papéis de gênero, além disso apontam que outros códigos, já existentes na CID, serviriam para cobrir as demandas de saúde de crianças trans, adolescentes e suas famílias (GLOBAL ACTION FOR TRANS EQUALITY, 2011, p. 18–19). Em 2015, a campanha internacional pela despatologização da transexualidade, que ocorre anualmente em Outubro, teve como lema “*Pare de patologizar a diversidade de gêneros na infância*”. O *press release* da rede que coordena as ações globais demandou a retirada do diagnóstico de incongruência de gênero na infância, para essas pessoas as crianças trans “*não precisam de um diagnóstico, mas sim de um ambiente aberto à diversidade de gênero, incluindo opções fluidas e não-binárias*”³⁵ (STP 2012, 2015, p. 2 - tradução livre).

34 No original: *It includes [...] make-believe or fantasy play, toys, games, or activities and playmates that are typical of the experienced gender rather than the assigned sex.*

35 No original: *[...] do not require a diagnostic category, but an environment open to gender diversity, including*

Apesar da demanda dos movimentos, a comissão da CID optou por manter o diagnóstico e dois dos psiquiatras que a integram publicaram, conjuntamente, um artigo defendendo a manutenção do diagnóstico dentro do capítulo específico para as condições relacionadas à saúde sexual. Os autores reconhecem que não há consenso sobre essa proposta, mas acreditam que a manutenção seria benéfica para essas crianças, servindo, por exemplo, para promover o acesso à saúde ao se garantir a cobertura dos procedimentos nos sistemas públicos e privados, promovendo maior conhecimento sobre as variações de gênero na infância e estimulando a produção de padrões de cuidado globais (DRESCHER; COHEN-KETTENIS; REED, 2016).

Figura 04 – Histórico da Patologização dos Gêneros na CID



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da CID-8, CID-9, CID-10 e CID-11

1.2.2 O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM)

A história do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) é similar à da CID e se entrelaça a essa. O DSM é precedido por uma série de esforços americanos para criar catalogações estatísticas de doenças mentais, mas é a classificação feita pelo exército americano e, posteriormente alterada pela Associação de Veteranos, a que mais influenciou. Tal classificação foi produzida a partir dos atendimentos das pessoas que retornavam da segunda guerra mundial e buscava catalogar transtornos de estresse agudo, distúrbios de personalidade e psicofisiológicos dessas pessoas (APA, 1952, p. vii). A sexta edição da CID, a primeira publicada pela OMS e primeira a contar com um capítulo para transtornos mentais, foi fortemente influenciada por essa classificação.

A elaboração do DSM teve como objetivo principal a padronização na forma como os transtornos mentais eram classificados nos Estados Unidos. Na década de 1940, era comum que um mesmo hospital americano utilizasse mais de uma classificação para propósitos distintos, a classificação do exército poderia ser usada para finalidades clínicas, enquanto a CID era usada para a produção de estatísticas. Mais de três sistemas de classificação estavam em vigor ao mesmo tempo e poderiam ser utilizados (APA, 1952, p. vii), o que gerava confusões. Sendo assim, o DSM foi criado pela Associação Americana de Psiquiatria (APA) como uma adaptação do capítulo de transtornos mentais da CID-6 para os Estados Unidos e teve sua primeira versão publicada em 1952.

A segunda versão do DSM foi editada em 1968, poucos anos após o lançamento da CID-8, em 1965. A CID é produzida em um diálogo internacional, com a participação de representantes de diversas associações profissionais de diversos países. A APA teve grande influência na produção do capítulo de transtornos mentais, em um esforço conjunto com um Comitê de Saúde Mental inglês, as organizações produziram uma proposta de revisão para a CID-8 que, em grande medida, foi adotada (APA, 1968, p. xii-xiv). Assim como a primeira versão, a segunda foi uma tentativa de adaptação do capítulo psiquiátrico da CID para a realidade norte-americana (APA, 1968, p. vii), suprimindo e adicionando novos códigos ou

subcódigos que julgavam necessários. É nessa versão que a transexualidade aparece pela primeira vez, catalogada como transvestitismo, agrupada na categoria de desvios sexuais (*sexual deviations*). Seguindo a CID-8, o DSM-II não trazia uma descrição dos diagnósticos, não sendo possível saber exatamente o que o manual pretendia abarcar com essa classificação.

O DSM-III operou uma guinada que refletiu as mudanças da CID-9. Ocorreu uma nova orientação do manual que buscava se tornar progressivamente mais próximo: de um modelo científico das ciências biológicas e se afastar da psicanálise e das ciências humanas, refinando e universalizando os critérios para diagnóstico; e da larga produção de conhecimento sobre a homossexualidade e a transexualidade nas décadas de 60 e 70. Tais mudanças marcarão todas as próximas revisões do DSM.

Nessa versão, o capítulo de desvios sexuais tem seu nome alterado para Transtornos Psicosexuais (*Psychosexual Disorders*), com quatro subdivisões: (i) transtornos da identidade de gênero (*gender identity disorders*); (ii) parafilias; (iii) disfunções psicosexuais; e (iv) outros transtornos psicosexuais. A primeira subclasse foi criada especificamente para os diagnósticos relativos às experiências trans e continha os diagnósticos de: transexualismo, com subdivisões específicas para classificar o histórico sexual da pessoa como assexual, homossexual, heterossexual ou não especificado; transtorno da identidade de gênero na infância; e transtorno atípico da identidade de gênero. Além desses diagnósticos, dentro da subclasse de parafilia, ainda se encontrava o diagnóstico para travestismo, entendido aqui como o homem heterossexual que se veste com roupas femininas para práticas sexuais e tem prazer nisso. A separação desse diagnóstico dos outros reflete a separação conceitual entre gênero e sexualidade operada nas décadas que antecederam o lançamento dessa classificação, nesse diagnóstico a identidade de gênero da pessoa permaneceria masculina, não haveria o desejo profundo de alteração corporal, embora o texto do manual reconheça que o travestismo poderia evoluir para o transexualismo em raras ocasiões. Por outro lado, essa separação também marca certa concepção normativa das pessoas trans que são vistas como assexuadas: “*no transexualismo [...] não há qualquer excitação ao vestir-se com roupas do outro sexo*”³⁶ (APA, 1980, p. 269).

36 No original: “*In Transsexualism [...] there is never any sexual excitement with cross-dressing*”

Esse é o primeiro volume do DSM a contar com comitês consultivos temáticos, como um reflexo do afã de se apresentar como um produto do debate científico. Dentre os comitês, há um comitê específico sobre transtornos psicosssexuais, composto por diversas pessoas que estavam na época produzindo pesquisas influentes sobre a transexualidade como é o caso de John Money, Richard Green, Robert Stoller e outros, sendo que a primeira versão do rascunho da parte sobre Transtornos de Identidade de Gênero foi escrita por Richard Green (MEYEROWITZ, 2002, p. 254). A influência do trabalho dessas pessoas fica clara na escolha do conceito de identidade de gênero para nomear a subclasse, e se torna ainda mais aguda na descrição dos diagnósticos, como já havia notado Berenice Bento (BENTO, 2008, p. 80) o DSM talvez possa ser considerado como uma operacionalização ou detalhamento dos trabalhos de Stoller. Os conceitos de identidade de gênero e papel de gênero que abrem a subclasse parecem ser uma cópia literal dos que estão apresentados em seu livro (STOLLER, 1982). Há uma defesa de que o distúrbio tem origem na infância e geralmente em função de um relacionamento problemático entre a criança e seus genitores, especialmente a mãe: “**Fatores de Risco:** *Extremo, excessivo e prolongada proximidade física e emocional entre a criança e a mãe, e a ausência relativa do pai durante os primeiros anos podem contribuir para o desenvolvimento desse distúrbio no menino*³⁷” (APA, 1980, p. 265 - grifos no original).

A presença de um comitê consultivo temático indica um esforço de dar ao DSM um caráter mais científico e, ao mesmo tempo, a criação dessa instância de debate significa uma abertura de uma oportunidade política para movimentos sociais influenciarem no resultado. A realização de protestos e negociações com representantes desse comitê foi fundamental para o movimento de despatologização da homossexualidade durante o processo de revisão dessa versão e da seguinte (BAYER, 1987; DRESCHER, 2015; WAIDZUNAS, 2013).

O DSM-III inovou ao criar diagnósticos específicos para crianças e para adultos, o que depois influenciará nessa separação na CID-10. Apesar dessa distinção, os diagnósticos foram muito similares: o critério comum em ambos foi o desconforto com o próprio corpo e o senso de pertencer a outro sexo. No caso das crianças, o transtorno deveria se manifestar antes da

37 No original: “*Predisposing factors. Extreme, excessive, and prolonged physical and emotional closeness between the infant and the mother and a relative absence of the father during the earliest years may contribute to the development of this disorder in the male*”

puberdade e costumaria ser acompanhado da crença de que com o crescimento o corpo se tornaria de outro sexo. No caso de adultos, o transtorno deveria durar por, pelo menos, dois anos de forma estável e com a presença do desejo forte por intervenções corporais (“desejo de se livrar das próprias genitálias”). A presença de condições intersexuais ou de outros diagnósticos mentais seriam critérios excludentes desses diagnósticos. O texto argumenta que não seria suficiente para o diagnóstico que as crianças não comportassem segundo os estereótipos de gênero, que seria necessário um profundo distúrbio do senso normal de feminilidade e masculinidade. Todavia a descrição que se segue dos exemplos parece contradizer o critério:

Meninas com este distúrbio regularmente têm grupos de amigos homens, um grande interesse em esportes e brincadeiras brutas, e uma falta de interesse em brincar com bonecas ou de casinha (a menos que ocupe o papel do pai ou outro papel masculino). **Mais raramente**, uma garota com este distúrbio afirma que ela crescerá para se tornar um homem (não apenas no papel), que ela é biologicamente incapaz de engravidar, que ela não desenvolverá seios, ou que ela tem ou terá um pênis³⁸ (APA, 1980, p. 264 - tradução livre).

O exemplo para os meninos repete o mesmo padrão. Importante perceber que em ambos os exemplos há a explícita menção que a afirmação de que a pessoa crescerá para ser de outro sexo é classificada como rara, isto é, o central para o diagnóstico na maior parte dos casos seria justamente os comportamentos estereotípicos que o próprio manual diz não ser suficiente. Daí a preocupação dos movimentos sociais que esse diagnóstico pode servir como uma forma de patologização da infância e reforço de estereótipos de gênero, como discutido anteriormente.

Em 1987 foi publicada uma versão revisada do DSM-III chamada de DSM-III-R. O processo de revisão do DSM-III se iniciou três anos após sua publicação, por duas razões principais: insatisfação com o DSM-III, que ainda continha problemas para a prática clínica; e o

38 No original: *Girls with this disorder regularly have male peer groups, an avid interest in sports and rough-and-tumble play, and a lack of interest in playing with dolls or playing “house” (unless playing the father or another male role). **More rarely**, a girl with this disorder claims that she will grow up to become a man (not merely in role), that she is biologically unable to become pregnant, that she will not develop breasts, or that she has, or will grow, a penis.*

convite recebido pela Associação Americana de Psiquiatria para integrar a comissão de revisão da CID para elaborar sua décima revisão (APA, 1987, p. xvii). Dessa maneira, a APA aproveitou a oportunidade para reestabelecer um processo de revisão do DSM que servisse também para subsidiar um rascunho para o capítulo de transtornos mentais da CID-10.

Entre os DSM III-R, IV e IV-TR pouco se alterou em relação aos diagnósticos para as identidades trans. No DSM III-R, a subclasse de Transtorno de Identidade de Gênero migrou do capítulo de Transtornos Psicosssexuais para o de Transtornos Geralmente Inicialmente Evidentes na Infância ou Adolescência, depois migrou novamente para o capítulo de Transtornos Sexuais e da Identidade de Gênero no DSM-IV, o que a agrupou junto a parafilias e disfunções sexuais. Há, no DSM-III, o acréscimo de alguns parágrafos sobre identidades de gênero em outros contextos culturais, como as Hijra³⁹ da Índia, que pode ser entendido como fruto das preparações para a elaboração da revisão da CID e como um reconhecimento da influência do DSM em outros países. Essas menções desapareceram no DSM-IV. A quarta revisão do DSM apresentou algumas mudanças de nomenclatura, o termo transexualismo foi abolido, passando a se utilizar exclusivamente transtorno da identidade de gênero, e o termo travestismo é substituído por fetichismo transvéstico. Em nome de uma linguagem que desse conta da pluralidade de teorias que orientavam a psiquiatria, houve o afastamento do paradigma Stolleriano, com a remoção das referências ao papel dos pais da criança como causa da transexualidade. Além disso, não houve modificações significativas que alterassem a forma como esses diagnósticos foram pensados e aferidos.

No DSM-V novamente emergiram mudanças significativas. O processo de revisão do DSM-V foi realizado em parceria com a Organização Mundial de Saúde, de maneira a

39 Existem diversas variações culturais sobre a forma como o sistema de gênero opera recortando as pessoas em gêneros específicos. Hijra é uma forma específica de identidade de gênero da Índia e países vizinhos. Como descrito por uma das hijras informantes de Serena Nanda (1998, p. 11 - tradução livre): *“Uma hijra nasce da barriga de uma mulher, mas não pode ser contada entre os homens ou as mulheres”*. Frequentemente essa identidade é descrita pela mídia ocidental como uma forma de terceiro sexo, todavia a literatura acadêmica insiste que essa é uma compreensão simplória, a identidade das hijras é atravessada por diversas linhas de força que atribuem um significado complexo para além do eixo do gênero e sexualidade. A partir de um mito de origem hindu, a sociedade indiana atribui um significado cultural e religioso as hijras, acreditando que essas possuem poderes. Sua benção da fertilidade é bem-vinda em casamentos e no nascimento de meninos. Algumas pessoas como Susan Stryker (2008) e Bruno Barbosa (2015) descrevem as hijra como sendo uma identidade análoga a de travesti no Brasil, guardada as devidas especificidades culturais de cada uma. Para mais informações, ver as densas etnografias de Serena Nanda (1998) e Gayatri Reddy (2005).

harmonizar a CID e o DSM. A ideia era que a revisão do DSM servisse de base para a décima primeira revisão da CID, em relação aos transtornos psiquiátricos, o que ocorreu apenas em partes. A revisão do capítulo do DSM dedicado às experiências trans coube a uma equipe liderada por Kenneth J. Zucker, psicólogo canadense famoso por advogar por terapias de conversão em gays, lésbicas e pessoas trans⁴⁰.

A escolha de Zucker e outros profissionais para integrar essa comissão gerou uma série de protestos pelos movimentos trans que demandaram que a equipe do DSM-V ouvisse a voz das pessoas trans e deixasse de tratar as experiências trans como patológicas (SUESS, 2016, p. 259–261). Diversas foram as estratégias de ação utilizadas pelos movimentos sociais para influir nos processos de revisão da CID e do DSM visando a despatologização das experiências trans, dentre elas destaca-se a publicação em 2010 do livro *El Género Desordenado: críticas em torno a la patologización de la transexualidad*, que conta com um prefácio escrito por Judith Butler. O livro foi organizado pelo grupo de ativistas da rede STP 2012, principalmente concentrados na Espanha, mas com raízes em todo o mundo. Na introdução do livro, o organizador explicitou esse histórico de origem como tentativa de influenciar a revisão dos códigos médicos, bem como a crítica à escolha de Zucker para liderar o processo no DSM, e seguiu afirmando que frente ao grande volume e visibilidade dos conhecimentos que patologizam a transexualidade “*nos parecia completamente necessário elaborar um livro que serviria de ferramenta para visibilizar outros discursos sobre a questão trans e promover os paradigmas emergentes*” (2012, p. 16 - tradução livre).

O diálogo com a sociedade produziu efeitos na revisão do DSM. Em função das severas críticas de que o diagnóstico de transtorno de identidade produzia uma forma de estigmatização, o comitê responsável optou por alterar a nomenclatura e a descrição desse diagnóstico (ZUCKER *et al.*, 2013). O primeiro rascunho do capítulo, publicado online em 2010,

40 Kenneth Zucker era responsável pela Clínica de Identidade de Gênero no Centro para a Adicção e Saúde Mental (CAMH), em Toronto. Em 2015, após anos de pressão dos movimentos sociais, o CAMH aceitou realizar uma revisão externa da Clínica que apontou para uma série de problemas na forma como o serviço era realizado. Esse processo acabou por levar à demissão de Kenneth Zucker e no fechamento da clínica. O relatório da revisão externa pode ser acessado aqui: <http://www.camh.ca/en/hospital/about_camh/newsroom/news_releases_media_advisories_and_backgrounds/current_year/Documents/GIC-Review-26Nov2015.pdf>. Uma breve cobertura midiática do caso pode ser encontrada aqui: <https://www.huffingtonpost.com/brynn-tannehill/the-end-of-the-desistance_b_8903690.html>.

trazia a proposta de alteração para *Incongruência de Gênero*, termo que não recebeu um *feedback* majoritariamente positivo. A rede STP considerou que essa mudança terminológica não alterava significativamente a lógica patologizante do diagnóstico, no manifesto da rede questionavam:

Por que mentem dizendo que vão mudar o transtorno de gênero com a nova Incongruência de Gênero? Qual incongruência estão falando? Quem são realmente os incongruentes? [...] nós não vamos desistir, porque não vamos permitir que continuem nos patologizando na próxima classificação de doenças. Porque nós acreditamos firmemente que nossos corpos são nossos e que temos o direito de modificar e vivê-los⁴¹ (STP 2012, 2010).

No segundo rascunho, publicado em 2011, e que se tornou em grande medida o texto final, o termo foi substituído novamente por *Disforia de Gênero*. A mudança da terminologia e da linguagem na descrição buscou ressaltar que o foco do problema estaria na disforia, isto é no sofrimento e desconforto experienciado pelas pessoas trans, e não na identidade da pessoa (APA, 2002, p. 814). O termo sexo foi substituído em quase todas as instâncias por gênero e no critério A1 houve o reconhecimento explícito da possibilidade de identificação com outros gêneros, para além do binarismo, o que visou ampliar o diagnóstico para incluir as pessoas intersex e não-binárias (APA, 2002, p. 814). Foi incluído um marcador de pós-transição, a justificativa para esse acréscimo foi a de que algumas pessoas poderiam não mais ser incluídas no diagnóstico após a transição, mas algumas demandas como a hormonização poderiam durar por toda a vida, mesmo não havendo disforia. O marcador de pós-transição permitiria o uso do diagnóstico mesmo quando a pessoa não mais atendesse aos critérios diagnósticos (ZUCKER *et al.*, 2013, p. 907). Os critérios diagnósticos (Quadro 01) foram reformulados para torná-los mais restritivos e rigorosos, como a inclusão do critério A1 como necessário, mas não suficiente para o diagnóstico de crianças (APA, 2002, p. 814). O DSM passou a ter um capítulo exclusivo sobre disforia de gênero, de maneira que esses diagnósticos não ficassem mais agrupados com

41 No original: Why do they lie saying they are going to change gender identity disorder with the new "Gender Incongruity? What incongruity are they talking about? Who are the really incongruent ones? [...] we are not going to surrender, because we are not going to allow that we keep on being pathologized in the next disease catalogues. Because we believe firmly that our bodies are ours and we have the right to modify them and live them.

outras parafilias, a exemplo da pedofilia. Ainda se mantiveram resquícios da influência de Stoller, mas sua perspectiva psicanalítica de identificar a causa da transexualidade no relacionamento com os pais desaparece por completo, na verdade o DSM chega a afirmar que ambientes familiares (e outros) acolhedores a identidade de gênero autoatribuída é um fator que reduz o sofrimento e suas consequências, tais como o abandono escolar (APA, 2002, p. 455).

Quadro 1 - Critérios Diagnósticos no DSM-V

DISFORIA DE GÊNERO EM CRIANÇAS

- A** Incongruência acentuada entre o gênero experimentado/expresso e o gênero designado de uma pessoa, com duração de pelo menos seis meses, manifestada por no mínimo seis dos seguintes (um deles deve ser o Critério A1):
- 1** Forte desejo de pertencer ao outro gênero ou insistência de que um gênero é o outro (ou algum gênero alternativo diferente do designado).
 - 2** Em meninos (gênero designado), uma forte preferência por cross-dressing (travestismo) ou simulação de trajes femininos; em meninas (gênero designado), uma forte preferência por vestir somente roupas masculinas típicas e uma forte resistência a vestir roupas femininas típicas.
 - 3** Forte preferência por papéis transgêneros em brincadeiras de faz de conta ou de fantasias.
 - 4** Forte preferência por brinquedos, jogos ou atividades tipicamente usados ou preferidos pelo outro gênero.
 - 5** Forte preferência por brincar com pares do outro gênero.
 - 6** Em meninos (gênero designado), forte rejeição de brinquedos, jogos e atividades tipicamente masculinos e forte evitação de brincadeiras agressivas e competitivas; em meninas (gênero designado), forte rejeição de brinquedos, jogos e atividades tipicamente femininas.
 - 7** Forte desgosto com a própria anatomia sexual.
 - 8** Desejo intenso por características sexuais primárias e/ou secundárias compatíveis com o gênero experimentado.
- B** A condição está associada a sofrimento clinicamente significativo ou a prejuízo no funcionamento social, acadêmico ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo.

DISFORIA DE GÊNERO

- A** Incongruência acentuada entre o gênero experimentado/expresso e o gênero designado de uma pessoa, com duração de pelo menos seis meses, manifestada por no mínimo dois dos seguintes:
- Incongruência acentuada entre o gênero experimentado/expresso e as características sexuais primárias e/ou secundárias (ou, em adolescentes jovens, as características sexuais secundárias previstas).
- 1** Forte desejo de livrar-se das próprias características sexuais primárias e/ou secundárias em razão de incongruência acentuada com o gênero experimentado/expresso (ou, em adolescentes jovens, desejo de impedir o desenvolvimento das características sexuais secundárias previstas).
 - 2** Forte desejo pelas características sexuais primárias e/ou secundárias do outro gênero.

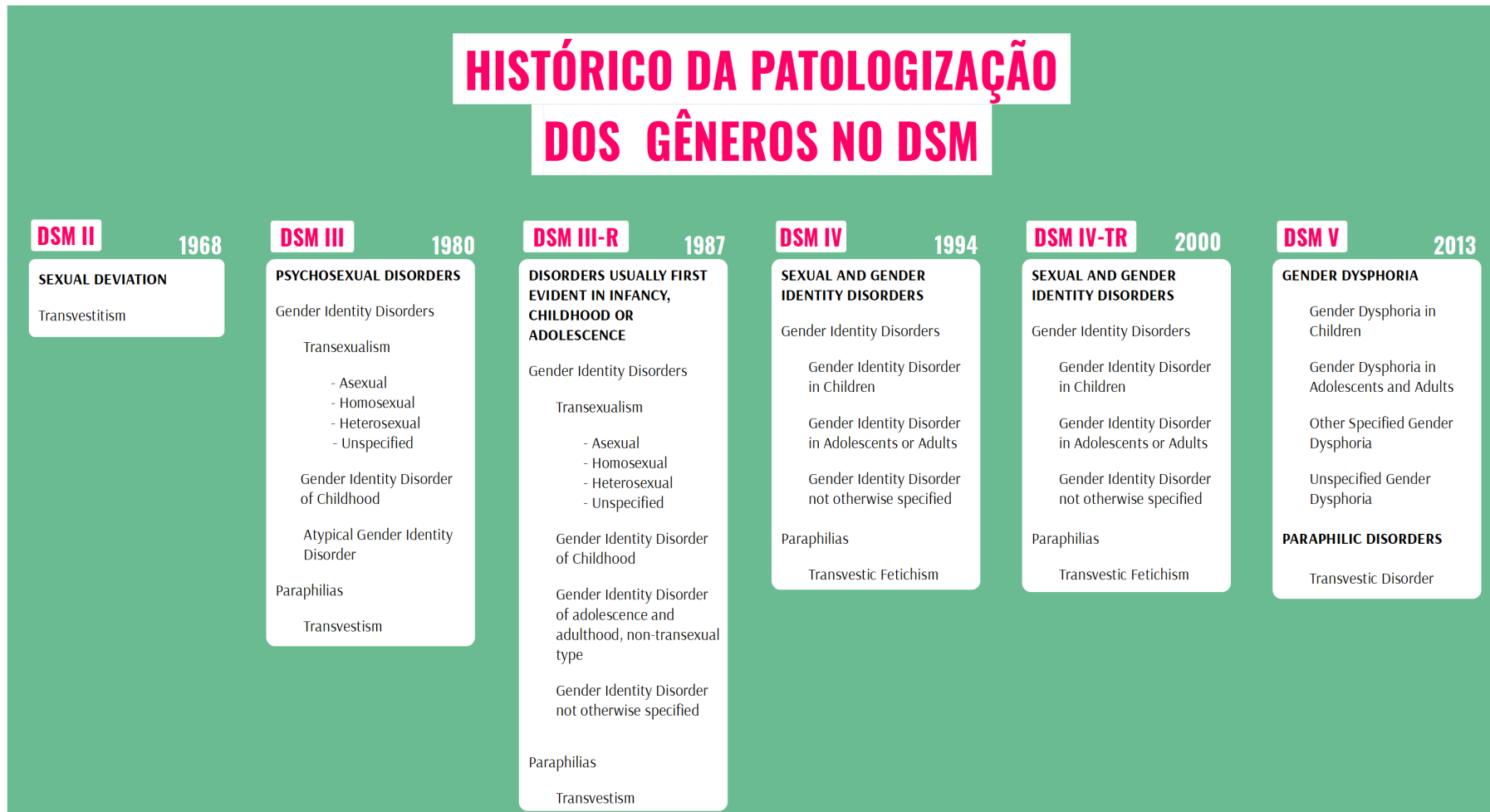
- 4 Forte desejo de pertencer ao outro gênero (ou a algum gênero alternativo diferente do designado).
 - 5 Forte desejo de ser tratado como o outro gênero (ou como algum gênero alternativo diferente do designado).
 - 6 Forte convicção de ter os sentimentos e reações típicos do outro gênero (ou de algum gênero alternativo diferente do designado).
- B** A condição está associada a sofrimento clinicamente significativo ou prejuízo no funcionamento social, profissional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo.

Fonte: APA (2002, p. 452–453)

Além disso, o diagnóstico de fetichismo transvêstico foi alterado para transtorno transvêstico. Todavia, não há grandes modificações no conteúdo do diagnóstico, as modificações mais significantes foram: (i) a retirada da restrição do diagnóstico para homens heterossexuais; e (ii) a inclusão da especificidade para autoginefilia, ou seja, se a excitação é acompanhada de um pensamento da pessoa como mulher. Essas alterações ampliam a possibilidade do diagnóstico para um número maior de pessoas.

As alterações do DSM-V, em sua grande medida, foram vistas como positivas pelos movimentos sociais que valorizaram a tentativa de se utilizar uma linguagem menos estigmatizante e que reconhecesse a diversidade dos gêneros para além do binarismo. Todavia, a rede internacional pela despatologização (STP 2012, 2013) insistiu que, mesmo com todas as nuances incluídas, a mera permanência no DSM implica a patologização. Por isso, insistiu (e ainda insiste) numa total remoção das experiências trans desse manual. A necessidade de cuidados para a saúde trans, inclusive de atendimento psicológico e psiquiátrico, foi reconhecida pela rede, mas a estratégia preferida foi a da remoção do DSM e a alteração da CID para que as experiências trans fossem, finalmente, reconhecidas como uma condição relacionada à saúde que requer atenção médica, mas que não é considerada como uma doença, assim como ocorre com a gravidez e outros fenômenos.

Figura 05 – Histórico da Patologização dos Gêneros no DSM



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do DSM I, II, III, III-R, IV, IV-TR e V

Conclusões

Ao longo do capítulo realizei uma breve genealogia do dispositivo da transexualidade. Como todo dispositivo, no sentido foucaultiano (FARIA, 2013; FOUCAULT, 2012), esse é composto por uma heterogeneidade de discursos, muitas vezes paradoxais e em conflitos entre si. No caso analisado, inicialmente os discursos surgem de uma relação entre profissionais das ciências psi e pessoas trans. Essas pessoas buscaram especialistas que pudessem ajudá-las a adquirir uma compreensão melhor sobre si e melhores condições para viver no gênero com o qual se identificavam, mesmo que sem utilizar dessa linguagem. O financiamento oferecido pela *Eriksson Educational Foundation*, patrocinada por Reed Eriksson um homem trans milionário, a polêmicos pesquisadores como Robert Stoller e John Money forneceu as condições para que esses discursos se ampliassem e reverberassem dentro da academia e das instituições ligadas à saúde como hospitais, organizações profissionais e até mesmo a Organização Mundial de Saúde.

Dessa maneira, iniciei minha descrição a partir dos trabalhos fundadores do dispositivo da transexualidade, ressaltando as relações construídas entre pessoas trans e a produção desse conhecimento. Esses atores individuais, no entanto, vão se tornando menos relevantes a medida que o dispositivo da transexualidade vai se consolidando institucionalmente dentro das nosografias como a Classificação Internacional de Doenças e o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. Sendo assim, o foco do capítulo, em sua segunda parte, transitou para uma reconstrução do percurso das categoriais diagnósticas que patologizaram as experiências trans nesses manuais, ressaltando as consequências dessas escolhas e mais recentemente as ações dos movimentos de pessoas trans internacionais para influenciar tais documentos. O processo de revisão do CID que originou a CID-11 é o ponto confluência de conflitos sobre os saberes sobre a transexualidade na atualidade. Os movimentos sociais têm conseguido influenciar tal processo de maneira que houve grandes mudanças na forma como a CID-11 apresenta as experiências trans, agora classificadas sob a rubrica da incongruência de gênero e localizada, ao menos como vínculo mais visível, no capítulo de Condições

Relacionadas à Saúde Sexual. Há intensas disputas sobre os sentidos dessa mudança e suas consequências se aponta para a despatologização ou não. Permanecem também graves desacordos sobre a forma como as mudanças se operaram e sobre a manutenção de diagnósticos específicos para crianças.

2. CONHECENDO O CONHECIDO: UM MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE PESSOAS TRANS NO BRASIL

Hoje em dia, parece que todo mundo e suas avós estão fazendo pós-graduações em pessoas trans. E por mais que não possa evitar de me sentir insultada com a ideia de ser o objeto da pesquisa de outra pessoa, eu geralmente aceito fazer essas entrevistas pela remota possibilidade que minhas palavras possam refutar alguma informação errada, uma apropriação e exploração das identidades e experiências trans que foram promovidas pela academia (SERANO, 2013, p. 30- tradução nossa).

O contexto da ativista e acadêmica Julia Serano é bastante diferente do brasileiro. Nos Estados Unidos, a produção científica sobre pessoas trans é mais antiga que a nossa e hoje desfruta de uma institucionalidade maior, havendo inclusive um periódico específico sobre estudos transgêneros – o *Transgender Studies Quarterly*⁴² (TSQ). No entanto, é facilmente perceptível que há, assim como lá, um crescimento vertiginoso da visibilidade das pessoas trans na mídia e de estudos acadêmicos sobre “questões trans” no Brasil. Parece que todo o mundo está pesquisando sobre pessoas trans, mas quanto exatamente foi produzido? O que, por quem, quando e com quais enquadramentos?

O presente capítulo busca responder as perguntas acima, fornecendo um mapeamento da produção acadêmica brasileira sobre pessoas trans. Realizar esse mapeamento é um tanto quanto difícil, principalmente em relação a produção do passado. Nem sempre gênero e sexualidade foram compreendidos como elementos distintos, o que fez com que durante algum tempo a produção acadêmica (e inclusive as próprias pessoas) não distinguissem entre homossexuais e pessoas trans (BARBOSA, BRUNO CESAR, 2015, p. 31 et seq.; LEITE JR., 2011, p. 88 et seq.). A produção específica sobre travestis e transexuais surge, mesmo que precariamente, nos finais do século XIX, com os trabalhos de Magnus Hirschfeld, mas ganha força em meados do século XX, com a grande produção da sexologia sobre *o transexualismo*.

De toda forma, já existem alguns trabalhos que auxiliam a compreender a dimensão do campo. O trabalho de Jorge Leite Jr. (2011) faz, com competência, uma genealogia do discurso científico sobre a transexualidade e a travestilidade, analisando desde os gregos até a sexologia

42 Para mais informações: <<http://tsq.dukejournals.org/>>

do século XX. Com um recorte bem mais abrangente que o pretendido aqui, Leite Jr acaba por analisar trabalhos que não falavam propriamente nem da transexualidade ou da travestilidade, mas que foram fundamentais para permitir que os conhecimentos sobre essas categorias emergissem. Outros trabalhos, como o de Berenice Bento (2010, 2017), também analisam os discursos médicos e psi* sobre a transexualidade. No entanto, seu propósito é bem distinto, pois buscam entender e criticar a produção do transexualismo enquanto patologia, apontando para a arbitrariedade dos critérios que permitiriam realizar o diagnóstico dessa suposta doença. Ambos os trabalhos focam quase exclusivamente na produção científica norte-americana e europeia⁴³.

Bruno Barbosa (2015), em seu segundo capítulo, já esboça um mapeamento da produção brasileira, mesmo que focado apenas nos principais trabalhos etnográficos sobre travestis, da década de 1990, e transexuais, dos anos 2000. O autor reconhece a incompletude de sua genealogia, mas isso afeta pouco seu trabalho, uma vez que seu objetivo não é tanto o de mapear e sim de analisar, nesse conjunto de textos, como no cruzamento da retórica etnográfica da realidade brasileira e das categorias produzidas pela literatura internacional, emergiram noções de nação.

Outros nove trabalhos realizaram revisões mais sistemáticas, com uma proposta bastante similar a realizada aqui. Focando no tema da saúde, Gustavo Raimondi em sua dissertação de mestrado (RAIMONDI, 2016) e em artigo publicado em coautoria com Danilo Paulino e Flávia Teixeira (RAIMONDI; PAULINO; TEIXEIRA, 2016), realizaram um amplo mapeamento de teses, dissertações e artigos sobre travestilidade, transexualidade e saúde, de 1997 a 2014, disponíveis no Banco de Teses e Dissertações da CAPES e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), no Scielo, PubMed e Lilacs, analisando 32 artigos e 41 dissertações e teses. Diego Carvalho (2014) também faz um mapeamento similar ao de Raimondi, mas mais restrito. Sua dissertação foca apenas em artigos sobre transexualidade e saúde, publicados no Portal da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS).

Focando na produção sobre travestis, Marília Amaral, Talita Silva, Karla Cruz e Juraci

43 Se reconhecermos o saber prático, produzido pelos profissionais de saúde durante o atendimento, é possível dizer que Bento traz sim apontamentos sobre a produção brasileira a partir de seu trabalho de campo no Hospital das Clínicas de Goiás. É preciso ainda reconhecer que poucos trabalhos haviam sido produzidos no Brasil, até o momento que defendeu sua tese, em 2003, que se transformou no livro publicado em 2006.

Toneli (2014) mapearam a literatura publicada entre os anos de 2001 e 2010. As autoras analisaram 92 trabalhos, coletados de quatro bases de dados virtuais (BVS-Psi, Scielo, Domínio Público e Banco de Teses e Dissertações da Capes). A partir dos títulos e dos resumos, mapearam os principais assuntos que mobilizam os trabalhos sobre travestis, como saúde, prostituição, corporalidade e descreveram brevemente como cada um desses assuntos tem sido trabalhado.

Indira Saad Brum (2014) realizou uma revisão de bibliografia específica sobre travestis, transexuais e prostituição, analisando 70 artigos coletados do portal *Scielo*. Amanda Athayde (2001) e Fernanda Maksoud e seus colegas (MAKSOUND; PASSOS; PEGORARO, 2014) fizeram revisões sobre a literatura médica do diagnóstico de transexualismo. Eduardo Lomando e Henrique Nardi (2013) fizeram uma revisão dos trabalhos sobre conjugalidade de travestis, homens e mulheres transexuais, e por fim, Luis Otero, Maria Victoria Fernández, María Lameiras Fernández e Yolanda Castro (OTERO *et al.*, 2015) realizaram uma revisão da literatura sobre a violência entre casais transexuais e transgêneros.

Esses diversos mapeamentos já contribuem para se ter uma noção do campo, mas até agora focam numa temática específica tal como a saúde, prostituição, conjugalidades, ou em uma identidade, como o trabalho de Amaral e outras que foca na produção sobre travestis. O mapeamento proposto aqui dá um passo além daquilo levantado nesses trabalhos e amplia em relação as identidades, temáticas e recorte temporal.

2.1 Metodologia

Inspirado pelo trabalho de Raimondi, o trabalho realizado neste capítulo se divide metodologicamente, em três fases: a coleta, a filtragem e a análise.

Na primeira fase, realizei a coleta de teses e dissertações, sobre pessoas trans, defendidas nos programas de Mestrado e Doutorado brasileiros que se encontravam

disponíveis em dois repositórios digitais⁴⁴: o Banco de Teses e Dissertações da CAPES⁴⁵ e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações⁴⁶. Coletei ainda artigos publicados em periódicos brasileiros, sobre pessoas trans, do Portal *Scielo*⁴⁷.

Os três repositórios possuem um sistema de busca similar ao *Google*, que ao jogar uma palavra-chave retorna resultados. Configurei a busca para encontrar textos publicados em qualquer data e com a palavra-chave em qualquer campo do texto (título, resumo ou no corpo do texto, esse último possível apenas no *Scielo*). A busca foi feita, no período entre março e dezembro de 2016 utilizando 19 palavras-chave: “pessoas trans”, transexuais, transexual, transexualidade, transexualidades, transgênero, transgêneros, transgenitalização, transsexuais, transsexual, travesti, travestis, travestilidade, travestilidades, transexualismo, travestismo, cisgênero, cisgeneridade e, por fim, transfeminismo. A escolha das palavras-chave foi realizada de forma a encontrar o maior número possível de trabalhos, nas mais variadas áreas. Cada palavra foi utilizada de forma solitária, sem ser combinada com outras. O resultado retornado a cada palavra-chave se encontra resumido na Tabela 02.

44 Estou ciente que o total de teses e dissertações nesses repositórios não corresponde ao universo de teses e dissertações defendidas no Brasil. Primeiro, os repositórios não abarcam todas as instituições de ensino superior com programas de pós-graduação no Brasil. Segundo, mesmo em relação às instituições participantes é possível que: (i) o sistema não catalogue todas as teses e dissertações, principalmente as mais antigas e que não se encontram digitalizadas; (ii) o/a autor(a) jamais deposite a tese ou dissertação na universidade; (iii) a burocracia da universidade (dos programas de pós-graduação e das bibliotecas) não repasse as informações corretamente para o repositório; (iv) aconteça um erro na catalogação no repositório ou na própria universidade; (v) aconteça um erro no sistema de armazenamento e busca no repositório. Apenas para exemplificar como esses erros são comuns e implicam em perda de casos, a tese de Berenice Bento, defendida em 2003 na UNB, não foi encontrada na busca. Outras teses e dissertações de que tenho conhecimento também não retornaram, como a dissertação de Rafaela Vasconcelos Freitas, defendida em 2014 na UFMG, e a de Viviane Vergueiro, defendida em 2015 na UFBA.

45 O Banco de Teses e Dissertações da CAPES reúne os trabalhos defendidos pelas pessoas que foram apoiadas pela CAPES em sua pós-graduação. Atualmente o banco conta, apenas, com teses e dissertações defendidas em 2011 e 2012. Mais informações: <<http://bancodeteses.capes.gov.br>>

46 O BDTD é uma tentativa de criar uma base nacional que reúna as teses e dissertações defendidas em todo o país. Atualmente contempla 105 instituições, públicas e privadas, de ensino superior no Brasil e até o dia 16 de Janeiro de 2017 possuía 469.458 documentos catalogados em sua base. Para mais informações: <<http://bdtd.ibict.br>>

47 Assim como os bancos de teses e dissertações, a escolha pelo portal *Scielo* implica uma série de vieses. O primeiro viés é temporal, pois o portal *Scielo* cataloga principalmente textos recentes, publicados a partir dos anos 2000. Algumas das revistas cadastradas no *Scielo* fazem um esforço de digitalizar e disponibilizar o material histórico, mas essa prática não é adotada por todas. O segundo é de seleção, o portal tem critérios para quais periódicos são incluídos e quais são excluídos. Nesse processo, alguns periódicos como a revista *Bagoas*, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que tradicionalmente publica textos sobre pessoas trans, fica excluído e os textos que ali estão não aparecerão nesse mapeamento.

Tabela 2 - Retorno por palavra-chave

Palavra-Chave	Banco			Palavra-Chave	Banco		
	CAPES	BDTD	SCIELO		CAPES	BDTD	SCIELO
“pessoas trans”	1	15	9	Travesti	13	161	47
Transexuais	31	98	87	Travestis	42	161	123
Transexual	9	47	59	Travestilidade	4	32	5
Transexualidade	9	32	45	Travestilidades	3	32	5
Transexualidades	0	32	6	Transexualismo	7	40	36
Transgênero	1	31	54	Travestismo	2	22	25
Transgêneros	10	31	33	Cisgênero	0	0	0
Transgenitalização	2	20	12	Cisgeneridade	0	2	0
Transsexuais	2	2	1	Transfeminismo	0	1	3
Transsexual	1	120	83	“Homens Trans”	0	2	3

Fonte: BDTD, CAPES e Scielo (2016)

Para as teses e dissertações, foram coletadas as seguintes informações: 1. Ano; 2. Autor; 3. Título; 4. Área de conhecimento; 5. Universidade; 6. Tipo; 7. Resumo. Já para os artigos, foram coletadas: 1. Ano; 2. Autoras(es); 3. Título; 4. Revista; 5. Área de conhecimento do artigo; 6. Instituições das/os autoras(es); 7. Resumo. Formando, assim, a primeira versão do banco de dados.

Os trabalhos coletados foram submetidos a uma filtragem. Primeiro, excluí os artigos publicados em revistas que não são brasileiras, mas aceitei revistas internacionais com sede no Brasil, como é o caso da *Sexualidad, Salud y Sociedad*, sediada no Rio de Janeiro (IMS/CLAM/ UERJ). Segundo, de uma primeira leitura dos títulos e dos resumos, excluí os trabalhos duplicados e aqueles que não tinham as pessoas trans e suas questões correlatas como temas centrais. Terceiro, excluí trabalhos mistos. Muitos trabalhos propõem trabalhar de forma abrangente com a população LGBT, alguns até abordam tangencialmente, mas não focam diretamente nas pessoas trans, esses trabalhos foram excluídos. A escolha por excluir os trabalhos mistos se deu por duas razões: (i) incluir trabalhos mistos ampliava consideravelmente o volume de trabalhos; (ii) é comum que os trabalhos contenham as palavras travesti ou transexual, mas não dediquem uma análise mais específica sobre esses

sujeitos, pelo resumo e pelas palavras-chave não é possível separar com precisão aqueles trabalhos que apenas mencionam esses sujeitos (como numa descrição da sigla LGBT), daqueles que dedicam parte da análise para as experiências trans. Sendo assim, essa incluir esses trabalhos poderia atrapalhar a análise, produzindo uma representação do campo distorcida.

Reconheço que a escolha por excluir trabalhos mistos significa pagar um alto preço. Na área da saúde é comum trabalhos comparativos com distintas populações-alvo ou ainda, como no caso dos estudos sobre hiv e aids, que utilizam de termos guarda-chuva que abrangem grupos diversos, como o termo HSH (homens que fazem sexo com homens)⁴⁸. Esses trabalhos, infelizmente, foram excluídos por esse critério. Como exemplo de trabalho excluído é possível mencionar a dissertação de Fernanda Cortez (2011), que analisa o uso de álcool e drogas entre “homens biológicos profissionais do sexo”.. Cortez inclui as travestis dentro da categoria “homens biológicos profissionais do sexo” e chega a fazer análises específicas para esse grupo, mas por não ser um trabalho exclusivo foi excluído.

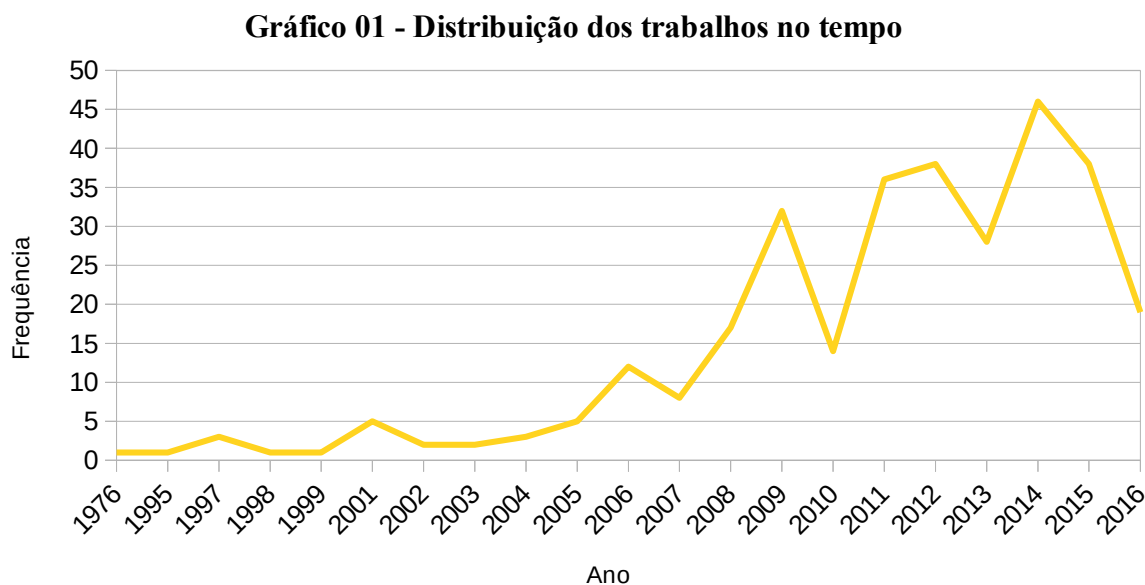
Ao final do processo de filtragem do banco restaram 312 trabalhos, que versam exclusivamente sobre pessoas trans, publicados no Brasil. Da leitura dos títulos e resumos extraí algumas informações extras: a metodologia (teórico, empírico qualitativo, empírico quantitativo, empírico misto, revisão bibliográfica, resenha ou não informado) e a agenda de pesquisa de cada trabalho.

2.2 A distribuição no tempo

Ao todo foram analisados 312 trabalhos, desses 134 são artigos, 132 dissertações e 46 teses de doutorado. O trabalho mais antigo encontrado data de 1976, é um estudo sobre as causas genéticas do “transexualismo” (SALDANHA; OLAZÁBAL, 1976), realizado no laboratório de genética da Faculdade de Medicina da USP. Esse trabalho precursor se encontra isolado

⁴⁸ Como será analisado mais a frente, uma das demandas do movimento trans é justamente pela produção de dados específicos sobre a população trans, o que implica em, nas pesquisas e políticas de prevenção ao hiv e aids, desagregar travestis e transexuais da categoria HSH. Como analisado por Kraiczky (2014), há um baixo número de ações de prevenção específicas para a população de pessoas trans* e em grande parte, as ações são desenvolvidas para gays, HSH e travestis de forma ampla, sem levar em consideração as especificidades das pessoas trans.

nesse período. Encontrei outros trabalhos a partir da década de 1990, mas é a partir do ano de 2005 que inicia um crescimento progressivo. O pico das publicações foi atingido em 2014, ano em que 46 trabalhos sobre pessoas trans foram publicados.



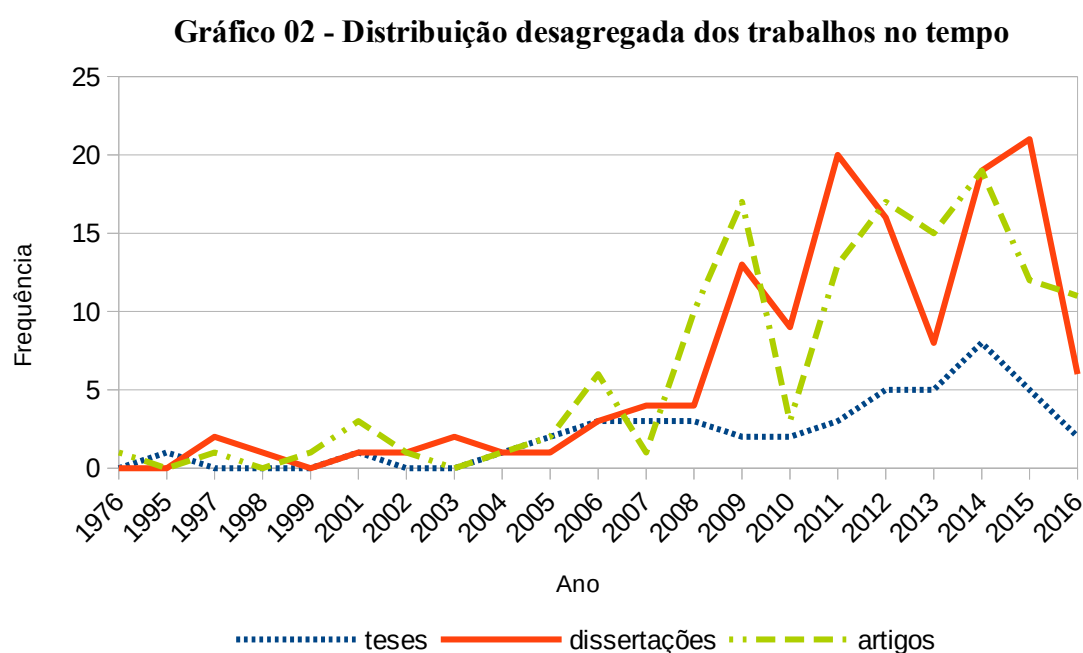
Fonte: BDTD, CAPES e Scielo (2016)

O ano de 2014 se mostrou muito importante, mesmo se desagregarmos os artigos, teses e dissertações, continua a ser o pico para as teses e artigos. Já para as dissertações o pico ocorre em 2015, mas o anterior também possui um número expressivo de defesas ($n=19$), três a menos que no ápice. Ao analisar desagregadamente esses dados é possível perceber que as três modalidades variam de forma similar, cada uma na sua proporção de trabalhos, sendo que os artigos e dissertações variam de forma mais próxima.

A primeira tese encontrada neste levantamento foi defendida em 1995 por Tereza Vieira Rodriguez, na Faculdade de Direito da PUC de São Paulo, discutindo a legalidade da cirurgia de transgenitalização e o direito de retificação de “sexo” para pessoas transexuais. Há uma estabilidade no número de teses, uma média de duas por ano entre 2005 e 2011, já em 2012 esse número sobe e volta a cair novamente em 2016. As primeiras dissertações datam de 1997⁴⁹, é o trabalho de Marcelo Oliveira, defendido na UFSC no Programa de Antropologia, e de

⁴⁹ A data das primeiras dissertações encontradas explicita o viés causado pelas bases de dados utilizadas na

Alexandre Fleming Câmara Vale, defendido na UFC, em Sociologia. As dissertações comparecem de forma tímida no início dos anos 2000, uma média de 1 dissertação por ano até 2005, a partir de 2006 começa a crescer gradativamente, sofrendo uma queda brusca em 2013. Entre 1995 e 2005 há, em média, a publicação de 1 artigo por ano, a partir de 2006 esse número cresce rapidamente. O volume de artigos é o que mais varia, sofrendo quedas bruscas em alguns anos, seguidas de rápido aumento novamente, o período entre 2009 e 2011 demonstra bem isso. Em 2009 foram publicados 17 artigos, esse número cai para apenas 3 em 2010 e sobe novamente para 13 em 2011.



Fonte: BDTD, CAPES e Scielo (2016)

Não se trata aqui de identificar explicações causais para as variações ao longo do tempo, todavia, acredito que uma série de fatores podem ter influenciado. A segunda metade da década de 1990, período em que os trabalhos começam aparecer de forma mais constante, coincide com a formação do movimento de pessoas trans no Brasil e com a publicação da Portaria do Conselho Federal de Medicina que, por sua vez, autorizou a realização das cirurgias

pesquisa, uma vez que não consta o trabalho de Hélio Silva, *Lapa das Travestis*, defendido em 1992, no Museu Nacional da UFRJ.

de transgenitalização em caráter experimental. A expansão dos trabalhos a partir da segunda metade dos anos 2000 pode estar relacionada com três fatores: (i) a estruturação do processo transexualizador no SUS a partir de 2008; (ii) o fortalecimento do movimento, que se expande nacionalmente, ganhando mais visibilidade e maior proximidade com o governo federal; (iii) a expansão dos estudos de gênero e sexualidade no Brasil, fomentada, em parte, pelo governo federal através do Programa Brasil Sem Homofobia, que estimulou a criação de núcleos de pesquisa em universidades públicas (FACCHINI; DANILIAUSKAS; PILON, 2013).

2.3 Os autores

Busquei identificar as pessoas que mais publicam neste período. Para realizar essa identificação levei em conta o primeiro e o segundo autor dos artigos, mas foi necessário, por parcimônia, ignorar as autorias a partir do terceiro autor(a). Alguns nomes também foram padronizados, já que algumas pessoas publicam artigos usando apenas um sobrenome ou parte do nome, enquanto a dissertação ou tese se encontra com o nome completo, é o caso de Larissa Pelúcio, por exemplo.

Não encontrei uma concentração grande de trabalhos em uma mesma pessoa. As pessoas mais prolíficas no campo são jovens pesquisadores como Rodrigo Borba (UFRJ), Mario Carvalho (UERJ) e Jorge Leite Jr. (UFSCAR). Como era de se esperar, também aparecem na lista das pessoas produtivas nesse campo algumas pesquisadoras que já se tornaram representantes quase clássicas do campo, como é o caso de Berenice Bento (UFRN), Márcia Áran (UERJ) e, mais recentemente, Larissa Pelúcio (UNESP), Flávia Teixeira (UFU) e William Siqueira Peres (UNESP). A Tabela 02 mostra todas as pessoas com três ou mais trabalhos encontrados, incluindo-se teses, dissertações e artigos. Com certeza, os dados seriam muito diferentes se fossem baseados no *currículo lattes* das/os pesquisadoras/es, pois nem todos os artigos publicados se encontram catalogados na plataforma *Scielo*.

Os trabalhos são feitos quase exclusivamente por pessoas cis e nenhuma pessoa trans consta no topo da lista das pessoas mais prolíficas. A pessoa trans com o maior número de trabalhos que encontrei foi Guilherme Almeida, professor do Serviço Social da UERJ, com 2

artigos publicados. Apesar de minoritário, encontrei outros trabalhos feitos por pessoas trans⁵⁰, como as dissertações de Adriana Sales (2012), André Guerreiro Oliveira (2015), Letícia Lanz (2014), Marina Reidel (2013) e a tese de Luma de Andrade (2012), que recentemente se transformou em livro.

Tabela 3 - Distribuição de Trabalhos por Autor

Autor	Quantidade
Rodrigo Borba	6
Jorge Leite Jr	5
Larissa Pelúcio	5
Mario Carvalho	5
Daniela Murta	4
Márcia Arán	4
Berenice Bento	3
Bruno Cesar Barbosa	3
Flávia Do Bonsucesso Teixeira	3
Marcos De Jesus Oliveira	3
Marcos Roberto Vieira Garcia	3
Martha Helena Teixeira De Souza	3
Rita Martins Godoy Rocha	3
Tiago Duque	3
Valéria De Araújo Elias	3
William Siqueira Peres	3

Fonte: BDTD, CAPES e Scielo (2016)

50 Existem ainda trabalhos de pessoas trans que não foram encontrados, como a dissertação de Viviane Vergueiro, e pessoas trans que realizaram pesquisas sobre assuntos que não são a transexualidade, como o caso da tese de Jaqueline Gomes de Jesus, sobre as paradas LGBT.

2.4 As universidades

Tabela 4 - Distribuição dos trabalhos por universidade

Universidade	Frequência	Porcentagem	Posição
USP	30	9,6	1
UERJ	25	8,0	2
UFRGS	18	5,8	3
UFRJ	15	4,8	4
UFSC	14	4,5	5
UFSCAR	12	3,8	6
UNB	12	3,8	6
UFPE	11	3,5	7
UNESP	11	3,5	7
PUC SP	10	3,2	8
UFBA	10	3,2	8
UFRN	10	3,2	8
UNICAMP	10	3,2	8
UFU	8	2,6	9
FIOCRUZ	7	2,2	10
UFC	7	2,2	10
Outras	102	33,0	-
Total	312	100	-

Fonte: BDTD, CAPES e Scielo (2016)

É interessante perceber que a produção de conhecimento sobre pessoas trans está concentrada em universidades de elite do Brasil. Por um lado, universidades de elite como USP, UFRJ, UNB e UFRGS de fato concentram grande parte da produção científica nacional, além disso, com exceção da PUC SP todas as universidades que concentram o maior número de produções possuem núcleos de pesquisa ou grupos de estudos que se dedicam aos estudos de

gênero e sexualidade, algumas como a UFBA, a USP e UFSC possuem até mais de um núcleo/grupo em atividade.

2.5 As áreas de conhecimento

Classifiquei ainda os trabalhos quanto a sua respectiva área do conhecimento. Coletei a área a partir do programa de pós-graduação em que a tese ou dissertação foi defendida, assim, uma tese defendida num Programa de Pós-graduação em Sociologia, foi considerada como sendo da área sociologia. Já para os artigos, coletei a partir da autoidentificação na descrição do artigo ou na falta dessa, a partir da vinculação institucional do primeiro autor. No caso de professoras, a vinculação institucional foi relativa ao departamento que se encontram vinculadas, no caso de pós-graduandos, da área do programa de pós-graduação que está ou esteve vinculado por último.

Para uma melhor compreensão, algumas categorias foram fundidas ou alteradas. Apenas para ilustrar, Saúde Pública, Saúde Coletiva, Ciências da Saúde e Saúde da Família foram agregadas em Saúde; Psicologia Social e outros ramos da psicologia em Psicologia; Psiquiatria, Ginecologia, Cirurgia Plástica, Endocrinologia e Ciências Médicas foram fundidas em Medicina. A tabela com a descrição se encontra abaixo.

A Psicologia é a área que concentra o maior número de trabalhos em todas as modalidades, o valor total supera o dobro do segundo lugar, a Antropologia. O volume de artigos publicados pela Psicologia é o que mais chama atenção, por ser desproporcional em relação a todas as outras áreas. Foram 48 artigos publicados em Psicologia, o que equivale a 36,4% do total de trabalhos e é um volume três vezes maior que o número de artigos publicados pela antropologia (n=16). Algumas áreas concentram publicações em algum nicho, como o é o caso do direito que, apesar de poucos artigos, tem um número grande de dissertações.

Tabela 5 - Distribuição desagregada dos trabalhos por área

Área	Tipo de Trabalho			Total
	Tese	Dissertação	Artigo	
Psicologia	12	27	48	87
Antropologia	4	21	16	41
Saúde	6	14	13	33
Sociologia	6	7	11	24
Educação	3	10	6	19
Letras	1	8	8	17
Direito	2	12	2	16
Ciências Sociais	4	5	5	14
Medicina	1	6	7	14
Enfermagem	2	1	8	11
Artes	2	3	3	8
Serviço Social	1	5	0	6
Comunicação	0	4	1	5
Interdisciplinar	1	3	0	4
Geografia	1	2	0	3
Ciência Política	0	0	2	2
Desenvolvimento	0	2	0	2
Filosofia	0	0	2	2
Ciência Da Informação	0	0	1	1
Fonoaudiologia	0	0	1	1
História	0	1	0	1
Terapia Ocupacional	0	1	0	1
Total	46	132	134	312

Fonte: BDTD, CAPES e Scielo (2016)

As Ciências Sociais, de forma ampla, é a segunda área mais prolífica, sendo que só a Antropologia é responsável por 41 dos trabalhos, a Sociologia por 24, a Ciência Política por 2 e

ainda encontrei 14 trabalhos de pessoas vinculadas a programas de pós-graduação ou departamentos de “Ciências Sociais”. Mesmo se somados, os trabalhos das Ciências Sociais (n=81) não superam aqueles publicados pela Psicologia. A Ciência Política é a subárea que ingressou mais recentemente no debate, ambos trabalhos são recentes, publicados no ano de 2016, sendo que um é um artigo analisando candidaturas de travestis e transexuais (SANTOS, GUSTAVO GOMES DA COSTA, 2016) e outro uma resenha de um livro feminista radical que argumenta contrariamente ao “discurso transgênero” (MIGUEL, 2016). O tema das pessoas trans ainda é um campo bastante inexplorado para a Ciência Política e temo que o caminho iniciado por Miguel não contribua positivamente para a agenda⁵¹.

2.6 Os temas de pesquisa

A distribuição por área já dá uma ideia dos principais temas, mas a partir da análise dos títulos e resumos busquei identificar quais questões interessavam mais as pessoas que estavam pesquisando. O número de temas estudados é bem amplo, mas há uma concentração de estudos em alguns poucos temas. A tabela abaixo apresenta os dados para todos os temas com nove ou mais recorrências.

O tema que concentrou o maior volume de pesquisas é a *construção da identidade* das pessoas trans, é um dos temas clássicos de estudo e mais estáveis ao longo do tempo, aparecendo constantemente desde a década de 1990. Por esse tema, abrangei uma série de pesquisas, principalmente psicológicas (n=23) e antropológicas (n=14), sobre como as pessoas trans se identificam e as diversas estratégias utilizadas nesse processo. São majoritariamente

51 O livro em questão é o *Gender Hurts*, de Sheila Jeffreys, autora australiana que se tornou uma das grandes referências do feminismo radical e tem publicado prolificamente textos contrários às pessoas trans e suas demandas. Nesse livro, Jeffreys argumenta que o “transgênero” seria um instrumento patriarcal de dominação das mulheres e a adoção, pelos Estados, de direitos para pessoas trans seria uma violação aos direitos das mulheres (JEFFREYS, 2014). Os argumentos de Jeffreys, em grande medida, são um desenvolvimento e uma nova roupagem para aqueles que já foram apresentados em *The Transsexual Empire* de Janice Raymonds, livro fruto de sua tese de doutorado em Teologia. O livro, publicado originalmente no final da década de 70, foi responsável por difundir dentro do feminismo alguns dos argumentos transfóbicos mais comuns, como o de que mulheres transexuais seriam homens que desejam invadir o feminismo, e influencia grande parte do feminismo transexcludente atual, a exemplo de Sheila Jeffreys. Em outro lugar resenhei os argumentos de Raymonds, bem como algumas das principais respostas produzidas por transfeministas (COACCI, 2014).

pesquisas empíricas e qualitativas (n=62), que se utilizam de métodos etnográficos e de entrevistas, para investigar diversos aspectos e estratégias que compõem o processo de construção identitária das pessoas trans, como a relação de si com o corpo, a negociação dos nomes e gêneros gramaticais para se referir a si mesmo, as formas de autorepresentação nas redes sociais, etc. Abaixo, algumas breves descrições de trabalhos ilustram essa pluralidade de abordagens.

Tabela 6 - Distribuição de trabalhos por tema de pesquisa

Tema	Frequência	Porcentual
Construção da Identidade	74	19,0
Etiologia, Clínica e Diagnóstico	55	14,1
Construção Corporal	30	7,7
Retificação de Nome e Gênero	25	6,4
Saúde	23	5,9
Prostituição	19	4,9
Representação na Mídia	17	4,4
Educação	16	4,1
Processo Transexualizador	15	3,9
HIV	14	3,6
Relacionamentos Afetivos e Sexuais	14	3,6
Atuação Política	11	2,8
Montação Drag	10	2,6
Políticas Públicas	9	2,3
Outros	57	14,7
Total ⁵²	389	100

Fonte: BDTD, CAPES e Scielo (2016)

Tatiana Lionço (2006) estudou a construção da subjetividade das pessoas transexuais

⁵² O número total de temas supera o de trabalhos uma vez que um mesmo trabalho pode abordar mais de um tema.

na perspectiva daquilo que chamou de “tensionalidade somato-psíquica”, ou seja, das articulações e disjunções entre corpo e as representações psíquicas de si. Rodrigo Borba e Ana Cristina Ostermann (2008) analisam como nas interações entre travestis essas manipulam o gênero gramatical, preferindo em geral o gênero feminino, mas utilizando estrategicamente o masculino em alguns momentos. Aline Lima (2009) analisou os álbuns de fotos de travestis no Orkut, para identificar como, a partir daquilo que optam mostrar ou ocultar em seus perfis, constroem uma imagem de si na internet. Bruno Barbosa (2010) acompanhou reuniões das Terças Trans, analisando como as participantes falam sobre si e as outras, como constroem as categoriais travesti e transexual nas interações entre elas, recorrendo a repertórios de discursos e valores atribuídos a essas identidades. Simone Ávila (2014) realizou uma etnografia de espaços, digitais e presenciais, frequentados por homens trans para analisar como esses constroem sua masculinidade, identificando os modelos de masculinidade e se reinventavam ou reforçavam as masculinidades hegemônicas.

O segundo tema mais presente é o debate sobre a *etiologia, clínica e diagnóstico* das pessoas trans, com 55 trabalhos. Assim como o tema da *construção da identidade*, esse também é presente de forma constante desde a década de 1990. Por essa categoria, abrangiu uma ampla gama de estudos que debatem as causas do transexualismo, os critérios utilizados para diagnosticá-lo e as orientações para o atendimento (psicológico, psiquiátrico ou em outras especialidades da saúde específico para o diagnóstico e tratamento) com pessoas trans. São trabalhos que se originam principalmente da psicologia (n=27) e da medicina (n=10), com uma participação em menor grau de outras áreas como a sociologia (n=7). Em sua maioria são empíricos com uma abordagem qualitativa, no entanto, dentre todos os temas é o que mais frequentemente apresenta pesquisas com métodos quantitativos (n=4) ou mistos (n=6).

O enquadramento patológico, isto é, aquele que parte do pressuposto de que as identidades trans são uma forma de doença ou anomalia está presente com maior frequência nesse tema do que em outros (n=19), mesmo não sendo o enquadramento predominante em nenhum tema. Encontrei também uma quantidade significativa de trabalhos que questionavam os critérios diagnósticos e as propostas de etiologia, analisando-os por uma perspectiva da despatologização das identidades trans. Descrevo abaixo alguns desses trabalhos.

Alexandre Saadeh (2004) realizou um estudo com 33 homens e mulheres transexuais

para avaliar a presença de transtornos do Eixo I⁵³ e de personalidade em pessoas transexuais. Sua pesquisa não encontrou significância estatística em relação à presença de nenhum dos transtornos estudados em pessoas transexuais, além disso, um dos resultados de sua tese foi a formulação de um temário específico para a psicoterapia com pessoas transexuais que desejam se submeter a cirurgia de transgenitalização. Marcia Arán (2006) analisou os discursos da psiquiatria e psicanálise sobre a transexualidade para demonstrar que é uma noção normativa de gênero e sexualidade que fundamenta o diagnóstico patológico. Dessa maneira, Arán, pela primeira vez em um artigo no Brasil, argumenta pela despatologização da transexualidade, propondo uma alternativa psicanalítica não patológica para interpretar a transexualidade. Tahiana Andreazza (2012) realizou um estudo com gêmeos monozigóticos, ambos identificados como homens ao nascer, onde uma das pessoas se identificava como mulheres transexual e outro como homem cisgênero. A pesquisadora buscou analisar as diferenças neuroanatômicas e psicológicas entre os gêmeos, para isso realizou uma série de entrevistas com ambos e ainda uma tomografia do cérebro. Andreazza (2012) encontrou diferenças em cinco regiões cerebrais e algumas habilidades como a linguagem e o raciocínio viso-espacial, o que pode indicar que fatores epigenéticos⁵⁴ expliquem as diferenças.

A *construção corporal* é o tema que aparece em terceiro lugar, com 30 estudos realizados. Há uma relação entre esse tema e o da *construção da identidade* e muitas vezes os temas aparecem juntos (n=13), nesses trabalhos o processo de construção corporal é visto como um passo ou um meio de construir a identidade. Em grande parte são estudos da Psicologia (n=12) e com abordagem qualitativa (n=24) que, por meio da etnografia e/ou da entrevista, investigam, de forma conjunta ou separada, as diversas técnicas utilizadas pelas pessoas trans para construir seu corpo, são elas: o uso de hormônios (ELIAS, 2007), da cirurgia de transgenitalização (COSTA, MILTON CESAR DA, 2011), do uso de silicone injetável

53 O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM, na sigla inglesa), nas versões anteriores a V, dividiu os transtornos em cinco eixos. Os transtornos clínicos, principalmente os de natureza psicológica, excetuando-se os de personalidade, eram catalogados no Eixo I. Um exemplo de transtorno do Eixo I é a depressão. A partir da publicação do DSM V, em 2013, o sistema de divisão por eixos foi extinto (KRESS *et al.*, 2014). Mais informações sobre as mudanças nos DSM ver o capítulo 01 desta tese.

54 Fatores epigenéticos influem na expressão gênica, aumentando, reduzindo, *ligando* ou *desligando* a expressão de proteínas sem alterar a sequência do DNA. Na prática, isso origina, por exemplo, as variações entre células do mesmo organismo que, apesar de possuírem a mesma sequência de DNA, manifestam funções diferentes. Também é um dos fatores que explica como seres com o mesmo genótipo podem apresentar diferentes fenótipos.

(LOURENÇO, 2009; NOGUEIRA, FRANCISCO JANDER DE SOUSA, 2010), exercícios físicos (PRÓCHNO; NASCIMENTO; ROMERA, 2009), por meio das vestimentas ou ainda pelo aprendizado do portar-se de forma mais “feminina” (DAVI, 2013). Os riscos envolvidos nesse processo, principalmente na hormonização clandestina e no uso de silicone líquido injetável, é um tema bem comum nesses trabalhos e é demonstrado que as próprias pessoas trans estão conscientes dos riscos que correm (SANTOS, AILTON DA SILVA, 2014), sendo que algumas optam pela prática clandestina por falta de acesso ou deficiências do serviço público, ou ainda pelo resultado estético das técnicas clandestinas ser mais eficaz.

O debate sobre a *retificação de nome e gênero* das pessoas trans é dominado pelo Direito (n=14), com uma contribuição menor da antropologia (n=4) e outras áreas. É um dos temas mais antigos, sendo que o primeiro trabalho encontrado data de 1995⁵⁵. Os trabalhos do Direito tendem a focar mais no debate da possibilidade jurídica da própria retificação, levantando as tendências jurisprudenciais e argumentando favoravelmente a retificação. Não encontrei nenhum trabalho que argumentasse contrariamente ao direito de retificação de nome e gênero. É perceptível uma forte influência dos discursos médicos nesses trabalhos, dada a opção por utilizar termos como transexualismo (ROCHA, LÍVIA CRISTINA, 2010), a recorrente referência à cirurgia (MARANGONI, 2015; RAMOS, 2014) ou a utilização explícita da definição de transexual como doente, recorrendo às classificações internacionais de doença como a CID e o DSM (VIEIRA, 1995). Nem todos os trabalhos do direito adotam essa perspectiva patológica, como é exemplo a dissertação de Iana Penna (2010). Os trabalhos de outras áreas tendem a analisar questões transversais desse processo, como a função dos documentos (fotos, laudos, relatórios, etc) nos processos (CORDEIRO, 2012; FREIRE, 2016) ou a influência de estereótipos e discursos médicos/psi* nos processos (TEIXEIRA, 2009).

A categoria *saúde* serviu para categorizar aqueles debates que não se encaixavam nas categorias *etiologia, clínica e diagnóstico* ou *HIV*. São pesquisas principalmente qualitativas (n=14), derivadas de programas de pós-graduação em saúde (n=10). A maior parte dos trabalhos realiza uma avaliação do atendimento às pessoas trans nos serviços de saúde (n=9), apontando as variadas dificuldades e barreiras para esse atendimento, dentre elas: a falta de

55 O debate na academia pode ter iniciado na década de 1990, mas o debate jurídico é bem anterior, sendo possível rastreá-lo pelo menos até a década de 1970, com o julgamento do médico Roberto Farina. Para um mapeamento desse debate no direito ver Coacci (2017, no prelo).

capacitação de funcionários, o desrespeito ao nome social, a discriminação, o medo de sair de casa durante o dia para um atendimento, etc. (GUARANHA, 2014; MORAES, ANTONIA NATHALIA DUARTE DE, 2014; MULLER; KNAUTH, 2008; SOUZA *et al.*, 2014; TENENBLAT, 2014). Outras questões discutidas são o uso de drogas por travestis que se prostituem (ROCHA, RITA MARTINS GODOY; PEREIRA; DIAS, 2013), a representação dos profissionais de saúde sobre as pessoas trans usuárias (SANTOS, ADELYANY BATISTA DOS, 2012), bem como uma pesquisa sobre o uso de um questionário de autoavaliação vocal para travestis e transexuais (SANTOS, HELOISA HELENA *et al.*, 2015). Se as outras categorias relacionadas à saúde surgem ainda na década de 1990, os trabalhos categorizados aqui são mais recentes, aparecendo a partir do ano de 2008.

A *prostituição* é estudada principalmente pela antropologia (n=8) e por meio de pesquisas empíricas qualitativas (n=17). Quase todos os trabalhos têm um foco territorial bem definido, seja uma rua ou um bairro, sendo que desses, cinco trabalhos analisam especificamente a relação entre a prostituição de travestis e o território ocupado para a prostituição. Dois trabalhos analisam a prática da migração para a Europa para se prostituir, Teixeira (2009) argumenta que a mudança na legislação relativa ao tráfico de pessoas acabou por criminalizar um modo de vida das travestis brasileiras, já Vertabedian (2014) analisou os jogos identitários produzidos nessas migrações. Outros temas analisados são a relação entre as travestis que se prostituem e as “donas de casas” (PATRIARCA, 2015) e a produção de categorias nativas que permitem a diferenciação entre elas (MEIRA, 2015).

A *representação das pessoas trans na mídia* foi tema de 17 estudos, sendo que desses 5 são provenientes do campo de letras e 4 da comunicação social. A maior parte dos estudos realizam análises de filmes (n=9), o foco tende a ser em um único filme, analisando a construção de uma ou mais personagens. A dissertação de Marco Aurélio Gomes (2015) é uma exceção e realiza uma análise comparativa da representação de pessoas trans em diversos filmes. A maior parte dos filmes analisados são estrangeiros, com um destaque para o trabalho de Almodovar, apenas três filmes nacionais são analisados, são eles: Encontrando Bianca (2011), Katia (2013) e Madame Satã (2002). Quatro trabalhos analisam o discurso de jornais e revistas, buscando identificar como esses constroem a imagem das pessoas trans, quais pronomes são utilizados para se referir a essas pessoas e quais estereótipos são

acionados/construídos. Três trabalhos fazem análises similares na internet, um analisando tirinhas da cartunista Laerte publicadas online (PESSOA, 2015), o segundo analisando o perfil do Twitter e o blog da personagem fictícia Katylene (KRAMBECK, 2013) e um terceiro analisando interações entre usuários da rede social *filmow* (GONZALEZ; LOPES, 2015). Dois trabalhos analisam a representação na televisão, um focando em séries da rede globo (PIRAJÁ, 2013) e outro sobre a representação no programa *Zorra Total* (GOMES, RENAN ARAÚJO, 2013).

A temática da *educação* foi objeto de 16 trabalhos distribuídos da seguinte forma: 10 da educação, 5 da psicologia e um da sociologia. É uma linha de pesquisa bastante recente que ganha força apenas a partir de 2011. A maioria dos trabalhos (n=10) partem da experiência das pessoas trans enquanto alunas das escolas, para analisar as discriminações, as barreiras e desafios existentes, as razões de evasão ou ainda as estratégias de sobrevivência e permanência na escola (ANDRADE, 2012; SALES, 2012). Quatro trabalhos analisam a experiência de professoras transexuais e travestis nas escolas, investigando o impacto que produzem na escola, a recepção, os desafios e as estratégias de negociação para permanecerem na docência (REIDEL, 2013; TORRES, 2012). Por fim, dois trabalhos analisam a política do uso do nome social⁵⁶ nas escolas como uma estratégia de inclusão, salientando sua importância, mas alertando que essa pode ser uma estratégia de governo dos corpos (SANTOS, DAYANA BRUNETTO, 2015). É importante destacar que o tema da escola é aquele que concentra o maior número de trabalhos produzidos por pessoas trans, são as dissertações de Adriana Sales, Marina Reidel e a tese de Luma de Andrade, mencionadas anteriormente.

Encontrei 14 estudos sobre a temática do *HIV*, a maioria concentrados na área da Saúde (n=5). O modelo e as estratégias de prevenção são o principal campo de reflexão (n=6), analisando se são adequados, quais os resultados ou como se dão as interações em momentos voltados para a divulgação de informações/capacitação para a prevenção (BORBA, 2014; PELÚCIO, 2007). Um segundo corpo (n=4) de trabalhos estuda as condições que levam as pessoas trans a serem mais vulneráveis a contaminação pelo HIV (JUNIOR, 2013), enfatizando que o contexto de violência e discriminação que vivem está associado às altas taxas de infecção. Um pequeno grupo (n=2) de trabalhos avaliam as políticas de prevenção,

⁵⁶ A política de uso de nome social permite que as pessoas trans utilizem o nome com que se identificam na escola, sem ter que passar por um processo jurídico de retificação do nome. A forma como a política ocorre varia, não existindo uma padronização em todo o país.

especialmente o trabalho de Juny Kraiczky (2014) é pioneiro ao fazer uma avaliação crítica das políticas nacionais de prevenção, levando em conta a especificidade da população de travestis e transexuais de forma desagregada da população LGB ou HSH.

O debate sobre o *processo transexualizador* se estrutura em dois eixos. Um primeiro de trabalhos que avaliam o desenho da política do processo transexualizador de forma abstrata ou a política concretizada em um hospital específico (n=10), tais estudos apontam para as deficiências do modelo atual como se basear numa concepção patológica da transexualidade (LIONÇO, 2009; MURTA, 2011) ou ainda da falta de articulação da política com serviços jurídicos de alteração de nome e gênero (BARBOZA, 2010). Um segundo eixo avalia os resultados dos procedimentos utilizados no processo (n=4), como o da hormonização (PETRY, 2015) e das cirurgias de transgenitalização (SALVADOR, 2014), acompanhando pacientes antes e depois dos procedimentos. Maria Inês Lobato e outros (LOBATO *et al.*, 2009), por exemplo, analisaram os resultados da cirurgia de transgenitalização em mulheres transexuais, por meio da aplicação do questionário *Defensive Style Questionnaire* em 32 pessoas assim que ingressaram no programa e 12 meses após a realização da cirurgia. A pesquisa mostra que a cirurgia não alterou o padrão dos mecanismos de defesa medidos, o que na interpretação dos autores provavelmente é explicado pelo fato da cirurgia não resolver a disforia de gênero. A Psicologia (n=4) é a área que mais contribuiu para o estudo do processo transexualizador, em segundo lugar a Saúde (n=3), a Medicina também apareceu com dois trabalhos.

O tema dos *relacionamentos afetivos e sexuais* das pessoas trans foi estudado principalmente pela Psicologia (n=10), por meio de pesquisas empíricas. A maioria dos trabalhos analisa os relacionamentos entre pessoas trans e seus parceiros (n=7), discutindo se esses relacionamentos repetiriam os modelos heteronormativos (LOMANDO, 2014), as formas de negociação do trabalho da prostituição durante o relacionamento (PELÚCIO, 2006) e a violência nos relacionamentos (OTERO *et al.*, 2015). Quatro trabalhos discutem as amizades entre travestis, mostrando os diferentes arranjos de amizades (ROCHA, RITA MARTINS GODOY; RASEIRA, 2015), ou ainda focando nas redes de amizades e apoio que as travestis constroem, argumentando pela importância dessas redes (SILVA, BRUNO DE BRITO; CERQUEIRA-SANTOS, 2014). Outros três trabalhos discutem as práticas sexuais de pessoas trans, seja para analisar se há alguma mudança após a cirurgia de transgenitalização (PINTO, 2008), para contradizer o

discurso científico que diz que pessoas trans são assexuadas (BENTO, 2012), ou simplesmente para conhecer os roteiros sexuais das pessoas trans (GALLI, 2013).

O estudo da *atuação política* das pessoas trans é realizado principalmente pela saúde (n=4) e pela grande área das Ciências Sociais (n=6), dois trabalhos pertencem a Antropologia, a Ciência Política e a Sociologia possuem um trabalho cada e dois pertencem a programas abrangentes de Ciências Sociais. A maioria dos trabalhos (n=9) tem como foco os movimentos sociais. Isabel Zanzotti de Oliveira (2015) etnografou uma residência coletiva de travestis e transexuais em Campinas, analisando as estratégias de ação e as redes de parcerias que permitiam a essas pessoas fazerem política a partir das margens. O trabalho de Jamile Chequer (2010) é uma análise histórica das relações entre o Programa Nacional de DST e AIDS (PNDA) e os movimentos de travestis e transexuais e de pessoas com hiv/aids, mostrando como esses se interconectam e se influenciaram ao longo do tempo. Tarcísio Pinheiro (2016) acompanhou a ONG Atransparência de Natal para analisar as suas formas de atuação e as consequências dos atos e campanhas na vida das travestis e mulheres transexuais que compõem a ONG. Os outros quatro trabalhos são de autoria de Mario Carvalho, sendo sua tese, a dissertação e dois artigos derivados dessa. Na dissertação, Carvalho (2011b) analisou o movimento de travestis e transexuais para compreender como no discurso militante as e os ativistas fazem a diferenciação entre travestis e transexuais, bem como quais eram as consequências dessa construção identitária para as políticas públicas e o diálogo do movimento com o Estado. O artigo *A impossível pureza* (CARVALHO, MÁRIO, 2011a), é uma versão de seu terceiro capítulo, onde analisa as estratégias discursivas de “purificação”, ou seja, de escapar da estigmatização e agregar valor positivo às suas identidades. Já o segundo artigo, *Em Direção...* (CARVALHO, MÁRIO; CARRARA, 2013), é uma versão do seu primeiro capítulo, que retrata um pouco da história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. Em sua tese de doutorado, Carvalho (2015) acompanhou reuniões, protestos e páginas da internet para estudar as estratégias de visibilidade utilizadas por ativistas travestis e transexuais.

A política institucional direcionada as pessoas trans é estudada por dois trabalhos. Gustavo Santos (SANTOS, GUSTAVO GOMES DA COSTA, 2016) analisa campanhas de travestis e transexuais para cargos eletivos nos parlamentos brasileiros, traçando um perfil dessas pessoas e também das campanhas. Já Luana Barbosa (2010) faz um estudo sobre a

participação política de travestis do interior do Piauí, como Katia Tapety, que já foi vereadora e vice-prefeita da cidade de Colônia do Piauí.

Dez trabalhos analisam as experiências de *montação drag*. São trabalhos principalmente da Antropologia (n=4), que acompanham as pessoas em seus processos de montagem e nas performances que fazem em boates (VENCATO, 2002), no carnaval (CORREA, 2009) ou outras festas, para descrever esse processo de “montar-se”, analisar os processos de constituição identitárias desses atores, as formas como constroem/performam a masculinidade e a feminilidade ou ainda, como fez Marina Mesquita (2013), analisar os processos de amadrinhamento que permite que o conhecimento sobre a arte *drag* circule.

O tema das políticas públicas é atravessado por uma série de outros temas como saúde, educação, hiv, processo transexualizador e atuação política. Nenhum trabalho foi classificado apenas com o tema “política pública”. Dessa maneira, os trabalhos já se encontram resenhados acima. As políticas públicas de saúde (processo transexualizador, prevenção e saúde integral LGBT) são o principal foco de análise, a educação aparece em segundo lugar. Isso reflete o número maior de trabalhos focados em temas relacionados à saúde, mas também a maior presença de políticas públicas de saúde para a população trans.

2.7 Os sujeitos das pesquisas

Os estudos sobre pessoas trans tendem a focar nas identidades de travestis (n=113) ou transexuais (n=102). Os estudos que trabalham de forma abrangente, com travestis, transexuais e outras pessoas trans aparece logo em terceiro lugar (n=65). Bruno Barbosa afirma que os estudos sobre travestis surgem, na Antropologia, na década de 1990 e os de transexuais na primeira década dos anos 2000. Fora da Antropologia essa também é uma tendência, de fato, há uma concentração maior de trabalhos sobre travestis na década de 1990, do que sobre transexuais. De toda forma, é importante lembrar que os dois trabalhos mais antigos que encontrei não foram sobre travestis, mas sim sobre transexuais.

Encontrei poucos trabalhos que falam sobre pessoas trans que não se identificam como travestis ou transexuais, ou seja, pessoas transgêneras, *drags*, de gênero fluido, etc. Não

consigo afirmar se essas identidades são pouco estudadas, se as palavras-chave utilizadas não são adequadas para encontrar esses trabalhos ou se por ser um fenômeno que ganha visibilidade mais recentemente haverá uma tendência de aumento da produção para os próximos anos. Nenhum dos trabalhos que encontrei mencionava estudar pessoas não-binárias.

A maioria dos estudos utiliza “transexual” para se referir a mulheres transexuais e muito pouco foi produzido sobre homens trans. Encontrei apenas 5 estudos específicos sobre homens trans e outros cinco trabalhos que incluíam homens trans no estudo. Os estudos sobre homem trans são bem recentes, se fazem presente desde o ano de 2012 para cá e conta com participação de homens trans como autores. Na realidade, o primeiro texto sobre homens trans encontrado foi de autoria de Guilherme Almeida, professor da UERJ e homem trans. São trabalhos que discutem de alguma maneira a construção da identidade dos homens trans, mas atravessam outros temas como a hormonização e o cuidado na saúde (LIMA, FÁTIMA; CRUZ, 2016), além das recentes organizações políticas (ÁVILA, SIMONE NUNES, 2014; OLIVEIRA, ANDRÉ LUCAS GUERREIRO, 2015).

Cruzando as identidades com os temas, é perceptível que determinados temas focam mais em uma ou outra identidade. Os trabalhos sobre prostituição e HIV tem como foco prioritário a população de travestis, enquanto os trabalhos sobre etiologia, clínica e diagnóstico, bem como sobre retificação de nome e gênero falam quase exclusivamente sobre transexuais. Esse resultado parece comprovar empiricamente aquilo que as travestis e transexuais que Bruno Barbosa acompanhou já percebiam: “*no final, nós somos vistas como doidas e putas. Continuou explicando que as travestis são sempre vistas como prostitutas e pobres, e as transexuais como loucas e depressivas*” (BARBOSA, BRUNO CESAR, 2010, p. 12). Acredito, no entanto, que devemos interpretar com cautela esse resultado. Tenho dúvidas sobre em que medida os trabalhos efetivamente falam sobre as identidades que dizem falar ou em que medida traduzem uma quantidade de sujeitos para as categorias com que os pesquisadores estão acostumados a utilizar. Além disso, diversos trabalhos já mostraram que as pessoas negociam essa identidade, podendo se apresentar de diferentes formas em distintos contextos (BARBOSA, BRUNO CESAR, 2010; BENTO, 2017; BORBA, 2016b; TEIXEIRA, 2013). Para o antropólogo que está fazendo campo na rua, a pessoa pode se apresentar como travesti,

mas para o psiquiatra que irá avaliar se a pessoa está apta ou não para se submeter à cirurgia de transgenitalização, a mesma pessoa pode incorporar um outro discurso, se dizendo transexual, para ter acesso à política pública de saúde. Em outros temas, como o da construção da identidade e do corpo, não ocorre essa segmentarização por identidade e possuem trabalhos sobre ambas em quantidade bastante similar.

2.8 Os enquadramentos

Por fim, tentei analisar os trabalhos segundo os enquadramentos discursivos. Foi criada uma tipologia de quatro categorias para classificar a forma como os trabalhos compreendiam as vidas das pessoas trans, são eles: (i) *enquadramento patológico*, em que as pessoas trans são retratadas como possuindo uma doença mental ou anomalia; (ii) *enquadramento do exotismo*, em que a vida das pessoas trans são narradas como estranhas e desviantes da normalidade; (iii) *enquadramento do sofrimento*, para aqueles textos que retratam majoritariamente ou exclusivamente as experiências de discriminação e violação, fazendo o sofrimento se tornar quase a essência da vida das pessoas trans; (iv) *enquadramento da subversão*, para aqueles textos que enfatizam como as experiências das pessoas trans são revolucionárias e subversivas dos padrões convencionais. A categoria *outros* foi criada para classificar aqueles casos que não se enquadravam em nenhuma das outras categorias.

A classificação por enquadramento, no entanto, não se mostrou muito eficaz para a presente pesquisa⁵⁷. Os resumos não fornecem informações suficientes para tal e acabei por classificar os trabalhos quase sempre como outros (n=257). Apenas o enquadramento patológico era mais perceptível (n=30), principalmente nos textos que discutiam os critérios diagnósticos do *transexualismo*. Em outros textos, mesmo com a presença de uma linguagem que daria a indicar um enquadramento patologizante, como o uso do termo *transexualismo*, nem sempre ficava claro se o uso do termo implicava uma adesão a percepção das experiências trans como patológicas.

⁵⁷ Optei por não retirar essa análise, mesmo não dando resultados produtivos, por duas razões. Primeiro, acredito que temos que parar de esconder o que não deu certo em nossas pesquisas, as falhas constituem a produção da ciência tanto quanto os acertos. Segundo, acredito que a tipologia talvez possa ser útil para alguma pessoa replicar em outra pesquisa.

Conclusões

O mapeamento permitiu perceber que há uma grande quantidade de trabalhos produzidos sobre pessoas trans no Brasil. Essa produção, em sua maior parte, é recente e está concentrada em universidades públicas de mais reconhecimento nacional, localizadas no sudeste. A Psicologia desponta como a área com o maior volume de produções e, não por acaso, a maior parte dos debates gravitam em torno da construção da identidade, do corpo e do diagnóstico das pessoas trans.

A maior parte das pesquisas são empíricas, baseiam-se em entrevistas ou outras formas de interação com as pessoas trans. A voz dessas pessoas se faz presente nesses trabalhos por meio dessas técnicas empíricas, todavia é notável uma quase absoluta ausência de pessoas trans como autoras desses trabalhos acadêmicos. Isso aponta para uma série de desigualdades e de negações no campo acadêmico.

Em um primeiro nível, é possível explicar essa ausência como um reflexo de uma exclusão sistemática dessas pessoas do sistema de ensino básico, que acaba por resultar no acesso precário às universidades e, afinal, na pequena produção. Em um segundo nível, revela uma desigualdade interna ao campo científico, de quem e o que é que consegue alcançar os periódicos mais bem classificados em avaliações como o *qualis*. A produção acadêmica de pessoas trans é maior do que a mapeada aqui, no entanto, essa não está concentrada em periódicos de grande prestígio catalogados pelo *Scielo* e se encontram em revistas menores, como a Revista Gênero da UFF, que dedicou, em 2016, um dossiê a transfeminismo⁵⁸. A produção *sobre* pessoas trans tem chegado, mas a produção *de* pessoas trans ainda não. Por não ter acesso ao fluxo interno dos periódicos, não tenho como afirmar exatamente quais as razões que levam a essa ausência, não sei sequer se os periódicos de elite recebem propostas de artigos submetidos por pessoas trans. O baixo número de pessoas trans com título de mestrado e doutorado já indica que provavelmente a quantidade de submissões ainda é marginal, ou seja, os dois níveis de desigualdade se entrelaçam.

Essas desigualdades são um dos panos de fundo que estimulam que o movimento de pessoas trans demande uma maior democratização da ciência, ou seja, uma produção de saberes mais relevantes para sua população, com metodologias mais horizontais que

58 Dossiê Transfeminismos, coordenado por Jaqueline Gomes de Jesus, na Revista Gênero, v. 14, n.1, referente ao 2º semestre de 2013 e publicado em 2016. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/issue/view/37/showToc>>

reconhecem a legitimidade dos sujeitos para falar sobre si e também com uma maior inclusão de pessoas trans como autoras do conhecimento científico e não apenas como “objetos” da pesquisa.

2ª PARTE
OS CONHECIMENTOS
ATIVISTAS

3. MAPEANDO O CAMPO DO MOVIMENTO TRANS NO BRASIL

O objetivo do presente capítulo é fornecer um mapa para o campo do movimento trans no Brasil. Retraçar esse debate é particularmente difícil, existem poucos registros históricos e quanto mais se volta na história, mais difícil fica classificar algo ativismo travesti, transexual ou trans. Isso me obrigou a fazer algumas decisões difíceis. Para essa tarefa, optei por priorizar as redes/organizações de caráter nacional como a ANTRA, os encontros que reúnem ativistas/organizações de todo o país como o ENTLAIDS e as interações com o governo federal. O foco no âmbito local se dá apenas quando esse ajuda a compreender o que ocorre em âmbito nacional. Essa opção, com certeza, implica uma perda monumental, mas dada a dimensão que o campo do movimento trans atingiu, nas últimas duas décadas, em que quase toda grande cidade brasileira possui alguma forma de ativismo trans, seria impossível retraçar adequadamente o âmbito local.

Omar Encarnación (2016) argumenta que para entendermos os movimentos LGBT na América Latina as explicações internacionalistas não são suficientes. O contexto internacional tem a sua influência, como na crise global da aids na década de 1980, todavia não explicaria completamente as dinâmicas locais do Brasil e da América Latina, principalmente as conquistas das décadas de 1990 e 2000. As teorias da mobilização de recurso (MCCARTHY; ZALD, 1977, dentre outros) também não são suficientes para explicar o sucesso desse movimento na região, a comparação feita pelo autor entre o caso brasileiro e o argentino mostra que mais recurso não leva, necessariamente, a melhores resultados: o movimento argentino era menor e possuía menos recursos que o brasileiro, mesmo assim obteve resultados melhores. O que explicaria a diferença seria uma interação entre o contexto local e as estratégias, com ênfase nas maneiras como as demandas são feitas, quando, onde e com qual linguagem. Apesar do estudo de Encarnación utilizar o termo abrangente LGBT, seus casos estudados focam mais na luta pelo casamento entre pessoas de mesmo sexo e não dizem nada ou quase nada sobre o campo trans mais específico. Mesmo assim, acredito que suas observações podem ser aplicadas ao meu campo de estudos também. A quantidade de recursos, principalmente os recursos financeiros, captados por organizações de movimentos sociais que compõe o campo trans não

é muito alto⁵⁹. Todavia, esse obteve alguns sucessos impressionantes. Dessa maneira, ao mapear o movimento tentarei também demonstrar que seu sucesso está relacionado as suas estratégias e muitas das vezes o resultado das ações é fruto de determinados padrões de engajamento com o conhecimento sobre as pessoas trans.

Se seguirmos a tradição do movimento feminista e LGBT de periodizar a história por meio da metáfora das ondas⁶⁰, é possível dividirmos a história do movimento de pessoas trans em três ondas. A primeira se situa na década de 1990 e é marcada pela emergência das primeiras organizações pelo país e a organização dos primeiros encontros nacionais. As principais pautas do movimento são a luta contra a violência e a prevenção ao HIV e AIDS. O contexto institucional é de consolidação da democracia no Brasil, com um tom neoliberal. Simultaneamente há um primeiro contato com o Estado, principalmente por meio dos programas de DST/AIDS, tanto o nacional quanto os estaduais e municipais. As identidades utilizadas pelo movimento são travesti e liberados, essa última para contemplar aquelas pessoas que se montam pra para prostituir, fazer shows e também aqueles gays considerados

59 Segundo levantamento de Juny Kraiczky (2014, p. 105) no Sistema de Monitoramento de Projetos (SIMOP) o Departamento de DST e Aids do Ministério da Saúde, principal financiador de ações no campo trans, dedicou entre 2006 e 2013 a quantia de R\$ 3.399.359,77 para projetos voltados para travestis e transexuais, dentre esses projetos se encontram diversas paradas do orgulho LGBT pelo Brasil, pesquisas, mas também a realização de eventos como os ENTLAIDS. Se dividido igualmente entre os anos, isso significa um investimento anual de R\$485.622,82 para projetos sobre travestis e transexuais realizados por instituições de diversas naturezas em todo o país. Em comparação, o levantamento da Associação Brasileira de ONGs (ABONG) afirma que em 2008, das ONGs afiliadas, 17,60% captaram entre 1 a 2 milhões anuais e 61,2% recebia mais de 500 mil reais anuais (GOUVEIA; DANILIAUSKAS, 2010, p. 40). O valor captado por apenas uma dessas ONGs supera o total investido anualmente pelo principal financiador do campo trans no Brasil.

60 Há uma crescente crítica ao uso da metáfora das ondas como forma de periodização do feminismo. Carla Gomes e Bila Sorj (2014) apresentam três argumentos contra o uso dessa metáfora: (1) fornece a ideia de um processo de constante substituição onde o antigo é apagado; (2) implica a exclusão e omissão dos feminismos que não se encaixam nos critérios que definem determinada onda; (3) passa uma impressão de neutralidade e objetividade, apagando o processo de disputas internas. Em contrapartida, as autoras propõem o termo *gerações do feminismo* como substituto para *ondas do feminismo*. Talvez seja pelo afeto que tenho pelo mar, mas não consigo ver como essas críticas se sustentam. Todas as críticas atribuídas à metáfora de onda podem ser atribuídas à de geração. Frases como “*comprei um computador novo, de última geração*”, tão comuns na linguagem do dia a dia mostra como essa noção também oferece uma ideia de sequência temporal cronológica em que o velho se torna obsoleto e acaba por substituído. Não há nada que garanta, ainda, que esse conceito seja mais aberto à diversidade, nem a dinâmicas conflituosas. Não quero com isso desprezar os problemas apontados por Gomes e Sorj, todavia, acredito que essas erram o foco da crítica. Esses problemas têm menos a ver com a metáfora em si e mais com a maneira que as pessoas operacionalizam suas pesquisas. Também não desejo descartar o uso da noção de geração para o estudo do feminismo ou dos movimentos sociais, porém, diferentemente das autoras, acredito que geração captura um aspecto distinto e que pode até mesmo ser combinado com a noção de ondas para se analisar, por exemplo, conflitos intergeracionais dentro uma mesma onda.

aliados, identidade que já nessa década passa a ser questionada.

Apontar a primeira onda como emergindo na década de 1990 de certa maneira ignora formas de ativismo que já existiam anteriormente, desde pelo menos a década de 1960. Descrevi brevemente no capítulo 02 a disputa judicial no caso do Dr. Roberto Farina, que chegou a ser preso por realizar cirurgias de transgenitalização. Naquele momento já há a constituição de algumas teias informais, mesmo que muito subterrâneas, de profissionais e pessoas que hoje chamaríamos de trans e que se configuram como um forma de ativismo. Não acredito ser possível afirmar que ali se forma o campo do movimento trans propriamente dito, não consigo ver os elementos previstos por Sônia Alvarez (2014) presentes ali. Todavia, as disputas que ocorrem naquele momento marcam o tom das disputas político-jurídica sobre direitos das pessoas trans até hoje. Os bailes de travestis (GREEN, 2000) também seriam outro antecedente que prepara para a emergência do campo na década de 1990.

A segunda onda atravessa a década de 2000 e é marcada pela expansão ainda maior do movimento pelo país, pelo início da atuação em âmbito federal, a partir da criação da ANTRA e do Coletivo Nacional de Transexuais (CNT). Segurança e prevenção ao HIV e AIDS permanecem como pautas relevantes, principalmente em âmbito municipal. Todavia há uma multiplicação de demandas como aquela pelo uso do nome social e pela construção do processo transexualizador. O contexto institucional é de entrada do PT no governo federal, da ampliação dos mecanismos de participação nas políticas públicas e da valorização das pautas de Direitos Humanos, o que abre a possibilidade para diálogos para além dos já estabelecidos com o Programa Nacional de DST e AIDS e resulta em conquistas importantes para o movimento. As disputas identitárias se acirram no movimento com a emergência mais organizada das “transexuais”, o termo liberados é abandonado por ser abrangente em excesso, durante um curto período o termo transgênero é adotado como uma proposta aglutinadora e de diálogo com o contexto internacional, mas sofre duras críticas e logo é abandonado em favor do uso das nomenclaturas de travestis e transexuais.

A terceira onda atravessa a década de 2010 e é marcada pelo *sidestreaming* (ALVAREZ, 2009, 2014) do campo do movimento trans para outros campos como o do feminismo e do movimento negro, bem como por um crescimento vertiginoso da visibilidade das pessoas trans

na mídia. O modelo organizacional da ONG é progressivamente enfraquecido em favor de modelos menos institucionalizados como os “coletivos”. Há uma multiplicação de redes e outras organizações como a Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT), o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT), o Coletivo Transfeminismo, o Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE), o Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros (FONATRANS), a Associação Brasileira de Transgêneros (ABRAT), o Coletivo Nacional de Artistas Trans, dentre outros, quase todos sem a institucionalização jurídica no formato ONG. O contexto nacional é de ampliação dos setores conservadores no parlamento e sucessivas crises políticas, o que fragiliza a relação entre Estado e Movimento em âmbito nacional. Organizações como a ANTRA, tradicionalmente mais próximas da esquerda, voluntariamente se afastam de determinados espaços institucionais por não coadunarem com golpe que retirou a presidenta Dilma Rousseff do poder. As identidades *travesti* e *transexual* se consolidam como principais referências do movimento, mas a emergência dos homens trans como sujeitos políticos força a adoção de uma subdivisão de transexual em mulheres transexuais e homens trans. Há um crescimento da demanda por reconhecimento de identidades mais fluidas e não-binárias, protagonizado por uma nova geração de ativistas majoritariamente articulados pela internet, bem como um retorno de propostas de uso de termos guarda-chuva para aglutinar as várias identidades abarcadas pelo movimento como transgênero, trans* ou simplesmente trans. No que se segue, descreverei cada onda de forma mais detalhada.

Quadro 2- Síntese das Ondas do Movimento Trans

Aspectos	Primeira Onda	Segunda Onda	Terceira Onda
Período	1990 ~ 2000	2000 ~ 2010	2011 e seguintes
DINÂMICA ORGANIZACIONAL	<p>Surgimento dos primeiros grupos em escala local.</p> <p>Modelo organizacional adotado das ONGs, por influência dos movimentos de AIDS e Homossexual</p>	<p>Surgimento das redes nacionais específicas como ANTRA, CNT e Rede Trans.</p> <p>Há uma pluralização nas formas de se organizar, mas o modelo institucionalizado das ONGs se consolida como hegemônico.</p>	<p>Multiplicação das redes, organizações e formatos organizacionais.</p> <p>Surgem novas redes como o IBRAT, ABRAT e FONATRANS. Consolidação da Rede Trans Brasil, criada no final da onda anterior.</p> <p>O modelo institucionalizado das ONG enfraquece, reduz a quantidade de financiamentos e as formas não institucionalizadas de ativismo se consolidam por meio de coletivos informais e pelo ativismo autônomo na internet, o que obriga redes como a ANTRA a se adaptar, alterando seu estatuto para permitir a filiação de pessoas físicas.</p> <p>Explosão dos pré-vestibulares focados para pessoas trans (PreparaNem, Transvest, etc.)</p>
RELAÇÃO ESTADO E MOVIMENTO	<p>Governos Collor e FHC</p> <p>O Estado, personificado na polícia, era visto como um dos principais algozes, responsável por prisões injustificadas e violência física</p>	<p>Governos Lula</p> <p>O Estado continuou financiando ações das organizações por meio dos Programas de DST e AIDS. Transformação do PNDA em Departamento Nacional de DST e AIDS.</p>	<p>Governos Dilma e Temer</p> <p>As crises financeiras e o fortalecimento da influência do conservadorismo na política afeta drasticamente o relacionamento entre Estado e Movimento.</p>

<p>RELAÇÃO ESTADO E MOVIMENTO (CONT.)</p>	<p>Surgimento das parcerias entre Estado e Movimento através dos Programas de DST e AIDS que financiaram grande parte das ações das organizações.</p> <p>Programa AIDS I e II.</p>	<p>Ampliação das relações entre Estado e Movimento para além da aids, principalmente na Saúde, Educação e Direitos Humanos.</p> <p>Inserção em mecanismos participativos como Conselhos Nacionais e Conferências.</p> <p>Produção de políticas públicas como o Processo Transexualizador, uso do nome social em diversos órgãos.</p> <p>Aproximação com partidos de esquerda especialmente o PT.</p> <p>Programa Brasil Sem Homofobia.</p>	<p>Redução no financiamento estatal de ONGs.</p> <p>Veto de políticas públicas LGBT, como o Kit Escola Sem Homofobia (Kit Gay).</p> <p>Agenda da ideologia de gênero para retirada do gênero dos planos de educação em todos os âmbitos.</p> <p>Movimento mais autonomista critica docilização do movimento pela aproximação com o Estado.</p> <p>Conselho Nacional de Combate a Discriminação (CNCD) se transforma em CNCD/LGBT.</p> <p>Afastamento relativo do Estado em função do golpe de 2016, mantendo apenas alguns diálogos necessários e assentos considerados estratégicos em determinados Conselhos. Marina Reidel (Rede Trans) assume a Diretoria Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais da Secretaria Nacional de Cidadania do Ministério dos Direitos Humanos.</p>
<p>CATEGORIAS IDENTITÁRIAS</p>	<p>Travestis e Liberados</p>	<p>Travestis, Transgêneros e Mulheres Transexuais</p>	<p>Travestis, Mulheres Transexuais, Homens Trans, Pessoas Trans, Pessoas Transgêneras, Gêneros Não-binários (Nbs), Cisgêneros</p>
<p>REPERTÓRIO DE AÇÃO PRIVILEGIADO</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Execução de projetos de distribuição de preservativos - Política do escracho 	<ul style="list-style-type: none"> - Advocacy no Executivo e Legislativo - Campanhas de Visibilidade em parceria com o governo (Travesti e Respeito) 	<ul style="list-style-type: none"> - Advocacy no Executivo e Legislativo - Campanhas independentes de visibilidade

<p>REPERTÓRIO DE AÇÃO PRIVILEGIADO (CONT)</p>		<p>- Política do escracho</p>	<p>- Produção de textos nas redes sociais e na academia</p> <p>- Produção de dados independente</p> <p>- Política do escracho</p>
<p>RELAÇÃO COM OUTROS MOVIMENTOS</p>	<p>- Campo AIDS: As primeiras organizações são encubadas dentro de organizações de aids, de onde surge o apoio para as primeiras ações e o <i>know-how</i> para atuar.</p> <p>- Campo Homossexual: Diversas ativistas iniciam sua carreira em organizações mistas do movimento homossexual, mas o conflito marca essa relação desde o início. Alguns ativistas gays tentam separar a imagem do homossexual da imagem do travesti como estratégia política de construção de uma imagem respeitável para homossexuais. O desrespeito com o gênero das travestis e o paternalismo com que travam o movimento gera um afastamento de ativistas como Keila.</p> <p>Campo da Prostituição: Relação de tensão com o movimento de prostitutas. Circulavam nos mesmos espaços, mas havia uma resistência na aceitação das travestis nesse movimento</p>	<p>Campo LGBT: A dinâmica de decomposição do movimento homossexual em uma coalização de grupos identitários permitiu uma nova relação com o movimento agora chamado de LGBT. Por um lado, reconhece-se o espaço e as especificidades das pessoas trans, criando inclusive uma Vice-presidência Trans na ABGLT. Por outro lado, permanece a tensão entre os grupos, a crítica de que o movimento deixa as pautas trans por último é frequente.</p> <p>Campo Feminista: Surgem os primeiros contatos com o movimento feminista, principalmente por parte do CNT. Tentativa de participação do Encontro Feminista Latino-americano. Surgimento de um proto-transfeminismo virtual com Aline Freitas.</p> <p>Campo da Prostituição: Afastamento ainda maior do movimento de prostitutas, principalmente por parte das transexuais.</p>	<p><i>Sidestreaming</i> trans. Há uma ampliação horizontal do campo trans que passa a permear diversos outros campos ativistas, promovendo simultaneamente aproximações e conflitos.</p> <p>- Campo LGBT: As denúncias de transfobia do movimento LGBT se tornam mais e mais frequentes e diversas ativistas advogam por um rompimento completo do movimento trans com o movimento LGBT. Surgimento de grupos gays e lésbicos que denunciam a deturpação do movimento LGBT pela adesão à pautas trans.</p> <p>- Campo Feminista: o feminismo mainstream passa a reconhecer as questões trans como um eixo de debate necessário. Há um acolhimento por diversos grupos, facilitado pelo surgimento de coletivos que demandam a identidade transfeminista e pela produção intelectual na academia e em blogs. Amplia também as correntes feministas que rejeitam as pessoas trans, principalmente o Feminismo Radical, denunciando que mulheres trans e travestis seriam homens invasores no feminismo, fruto de uma nova forma de dominação do capitalismo patriarcal sobre os corpos.</p>

<p>RELAÇÃO COM OUTROS MOVIMENTOS (CONT.)</p>			<ul style="list-style-type: none"> - Campo étnico-racial: Aproximação com os movimento étnico-raciais a partir da valorização da identidade negra produzida pela circulação de ideias da interseccionalidade e a criação do FONATRANS. - Campo da Prostituição: reaproximação com o movimento de prostitutas, principalmente a partir da fundação da Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais, com a participação de Indianara Siqueira e Amara Moira. - Campo AIDS: permanece um relativo afastamento, mas o reavivamento da epidemia da aids no final da década de 2000 sinaliza para uma possível reaproximação. Financiamento de grandes pesquisas como o projeto Divas e projeto Muriel.
<p>PRINCIPAIS PAUTAS</p>	<p>Violência policial; Prevenção da aids; Redução de Danos no Silicone Industrial; Visibilidade Positiva</p>	<p>A prevenção da AIDS progressivamente perde espaço para outras pautas.</p> <p>A violência passa a ser entendida na chave da Transfobia que inclui a violência física, mas amplia para outras formas de violência física e simbólica.</p> <p>Surge demandas por políticas públicas variadas, mas principalmente na saúde e educação, como o processo transexualizador e o nome social no SUS e nas escolas.</p> <p>Participação no processo decisório das políticas públicas.</p>	<p>A denúncia contra a transfobia se amplia. Uma nova chave analítica é agregada a análise, a da cisnormatividade, ampliando ainda mais o leque analítico da dinâmica opressão das pessoas trans.</p> <p>Inclusão no ensino superior. A demanda por nome social inicialmente voltado mais para escolas de nível médio amplia nas universidades. Surgem demandas por cotas em universidades na graduação e pós-graduação.</p> <p>Inclusão na política de forma mais ampla. A demanda pela participação nas políticas públicas permanece, mas há uma crescente demanda por</p>

**PRINCIPAIS
PAUTAS (CONT.)**

Retificação de nome e gênero de pessoas trans.

representação no legislativo. O número de candidatas trans para o legislativo municipal cresce. Partido Progressista é o que mais elege.

3.1 A primeira onda do movimento trans (1990-2000)

Jovanna: E aí eu voltei para os mesmos pontos onde eu trabalhei no início, na primeira vez ao Rio, e fiquei na prostituição trabalhando nos pontos onde eu já estava acostumada a trabalhar. E aí no Rio de Janeiro estava diferente do Espírito Santo, no Rio de Janeiro a violência era muito grande, a polícia perseguia, a polícia todo dia prendia, a polícia assassinava, a polícia batia nas travestis na rua, não deixava elas trabalhar, exercer a sua profissão da forma como tinha que exercer nos pontos onde elas determinavam como pontos para trabalhar.

E aí, nessa época eu tava na Glória, na rua... Eu esqueço o nome da Rua, eu sei que é próxima à Praça Paris. Aí eu tava lá, eu tava trabalhando nesse local em 1992 quando numa conversa a gente descobriu que o prefeito do Rio, Eduardo Condes, o prefeito do PFL – na época que existia – determinou que a guarda civil metropolitana prendesse todas as travestis que estivessem do Aeroporto Santos Dumont até Ipanema, que é a região litorânea de maior poder aquisitivo que é ali Aterro do Flamengo, Botafogo, Leme, Copacabana, Ipanema, Leblon. E aí ele determinou que isso fosse feito até o Leblon, essa limpeza étnica. Na verdade eles não chamavam de limpeza étnica, ele mandou acabar com a prostituição nesse pedaço.

Antes disso a gente já refletia lá com as meninas nos pontos a problemática que a gente sofria que era a violência, nós não tínhamos uma bandeira de luta, a não ser única e exclusivamente a violência policial porque até na verdade a gente não sofria a violência da sociedade, porque naquela época a travesti só era a noite, o dia todo dormindo e à noite nos pontos de prostituição, então não convivia assim rotineiramente com a sociedade, a não ser a noite com os clientes e nos pontos trabalhando.

[...] E aí um policial que era cliente das meninas que trabalhavam lá, ele falou assim:

– *Olha, vocês sabem os seus direitos? Ninguém sabia, nem eu sabia, só tinha vontade de lutar. E aí ele reuniu um grupo e falou: – Você sabia que aqui eles não podem prender vocês? A guarda municipal não é polícia não, a guarda municipal é para proteger o patrimônio público municipal, eles só protegem patrimônio. Eles não podem deixar que um muro de escola seja rabiscado, não pode deixar que o assento de uma praça seja quebrado, mas eles não tem poder de prisão não, o prefeito está errado.*

E aquilo bateu na minha cabeça e ficou, aí eu fui falar com a mulher, ela era muito amiga nossa, ela era policial civil, tenente, quer dizer, policial militar e ela era tenente. [...] E aí ela se colocou a disposição. A gente aceitou a disposição, mas ela sugeriu como fazer, ela disse:

– *Nós vamos fazer o seguinte, vamos deixar eles chegar, todas as viaturas da guarda civil e com os ônibus e na hora que ele chegar e começar a prender uma, duas ou as três primeiras meninas, a gente chega com as viaturas, cercamos e prendemos eles por exercício ilegal da profissão.*

E foi o que aconteceu. [...] depois que tudo se apaziguou, que a gente voltou a trabalhar normalmente na madrugada, na própria madrugada a gente já começou. Seis meninas a gente continuou discutindo aquilo. *Não é que nós temos realmente direitos? Nós não estamos à margem não, nós temos direitos. Nós podemos fazer alguma coisa, mas agora fazer o que?* Nós não sabíamos o que fazer. Aí a gente ficou naquela discussão, passou algum tempo. Aí um certo dia aparece lá na Glória, na Augusto Severo. Augusto Severo, lembrei o nome da avenida. Augusto Severo ao lado da Praça Paris, é um ponto de prostituição grandioso e famoso que se vocês pesquisarem, vocês vão ver. Aí apareceu uma mulher chamada Célia Sterenfeld, é uma judia que implantou um projeto no Rio dentro do ISER. O ISER é o Instituto Superior de Estudos da Religião. [...] Dentro do ISER essa psicóloga ela trouxe um projeto em parceria com da ABF, acho que é da Suécia, é uma organização sueca que se chamava Saúde na Prostituição, que era um projeto de prevenção de AIDS. Nessa época a AIDS já estava com dados alarmantes, em 1992, porque a aids começou surgindo em 85, né? [...] E ela apareceu por lá e disse assim:

– *Nós estamos procurando uma travesti que queira compor uma equipe de cinco mulheres que vão ser multiplicadoras de informação. [...] Que vão ser multiplicadores de informação, que vão ser capacitados, formados e depois vão visitar duas vezes por semana os pontos de prostituição distribuir camisinha, distribuir gel – que antigamente era na bisnaga – [...] e anotar nomes de quem recebeu, fazer relatórios e participar uma vez por semana nas reuniões lá na sede do projeto para apresentar relatórios que é para o financiador.*

E aí eu aceitei de pronto. Ela disse que vai ganhar um salário-mínimo, não impede de fazer o serviço e continuar na prostituição ao mesmo tempo, não impede, pode continuar. E aí eu de cara aceitei. [...] Aí a gente continuou, eu continuei trabalhando lá e aprendendo coisas, aprendendo que as prostitutas já estavam organizadas lá na Vila Mimososa, no Rio de Janeiro, elas já estavam organizadas e nós ainda não. E havia assim, a gente trabalhava junto no mesmo ponto, mas havia uma resistência muito grande em aceitar as travestis como participantes associadas da associação delas, aí a gente foi conversando, foi conversando e quando chegou no mês de Abril, quando chegou mais ou menos em Março, Abril, a gente decidiu, a coordenadora a Doutora Célia, do projeto, ela disse:

– *Vamos organizar uma reunião lá, porque a gente precisa falar com o pessoal que tá sendo beneficiário dos projetos.* E aí marcou essa reunião.

Aí a primeira reunião foi no final de março, a primeira reunião não deu muita gente, deu seis pessoas, nem as meninas lá do ponto onde eu trabalhava foram. Deu seis pessoas, aí o que aconteceu? Entrou um comandante novo, chamado Coronel... Ai meu deus, como era o nome dele? Era um negro, eu esqueço o nome, é um negro que odiava travesti... Coronel Cerqueira, comandante-geral da polícia militar. Aí ele entrou e determinou também que as travestis fossem levadas diariamente para a delegacia para averiguações porque tinha muita briga, tinha muita puxada de chave, muito roubo e tinha realmente, nesses pontos ou em alguns pontos. E aí quando eles determinaram e teve a primeira prisão... Eles adotaram a seguinte tática, não vamos mais liberar, vamos averiguando e deixando ela lá sentada até quando o dia estiver perto de amanhecer e aí elas perdiam o dinheiro todo. Na terceira noite a coordenadora disse assim:

– *Pois tá na hora de fazer uma outra reunião, para ver o que está acontecendo e*

vamos falar desses assuntos.

E aí ela fez a reunião, nessa reunião foram 70 porque o bicho tava pegando. E aí a gente falou do que ia discutir, das possibilidades que podiam apresentar e foram 70. E dessas 70 – elas contaram –, elas tiveram a oportunidade de falar, elas ficaram envaidecidas. Dessas, 6 decidiram marcar pequenas reuniões para poder continuar discutindo a questão, para levar as informações para elas. Era eu, Beatriz Senegal, Jossi Silva, Monique do Bavier, Raquel e Elza Lobão, seis. Aí depois que a gente teve essa reunião grande e que a gente decidiu reunir as seis, na primeira reunião nós já decidimos que nós precisávamos ter um instrumento efetivo de luta e a gente pensou o que fazer. E aí a coordenadora do projeto falou:

– Então, vamos marcar para quinta feira – essa reunião foi na quarta –, para quinta amanhã às duas horas da tarde para que vocês voltem aqui para falar com o advogado.

Ela arrumou um advogado, o Dr. Maurício Levis... Eu não sei falar o nome dele, que também não era brasileiro, mas atuava lá no ISER, era um advogado. E ele disse:

– Não, vocês podem criar uma associação. E aí vocês pensem o nome, não tem nenhuma barreira que impede vocês de ter uma associação registrada e que efetive o diálogo com o poder público. O poder público só vai respeitar vocês a partir do momento que vocês se mostrem organizados. Na época era tudo tratado no masculino, não se tratava no feminino, né? – E a gente aceitava, porque a gente queria ser incluídas.

E aí na segunda reunião, nessa reunião ele falou isso, que a gente podia e falou:

– Tudo bem, vocês marquem uma reunião ou hoje mesmo vocês continuem aqui quando eu me retirar para pensar nomes.

E aí a gente decidiu ficar e nesse dia mesmo a gente já pensou nomes e aí o ASTRAL veio e foi o que a gente escolheu. As seis por unanimidade escolheu ASTRAL. Na verdade não foi ASTRAL, escolheu o nome Associação de Travestis e Liberados, porque a gente queria incluir os meninos que eram transformistas, que se vestiam de mulher às vezes só para se prostituir ou fazer show, aí a gente queria incluir os transformistas. Aí a gente pensou em Associação de Travestis e Liberados e na sigla deu ASTRAL. Depois a gente já chamou ele de volta lá no escritório e a gente falou: *– a gente já pensou aqui, o nome é ASTRAL. [...] – E a gente decidiu e naquele dia ele já levou os nomes da diretoria, da possível diretoria criada e oito dias depois ele já apresentou uma minuta de estatuto. Nós lemos em conjunto, aprovamos o estatuto que ele criou e nesse dia ele ficou conosco para lavrar uma ata e aí isso tudo no mês de Abril. Nós todas assinamos e entregamos para ele. Ele falou:*

– Pode entregar tudo que o resto é comigo.

Nem dinheiro ele falou com a gente, porque tem que pagar, né? E lá no Rio é muito caro essa coisa jurídica. No dia 15 de maio ele entregou para a gente, chamou a reunião e entregou para a gente tudo pronto. E falou assim:

– Pronto, vocês já são pessoa jurídica, inclusive com CNPJ.

É por isso que a gente comemora o dia 15 de maio como o dia de nascimento do Movimento de Travestis Brasileiro, do movimento de travestis inclusive não só no Brasil, na América Latina, porque nós fomos a primeira associação trans da América Latina. Aí o dia 15 de maio de 1992 é o dia do nascimento do movimento de travestis do Brasil (CARDOSO, 2016)⁶¹.

O movimento de pessoas trans, enquanto forma institucional, emergiu no Brasil no início da década de 1990 como uma reação à violência policial contra as travestis que se prostituíam, como descrito na entrevista cedida por Jovanna Cardoso, também conhecida como Jovanna Baby, uma das ativistas travestis pioneiras. A violência contra travestis não era novidade, nem exclusividade do Rio de Janeiro. James Green (2000, p. 404) afirma que na década de 1970 era comum que as travestis que se prostituíssem fossem detidas sob o pretexto de vadiagem, perturbação da ordem pública, ato obsceno ou outro. Em São Paulo, ao longo dos anos 1976 e 1977, foi realizada uma operação de limpeza do centro da cidade similar à descrita por Jovanna no Rio de Janeiro. O Delegado de Polícia Guido Fonseca ordenava a prisão das travestis e elas ficavam presas por dias. Guido Fonseca esperava que, dessa maneira, as travestis tomassem a consciência de que *“aquilo que ele [a travesti] fazia não dava o suficiente para sobreviver. Ele tinha de ou sair da área do Quarto Distrito [...] ou arrumar emprego e viver de outra profissão”* (Fonseca, 1995 apud GREEN, 2000, p. 405).

A violência sozinha não foi o único elemento suficiente para que as travestis se organizassem e constituíssem um movimento social. A aids foi o segundo elemento central nessa história. Por um lado, a prevenção da aids foi uma das principais pautas do movimento, a epidemia no Brasil atingia proporções monumentais e havia um rápido crescimento: em 1988 foram diagnosticados 3812 novos casos de pessoas positivas para o vírus hiv. Em 1990 esse número quase dobrou, passando para 6535 novos casos, o que colocava o país como o segundo com o maior número de casos fora da África, atrás apenas dos Estados Unidos, onde a epidemia era mais antiga e a população maior (PARKER, 1993, p. 10). A epidemia colocava a população de travestis em uma condição especial de vulnerabilidade, já que grande parte dessa

61 Sou profundamente grato ao Gilson Goulart Carrijo que me permitiu que compartilhasse esse momento de entrevista com Jovanna Cardoso. Dessa maneira, alguns dos trechos reproduzidos aqui também aparecem no documentário *Um Atentado Violento ao Pudor*, dirigido por Gilson Carrijo e Keila Simpson (2017).

população tinha – e ainda tem – na prostituição a principal fonte de renda⁶². Por outro lado, o movimento e as políticas de prevenção à aids forneceram um modelo de organização e recursos fundamentais ao movimento trans. A participação no projeto do ISER foi fundamental para empoderar Jovanna de seus direitos, mas também para dar a ela acesso a recursos como um espaço para fazer reuniões, um advogado que orientou sobre os direitos das travestis, sobre a forma organizacional que o grupo deveria tomar, o de uma associação, e que realizou os trâmites burocráticos para a constituição do grupo nesse modelo institucional.

O campo discursivo de ação trans não é inaugurado com a fundação de uma organização de movimento social. A criação da ASTRAL efetivamente dispara um processo mais amplo de politização de travestis e marca o início de uma luta coletiva realizada de forma institucionalizada, todavia, é preciso reconhecer que já existiam ativistas travestis inseridas em outros movimentos sociais, bem como disputas políticas pelos direitos das pessoas trans realizadas de outras maneiras. Jovanna Cardoso já possuía uma trajetória de ativismo pelos direitos de travestis anterior a fundação da ASTRAL, principalmente no tempo que passou em Vitória e dialogava precariamente a partir dos movimentos de prostituição e algumas organizações de esquerda. Outras travestis também tinham ações similares em outras cidades, como Marcelly Malta (MACHADO, FREDERICO VIANNA; MALTA, 2015), que desde a década de 1980 possuía uma atuação em Porto Alegre. Existiam também algumas iniciativas de apoio mútuo, como a Casa de Apoio Brenda Lee, onde a travesti paulista Brenda Lee acolhia pessoas soropositivas, mas principalmente travestis (CARVALHO, MÁRIO, 2011b, p. 27). Essas iniciativas, todavia, parecem não ter influenciado tanto na constituição de outras organizações e na disputa por direitos para a população travesti. É possível dizer que, pelo menos, a década de 1960 já estava em processo de constituição um campo trans no Brasil, com a emergência pública do debate sobre a legalidade das cirurgias de transgenitalização no Brasil, a partir da publicização da prisão do cirurgião plástico Roberto Farina, pioneiro na realização desse tipo de cirurgia no país. Tal disputa definiu alguns parâmetros que influenciaram a luta posterior, como o engajamento com o discurso médico patologizante das transexualidades como uma forma de acesso a direitos. Todavia, naquela época disputa não contou com a intervenção

62 A ANTRA estima que 90% da população de pessoas trans trabalha na prostituição. Esse dado será melhor discutido no Capítulo 4.

organizada de grupos de travestis ou outras pessoas trans⁶³.

A ASTRAL, fundada em 1992 por Jovanna Cardoso e suas companheiras, é considerada a primeira organização de travestis do Brasil e rapidamente diversas outras surgiram pelo país. A história da fundação de grande parte das organizações de travestis na década de 1990 é bastante similar: travestis que se prostituíam e que estavam envolvidas em projetos de prevenção à aids se reuniam e decidiam fundar uma organização. Foi o caso da ATRAS, de Salvador, fundada por Keila Simpson, da ASTRAV, de Belo Horizonte, fundada por Porcina D'Alessandro, Walkiria La Roche e Anyky Lima e de tantas outras organizações, como analisado por Mario Carvalho e Sérgio Carrara (2013).

A partir da fundação das primeiras organizações, essas ativistas perceberam a necessidade de se encontrar presencialmente, trocar informações, ideias e criar vínculos de solidariedade. Dessa maneira, em agosto de 1993 foi realizado um primeiro encontro que, segundo Jovanna (CARDOSO, 2016), contou com a presença de ativistas de cinco estados: Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo. No próprio encontro, as pessoas decidiram que aquele teria sido o I Encontro Nacional de Travestis e Liberados e que em Janeiro do ano seguinte realizariam o segundo encontro, em Vitória, capital do Espírito Santo. Surgia assim o ENTLAIDS, o principal evento e espaço de encontro do movimento de pessoas trans brasileiro.

O terceiro encontro, realizado em 1995, na cidade do Rio de Janeiro teve como tema *Cidadania Não Tem Roupas Certas* e é considerado um marco para o movimento. Foi o primeiro a ser financiado pelo governo federal por meio de uma parceria com o Programa Nacional de DST/AIDS⁶⁴. A verba disponibilizada permitiu que as atividades desse encontro fossem realizadas nas salas do Hotel Guanabara e que as participantes pudessem se hospedar ali. Foi a primeira vez que um ENTLAIDS era realizado em um hotel e, como destaca Jovanna, um de

63 Descrevi de forma mais detalhada o caso Farina no capítulo 01.

64 Há informações contraditórias na literatura sobre o financiamento do ENTLAIDS pelo Programa Nacional de DST/AIDS. Juny Kraiczky (2014, p. 102) afirma que desde a primeira edição teria sido financiado por meio do PNDA. Já Mario Carvalho (2011b, p. 30) afirma que o financiamento veio no quarto encontro. Nas entrevistas que realizei, Keila (SIMPSON, 2017) e Jovanna (CARDOSO, 2016) afirmaram que o financiamento foi conquistado no terceiro encontro. Presenciei em diversos momentos Keila reconstituir a história do ENTLAIDS e em todas as vezes repetiu a informação de que o primeiro encontro financiado pelo PNDA teria sido o terceiro.

renome na cidade do Rio de Janeiro. O fato da ativista destacar a disponibilidade de uma estrutura de hotel e seu status em nossa entrevista não é banal, mostra que o acesso conquistado a essa estrutura do evento, para pessoas que estavam acostumadas com a violência e a exclusão social, é uma forma de reconhecimento de sua luta e também de reconhecimento de sua humanidade comum perante a sociedade. Além disso, a disponibilidade de vagas em hotel, somada aos recursos para transporte das participantes de suas cidades até a sede do encontro foi um fator que permitiu a real nacionalização do encontro para além daquelas organizações do Sudeste que já participavam. Para o sucesso do evento, foi necessário ainda um processo longo e trabalhoso de mobilização de ativistas por todo o país, como relatado por Jovanna:

Jovanna: Para a gente trazer uma travesti lá de Santarém, do Pará, a gente teve que ligar para o Estado. O Estado passar o contato da Prefeitura. A Prefeitura fazer um levantamento na cidade para conseguir para a gente o telefone de uma travesti. E eles identificaram lá uma transexual chamada Diana Valente. E realmente, ela era valente porque antes de começar o movimento nacional, ela já militava na vontade própria de fazer transformações, então eles descobriram justamente a pessoa que a gente queria. Descobrimos em Mato Grosso a Astride, em Cuiabá, né? Descobrimos a Astride. Descobrimos a Jorginha, no Pará. Descobrimos a Nicole, em Pernambuco, que já não está mais entre nós. Quer dizer, pessoas importantes que a gente foi descobrindo Brasil afora e que foram se somando (CARDOSO, 2016)

A conjunção do financiamento com a mobilização nacional feita pelas organizadoras fez com que esse fosse o maior encontro até então, com a presença de representações de 17 estados da federação, um feito considerável para um movimento ainda em fase de articulação. O financiamento do Programa Nacional de DST e AIDS (PNDA) e outros programas estaduais e municipais similares foi tão significativo que, a partir do quarto encontro, seu nome foi alterado de Encontro Nacional de Travesti e Liberados para Encontro Nacional de Travestis e Liberados que Trabalham com Aids (ENTLAIDS). Ao longo dos anos, o encontro alterou seu nome diversas vezes (Quadro 02), mas a sigla aids permaneceu, mesmo que o tema nem sempre fosse mais tão central⁶⁵.

65 Após anos em que a AIDS não tinha centralidade em um encontro, o tema ganha nova proeminência em 2017, no XXII ENTLAIDS. Apesar de o tema ser *Não temos ideologia de gênero, temos identidade*, das 11 atividades na programação, 5 tinham como tema aids. Em conversa com a presidenta da ANTRA e uma das organizadoras do

De 1993 a 2017, o ENTLAIDS ocorreu quase anualmente, apenas três anos não contaram com uma edição do evento: 2001, 2014 e 2015. Como o mais antigo e principal espaço de encontro presencial do movimento de pessoas trans brasileiro, cada encontro funciona como uma arena de debates das principais questões e projetos que afligem o movimento naquele momento, refletindo essas tendências para as organizações locais, o Estado e a sociedade de forma mais ampla. Os temas e as mudanças de nome do encontro sintetizam alguns desses debates como, por exemplo, a *luta entre os T's* (CARVALHO, MÁRIO, 2011b), isto é, as disputas identitárias internas ao movimento para definir quais identidades são contempladas pelo movimento e quais termos são os mais adequados para se referir a essa população. Isso é perceptível a partir do abandono do termo liberados e a adoção de transgêneros, em 2004, com a posterior alteração para travestis e transexuais em 2006.

3.2 A segunda onda do movimento trans (2000-2010)

A segunda onda do movimento trans refere-se a um período de consolidação, ampliação e conquistas, mas também de muitos conflitos e reformulações internas ao campo de ativismo trans. As principais marcas desse período são: a mudança no cenário institucional do Governo Federal com a eleição do presidente Lula (PT); a criação das redes nacionais como a ANTRA, inicialmente chamada de Articulação Nacional de Transgêneros, e o Coletivo Nacional de Transexuais (CNT); o diálogo com o Estado para a produção de campanhas e políticas públicas; as disputas identitárias “entre os Ts”; e o surgimento de um campo de estudos trans na academia brasileira no final dos anos 2000.

evento, Keila Simpson, o volume de debate sobre aids nesse evento pode ser explicado por duas razões, a primeira, pelo retorno da crise da aids, com um grande número de novos contágios nos últimos anos. Essa preocupação tem sido reforçada pelo lançamento dos resultados da pesquisa Divas que, pela primeira vez, buscou identificar a prevalência de hiv e aids na população de travestis e transexuais de forma desagregada dos homens que fazem sexo com homens (HSH). Segundo Keila, tal pesquisa vem demonstrando uma prevalência grande na população trans, de aproximadamente 30%. A segunda razão é a participação de Alicia Krueger, ativista trans e funcionária do Ministério da Saúde, na organização do encontro. Keila relata que Alicia teve um papel importante na definição dos temas das mesas e nomes das pessoas indicadas, insistindo sempre em abordar a temática do hiv e aids. (Diário de Campo, XXII ENTLAIDS, Teresina, 04 de dezembro de 2017)

3.2.1 Novas redes, novas políticas e novos conhecimentos

Desde o primeiro encontro nacional já havia um desejo de constituir uma organização de âmbito nacional que pudesse reunir as várias associações e dialogar com o governo federal. Ainda na década de 1990 ensaiou-se duas tentativas de constituição de rede, a RENATA (Rede Nacional de Travestis) que em seguida foi renomeada para RENTRAL (Rede Nacional de Travestis e Liberados)⁶⁶, iniciativas que não tiveram tanto sucesso. Em dezembro de 2000, foi convocada uma reunião especial em Porto Alegre, dedicada especificamente à reformulação da rede existente e sua ampliação, momento que iniciou um novo capítulo para o movimento com a formalização da ANTRA, na época nomeada de Articulação Nacional de Transgêneros. Keila é enfática ao dizer que 2000 marca a ratificação da ANTRA, mas não sua criação. Para essa ativista, a história do ENTLAIDS seria a história da ANTRA e essa rede existiria desde 1993, mesmo que sem esse nome (Diário de Campo, *Reunião da Diretoria da ANTRA*, São Paulo, 6 de agosto de 2016). A constituição ou ao menos formalização de maneira institucional de uma rede nacional fez parte de um contexto mais amplo de subdivisão do movimento LGBT em categorias identitárias que se iniciou na década de 1990 e da constituição de redes nacionais separadas. Além da ANTRA, em 2000, tivemos a fundação da Liga Brasileira de Lésbica (LBL) e da Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL), em 2003 e 2004, respectivamente.

A transição do governo FHC para o governo Lula, a partir de 2003, significou uma mudança na estrutura de oportunidades no cenário nacional, uma abertura maior de diálogo em função dos vínculos históricos que o Partido dos Trabalhadores possuía com ativistas de

66 Assim como Mário Carvalho (2011b) não fui capaz de definir as datas exatas da criação da RENATA e da RENTRAL e há informações confusas sobre qual teria sido a primeira. Em um documento sobre a história do movimento trans no Brasil escrito por Keila e Jovanna, afirmam que primeiro teria se constituído a RENATA e posteriormente a RENTRAL. A alteração teria ocorrido para tentar ampliar a rede e agregar mais parceiros ao incluir a categoria liberados em 1997 (SIMPSON; CARDOSO, [S.d.]). Já William Peres (2015, p. 61) que acompanhou alguns ENTLAIDS entre o final da década de 1990 e início dos anos 2000 para sua pesquisa de doutorado, afirma que no ano de 2000 participou de atividades da RENATA. Carvalho (2011b) baseado nas disputas identitárias do movimento, defende que RENTRAL tenha sido o primeiro nome e posteriormente RENATA, uma vez que a categoria Liberados era mais presente no início do movimento e foi sendo abandonada ao longo da década de 1990, sendo oficialmente retirada do nome do ENTLAIDS em 2004.

movimentos sociais em geral e com algumas ativistas trans em específico, bem como por meio de um aprofundamento das políticas participativas em âmbito nacional. Conselhos e conferências já existiam nos governos anteriores, mas limitadas a algumas áreas como saúde e assistência social. Com a ampliação levada a cabo, esses mecanismos também foram constituídos em outras áreas como Direitos Humanos, Esportes, Política para as Mulheres, dentre outras, transformando a participação em um método desses governos brasileiros. Ao todo, foram realizadas 74 conferências nacionais durante os dois governos do presidente Lula, distribuídas por diversos temas (AVRITZER, 2016). Duas dessas conferências foram especificamente dedicadas às políticas públicas voltadas à população LGBT.

É nesse cenário que se iniciou a participação de ativistas trans em espaços nacionais. Segundo Keila (2017), a primeira inserção da ANTRA em mecanismos participativos do governo federal foi numa comissão do Conselho Nacional de Combate à Discriminação, vinculado à Secretaria Especial de Direitos Humanos. A cadeira foi ocupada pela então presidenta Janaína Dutra e tal comissão foi responsável pela elaboração do rascunho do que se transformou em 2004 no *Programa Brasil Sem Homofobia* (BSH)⁶⁷. Os princípios que orientavam o BSH foram:

- a) A inclusão da perspectiva da não-discriminação por orientação sexual e de promoção dos direitos humanos de gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais, nas políticas públicas e estratégicas do Governo Federal [...];
- b) A produção de conhecimento para subsidiar a elaboração, implantação e avaliação de políticas públicas voltadas para o combate à violência e à discriminação por orientação sexual, garantindo que o governo Brasileiro inclua o recorte de orientação sexual e o segmento GLTB em pesquisas nacionais a serem realizadas por instâncias governamentais da administração pública direta e indireta;
- c) A reafirmação de que a defesa, a garantia e a promoção dos direitos humanos incluem o combate a todas as formas de discriminação e de violência e que, portanto, o combate à homofobia e a promoção dos direitos humanos de homossexuais é um compromisso do Estado e de toda a sociedade brasileira (BRASIL, 2008a, p. 11–12)

Os princípios orientadores do BSH traduziam o entendimento de ativistas da época de

⁶⁷ Janaína faleceu antes do *Brasil Sem Homofobia* ser publicado, a versão final conta com uma dedicatória em sua homenagem, reconhecendo a importância do seu ativismo.

que (i) o Estado deveria assumir a responsabilidade pelo enfrentamento às lógicas opressoras e a promoção da diversidade; (ii) o compromisso deveria atravessar o Estado transversalmente, não ficando setorizado em um órgão; e (iii) que a produção de conhecimento sobre a população LGBT é fundamental para fomentar novas políticas públicas e subsidiar as ações já existentes. Apesar das dificuldades de implementação do Programa *Brasil Sem Homofobia* e da centralidade de sua redação e demandas em questões da população de homossexuais⁶⁸ (MELLO; AVELAR; MAROJA, 2012, p. 297), o programa forneceu um instrumento para que gestores e as organizações de movimento social pudessem advogar por maior transversalidade das pautas LGBT e trans pelos vários setores do governo federal. Segundo Arnaldo Laurentino (2015) a partir da publicação do BSH diversos ministérios se movimentaram para implementar uma política LGBT, dentre eles o Ministério da Saúde (MS), daí decorre a criação, em 2004, do Comitê Técnico de Saúde da População GLBT (CT GLBT), o qual a ANTRA ocupou a cadeira reservada para a população de *transgêneros*, seguindo a nomenclatura utilizada à época pela ANTRA.

O CT GLBT foi um dos espaços centrais nesse período e foi palco para a emergência do movimento de transexuais e a construção do processo transexualizador foi, também, um dos primeiros espaços onde se fez presente tanto estratégias de articulação e tensão entre pesquisadores e integrantes de organizações de movimentos sociais nas demandas das pessoas trans. O Comitê se situava organizacionalmente dentro da Secretaria de Gestão Estratégica Participativa (SEGESP) do MS, cuja lógica operacional era a de promover a integração transversal das demais secretarias do Ministério da Saúde e, ao mesmo tempo, promover o protagonismo dos movimentos sociais no processo de construção das políticas de saúde. Seu principal objetivo foi a criação de uma política de saúde integral para a população LGBT. Nesse momento, já havia a vontade política do Ministério da Saúde em regulamentar as cirurgias de transgenitalização: tais cirurgias estavam autorizadas há pouco menos de uma

68 Segundo Luiz Mello, Rezende Bruno de Avelar e Daniela Maroja (2012) o *Programa Brasil Sem Homofobia* significa um avanço e uma primeira tentativa mais sistemática de criação de políticas públicas LGBT, todavia o plano possuía uma fraqueza formal, jamais foi publicado como decreto, portaria ou outro instrumento normativo. Além disso, não foi adequadamente implementado, das poucas ações realmente concretizadas foi a criação de 50 centros de referências LGBT pelo país, todavia não duraram muito em função de falta de recursos e outras precariedades. Além disso, criticam a forma como o discurso do plano trabalha com a categoria homossexual como termo universal para a população LGBT e essa definição conceitual reflete nas ações propostas.

década pela Resolução 1482/1997 do Conselho Federal de Medicina e desde 2002, com a edição da Resolução CFM 1651/2002⁶⁹, as cirurgias de neocolpovulvoplastia deixaram de ser consideradas experimentais, o que autorizou a realização fora de hospitais escolas; em 2001 o Ministério Público Federal havia ingressado com a Ação Civil Pública 26279⁷⁰ buscando a inclusão de tais cirurgias na lista de procedimentos ofertados pelo SUS; além disso, em 2003 o próprio Ministério da Saúde já havia redigido o rascunho de uma Portaria para regulamentação das cirurgias de transgenitalização pelo SUS, mas essa não chegou a ser assinada pelo Ministro. Para auxiliar o comitê nesse trabalho contrataram Tatiana Lionço⁷¹, que teve um papel fundamental na promoção das alianças entre pessoas da academia, profissionais dos serviços de saúde, da gestão pública e organizações de movimentos sociais. Sua posição nesse processo era híbrida, Tatiana atuava como técnica da política, como acadêmica e profissional que na época fazia seu doutorado em psicologia na UNB justamente estudando o atendimento psicoterapêutico de pessoas trans, e também como ativista.

É nesse caldo que em 2005 surge outra rede nacional, o Coletivo Nacional de Transexuais. Comentando o período do final da década de 1990 e início dos anos 2000, Fernanda de Moraes me afirma *“na época, era um movimento só de travestis. Movimento de mulheres transexuais ainda não... Até existia, mas de forma mais acanhada. O movimento que era bem forte e muito mais organizado era o movimento das travestis”* (MORAES, FERNANDA DE, 2016). É por meio da organização do CNT que a identidade transexual emerge com maior força dentro do movimento social organizado, iniciando um processo de reconstrução das fronteiras do campo trans. A criação do CNT se dá em novembro de 2005, em Brasília, durante a realização simultânea do XII EBGLT (Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros) e do I Encontro Nacional de Transexuais. A conversa sobre a construção de uma forma de

69 As cirurgias autorizadas na primeira resolução foram as de tipo *neocolpovulvoplastia* e *neofaloplastia*, duas das principais técnicas para a construção de uma vagina e de um pênis, respectivamente. É importante enfatizar que a autorização em caráter experimental significava que essas cirurgias poderiam ser realizadas apenas em hospitais universitários ou hospitais públicos adequados à pesquisa. A resolução de 2002 altera essa situação, retirando o caráter experimental das cirurgias de neocolpovulvoplastia, mas mantém as de neofaloplastia como experimentais. Essa alteração terá efeito na forma como o Processo Transsexualizador se estruturará.

70 Tal ação teve como resultado a condenação em segunda instância da União, em 14 de agosto de 2007, tornando obrigatória a inclusão na lista de procedimentos remunerados pelo SUS das cirurgias constantes na resolução do CFM (BRASIL, 2007), O acórdão foi proferido pelo juiz federal Roger Raupp Rios.

71 Tatiana Lionço é atualmente professora de psicologia da UNB. Sua tese de doutorado foi brevemente apresentada no Capítulo 02.

representação de transexuais já vinha ocorrendo há algum tempo, a realização do XII EBGLT fornecia uma oportunidade, quando algumas das lideranças transexuais estiveram reunidas e aproveitaram desse momento para fundar o CNT e realizar o I Encontro Nacional de Transexuais, com apoio financeiro do Departamento de DST/AIDS. A maior parte das ativistas que compuseram esse coletivo eram mulheres transexuais, ou como foi preferido pelo coletivo durante um tempo *mulheres que vivenciam a transexualidade*, como Fernanda de Moraes, Bárbara Graner, Andréa Stefanie e outras. Apesar de pouco expressiva, o coletivo já contava com a participação de homens trans como Alexandre Peixe dos Santos (SANTOS, ALEXANDRE PEIXE DOS, 2016).

Durante o próprio EBLGT em que se criou o CNT ocorreu uma reunião entre representantes do Ministério da Saúde e de organizações do Movimento Social LGBT onde se discutiram as vagas para os movimentos sociais no Comitê Técnico de Saúde da População LGBT (CT LGBT). Até aquele momento, o Comitê possuía três vagas titulares para movimentos sociais, uma para gays, uma para lésbicas e outra para transgêneros – vaga ocupada por Keila Simpson, à época presidenta da ANTRA⁷². Duas novas representações foram aprovadas naquela reunião: uma para as pessoas bissexuais e outra para as pessoas transexuais, vaga ocupada por Bárbara Graner, ativista do CNT (GRANER; STEFANIE; LIONÇO, 2006).

A participação do CNT no CT GLBT foi fundamental para a construção do processo transexualizador no Brasil. O CNT percebeu uma janela de oportunidade de retomar a minuta de Resolução sobre regulamentação das cirurgias de transgenitalização e ampliá-la para acolher um gama maior de procedimentos como a hormonoterapia (CARVALHO, MÁRIO, 2011b; GRANER; STEFANIE; LIONÇO, 2006), o que ficou chamado de processo transexualizador. Para isso, o CNT articulou com a Secretaria-Executiva do CT GLBT uma reunião, no dia 06 de fevereiro de 2006, com a finalidade de debater o processo transexualizador. Estavam presentes técnicos do Ministério da Saúde, profissionais dos serviços de saúde que atendiam pessoas trans, pesquisadoras de universidades brasileiras e representantes do CNT.

A reunião durou um dia inteiro e foi coordenada por Tatiana Lionço⁷³. Pela manhã

72 Vagas criadas e empossadas pela Portaria nº 2227 de 14 de Outubro de 2004 do Gabinete do Ministro do Ministério da Saúde.

73 A reconstrução dessa reunião é baseada na entrevista realizada com Tatiana Lionço e também na ata da

ocorreu a apresentação das demandas pelo Coletivo Nacional de Transexuais, representado ali por Barbara Graner, Andreia Stefani e Alexandre Peixe, e dos pesquisadores e profissionais de saúde atuantes nos serviços, representados por Marcia Arán (UERJ) e Paulo Canella (Instituto de Ginecologia/UFRJ). O norte da fala de Bárbara Graner foi de que o processo não deveria gravitar unicamente em torno de procedimentos cirúrgicos, na sua opinião, a cirurgia não seria sequer consenso entre as pessoas transexuais. Bárbara ainda se mostrava preocupada com a discriminação sofrida por pessoas transexuais pela sociedade em geral e também pela perspectiva patologizante do saber médico (Graner apud REIS, 2008, p. 147–148). À tarde, coube aos gestores se pronunciarem, apontando as possibilidades e limitações para a construção do processo transexualizador. Como encaminhamento dessa primeira reunião, marcaram uma segunda, fechada apenas para técnicos que participaram da primeira reunião. Tatiana Lionço me relatou como foi a reunião:

Foi uma reunião muito tensa. Vou te falar um pouco como que foi essa reunião. Então a gente tinha profissionais de medicina, principalmente, e profissionais de psicologia, que de alguma forma tinha alguma experiência de atenção a transexuais também, essas pessoas levaram alguns instrumentos de referência, tais como anamnese, ou roteiro de anamnese, ou questões a serem levadas em consideração no processo psicoterapêutico, levaram alguns instrumentos que estavam de alguma forma ajudando essas pessoas a entrar. E nessa reunião foi sugerido que aquele era um processo inicial, e que a gente ainda teria outras reuniões para consolidar o que seria o tal do protocolo. E de algum modo a gente foi surpreendida, porque essa segunda reunião ela não aconteceu e a montagem daquela portaria que acompanha a portaria que institui o processo transexualizador, que é a segunda portaria [Portaria SAS/MS 457 de 2008] que regulamenta o processo transexualizador, e que vai fazer uma lista de procedimentos, né.. pegou esses materiais, juntou tudo, e publicou (LIONÇO, 2018).

Na opinião de Tatiana, o processo de construção das Portarias do processo transexualizador foi marcado por uma sequência de “golpes”. A primeira dimensão do golpe foi a tomada de protagonismo pelo Departamento de Atenção Especializada (DAE/MS), na condução do processo. A participação desse Departamento se fazia necessária, pois uma das demandas era a regulamentação de uma cirurgia de alta complexidade, todavia, como Tatiana

reunião que consta como anexo da dissertação de Izis Reis (2008).

argumentou a construção das Portarias deveria vir de um processo amplo de diálogo entre as várias instâncias do Ministério da Saúde com os movimentos sociais. Uma vez que o DAE/MS assume a responsabilidade pelo processo, os diálogos com a sociedade civil e até mesmo com o CT GLBT foram interrompidos, não foram realizadas outras reuniões abertas para se construir o texto final das Portarias e essas foram publicadas em 2008. No dia 18 de agosto foi publicada, pelo Gabinete do Ministro, a primeira Portaria MS/GM 1707/2008, instituindo o processo transexualizador. No dia seguinte, foi publicada a segunda Portaria, que regulamenta o processo transexualizador, a Portaria MS/SAS 457/2008. Uma segunda dimensão do “golpe” foi que esse protagonismo do DAE/MS impôs às respectivas Portarias uma perspectiva biomédica e patologizante fundamentada na Resolução do CFM de 2002, o que acabou por dar centralidade à cirurgia no Processo Transexualizador, em desacordo com a demanda do CNT. Como consequência dessa abordagem, as travestis ficaram excluídas do processo transexualizador, uma vez que não se encaixavam adequadamente aos critérios diagnósticos de *transexualismo*; os homens trans também, uma vez que as cirurgias que demandavam ainda se encontravam em caráter experimental na resolução do CFM.

A disputa na formação do processo transexualizador foi, em grande medida, uma disputa entre quais saberes seriam legítimos para dizer a verdade sobre a transexualidade e fundamentar uma política pública de saúde. Em um lado da disputa, encontravam-se as integrantes do CNT e as pesquisadoras que avaliam o conhecimento médico como precário e pouco democrático, esse incorreria em erros e em violências ao ignorar os saberes das pessoas trans e compreender a transexualidade como uma experiência patológica e que confere centralidade às cirurgias de transgenitalização. Durante a primeira reunião, Bárbara Graner se questionou: “*Temos que problematizar o enfoque patologizador atribuído à transexualidade pelo olhar médico. Precisa haver patologia para obter a atenção do Estado?*” (Graner apud REIS, 2008, p. 148) A crítica aos saberes médicos-psi patologizantes da transexualidade já fazia parte da produção acadêmica de Márcia Arán (2006) há alguns anos⁷⁴, em sua intervenção após a fala de Bárbara Graner, a pesquisadora adotou uma posição estratégica, buscando pensar em como incluir a perspectiva da despatologização que defendia, sabendo que a classe

74 O pioneirismo de Márcia Arán na produção acadêmica sobre despatologização da transexualidade foi abordada no Capítulo 02.

médica iria requerer a patologização para aceitar a inclusão desses procedimentos no SUS. Em entrevista, Tatiana Lionço afirmou que mesmo essa estratégia de Márcia Arán talvez não fosse necessária do ponto de vista técnico do funcionamento do SUS, naquele momento, já não era preciso se vincular ao conhecimento patológico que fundamentava as resoluções do CFM:

Porque assim, o Ministério de Saúde ele tem diferentes políticas de saúde, inclusive de práticas integrativas e complementares, inclusive de saberes tradicionais não necessariamente oriundos do campo acadêmico científico. Então, assim, do ponto de vista dos princípios do Sistema Único de Saúde, não existia justificativa legal pra gente ter que orientar o processo transexualizador a partir da norma da medicina (LIONÇO, 2018).

Duas coisas são importantes de serem destacadas. Primeiro, não se trata aqui de um caso clássico em que *experts* são convidados para tirar dúvidas de leigos durante um processo participativo. Talvez as integrantes do CNT não fossem médicas e psicólogas, mas também não desconheciam a produção científica sobre transexualidade, possuindo minimamente um tipo de *expertise* que permitia interagir no plano técnico do debate⁷⁵. Segundo, as posições defendidas nas reuniões pelas ativistas do CNT não eram meros reflexos do discurso de suas aliadas acadêmicas, nem mesmo eram posições já previamente definidas e replicadas por essas pessoas nos espaços de discussão institucionais. Simultânea à participação na arena institucional (e talvez estimulado por essa), ocorria um processo de reflexão e produção de conhecimento em outras esferas, como as listas de e-mails do CNT e os encontros como o ENTLAIDS, como observado por Flávia Teixeira (2013) e Mário Carvalho (2011b), que buscava uma resposta sobre a melhor forma para definir a transexualidade e sobre a (des)necessidade da (des)patologização. Tal disputa não chegou a produzir necessariamente uma resposta

75 Harry Collins e Robert Evans (2002) em seu polêmico artigo *The Third Wave of Science Studies* criam uma tipologia de dois tipos de *expertise*: de interação e de contribuição. Segundo os autores, a primeira categoria abrange pessoas que possuem “*expertise o suficiente para interagir de forma significativa com participantes e conseguem desenvolver uma análise sociológica*” já a segunda categoria abrange pessoas que possuem “*expertise o suficiente para contribuir para o conhecimento científico do campo em análise*” (COLLINS, H.M.; EVANS, 2002, p. 254 - tradução livre). A tipologia pode ser útil, mas o trabalho dos autores vem junto com um esquema normativo de como interpretar corretamente a relação entre ciência e política que não auxilia na análise aqui pretendida, nem auxilia para resolver os problemas identificados pelos autores da legitimidade e extensão da *expertise*. Para uma crítica densa dessa proposta ver Brian Wynne (2003), para ver uma crítica parcial ver Frank Fischer (2009), especialmente em seu capítulo 05.

consensual, mas foi, aos poucos, reconfigurando os enquadramentos, as identidades, as fronteiras do campo e influenciando/sendo influenciado pelas políticas públicas, como é percebido por Tatiana Lionço (2018):

[...] no ENTLAIDS que eu fui [2005] eu dividi mesa com aquela Márcia Torres⁷⁶, daquele *Gendercare*, que é uma pessoa trans, que tem uma formação, sei lá, em engenharia, e que faz os testes, pra viabilização da cirurgia, os laudos pela internet, que é uma coisa meio ilegal. Essa é uma pessoa transexual, tá certo? E o que que ela tinha pra dizer para o movimento trans no ENTLAIDS? Que era uma doença mental, que ela era uma doente mental, e que a medicina tinha um tratamento pra ela, que era a cirurgia, etc. Então o movimento ele não estava unísono na agenda de despatologização. Assim como ele não é hoje. Mas, naquele momento tinha uma certa adesão ao discurso da patologização, uma adesão estratégica, do tipo “*ah não isso, tem um nome de uma coisa que garante o acesso a uma cirurgia...*”. Aí ao longo desses anos, de lá pra cá, algumas pessoas, que se disseram transexuais, viraram e “*não, pera aí, não gente, o negócio é o seguinte...*”. E começaram a reivindicar essa autonomia na afirmação identitária. E assim, naquele período em que o processo transexualizador estava sendo construído, começou a ter uma cisão no movimento social que era assim, “*ah não, mas você é travesti... não, mas eu sou transexual..*” e bem estereotipado mesmo.

Do outro lado da disputa no processo transexualizador, o DAE/MS, ao se tornar a figura central na formulação da portaria, se baseou numa resolução do Conselho Federal de Medicina que em seu art 3º apontava que a definição de transexualismo obedeceria quatro critérios:

- (1) Desconforto com o sexo anatômico natural;
- (2) Desejo expresso de eliminar os genitais, perder as características primárias e secundárias do próprio sexo e ganhar as do sexo oposto;
- (3) Permanência desses distúrbios de forma contínua e consistente por, no mínimo, dois anos; e
- (4) Ausência de outros transtornos mentais (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 2002)

76 Tatiana está se referindo a Wal Torres, também conhecida como Martha Freitas, mulher transexual que é responsável pela clínica online *Gendercare*. Desde 2001, sua clínica oferece diagnósticos de *transexualismo* pela internet para a realização da cirurgia de transgenitalização, o serviço é cadastrado e recomendado pela WPATH como único serviço global. A avaliação pode ser realizada em diversas línguas e o laudo é enviado por correios digital ou impresso por correios, após pago o preço combinado. O site oferece ainda outros pacotes de serviço e diz possuir parceria com cirurgiões de todo o mundo. A Dra. Torres se apresenta como engenheira, com um mestrado em sexologia. Para mais informações: <http://www.gendercare.com/> Acesso em: 08.02.2018

Essa é uma definição que literalmente importou os critérios presentes no DSM III (e repetidos em outras versões do DSM e da CID), ambos já discutidos anteriormente. O conhecimento que fundamentou essa resolução foi aquele questionado pelo outro polo da disputa em suas falas e que foi na contramão de suas demandas. Nesse paradigma, é impossível não dar centralidade para as cirurgias, uma vez que o desejo por essas é parte constitutiva da própria definição ou, mais especificamente, do diagnóstico de uma pessoa transexual. Esses critérios do CFM se tornam obrigatórios no processo transexualizador⁷⁷ por meio da Portaria MS/SAS 457 que estipulou em seu Anexo III que “*A consideração da pertinência das intervenções médico-cirúrgicas devem atender aos critérios estipulados pela Resolução no 1.652/2002 do CFM*” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2008) e ainda remeteu à Resolução para orientar a anamnese e o diagnóstico. O conhecimento vencedor, nesse momento, foi o conhecimento médico-psi* patologizador.

Esse processo foi chave para se perceber como o campo do ativismo trans foi construindo uma separação entre “ativistas” e “acadêmicas” como classes distintas, mas relacionadas: ora em conflito, ora em aliança. O discurso do CNT na reunião refletia algumas preocupações que eram trazidas pelas “acadêmicas”, fruto das intensas relações entre esse coletivo e pesquisadoras como Márcia Arán, Tatiana Lionço e Flávia Teixeira. Tatiana chegou a ser coautora de um trabalho apresentado conjuntamente com Bárbara Graner e Andreia Stefanie no Fazendo Gênero 7, em agosto de 2006, onde analisaram brevemente o início da construção do CNT e do processo transexualizador (GRANER; STEFANIE; LIONÇO, 2006). As três pesquisadoras mencionadas integravam a lista de e-mails do Coletivo, local privilegiado onde ocorriam os debates, inclusive conceituais, do coletivo⁷⁸. Essa relação foi se desgastando

77 Mario Carvalho (2011a, p. 90) afirma que “*Na portaria do Ministério da Saúde sobre o processo transexualizador não há nada que coloque a necessidade do diagnóstico de TIG*”, na sua opinião, tal exigência estaria apenas na Resolução do CFM. Acredito que Mário se engana nesse ponto. O Anexo III da Portaria MS/SAS 457/2008 é explícita ao afirmar: “*Caso seja identificado que não se sustente o diagnóstico de transexualismo, o usuário deverá ser encaminhado ao serviço que melhor lhe convier, ficando a cargo da equipe multiprofissional verificar a pertinência e potencialidade terapêutica das intervenções oferecidas pela mesma no caso deste usuário específico, em articulação com o serviço para o qual foi realizado o encaminhamento*” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2008).

78 Flávia Teixeira (2013)(2013) analisou parte dos debates ocorridos nessa lista para sua tese. Segundo a pesquisadora foi a partir de trocas de mensagens ali que começou a se delinear a noção de *mulher que vivencia a transexualidade* que foi fundamental para orientar a atuação do Coletivo.

com o tempo e terminou em uma série de denúncias do CNT em relação às pesquisadoras, como Berenice Bento, que na opinião do grupo estariam “*montando em cima das transexuais para brilhar*” (LIONÇO, 2018). Encontra-se aqui o início de uma tendência que se aprofundará na terceira onda, de uma separação êmica entre movimento e academia, em que aquele em seus discursos públicos rejeita a produção acadêmica.

Apesar do afastamento de algumas ativistas do CNT, o campo nunca excluiu definitivamente a universidade, nem interrompeu completamente as parcerias entre integrantes de organizações de movimentos sociais e pesquisadoras. Na verdade, a aliança entre pesquisadoras e o ex-ativista do CNT Alexandre Peixe dos Santos, o Xande, foi fundamental para a alteração da Resolução do CFM e das portarias do Processo Transexualizador para incluir os procedimentos voltados para os homens trans.

Em 2006, Xande foi diagnosticado com um mioma e em decorrência disso foi encaminhado para o Hospital Pérola Byington – hospital de referência em saúde da mulher. Chegando ao hospital, tentou negociar para que junto a retirada do mioma, retirassem útero, ovários e trompas, pois já possuía uma filha e como homem não queria continuar a menstruar e produzir hormônios femininos. A médica que o atendeu aceitou a proposta, segundo Xande, ela se disse sensibilizada e entendida da transexualidade por já ter lido o livro *Os Onze Sexos*, do Ronaldo Pamplona da Costa⁷⁹. Antes da cirurgia ocorrer, sua médica se afastou, o que deu início a uma série de constrangimentos e resultou na não realização da cirurgia. Xande compareceu ao hospital no dia da cirurgia e se preparando vestiu a camisola rosa, em um banheiro conjunto onde várias mulheres nuas conversavam, mesmo sentindo que seu corpo masculino não pertencia ali. A gota d’água que o levou a desistir foi a conversa com a nova médica que se recusou a fazer a histerectomia afirmando: “*Não, imagina, eu vou tirar só o mioma. Você tem que ter mais filhos, você é mulher*” (SANTOS, ALEXANDRE PEIXE DOS, 2016). Nesse momento, levantou-se e foi embora, sem realizar a cirurgia.

79 Ronaldo Pamplona da Costa é um psiquiatra brasileiro que em 1994 publicou o livro *Os Onze Sexos*, uma espécie de divulgação científica da sexologia. O livro traduziu ideias de autores como Alfred Kinsey, John Money e Robert Stoller para uma linguagem simples para o público leigo e fazendo uso de casos presentes na mídia como Roberta Close, Rogéria e outros (COSTA, RONALDO PAMPLONA DA, 1994). Seu livro chegou a ganhar certa notoriedade e o psiquiatra, ao longo dos anos 1990 e 2000, foi convidado por diversos veículos da mídia para dar entrevistas sobre homossexuais, travestis e transexuais.

Com a publicação da Portaria do processo transexualizador, Xande viu a oportunidade de fazer sua cirurgia de retirada de mioma e também de histerectomia; e mais, dentro de um processo que respeitaria seu nome social e sua identidade masculina. Como o fundamento da recusa a incluir os procedimentos de histerectomia e mastoplastia masculinizadora no processo transexualizador foi o fato desses procedimentos constarem como experimentais dentro da Resolução do CFM, o passo necessário era mudar tal resolução. Xande havia se afastado do CNT no final de 2008, por sentir que os homens trans não eram devidamente representados ali e por divergir politicamente de alguns dos posicionamentos do grupo. Sendo assim, em 2009, Xande buscou se aliar as pesquisadoras Daniela Murta, Flávia Teixeira, Márcia Arán, Regina Facchini e Tatiana Lionço em uma articulação para alterar tal Resolução. Juntos construíram um documento que questionava a necessidade de manutenção do caráter experimental nas cirurgias de ooforectomia, histerectomia e da mastectomia masculinizadora (adenomastectomia bilateral), uma vez que são procedimentos praticados comumente em mulheres cisgêneras.

Em um texto publicado no site do CLAM, Márcia Arán (2010) revela que os argumentos contidos na carta foram baseados na pesquisa de doutorado de Flávia Teixeira. Esse é um detalhe importante, pois a literatura de movimentos sociais tem insistido que a forma como esses sintetizam suas ideias e transmitem suas demandas, por meio do que se chama de *quadros*, importa e tem consequências práticas (BENFORD; SNOW, 2000; POLETTA; KAI HO, 2006; ZALD, 1996). No caso em análise, a insatisfação de Xande existia desde 2006, a mudança que tornou possível transformar essa insatisfação em demanda foi a abertura institucional provocada pelo processo transexualizador, contexto esse que possibilitou o encontro das pessoas que se mobilizaram para confeccionar a carta. A outra alteração relevante se encontra na própria disponibilidade do conhecimento que fundamentou a crítica, sintetizados na tese de Flávia Teixeira defendida em 2009. Sua tese, uma etnografia no Programa de Transgenitalização do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT)⁸⁰, se configura como uma forma de conhecimento contra-público, que questiona o

80 Segundo Flávia Teixeira (2013), o Programa de Transgenitalização do MPDFT foi criado no final da década de 1990 para permitir que pessoas transexuais realizassem as cirurgias de transgenitalização e também facilitava o processo de retificação de nome e gênero das pessoas que ali eram atendidas. Trata-se da única experiência do tipo vinculada a um órgão do Ministério Público.

conhecimento oficial da medicina. A Resolução CFM 1652/2002 enquadra as cirurgias de transgenitalização em homens trans como uma forma de conhecimento precário, o significado do caráter experimental é de que a incerteza sobre tais práticas demandaria novas pesquisas. A tese de Flávia e a carta das ativistas discorda sobre a existência de conhecimento precário nessa situação. Da forma como a enquadram, não seria necessária a produção de novo conhecimento, as cirurgias de histerectomia, ooforectomia e mastectomia masculinizadoras já seriam realizadas comumente em mulheres cisgêneras, o que se demandava não era algo novo ou específico e o caráter experimental seria desnecessário.

Assim, a insatisfação foi transformada em uma demanda, suportada pelo conhecimento antropológico e expressa na linguagem dos direitos humanos: a restrição de procedimentos já reconhecidos, quando aplicada unicamente ao caso dos homens transexuais seria uma forma de discriminação, limitando as possibilidades de manifestar livremente a sua própria identidade. Esse documento ainda foi assinado por outras pesquisadoras, profissionais de saúde e ativistas e foi entregue ao Ministério Público, especificamente ao Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Diaulas Ribeiro, responsável pelo Programa de Transgenitalização que Flávia havia acompanhado em seu doutorado. Diaulas encaminhou a carta ao presidente do Conselho Federal de Medicina na forma do Processo Consulta 8883/09, que em 12 de agosto 2010 recebeu um parecer positivo do relator Edevard José de Araújo acatando os questionamentos e resultando na publicação, em 03 de setembro do mesmo ano, da Resolução CFM 1955/2010. A estratégia foi um sucesso, como relatou Tatiana Lionço (2018): *“E o CFM não fez nenhuma reunião, eles entenderam que o nosso documento era suficiente pra sustentar tecnicamente a alteração”*. Tal Resolução alterou a antiga de 2002, mantendo apenas a neofaloplastia em caráter experimental, mas autorizando a realização dos outros procedimentos cirúrgicos demandados. Xande me contou que, em 2010, foi o primeiro homem trans a se operar por esse novo protocolo, realizando as cirurgias que desejava fazer desde 2006 e terminou a entrevista me dizendo: *“Até hoje quando eu converso com a Flavinha, eu falo assim: oi minha menina superpoderosa. Ela, a Daniela, a Marcinha, que foi uma perda lamentável, a Tatiana, a Rê. [...] É assim que eu as chamo e eu nunca deixo, sempre nas minhas falas eu sempre cito isso”* (SANTOS, ALEXANDRE PEIXE DOS, 2016).

Não quero com isso ignorar aspectos institucionais que influenciaram o caso, nem atribuir uma força causal excessiva ao conhecimento produzido e mobilizado. Se o grupo optasse por enviar diretamente ao CFM a carta, sem ser referendada pelo MPDFT, talvez o resultado fosse diferente. É provável que a chancela do MPDFT tenha fornecido *status* simbólico distinto àqueles argumentos, o que permitiu que fossem considerados efetivamente. Isso não invalida a influência que a produção de conhecimento teve na formação do enquadramento utilizado pelo movimento social e suas reverberações na medicina e na própria política pública.

3.2.2 Travestis, Transexuais e Transgêneros: disputas e reconfigurações nas identidades, nos saberes e nas políticas

Ao longo dos anos 2000 houve uma série de reconfigurações nas categorias identitárias utilizadas internamente ao campo de ativismo trans. Identidade, como sabemos, é um conceito polissêmico e polêmico. Apesar de aplicado aos estudos de movimentos sociais, o conceito é externo à literatura e é utilizado nos mais variados estudos, em áreas tão diversas quanto a Psicologia, os Estudos Literários, a Filosofia e as Ciências Sociais. Especificamente para os movimentos sociais, a literatura vem argumentando que a construção das identidades é um dos processos fundamentais para a mobilização, a ação e para que os movimentos não desapareçam após o fim de um ciclo de protestos (JASPER; AIDAN, 2015; MELUCCI, 1996). Para outros, a identidade é apontada como um risco, uma prisão que limita as possibilidades de aliança e de ação, que distorce a realidade criando uma falsa unidade e que ainda pode ser imposta por um grupo exterior (BUTLER, 2008; GAMSON, 1996; JASPER; AIDAN, 2015). E há ainda aqueles que apontam que a partir das transformações sociais recentes, principalmente influenciadas pelo desenvolvimento das tecnologias de comunicação como a internet e a difusão maciça de *smartphones* e computadores, outras lógicas de ação estariam surgindo que não se baseiam na construção de identidades, o que vem sendo chamado de lógica da ação conectiva (BENNETT; SEGERBERG, 2012; MENDONÇA, 2017).

Especificamente no campo trans, as categorias identitárias são uma forma de vínculo que permite a ação coletiva, mas são muito mais e estão intimamente relacionadas aos modos como o mundo se organiza, a como compreendemos e lidamos com nosso corpo e nosso gênero. Dessa maneira, a disputa pelas categorias coloca em circulação e em choque uma ampla gama de discursos, derivados de distintos campos do saber como as vivências práticas, medicina, a biologia, a psicologia e outras. As reconfigurações identitárias nesse período, como estamos vendo, estão intimamente ligadas aos diálogos com o Estado, com o conhecimento científico e com os movimentos internacionais.

No início da segunda onda, temos como marco a ratificação da ANTRA, que optou por ser registrada sob o nome de *Articulação Nacional de Transgêneros*, escolha inusitada para a época e que reflete as controvérsias sobre as categorias identitárias utilizadas no campo para compreender a realidade, organizar as pessoas e orientar a ação política. Até aquele momento, travestis e liberados eram as categorias que prevaleciam, todavia, as ativistas da ANTRA avaliavam que o movimento atingia um estado de maturidade em que não mais precisariam do apoio conquistado pelo uso da categoria liberados: “*a gente já tinha bagagem para caminhar completamente com as nossas pernas sem precisar de mais ninguém ao nosso redor*” (SIMPSON, 2017). Tal categoria teria sido utilizada no início do movimento como uma forma de criar solidariedade e de ampliar a rede de articulação incluindo gays afeminados, drag queens, transformistas e pessoas que se montavam só para se prostituir, mas não era mais necessária e até mesmo percebida pelas ativistas como uma possível cilada por abrir demais o movimento.

A adoção do termo transgênero teve forte influência do diálogo que algumas ativistas do sul do país como Marcelly Malta, Cassandra Fontoura e Liza Minelli tinham com ativistas internacionais como Camille Cabral⁸¹. Internacionalmente, o termo travesti não teve inserção

81 Camille Cabral é uma mulher transgênera franco-brasileira. Nascida no interior da Paraíba, Camille se mudou na década de 1980 para a França e pouco depois se nacionalizou. Naquele país, Camille fundou o grupo *Prévention Action Santé Travail pour les Transgenres*, focado na luta pelos direitos das pessoas transgêneras e na prevenção da aids, se tornando uma das maiores ativistas trans da França. Camille também ingressou na política institucional e foi eleita para o cargo de *conseillère d'arrondissement* em uma das regiões de Paris, cargo que exerceu entre 2001 e 2008. Tal cargo inexistente no Brasil, as grandes cidades francesas, como Paris, são divididas administrativamente em regiões (*arrondissements*) e cada região elege um corpo de representantes (*conseillers d'arrondissement*) que constituem o conselho municipal e auxiliam o Conselho Municipal nas decisões sobre aquela região. Para mais informações sobre Camille, acesse: <https://fr.wikipedia.org/wiki/Camille_Cabral> Acesso em: 02.03.2018

pública reconhecida como categoria identitária e, diferentemente do Brasil e de outros países latino-americanos, não serviu para separar tipos distintos de pessoas trans (BARBOSA, BRUNO CESAR, 2010, 2015; LEITE JR., 2011). Mesmo transexual foi um termo progressivamente abandonado em países com os Estados Unidos e Inglaterra. A partir da década de 1990, cada vez mais os movimentos e documentos internacionais adotaram a categoria transgênero como a principal. A partir da ampliação do campo trans no Brasil e do desenvolvimento de diálogos os com ativismos internacionais, o uso da categoria travesti por aqui produziu alguns ruídos, chegando a ser considerado “atrasado” por ativistas estrangeiras.

Figura 06 – Cartazes do XI ENTRAIDS e XII ENTLAIDS



Fonte: Acervo Particular do Pesquisador

Em 2003, Camille Cabral visitou o Brasil para o participar do X ENTLAIDS, que ocorreu em Porto Alegre. Como relata Keila, lá participou dos debates e fez uma defesa do uso do termo transgênero por aqui:

E aí, o que aconteceu foi que Camille Cabral chega com toda a sua bagagem internacional, tendo um grupo muito organizado na França e ela vem para uma mesa fazer esse debate e ela consegue convencer todo mundo. Convence com argumento de que transgênero é um termo mais higienizado... Ela não falou higienizado, mas que é um termo que é muito menos pejorativo que travesti. Que travesti carrega um... Coisas negativas... E a gente acabou comprando isso (SIMPSON, 2017)

Os argumentos pela alteração seriam: primeiro, para possibilitar o diálogo internacional e, segundo, como uma forma de “purificação” do estigma atribuído às travestis. A partir desse debate, tomou-se a decisão de alterar o nome do ENTLAIDS que, seguindo a tendência da ANTRA, retirou o termo liberados e agregou a categoria transgêneros, passando a ser chamado de Encontro Nacional das Transgêneras que Atuam na Prevenção da AIDS. O encontro de 2004 foi o único em toda a história que possui uma sigla diferente, o seu cartaz trouxe ENTRAIDS, adequando a sigla a nova nomenclatura (Figura 06). Essa alteração não permaneceu, contudo, nas edições posteriores por razão de continuidade e optou-se por se manter a sigla ENTLAIDS que já estava consolidada.

Pouco após a adoção da categoria transgênero, essa foi abandonada do nome do ENTLAIDS em 2005 e no ENTLAIDS de 2007, em São Paulo, houve um debate acalorado onde decidiu-se, oficialmente, por abandonar de vez a categoria nos documentos e discursos públicos do movimento, optando pelo uso exclusivo das categorias travestis e transexuais. Diversos fatores serviram para que o termo transgênero não se consolidasse por aqui. Primeiro, nunca houve um forte consenso na adoção dessa categoria, essa era mais aceita pelas ativistas do sul e algumas do sudeste, como Indianara Siqueira, do que de outras regiões. Segundo, Carvalho (2011b, p. 38–39) lembra de uma coincidência perversa, a categoria foi adotada no mesmo momento em que a polêmica sobre alimentos transgênicos disparava nas discussões

sobretudo da mídia, a semelhança entre as palavras transgêneros e transgênicos gerava, então, confusão generalizada e acabava por minar o potencial “purificador” que o termo transgênero poderia vir a ter, ao ser contaminado com a negatividade do debate sobre transgênicos. Terceiro, travesti era a categoria pela qual a política pública de hiv e aids dialogava com essas pessoas. Quarto, pouco após a adoção oficial do termo ocorreu uma mudança política na ANTRA. A eleição de Keila Simpson, em 2004, para presidência da organização com uma chapa quase exclusivamente composta por integrantes da Região Nordeste operou uma mudança no eixo de poder da organização, reduzindo a influência de ativistas do Sul. Keila se identificava (e ainda se identifica) como travesti e não compartilhava da percepção que esse termo era necessariamente negativo e deveria ser abandonado. Havia ainda outra forma na qual Keila estava ligada ao termo travesti, a ativista foi uma das principais informantes e, até mesmo, assistente de pesquisa de Don Kulick, antropólogo que escreveu uma das principais etnografias sobre travestis no mundo e que influenciou enormemente a trajetória da ativista⁸².

A campanha *Travesti e Respeito*⁸³, realizada em 2004, é um sinal de que a categoria transgênero não tinha se consolidado. Tal campanha foi fruto do diálogo da ANTRA com o Programa Nacional de DST e Aids do Ministério da Saúde, que demandava ações específicas voltada para a população de travestis, não só de prevenção, mas também para a promoção da cidadania e a redução do estigma. Como me afirmou Keila, que participou da construção da ação: *“quando a gente começa a trabalhar com a campanha, é a gente que propõe, é a gente que faz, é a gente que protagoniza tudo. [...] Na época fomos a Brasília, fizemos uma reunião de quatro dias, oficinas de fotografias, de maquiagem, de outras coisas e no final fizemos a campanha”* (SIMPSON, 2017). Perguntei, ainda, qual razão levou a escolha do termo travesti em detrimento de transgênero, como havia sido decidido no ENTLAIDS anterior, ao que Keila respondeu: *“em nenhum momento esse termo transgênero surgiu no debate dela. [...] esse*

82 Em minha pesquisa de campo, algumas vezes pude presenciar ativistas brincando e se referindo ao livro *Travesti*, de Don Kulick, como sendo os diários de Keila Simpson. Além disso, presenciei por diversas vezes Keila se referir ao Don durante suas falas, sempre num tom de agradecimento e amizade. Em nossa entrevista, Keila afirma que a experiência de trabalhar com Don foi formadora de quem ela é hoje e da forma como faz política, afirmou ainda que foi com ele que aprendeu o que era a academia e como essa tem um potencial político: *“Eu acho que o Don, ele me aproximou muito mais da academia do que o próprio professor Mott. Foi o Don que me fez então experimentar essa forma que a academia produz e a forma como a gente pode usar essa produção a nosso favor”* (SIMPSON, 2017).

83 Para uma análise mais detalhada da campanha *Travesti e Respeito* ver Carvalho (2015, p. 42–51).

termo nunca foi debatido em uma campanha, algumas vezes entrou e entrou depois, mas a gente sempre abortou, porque na verdade o que nós precisamos – e a ANTRA sempre insistiu nisso – é brigar pela visibilidade da palavra travesti” (SIMPSON, 2017). Das pessoas que participaram nesse processo, apenas Sandra, de Roraima, não se identificava como travesti, mas mesmo ela teria consentido com o uso do termo travesti. Isso revela que a despeito da decisão do ENTLAIDS, nos debates internos, a ANTRA ainda se organizava em torno da categoria travesti, a decisão tomada no evento não provocou uma alteração de enquadramento na organização e no campo. A campanha *Travesti e Respeito* foi lançada no dia 29 de janeiro de 2004, data que se comemora como o dia da visibilidade trans no Brasil, lembrando o marco dessa primeira campanha nacional de valorização da identidade travesti.

Quadro 3 - Gestões da ANTRA

Ano	Presidenta	Vice-presidenta
2000-2001	Liza Minelli (PR)	Cassandra Fontoura (RS)
2002-2003	Janaína Dutra (CE)	Marcela Prado (PR)
Fev/2004 - Jun/2004	Marcela Prado (PR) ⁸⁴	-
2004-2006	Keila Simpson (BA)	Fernanda Benvenutty (PB)
2006-2008	Keila Simpson (BA)	Fernanda Benvenutty (PB)
2009-2011	Jovanna Cardoso (PI)	Marjorie Marchi (RJ)
2012-2015	Cris Stefanny (MS)	Milena Passos (BA)
2016-2020	Keila Simpson (BA)	Chopelly Santos (PE)

Fonte: Simpson (2017); Cardoso (2016); Sales (2018)

Outro fator que corroborou para que a categoria transgênero não se consolidasse, foi a emergência da categoria transexual, principalmente a partir da organização do CNT em 2005. O CNT nunca chegou a se institucionalizar e funcionava como uma rede informal de pessoas, algumas que já faziam parte de outras organizações e redes, como é o caso de Fernanda de

⁸⁴ Marcela Prado assumiu a presidência interina da ANTRA por um breve período após o falecimento prematuro de Janaína Dutra. Sua gestão interina durou apenas até a eleição, no ENTLAIDS de Campo Grande, de Keila Simpson (SIMPSON; CARDOSO, [S.d.]

Moraes do Instituto Aphrodite e vinculada a ANTRA, e outras mais autônomas, sem vinculação a instituições. Dessa maneira, o CNT estabelecia uma relação delicada com outras redes como a ANTRA, reconheciam a importância dessa rede e também do protagonismo que as travestis tinham na criação do movimento, mas havia uma insatisfação na forma como as demandas de transexuais eram tratadas dentro dessa organização, tendo sido, a partir daí que, se instaurou um conflito identitário entre travestis e transexuais.

Naquele momento, as pessoas transexuais sentiam a necessidade de demarcar que não eram travestis e que havia uma diferença entre as duas categorias. As travestis aceitavam uma ambiguidade da expressão de gêneros, enquanto as transexuais rejeitavam essa ambiguidade fortemente. O debate ocorreu em inúmeros espaços presenciais e virtuais. Inclusive, várias edições do ENTLAIDS discutiram as identidades que compunham o movimento, tanto em mesas quanto em reuniões específicas para cada grupo identitário, como as ocorridas durante o XII e o XIV ENTLAIDS. Flávia Teixeira (2013, p. 222–225) pode observar uma expressão de conflito ocorrendo durante a roda de conversa *TT's e a inserção no Movimento de Mulheres*, ocorrida em 2007 no XIV ENTLAIDS. A apresentação da representante do CNT recebeu o título *Somos Todas Mulheres?????*, o que foi interpretado pela pesquisadora como uma pergunta direcionada às travestis presentes na roda. Ao final da roda, Keila Simpson, travesti e presidenta da ANTRA na época, teria pego o microfone e respondido a pergunta: “*não somos homens, não somos mulheres, somos travestis e queremos ser respeitadas como travestis que somos*” (SIMPSON apud TEIXEIRA, 2013, p. 223).

A relação com os órgãos genitais e com o discurso médico científico parecia central na construção da diferença entre travestis e transexuais nesse período. Ao me contar sobre sua participação no CNT e na formulação do processo transexualizador, Fernanda de Moraes me forneceu pistas para perceber a relevância da cirurgia para estabilizar essa diferença:

Então, esse diálogo do processo transexualizador necessariamente não foi feito com a ANTRA e por isso as travestis também não entraram no processo transexualizador, até porque na época elas não achavam que era interessante para estarem dentro do processo transexualizador já que ele falava também da cirurgia de redesignação de sexo (MORAES, FERNANDA DE, 2016).

A cirurgia de redesignação sexual aparecia como um ponto de significativa importância a separar travestis e transexuais. Essa seria uma demanda específica das transexuais, não das travestis, em uma forma de separação que refletia os critérios diagnósticos da literatura médica sobre a transexualidade. É interessante perceber como nessa fala ficou evidente os efeitos que o debate a respeito das categorias teve para as organizações de movimentos sociais, afetando suas estratégias de atuação, no caso a participação ou não na formulação do processo transexualizador; bem como para as políticas públicas, definindo quem estaria dentro e fora de determinada política. Os debates que ocorriam dentro das listas do CNT reforçavam a forma de operar a separação por referência à genitália. Como mostrou Teixeira, nas mensagens trocadas ali parecia haver uma centralidade na imagem da vagina como um objetivo a ser alcançado que permitiria uma “*passagem para essa outra territorialidade*” da mulher (TEIXEIRA, 2013, p. 236).

A relação com o discurso científico, todavia, não era de simples reprodução dos critérios diagnósticos. Essas pessoas adotaram a categoria transexual como sua identidade coletiva e fizeram isso em uma relação direta com o discurso médico, invertendo a forma como esse discurso se refere às pessoas transexuais:

Porque a medicina diz que uma mulher transexual é um transexual masculino, como também diz que um homem trans é um transexual feminino. Então nós fizemos exatamente para ir de encontro a isso, de contra a biologização da medicina, para mostrar que de fato nós somos cidadãos e cidadãs e que nós queremos respeito pela identidade de gênero que nós temos (MORAES, FERNANDA DE, 2016).

O debate sobre categorias foi também um debate sobre as fronteiras desse campo. Ao observar a história do CNT é possível ver um processo duplo de reconfiguração da compreensão desse coletivo sobre a transexualidade e, simultaneamente, um afastamento do movimento LGBT e uma tentativa de aproximação com o movimento feminista. A partir do final de 2007 e início de 2008 iniciou-se um debate interno ao CNT sobre os termos mulher/homem transexual. Para algumas ativistas, seria importante dar um destaque maior ao fato de que essas pessoas são mulheres e homens, sendo a transexualidade apenas mais uma condição que

marca a diversidade de mulheres, como a raça, ou ainda como uma condição passageira que desapareceria após a realização da cirurgia de transgenitalização e a retificação do registro civil, como pode ser observado na mensagem transcrita por Flávia Teixeira:

Olha, numa opinião muito pessoal, eu entendo que o termo “Mulher Transexual” me contemplava bem, assim como “Mulher que Vivência a Transexualidade”, pois na verdade, o que de fato somos são MULHERES e HOMENS. Transexual, transexualidade, etc. são as classificações que nos apresentaram e que caracterizam essa “incongruência”, divergência, contraste entre a realidade biológica e a íntima, sendo que temos certeza do nosso gênero, não sendo ele dúbio, múltiplo, mesclado, bipolar ou qualquer coisa diferente de masculino OU feminino.

Entendo que, nasci mulher, mas meu biológico não condizia com essa realidade e não o contrário, nasci homem e não aceitei isso. Logo, sou uma MULHER, cuja uma das minhas características é a Transexualidade. Assim como tem a MULHER NEGRA, tem a mulher TRANSEXUAL, ou VIVENCIANDO A TRANSEXUALIDADE. Ai eu faço algumas considerações:

Quando me coloco como MULHER TRANSEXUAL, isso pode ser entendido como NÃO TRANSITÓRIO. Logo, eu reconheço que após a cirurgia e as correções do prenome e sexo, eu continuo sendo transexual. É uma forma de ver as coisas e acredito que tenha pessoas que se sintam assim. Por outro lado, quando me posiciono como MULHER VIVENCIANDO A TRANSEXUALIDADE, eu compreendo que esse processo é transitório. Ai é que pega a nossa discussão toda. Acreditamos mesmo que é transitório? Homens vivenciando a homossexualidade seria impossível, pois a homossexualidade não é transitória, mas mulher vivenciando a transexualidade é possível, pois, após todas, e eu disse TODAS as suas necessidades atendidas, o que sobra é uma mulher vivendo na sociedade com direitos iguais a qualquer outra mulher – aí que pergunto, onde que a transexualidade desta pessoa influirá na sua vida social e política?

Enfim, gente, dando minha declaração pessoal, só estou esperando sair minha sentença judicial, pois não há mais nada, absolutamente nada, que me incomode em relação a minha “transexualidade” (TEIXEIRA, 2013, p. 230–231).

A ênfase dada por essas ativistas à sua condição de mulheres as afastava do campo LGBT em busca de uma aproximação com o campo feminista. Teixeira presenciou trocas de mensagens na lista do CNT que afirmavam: aqui não é um espaço LGBT. Além disso, buscaram atuar mais fortemente dentro das políticas de mulheres, se aproximando da Secretaria de Política para Mulheres (SPM) e se afastando dos espaços LGBT. Tamanho era o desejo de se afastar do campo LGBT que, segundo Tatiana Lionço (2018), o CNT chegou a recusar uma

cadeira no Conselho Nacional de Saúde – principal instância deliberativa das políticas de saúde -, pois a vaga integrava a cota de representação LGBT do Conselho. Fruto dessa reconfiguração, em 2008, o CNT passou a se chamar *Aracê – Rede Social de Direitos Humanos, Feminismo e Transexualidade*, todavia essa nova rede não chegou a se consolidar, os vários conflitos internos e externos ao grupo, envolvendo as propostas de terminologia, o afastamento do movimento LGBT e de outras redes trans fizeram com que ativistas como Fernanda de Moraes e Xande se desvinculassem. Outras ainda sentiam que seu ativismo já estava concluído após a conquista do processo transexualizador e da realização de sua própria cirurgia, como descreve Mário Carvalho (2011b, p. 24): “A metáfora de que após a cirurgia, ‘elas atravessam o arco-íris, pegam o pote de ouro e vão embora’, é repetidas vezes utilizada por diversas ativistas travestis como acusação da falta de compromisso político daquelas que se identificam como transexuais”.

A fórmula proposta pelo CNT *mulheres que vivenciam a transexualidade* chegou a ser utilizada oficialmente em documentos do Ministério da Saúde, especificamente durante a I Consulta Nacional sobre DST e Aids, em fevereiro de 2008 (TEIXEIRA, 2013, p. 226), no Glossário que compunha o texto base da I Conferência Nacional GLBT, em junho 2008, bem como durante o discurso do Ministro da Saúde José Gomes Temporão nessa Conferência (TEMPORÃO, 2008, p. 272). Além da definição do Glossário, construída por ativistas do CNT, a I Conferência Nacional GLBT ainda dedicou o seu primeiro painel ao debate sobre as categorias que compõe a sigla e o movimento que na época se chamava GLBT. Carla Machado e Xande, ambos do CNT, participaram do painel representando as mulheres e os homens transexuais, respectivamente. É interessante observar, como fez Flávia Teixeira (2013), que a definição oferecida para o Glossário superou o debate realizado nas redes sociais e não atribuiu centralidade às cirurgias, se aproximando do discurso que o próprio CNT fazia durante o debate do processo transexualizador:

Transexual: pessoa com identidade de gênero que se caracteriza por uma afirmativa de identificação, solidamente constituída e confortável nos parâmetros de gênero estabelecidos (masculino ou feminino), independente e soberano aos atributos biológicos sexualmente diferenciados. Esta afirmativa consolidada pode, eventualmente, se transformar em desconforto ou estranheza diante destes atributos,

a partir de condições sócio-culturais adversas ao pleno exercício da vivência dessa identidade de gênero constituída. Isto pode se refletir na experiência cotidiana de auto-identificação ao gênero feminino – no caso das mulheres que vivenciam a transexualidade, que apresentam órgãos genitais classificados como masculinos no momento em que nascem -, e ao gênero masculino – no caso de homens que vivenciam a transexualidade, que apresentam órgãos genitais classificados como femininos no momento em que nascem. *A transexualidade também pode, eventualmente, contribuir para o indivíduo que a vivencia objetivar alterar cirurgicamente seus atributos físicos (inclusive genitais) de nascença para que os mesmos possam ter correspondência estética e funcional à vivência psico-emocional da sua identidade de gênero constituída.* (BRASIL, 2008b, p. 59–60 - grifos meus)

A fala de Carla Machado no painel inicial seguiu as linhas apresentadas no Glossário, mas foi além. Ao explicar sobre a definição de transexualidade e a realidade dessas pessoas, dialogou diretamente com o discurso médico que patologiza as transexualidades. Carla reconhece que esses saberes serviram estrategicamente às pessoas transexuais para se identificarem enquanto tal, se organizarem e demandar direitos, entretanto já adiantou uma crítica às Portarias do processo transexualizador, que seriam publicadas alguns meses depois da Conferência, e questionou a dependência criada entre a política pública e o discurso médico:

Uma das verdades que um dia nortearam as transexuais foi que a gente... E que só... Que hoje já não é exatamente uma verdade, é que a transexualidade é uma patologia. Isso ajudou muito o coletivo das pessoas transexuais durante um tempo, mas, hoje em dia, as pessoas transexuais já não se vêem mais contempladas nessa verdade de que a transexualidade é uma doença.

Então, eu falo aqui pelas mulheres transexuais: Nós somos categóricas em afirmar a nossa insatisfação em relação à patologização da transexualidade. As associações psiquiátricas de muitos países ainda consideram a disforia sexual como uma doença mental.

No Brasil, existe um protocolo médico-psiquiátrico para se determinar quando uma pessoa é transexual, que nós consideramos muito retrógrado e que não reflete a nossa realidade. A nós é atribuído um CID, é um código internacional de doenças e, a partir daí, alguns procedimentos são autorizados, como a cirurgia de readequação genital. Sabemos que algumas transexuais têm até mesmo de interpretar uma doença durante entrevistas desse protocolo para que possam ser autorizadas a fazer a cirurgias; isso não é o ideal. Precisam ser revistos os conceitos médicos, até porque, nesse contexto todo, a gente tem uma situação um pouco estranha que é, já que é uma doença mental, nós temos uma cirurgia plástica resolvendo essa doença mental. Então, é uma coisa meio destoante. (MACHADO, CARLA, 2008, p. 22)

A rápida adoção do termo mulheres que vivenciam a transexualidade pelo estado brasileiro incomodou diversas ativistas, o processo de debate sobre a categoria teria ocorrido exclusivamente pela internet nos meios de comunicação do CNT e não abrangeu espaços importantes de discussão e deliberação como o ENTLAIDS. Dessa maneira, no ENTLAIDS ocorrido em setembro de 2008, a plenária final aprovou o envio de uma carta ao Ministério da Saúde e outros órgãos do poder público solicitando a padronização da nomenclatura para travestis, mulheres e homens transexuais. Com a mesma velocidade que emergiu, tal terminologia foi abandonada. Durante minha pesquisa de campo, não vi a categoria ser utilizada em nenhum dos eventos que acompanhei. Das minhas entrevistadas, apenas Walkíria La Roche – que integrou o CNT e atualmente se encontra afastada do ativismo – ainda utilizava a fórmula mulheres que vivenciam a transexualidade⁸⁵.

85 Quando perguntada sobre como se identificava, Walkíria La Roche me respondeu: *Então, eu me considero, desde que eu me entendo por gente, como uma mulher e se a sociedade, as correntes da psicanálise, a psiquiatria, as correntes da psicologia, seja o que for, entendem isso como uma mulher transexual. Porque eu vivencio a transexualidade. Não só por uma questão do termo, da terminologia, porque a vivência da transexualidade no Brasil ela é muito forte* (LA ROCHE, 2016).

Quadro 4 - Lista dos ENTLAIDS

ANO	NOME	TEMA	DATA	CIDADE
1993	I Encontro Nacional de Travestis e Liberados	Não teve	Agosto	Rio de Janeiro, RJ
1994	II Encontro Nacional de Travestis e Liberados	Trabalha e Confia	23 e 24 de Janeiro	Vitória, ES
1995	III Encontro Nacional de Travestis e Liberados	Cidadania Não Tem Roupa Certa	13 a 16 de Junho	Rio de Janeiro, RJ
1996	IV Encontro Nacional de Travestis e Liberados	Conquistando Novos Espaços	26 a 28 de Junho	Rio de Janeiro, RJ
1997	V Encontro Nacional de Travestis e Liberados que Trabalham com AIDS	Respeito e Cidadania: abrindo novos caminhos	25 a 27 de Junho	São Paulo, SP
1998	VI Encontro Nacional de Travestis e Liberados que Trabalham com AIDS		18 a 21 de Outubro	Rio de Janeiro, RJ
1999	VII Encontro Nacional de Travestis e Liberados que Trabalham com AIDS	Unid@s Construindo uma Nova Realidade Social	25 a 28 de Junho	Fortaleza, CE
2000	VIII Encontro Nacional de Travestis e Liberados que Trabalham com AIDS	Unid@s Pelo Direito De Ser	25 a 28 de Junho	Cabo Frio, RJ
2002	IX Encontro Nacional de Travestis e Liberados que Atuam na Prevenção da AIDS/HIV/DST's	Políticas Públicas na Diversidade	25 a 28 de Junho	Curitiba, PR
2003	X Encontro Nacional de Travestis e Liberados na Luta contra a Aids e pela Cidadania, Direitos e Saúde	Direitos Humanos, Promoção da Saúde e Prevenção das DST/Aids, Sustentabilidade, Sexualidade, Organização e Avanços do Movimento de Transgêneros no Brasil	25 a 29 de Junho	Porto Alegre, RS
2004	XI Encontro Nacional das Transgêneros que atuam na Prevenção à AIDS	Uma década de Conquistas	23 a 26 de Junho	Campo Grande, MS
2005	XII Encontro Nacional de Transgêneros que Atuam na Prevenção	Transgêneros Construindo Políticas Públicas	09 a 12 de Junho	Florianópolis, SC

	da AIDS			
2006	XIII Encontro Nacional das Travestis e Transexuais que Atuam na Prevenção à AIDS	Um Brasil de Todos é um Brasil Sem Transfobia	25 a 29 de Julho	Goiânia, GO
2007	XIV Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que Atuam na Luta e Prevenção à AIDS	Cidadania, um Direito de Tod@s	26 a 30 de Junho	São Paulo, SP
2008	XV Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que Atuam na Prevenção da AIDS	Abrindo Horizonte para a Cidadania	14 a 18 de Setembro	Salvador, BA
2009	XVI ENTLAIDS	Muito Prazer! Eu existo	6 a 10 de Dezembro	Rio de Janeiro, RJ
2010	XVII Encontro Nacional de Travestis e Transexuais	A Conquista da Cidadania pelo fim da Transfobia	16 a 19 de Novembro	Aracaju, SE
2011	XVIII Encontro Nacional de Travestis e Transexuais	Por Dignidade e Respeito	05 a 07 de Outubro	Recife, PE
2012	XIX Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que Atuam na Prevenção e Luta contra a Aids	Da Transfobia à Cidadania	04 a 08 de Novembro	Brasília, DF
2013	XX Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que atuam na luta contra AIDS	Da formação à prevenção. Estratégia para o fortalecimento do exercício da cidadania da população trans brasileira	25 a 30 de Setembro	Curitiba, PR
2016	XXI Encontro Nacional de Travestis e Transexuais	Pelo fim da transfobia	10 a 13 de Março	Campo Grande, MS
2017	XXII Encontro Nacional de Travestis e Transexuais	Não temos ideologia de gênero, temos identidade	04 a 07 de Dezembro	Teresina, PI
2018		Não definido até a conclusão da pesquisa		Manaus, AM

Fonte: informações compiladas pelo autor a partir dos cartazes dos eventos cedidos pela ANTRA

3.3. A terceira onda do movimento trans (2011-atual)

A terceira onda atravessa a década de 2010 e é um período turbulento. Suas principais marcas são: o *sidestreaming* do movimento para diversos campos; o crescimento de visibilidade das pessoas trans na mídia e outras esferas; a multiplicação dos padrões de atuação política, com um enfraquecimento do modelo organizacional das ONGs e o crescimento do ciberativismo; a emergência dos homens trans como novo sujeito político; a multiplicação de novas redes nacionais; o surgimento de contra-movimentos como feminismo radical, a resistência gay e o movimento contra a ideologia de gênero; a instabilidade político-institucional e o impeachment da presidenta Dilma em 2016; a ampliação e consolidação dos estudos trans; e por fim, a emergência de novas identidades de gênero. É também a partir dessas reconfigurações que se torna mais comum o uso da categoria movimento trans ou movimento de pessoas trans, como categoria abrangente para englobar os diversos sujeitos e identidades que compõe essa luta coletiva.

Parte da terceira onda será explorada nos capítulos que se seguem, sendo assim, no restante deste capítulo focarei na emergência dos homens trans como novos sujeitos políticos do movimento. Como veremos, as principais características desse período, descritas acima, estão presentes no processo político de emergência e organização desses sujeitos.

3.3.1 A emergência dos homens trans

Até a segunda onda pouco se falava sobre homens trans dentro do movimento ou até mesmo nas políticas públicas para travestis e transexuais no Brasil. Xande fazia um ativismo quase solitário representando os homens trans dentro do Coletivo Nacional de Transexuais, da ANTRA e outras organizações. Refletindo sobre o início de sua participação nos ENTLAIDS em 2005, Xande diz que no início “*era só eu, então acho que foram dois ENTLAIDS só eu. Depois, no terceiro, foi o Regis e aí surgiu acho que um menino do sul, que é o Guerreiro, a gente chama de Guerreiro*” (SANTOS, ALEXANDRE PEIXE DOS, 2016).

A emergência dessas pessoas em uma luta coletiva organizada ocorre principalmente a partir de 2011. O primeiro registro de uma organização que se tem é do Núcleo de Apoio aos Homens Trans (NAHT), de São Paulo, organizado por Andreas Bosquetti em 2011. Segundo Simone Ávila (2015, p. 198–200) essa foi uma organização que atuou na cidade de São Paulo principalmente auxiliando pessoas trans que buscavam um emprego formal. O NAHT entrava em contato com os setores de recursos humanos das empresas, explicava algumas questões básicas sobre os homens trans e sobre o tratamento desses durante o processo seletivo e o trabalho. Essa organização, no entanto, nunca chegou a se formalizar, nem teve atuação fora de São Paulo.

Uma das pessoas-chave no processo de organização coletiva dos homens trans brasileiros foi o ativista pernambucano Leonardo Tenório. Em entrevista, Leonardo (TENÓRIO, 2018) conta que iniciou sua transição em 2009 e logo percebeu que estava perdendo alguns direitos ao deixar de ser percebido como uma pessoa cis. Assim, buscou se informar, ler trabalhos acadêmicos e se aproximar do movimento social. Leonardo afirma que o cenário da época era muito precário, não havia visibilidade para os homens trans e os direitos quase não existiam:

A gente tinha um grupo de e-mails muito pequenininho que tinha menos de 10 pessoas, era a maior comunicação que tinha de homens trans no Brasil, era isso no começo, entendeu? E aí tinham dois blogs, tinha um site e tal. E aí eu não via possibilidade de nada, porque a gente não tinha direito a tomar testosterona, a gente não tinha um médico que atendesse a gente, entendeu? Era difícil fazer cirurgia, a gente não tinha o direito a usar o nome social onde a gente quisesse usar, a gente não tinha direito a porra nenhuma, entendeu? Até Centro de Referência não tinha direito aqui. Não tinha lá em Pernambuco e não tinha o processo transexualizador, né? Então assim, eu observando o que os meus colegas de outros lugares do país falavam, eu compreendia que era do mesmo jeito. Não tinha nada para ninguém (TENÓRIO, 2018).

Uma das suas principais tarefas foi articular, por meio da internet, os homens trans do Brasil. Junto a outros ativistas criou uma comunidade no Orkut para homens trans, que segundo Leonardo, “*não pegou*”. Quando o Facebook se popularizou e substituiu o Orkut como principal rede social, a partir de meados de 2010 e 2011, Leonardo tentou mais uma vez e foi bem-sucedido em criar um grupo que, na época, chegou a ter quase 100 homens trans de todo

o Brasil. Um recorde para a época. Essa organização foi auxiliada pela ampliação da visibilidade dos homens trans na mídia, por meio de uma ampla gama de produtos culturais nacionais e internacionais. Internacionalmente destaca-se o personagem Max, da série lésbica *The L World*, o ator pornô Buck Angel e Thomas Beatie, que ficou famoso, em 2007 e 2008, por sua gravidez. Especificamente para o Brasil, destaca-se a publicação do livro *Viagem Solitária*, de João W. Nery, e do documentário *Olhe pra mim de novo*, de Sillvyo Lúccio Nóbrega⁸⁶. Tanto o livro quanto o documentário são produtos biográficos que contam a história de homens trans brasileiros, tiveram uma grande divulgação e segundo Simone Ávila (2015) ajudaram no processo de construção de um novo regime de visibilidade da transmasculinidade no Brasil. João circulou por todo o país fazendo palestras de lançamento de seu livro e apareceu em diversos programas de televisão de grande circulação. Acabou se tornando uma espécie de mito de origem e uma figura paterna para homens trans mais jovens.

A partir dessas articulações nas redes sociais, Leonardo Tenório e outros homens trans começaram a planejar a fundação de uma organização nacional que representasse as demandas dos homens trans. Esse desejo foi potencializado a partir da *II Conferência Nacional LGBT*, momento em que Leonardo Tenório pode se encontrar pessoalmente com outros homens trans do país como Raicarlos Durans e Sílvio Lúcio. Essas pessoas já estavam inseridas no movimento LGBT e junto ao Leonardo, trabalharam pela criação da Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT), a primeira associação de caráter nacional a representar especificamente os homens trans. A ABHT surgiu primeiro informalmente a partir desses contatos virtuais e de vários pequenos encontros presenciais entre o final de 2011 e meados de 2012. Em junho de 2012 houve uma Assembleia Geral em São Paulo para a fundação oficial da ABHT e eleição de Leonardo Tenório como presidente da associação. O evento de fundação contou com a presença de ativistas, gestores e pesquisadores de todo o país⁸⁷. Apesar disso, a ABHT não conseguiu registrar a ata de fundação e jamais se institucionalizou. Na avaliação de Leonardo Tenório (2018), isso ocorreu em parte por transfobia dos funcionários do cartório que não colaboraram e em parte por sua falta de experiência na época, que não dominava os trâmites burocráticos de criação de uma associação.

86 O livro *Viagem Solitária* foi publicado no final de 2011. Já o

87 Essa reunião está descrita em mais detalhes nos trabalhos de Simone Ávila (2015, p. 202–204) e Mário Carvalho (2015, p. 146–148), que inclusive estiveram presentes durante o evento.

Além do cenário precário de direitos e da inexistência de uma organização que representasse especificamente os homens trans, Leonardo vislumbrava uma oportunidade política de intervenção: a reformulação da portaria que regulamentava o processo transexualizador e a construção de uma nota técnica do Conselho Federal de Psicologia sobre o processo transexualizador e a assistência às pessoas trans. A ABHT participou ativamente de ambos processos. Em relação ao processo da formulação da Nota Técnica do CFP, Leonardo Tenório afirma que a influência se deu mais por diálogos cotidianos. As pessoas que integravam o GT responsável pela formulação da nota eram, em sua maioria, psicólogas conhecidas de Leonardo: *“a gente estava frequentemente conversando, participava de mesas juntos, ia para os congressos acadêmicos, eles me escutavam, eu escutava eles e eu escrevi também um ofício dizendo o que a gente queria na nota enquanto associação”* (TENÓRIO, 2018).

Já em relação ao processo de revisão da Portaria do Ministério da Saúde, a participação da ABHT ocorreu de maneira mais institucionalizada. Dois integrantes da ABHT compuseram o Grupo de Trabalho do Comitê Técnico de Saúde Integral LGBT para a revisão da Portaria, assim, participaram de diversas reuniões e eventos específicos para o debate de reformulação da política. Segundo Leonardo, o desejo da ABHT era que o processo transexualizador fosse reformulado para oferecer um cuidado mais abrangente aos homens trans, com uma variedade mais ampliada de serviços do existiam. A ABHT ainda defendia a adoção de um modelo de cuidado numa perspectiva mais próxima à despatologização da transexualidade. Apesar da atuação dessa organização, a Portaria 2803, publicada em 19 de Novembro de 2013, não atendeu a maioria das demandas da ABHT:

Eu fiz um documento de mais de 10 páginas para o pessoal do Ministério da Saúde, o pessoal da Comissão que estava fazendo, para falar da realidade dos homens trans, dizer como é que funcionava a clandestinidade, como é que era a má qualidade das equipes que existiam do processo transexualizador e como é que era a qualidade ruim daquelas equipes que não eram credenciadas, mas existiam, dos serviços que existiam, porque tinham vários pelo país. E aí fiz a apresentação para eles, fiz slides levando as demandas. Porque a gente não tinha a cirurgia, mas também a gente não conseguiu a cirurgia de transgenitalização, a gente não conseguiu a testosterona dispensada pelo SUS, que é uma demanda da gente, a gente não conseguiu muita coisa. A gente conseguiu só aquilo que eles já iam dar (TENÓRIO, 2018).

Na avaliação do ativista, esse insucesso é explicado pelo contexto político e acadêmico. A diretora da DAGEP, Katia Souto, era percebida como um obstáculo a incorporação de uma perspectiva da despatologização, se recusando a abrir qualquer diálogo nesse sentido. Por outro lado, Leonardo Tenório avalia que “*o pessoal da academia tinha dificuldade de explicar também*” (TENÓRIO, 2018). Em sua opinião, faltava uma compreensão mais madura pela academia sobre a despatologização e principalmente de propostas concretas de formas de atendimento não patologizantes: “*Tipo, como é que um psicólogo e um psiquiatra vai atender sem patologizar?*” (TENÓRIO, 2018).

A ABHT teve curta duração. A partir de meados de 2013, a organização foi perdendo o fôlego e reduzindo suas atividades. Leonardo Tenório, que era responsável pela grande maioria de ações da organização, teve uma série de problemas pessoais que impediram de continuar atuando. Além disso, uma série de conflitos internos e externos fizeram com que vários ativistas se desvinculassem da ABHT e fundassem outra instituição de homens trans, ainda em 2013, o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT). Segundo Leonardo Tenório, em 2014, quando chegou o momento de realizar uma nova eleição para a ABHT, ninguém se mobilizou para realizá-la, nem o próprio Leonardo, que foi progressivamente se afastando do movimento social: “*E eu fui parando aos pouquinhos, porque eu estava cansado mesmo, estava precisando me cuidar*” (TENÓRIO, 2018).

O IBRAT surgiu como fruto das divergências internas à ABHT ao longo do ano de 2013. Os ativistas que compunham essa nova organização reconheciam a importância de Leonardo Tenório e da ABHT, mas o acusavam de ser muito centralizador e de não dialogar adequadamente com as outras redes do movimentos trans, como a ANTRA. Assim, nos primeiros posts do Facebook do grupo e no formulário de filiação, havia sempre a ênfase de que o IBRAT “*nasceu em contexto de coletividade*”. A criação do IBRAT ocorreu em Julho daquele ano e o cargo de Coordenador Nacional foi ocupado por Luciano Palhano, que também havia sido um dos fundadores da ABHT.

O IBRAT se organizava de uma maneira bastante peculiar. Diferentemente da ANTRA e da Rede Trans Brasil, essa organização não funcionava como uma rede de organizações locais, mas por uma lógica similar à dos partidos políticos. O IBRAT era uma organização única, mas que se subdividia em núcleos regionais, estaduais e às vezes municipais, bem como núcleos

temáticos. Dentre estes, vale destacar o Núcleo de Pesquisas, coordenado pelo ativista carioca Leonardo Peçanha e Benjamin Neves, ambos ativistas do Rio de Janeiro e com trajetória acadêmica. A função do NT de Pesquisa do IBRAT era produzir pesquisas próprias, fomentar novas pesquisas e criar alianças com pesquisadores(as) que já trabalham ou desejam trabalhar com pesquisas sobre homens trans. O IBRAT convidava pesquisadoras(es) para entrar em contato com o Instituto para formar essas alianças, tirar dúvidas, indicar pessoas para entrevistas, etc. Em seu auge, no final de 2015, a organização chegou a ter 32 núcleos, em 24 estados do país (IBRAT, 2015). Até a finalização da pesquisa, o IBRAT não tinha obtido registro como uma associação institucionalizada.

Em função do afastamento de Leonardo Tenório da militância, da migração de ativistas da ABHT para o IBRAT e por ter desenvolvido boas relações com a ANTRA e outras redes, pouco a pouco, o IBRAT foi substituindo a ABHT nos espaços públicos institucionais e não institucionais. Ainda em 2013, o IBRAT passou a ter representação no Comitê Técnico de Saúde da População LGBT do Ministério da Saúde, representado por Raicarlos; e no Conselho Nacional LGBT, representado por Gil Santos. Assim como a ABHT, participaram dos eventos que prepararam a Política Nacional de Saúde Integral LGBT, publicada em 2013.

Além disso, o IBRAT se diferenciou da ABHT por possuir vínculos fortes com a ANTRA⁸⁸. Segundo Simone Ávila (2015, p. 213), o IBRAT fez seu lançamento político no XX ENTLAIDS, em Setembro de 2013, maior evento do movimento nacional de pessoas trans e protagonizado principalmente pela ANTRA. O Instituto levou 11 integrantes para o evento, o maior número de homens trans reunidos em um ENTLAIDS, até aquele momento. A partir disso, ANTRA e IBRAT chegaram a lançar campanhas conjuntas e compartilhar espaços institucionais de fala.

O ano de 2015 é provavelmente o ápice do IBRAT. É nesse ano que o Instituto organiza o *I Encontro Nacional de Homens Trans* (I ENAHT), o primeiro e maior encontro presencial de homens trans do Brasil. O ENAHT ocorreu entre os dias 20 e 23 de fevereiro de 2015, no

⁸⁸ Mario Carvalho (2015, p. 148) afirma que o IBRAT se configura como um núcleo de homens trans da ANTRA. Vi o IBRAT se apresentar dessa maneira apenas uma única vez em 2014. Talvez a organização tenha operado assim em seu início, todavia, posteriormente a ocasião mencionada não vi o IBRAT se apresentando assim novamente. Suas lideranças optavam sempre por categorias como *redes parceiras* ou *organizações irmãs*. Keila Simpson (2017), presidenta da ANTRA, também apresentou o IBRAT como rede parceira, no mesmo *status* que o Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE) e o Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros (FONATRANS), duas redes fundadas mais recentemente. As organizações se tornaram realmente próximas, mas não observei uma relação hierárquica entre elas, o IBRAT desenvolveu uma série de projetos autonomamente.

Anfiteatro de Geografia, no prédio da História e Geografia da USP, campus Butantã. Este foi o segundo evento que acompanhei para minha pesquisa de campo. Não era a primeira vez que homens trans ativistas se reuniam, outros encontros relevantes já tinham sido organizados em São Paulo, João Pessoa e em Belo Horizonte, mas esse prometia uma dimensão diferente e maior. Na mesa de abertura, Luciano Palhano, que na época ocupava o cargo de Coordenador Nacional do IBRAT, afirmou que esse era um evento histórico. Existiam alguns homens trans pioneiros, como Alexandre Peixe, Raícarlos, João W. Nery, Regis Vascon – todos esses citados nominalmente estavam presentes na plateia – e alguns outros, que há alguns anos já faziam uma luta isolada, mas essa época de isolamento teria acabado. Seria impossível ver tantos homens trans juntos, em um mesmo lugar, nos anos anteriores e ali estavam reunidos 105 homens trans de todo o país. A maior parte desses aparentavam ser jovens, entre os 20 e 30 anos, e brancos. Um perfil que se distinguia um pouco das principais lideranças do movimento, que era um pouco mais velha e com maior presença de homens negros, como Leonardo Peçanha e Luciano Palhano.

Por ser o primeiro encontro de caráter nacional de um movimento muito recente, o evento foi pensado de forma a promover debates que seriam depois consolidados na Assembleia Geral do IBRAT e na Plenária Final, as duas últimas atividades programadas para o encontro. Um dos debates que já vinha ocorrendo antes mesmo do encontro e atravessou todos os seus espaços formais e informais foi sobre a identidade política dos sujeitos que compõem essa organização, isto é, quais sujeitos estariam representados por aquela organização, quais categorias seriam referendadas como oficiais pelo encontro, adotadas na luta do IBRAT e proposto para as outras redes de pessoas trans para se falar daqueles sujeitos reunidos ali?

Até aquele momento, circulava uma variedade de categorias para se referir a esses sujeitos: transhomens, FTM, homens transexuais, homens trans, transexuais masculinos e, até mesmo, transexuais femininos. Antes da criação do IBRAT e da ABHT, as categorias mais usuais eram FTM, transexuais masculinos e homens transexuais. Antes da criação dessas organizações, o debate ocorria principalmente na internet, nos grupos de discussão que Leonardo Tenório mencionou anteriormente. De todas categorias, a que menos circulou entre esses sujeitos é a de transexuais femininos. Essa é uma categoria que encontrei exclusivamente

na literatura médica e jurídica, principalmente aqueles trabalhos que se baseavam em uma concepção da transexualidade como uma patologia mental. Outra categoria que vi pouca utilização foi FTM. Esta é a sigla inglesa para *femate-to-male*, no Brasil a categoria ganhou forte divulgação a partir de vídeos do YouTube em que homens trans relatavam seu processo de transição e do site *FTM Brasil*⁸⁹, um dos principais portais de informação sobre homens trans, hormonização e assuntos correlatos, antes da emergência das organizações do movimento emergirem. Poucas vezes vi ativistas se identificarem dessa maneira, quase sempre na internet. Nos encontros que acompanhei, era geralmente acionada em forma de crítica, apontando que a categoria FTM reduz a masculinidade dos homens trans ao enfatizar um processo de mudança de um gênero para o outro. Essa mudança inclusive é questionada por algumas pessoas, durante um dos debates do ENAHT certo ativista afirmou: “*eu nunca fui mulher, os médicos me identificaram assim, mas eu nunca me senti mulher. Eu não sabia o que era, não sabia que era homem trans, mas sabia que não era mulher*” (Caderno de Campo, ENAHT, São Paulo, 21 de Janeiro de 2015).

A categoria transhomem ganhou visibilidade a partir do blog *Sou transhomem e daí*⁹⁰, da pesquisadora Simone Ávila, e posteriormente pela adoção e divulgação pelo escritor e ativista João W. Nery. Ávila foi uma das primeiras pesquisadoras a se dedicar às transmasculinidades no Brasil e sua tese de doutorado foi a primeira defendida sobre o assunto. O blog foi criado como parte de sua pesquisa de doutorado, para entrar em campo e criar uma forma de interação com as pessoas que desejava pesquisar. Conforme conta em sua tese, a escolha do termo se deu por influência de outro blog chamado *Transhomem Brasil*, pelo contato com esse blog, acreditava que transhomem era a categoria mais usual⁹¹. Rapidamente,

89 O site FTM Brasil não se encontra mais no ar. Outros sites com o mesmo nome surgiram, mas não possuem a mesma influência do site anterior.

90 O site ainda encontrava-se no ar no momento de finalização da pesquisa. Disponível em: <<https://soutranshomemedai.webnode.com/>> Acesso em: 27.05.2018

91 No posfácio ao livro *Viagem Solitária*, de João W. Nery, Simone Ávila apresenta outras razões para a escolha desse termo, são elas: “a) porque me agrada a tradução literal do francês “*transhomme*” e do inglês “*transman*”; b) porque dessa forma “trans-homem” se torna um substantivo, que é a palavra com que se denomina, e não se “qualifica”, um ser ou um objeto, como é o caso do adjetivo. Ao usarmos “masculino” ou “feminino” após transexual (transexual masculino, transexual feminino) ou transexual após homem ou mulher (homem transexual, mulher transexual) estamos qualificando o sujeito; c) porque em uma lógica “polissexual”, parece-me adequado fugir dos binarismos já conhecidos, como, por exemplo, homem/mulher, masculino/feminino (ÁVILA, SIMONE, 2011, p. 329).” Esse posfácio foi escrito em 2011, quatro anos antes da defesa da sua tese e permite perceber como a autora alterou sua posição em relação ao termo após o contato mais próximo com ativistas do movimento social, alguns dos quais, inclusive, criticaram a adoção da categoria transhomem pela pesquisadora.

a pesquisadora se deu conta que esse não era um termo nativo e que as pessoas com quem interagira mais frequentemente utilizavam os termos FTM ou transexual masculino (ÁVILA, SIMONE, 2015, p. 34). Por pressão de ativistas da ABHT e do IBRAT, João W. Nery não defende mais a adoção da categoria transhomem, mas continuou utilizando-a em suas falas públicas.

No I ENAHT, as categorias FTM, transhomem, transexual feminino e até mesmo homem transexual já pareciam não estar mais em disputa. Havia um relativo consenso favorável a adoção da categoria homens trans como a identidade política do IBRAT, mas essa adoção era tensionada por um grupo de jovens ativistas que se identificavam no espectro da masculinidade sem se contemplar com a categoria homem trans. Essas pessoas se tornaram bastante próximas durante o encontro e desde o início se agruparam. Sentavam-se juntos no auditório, almoçavam juntos e se posicionavam conjuntamente. Eram aproximadamente 20 jovens, majoritariamente brancos e de grandes cidades⁹². Esses jovens demonstravam estar bastante influenciados por algumas correntes do feminismo – em especial o transfeminismo – e viam a categoria homem e os valores tradicionalmente atribuídos a essa como algo negativo. Além disso, tinham uma percepção distinta da natureza do gênero, percebendo-o como mais fluido do que aqueles que se identificavam como homens trans.

Durante quase todo o encontro ocorreram pequenos conflitos relacionados a forma como essas pessoas se identificavam, como construía seus corpos, se apresentavam e reivindicavam ser tratados. Muitas das vezes eram recebidos com comentários jocosos, que partiam principalmente de pessoas mais velhas que se identificavam como homens trans. Para essas pessoas, a masculinidade e muitos dos atributos tradicionalmente ligados a ela eram valorizados, ao ponto que um dos mais velhos homens trans ter afirmado publicamente no microfone que não entende homem trans que fica com outros homens, para ele essa pessoa não seria homem trans. O desejo por uma mulher seria parte integrante da masculinidade, operando assim, a tradicional associação entre masculinidade e heterossexualidade. Essas reações jocosas e negativas levaram a realização de um repúdio ao machismo de alguns ativistas mais velhos.

O conflito se agravou ao final do evento, momento em que era preciso decidir sobre

92 Eu ainda levantaria a hipótese de que essas pessoas tinham, em sua maioria, algum grau de apoio familiar e acesso à educação. Todavia, não tenho informações suficientes para afirmar isso com segurança.

quais categorias adotar, bem como sobre a estrutura organizacional da Instituição. Essas pessoas reivindicavam a inclusão das não-binariedades como categoria representada pelo IBRAT e a criação de um Núcleo Temático para pessoas não-binárias. No calor da discussão e tentando explicar da forma mais simples que conseguia, um dos ativistas mais jovens do grupo de pessoas não-binárias foi até a frente do palco com um controle remoto em suas mãos: “*Está vendo esse controle aqui? Ele é para representar as transmasculinidades. Tem vários botões nesse controle, um deles é o homem trans. Quando a gente define só homem trans, a gente está ignorando todos os outros botões.*” (Diário de Campo, I ENAHT, São Paulo, 23 de Fevereiro de 2015). Sua fala foi recebida com palmas do auditório, mas não pacificou o debate. Algumas das pessoas que se identificavam como homens trans responderam algumas das críticas, dentre elas a de que teriam o privilégio da *passabilidade trans*⁹³ relatando experiências de violências e até mesmo de estupro.

O debate se encerrou apenas quando Luciano Palhano, coordenador geral do IBRAT, pegou o microfone e disse que pessoalmente também se identificava como um homem trans não-binário, mas que politicamente adotava apenas a categoria homem trans. Sua proposta, que foi aceita pelo coletivo, foi de que o IBRAT representaria homens trans e *transmasculinos*, mas que a categoria homem trans fosse utilizada politicamente prioritariamente. Em relação a criação de um Núcleo Temático para pessoas Não-Binárias, decidiu-se que não seria criado. A principal crítica de quem se opunha a criação era de que as pessoas não-binárias não possuíam demandas claras ou específicas, diferentes das dos homens trans binários. A recomendação foi que essas pessoas se organizassem, por dentro do IBRAT, amadurecessem suas demandas e no próximo ENAHT propusessem, mais uma vez, a criação do Núcleo. A aceitação dessa decisão foi facilitada por uma aliança que Luciano Palhano construiu com um dos ativistas não-binários do IBRAT paulista, mesmo assim não gerou consenso e essa decisão rendeu conflitos por tempos após o ENAHT.

Entre o final de 2015 e 2016, Luciano Palhano foi progressivamente se afastando do IBRAT, passando a coordenação-geral para Lam Mattos, ativista inicialmente sediado em Brasília, mas que se mudou para São Paulo ao assumir este cargo. Simultaneamente ao

93 Passabilidade é um termo utilizado frequentemente para indicar que alguém não é percebido socialmente no cotidiano como sendo trans. No discurso dessas pessoas isso evitaria algumas discriminações. Para uma análise da passabilidade ver Tiago Duque (2017).

afastamento do IBRAT, Luciano se afastou das redes sociais, reingressou na universidade e iniciou um processo de muito pessoal de ressignificação, influenciado por teorias decoloniais e o feminismo negro, das formas como compreende os gêneros, inclusive o seu próprio, deixando assim de se reivindicar como homem, mas não rejeitando os tratamentos masculinos, nem femininos. Foi um processo discreto, mas que afetou grandemente o IBRAT e os homens trans organizados do Brasil, que viam Lu como um exemplo. Essas mudanças no IBRAT coincidiram com um contexto de crise e protestos pelo país em função do processo de impeachment de Dilma. A somatória desses elementos fragilizou o IBRAT e fez com que 2016 e 2017 fossem anos de refluxo para essa organização. Isso foi notado durante o ENTLAIDS de 2017, em Teresina. A ausência do IBRAT e dos homens trans foi um assunto muito comentado, os únicos homens trans presentes neste evento eram as lideranças locais, que não ocupavam cargos de destaque dentro do IBRAT e não tiveram destaque durante o evento. Essa situação se contrasta com o ENTLAIDS anterior, realizado ainda durante a gestão de Lu, em março de 2016, em que os homens trans tiveram grande destaque.

4. A POLÍTICA DOS NÚMEROS: DADOS PRECÁRIOS, RELATÓRIOS CONTRA-PÚBLICOS

Um dos eixos centrais dos estudos sobre movimentos sociais é a análise das formas como os movimentos agem. Desde o início desses estudos, os protestos têm chamado a atenção de pesquisadores como Anthony Oberschall (1973), Charles Tilly (1978), Neil Smelser (1962) e tantos outros mais recentemente. Não é sem razão. Mobilizações de massa, como as de Junho de 2013 no Brasil, são fascinantes. É incrível como os movimentos sociais conseguem mobilizar grupos enormes de pessoas desconhecidas entre si, e que provavelmente pouco têm em comum, para manifestar publicamente uma demanda, muitas vezes em condições adversas e até sob o risco de repressão violenta. Há nos discursos da mídia, dos movimentos sociais e até mesmo de alguns estudiosos uma curiosa relação entre essa demonstração pública de números (de manifestantes) com a lógica democrática. Como se a força e a legitimidade de uma demanda estivesse diretamente relacionada com a quantidade de pessoas: quanto maior o número de pessoas nas ruas, mais forte e mais legítima seria a demanda. Tal relação fica clara em slogans como *We Are The 99%* e *O Gigante Acordou*, utilizados nos eventos ocorridos nos *Occupy* norte-americanos e nas *Jornadas de Junho*, respectivamente.

Os protestos são parte fundamental dos movimentos sociais, mas tendem a ser apenas a face mais visível e marcante desses. O movimento LGBT, por exemplo, é sempre lembrado pelas paradas que colocam milhares de pessoas LGBT nas ruas todos os anos. Apesar do crescente interesse acadêmico em protestos (ABERS; VON BÜLOW, 2010; SILVA, MARCELO KUNRATH, 2010), essa não é a forma mais rotineira de ação para a maioria das organizações de movimentos sociais, ainda mais nos países que, como o Brasil, desenvolveram uma ampla gama de mecanismos institucionais de participação e deliberação para canalizar as demandas por vias não contenciosas. Paralelo aos protestos ocorre uma série de reuniões e atividades de preparação e avaliação, negociações com o Estado e diversas outras atividades. E, como veremos, protestos são apenas uma das formas dos movimentos sociais de demonstrar números.

Nos capítulos anteriores, analisei a relação entre o movimento de pessoas trans e a

produção de conhecimento focando, primeiro, numa genealogia do dispositivo trans e o papel que as pessoas trans tiveram nessa produção e, segundo, nas formas como a produção de conhecimento acadêmico sobre essas pessoas, as categorias identitárias utilizadas pelo movimento social e as políticas públicas se alimentam mutuamente numa espécie de coprodução. Demonstrei, no primeiro e segundo capítulos, que um montante enorme de conhecimento foi produzido no Brasil e no mundo sobre pessoas trans entre as décadas de 1970 e 2000. Entretanto, como veremos, o movimento de pessoas trans avalia que até o presente momento pouco ou quase nada foi produzido de dados estatísticos sobre essas pessoas. Esse coletivo de pessoas não se transformou em uma população no sentido demográfico: não é sabido exatamente quantas pessoas trans existem no país ou qual seria o seu perfil socioeconômico em âmbito nacional, por exemplo. Até mesmo dados relacionados à saúde que supomos existir, como a prevalência para o HIV na população de pessoas trans, são precários ou inexistentes. Parece contraintuitivo que o movimento de pessoas trans esteja diretamente envolvido com as políticas nacionais de HIV e AIDS desde o seu início, mas que apenas nos últimos anos apareçam iniciativas para se produzir dados epidemiológicos de forma desagregada de outras categorias identitárias. Essa ausência, escassez ou inadequação dos dados, diagnosticada pelo movimento social, configura, assim, múltiplas formas do que ao longo da tese tenho chamado de *conhecimento precário* sobre as pessoas trans.

Nesse capítulo, descrevo como, a partir da terceira onda do movimento trans, a produção de dados quantitativos sobre essas pessoas emergiu como uma das principais formas de pressão junto ao Estado e de influência na opinião pública, isto é, como uma forma de produção de um conhecimento contra-público. Duas perguntas relacionadas atravessam o presente capítulo: como essa forma de representação social quantitativa, que são os dados estatísticos, se constitui como um mediador, ou uma língua franca, da relação entre movimento social, a sociedade de forma mais ampla e Estado? Quais são os efeitos da adoção, pelos movimentos sociais, dessa forma de representar os diversos aspectos das vidas e mortes de pessoas trans por meio de uma agregação estatística?

4.1 “A academia não serve para nada”: políticas públicas, precariedade do conhecimento e cidadania tecnocientífica

Na manhã do dia 06 de Julho de 2017, uma quinta-feira, estive em Brasília acompanhando o encontro nacional do FONATRANS (Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros). Era o último dia do encontro que ocorria no auditório da Secretaria de Direitos Humanos, localizado no oitavo andar de um prédio comercial que abriga empresas e alguns órgãos governamentais. A última mesa do encontro, a segunda daquela manhã, teve como tema *Doenças que atingem a população negra, como prevenir e tratar*, contando com uma fala de Valentim Felix (Homem Trans, IBRAT e FONATRANS), de Marcos Peixinho, representante do *Departamento de Apoio à Gestão Participativa e Controle Social*, do Ministério da Saúde (DAGEP/MS) e outras pessoas. Marcos falou após Valentim e iniciou sua fala se apresentando, deixando claro que não ocupava um cargo político no Departamento, mas de gestão de carreira e que seu interesse era facilitar a negociação com os gestores municipais e estaduais.

Marcos Peixinho: Eu sou servidor de carreira, eu sou do cargo de administração. Eu entrei para fazer gestão mesmo, sair um pouco dessa do campo lá das (XXX) e entrar um pouco na gestão. Porque o que a gente percebeu? Infelizmente quando você vai nos estados, quando você vai nos municípios, geralmente o secretário de saúde, os secretários municipais, eles são o que? Geralmente com formação na área de saúde, médicos e enfermeiros. Então como é que você vai sensibilizar? Porque a pergunta é essa, como é que você vai sensibilizar médicos e enfermeiros sobre a saúde da população negra, fazendo um recorte tanto da população trans quanto da população de travestis, como da população de situação de rua sem ter dados? Porque quando você vai falar com o secretário de saúde ou você vai falar com os profissionais de saúde eles sempre questionam esses dados [...] (Diário de Campo, II FONATRANS, Brasília, 06 de Julho de 2017).

Em sua fala, o servidor apresentou os sistemas de informações do DAGEP e o trabalho de sensibilização feito com os serviços de saúde para o preenchimento do *quesito raça-cor* e do nome social: *“a gente conseguiu sensibilizar isso, a gente consegue fazer esse link, essa transversalidade. De que? Saber quem que são essas pessoas negras que estão sendo atendidas no SUS. E dessas pessoas, com a questão do nome social a gente consegue fazer a*

transversalidade do que? Das pessoas trans e travestis” (Diário de Campo, II FONATRANS, Brasília, 03 de Julho de 2017).

Pouco após Marcos Peixinho terminar sua fala e passar para a assistente social Maria Cândida Queiroz que falaria sobre doença falciforme, a ativista Chopelly Santos, que desde 2016 ocupa o cargo de vice-presidenta da Articulação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), me chamou num canto da sala e disse que poderia me dar uma entrevista naquele momento. Eu já vinha tentando entrevistar Chopelly há algum tempo, todavia sem sucesso. Dessa vez, Chopelly aceitou, mas disse que teria que ser uma entrevista rápida, “*quinze minutinhos, ok?*”. Subimos um andar e fomos conversar na sala do Conselho Nacional LGBT. Numa fala que dialogou diretamente com a palestra que tinha acabado de acontecer, Chopelly me afirmou sem rodeios que não costuma dar entrevistas para pesquisadores. A ativista reconhece a importância da academia, mas opera uma separação tensa entre movimento social e academia:

Chopelly: As pessoas precisam estudar, a academia precisa estudar. Eu não vou muito a academia não, eu acho que a academia é muito cruel com o movimento social. Ela desconhece muito a luta do movimento e desmerece muito a luta do movimento. [...] A gente sempre é objeto de estudo da academia e a academia não traz retorno positivo, é sempre contra o que o movimento quer, não entende o que o movimento quer. Eu não gosto de academia [...] e a academia é muito técnica, ela não liga para políticas públicas, ela liga para estudo, para conteúdo e muitos desses estudos e conteúdos não acabam nem contando a memória, não serve de memória, serve de alguma coisa, de mestrado, de não sei o que, de pesquisa [...] Até acho importante, mas acho que a faculdade, pelo tanto que nós já contribuimos para os doutores e mestrados, mestres e doutores do Brasil eu acho que academia tem a obrigação de se juntar e criar um memorial para contar o acervo do movimento de travestis e transexuais. [...] Se você viu a palestra de hoje, o rapaz acabou de dizer que não tem dados, cadê os dados da academia? [...] [A academia] Não serve para nada. Não contribui. Não contribui. Se contribuísse, o governo não continuava pedindo dados, meu amor. O governo pede ao movimento dados, por que não usa os dados da academia? Porque nem eles consideram os dados da academia (SANTOS, CHOPELLY DOS, 2017).

As falas de Marcos Peixinho e de Chopelly Santos revelam algumas das relações tensas existentes entre Estado, movimentos sociais e o conhecimento sobre as pessoas trans. A demanda de gestores por dados quantitativos sobre determinada população não é banal, nem mesmo uma necessidade natural das disputas políticas institucionais, mas é fruto de uma

racionalidade política historicamente situada, no sentido de Foucault (2008b, a) e Wendy Brown (2015). Sarah Igo (2006) afirma que, antes da década de 1940, os Estados Unidos possuíam estatísticas precárias. Durante a Grande Depressão da década de 1930 não havia dados estatísticos oficiais, produzidos pelo governo, sobre o desemprego e o Chefe da Agência Federal de Ajuda Emergencial (*Federal Emergency Relief Administration*) teria declarado publicamente que ainda “*não tinha tentado obter esses números*” (IGO, 2006, p. 2 - tradução livre), demonstrando como esse encaixe entre política estatal e estatística ainda não havia alcançado os níveis contemporâneos.

Apesar do discurso comum de que ciência e política não se misturam, que são esferas independentes, no projeto moderno o conhecimento científico e os dados estatísticos possuem o papel fundamental de: por um lado, fornecer uma retórica política secular que se contraponha aos discursos transcendentais de autoridade; e ao mesmo tempo, fornecer mecanismos para os Estados efetivamente conhecerem e manejarem mais facilmente aquelas pessoas que vivem dentro de seus amplos territórios, ou seja, a sua *população* (EZRAHI, 2001; FOUCAULT, 2008b).

A relação entre dados quantitativos e política não é nova, a emergência dos modernos Estado-Nação é inseparável do aprimoramento e a generalização do uso da estatística, a ciência do Estado por excelência. Sem o desenvolvimento dessa ciência, o Estado Moderno ficaria capenga, sem as ferramentas necessárias para o exercício do poder burocrático, racional e despersonalizado que a gestão de um grande território, com uma população crescente exige, assim, não seria possível o desenvolvimento da racionalidade política burocrática da contemporaneidade.

Essa relação se adensa ao longo do tempo e a partir do século XIX se iniciou um processo mais amplo de quantificação do mundo, com a proliferação dos censos e outras formas de informações sociais, também cresceu exponencialmente o número de perguntas realizadas nesses questionários⁹⁴; com o domínio dos números como forma de mensurar fatos *positivos*; e, por fim, com a divulgação massiva de *surveys* e dados sociais nas mídias (HACKING, 1991, p. 185–186; IGO, 2007). Esse processo não se restringe a esfera do Estado e

94 O censo americano surgiu oficialmente em 1780 e continha inicialmente apenas 4 perguntas, que serviam para delimitar as fronteiras dos distritos eleitorais. Esse número subiu para 156 em 1870 (HACKING, 1991, p. 183).

cria também novos tipos de sujeitos e de sociedade, influenciados por essas novas formas de conhecer e de representar o mundo. Sarah Igo (2007) argumenta que entre as décadas de 1930 e 1950 houve o surgimento do que chama de o *cidadão estatístico*. Nesse período, nos Estados Unidos, ocorreu a produção de uma série de pesquisas quantitativas pioneiras, como as pesquisas de opinião de George Gallup e os estudos sobre o comportamento sexual de Alfred Kinsey, que buscaram representar o que chamaram de *americano médio*. Tais pesquisas conquistaram a atenção do público em geral, foram altamente divulgadas e discutidas na sociedade norte-americana e, até mesmo, em outros países. Assim, acabaram por ter um efeito performativo e ao anunciar o americano médio, o criaram através do efeito normalizador dos estudos que publicaram. Um das perguntas que Alfred Kinsey mais recebia de seus leitores era: *eu sou normal?* (IGO, 2007, p. 257). Frente a essa representação do americano médio, as pessoas se comparavam e modularam seus comportamentos a partir dessa normalidade estatística. Pouco a pouco a participação nesse tipo de pesquisa, a coleta sistemática de dados sobre todos os aspectos da nossa vida, os usos desses dados para a formulação e avaliação de políticas públicas, assim como a divulgação midiática desses resultados foi se tornando mais comum e influente, modulando a forma como o Estado, a sociedade e os indivíduos se organizavam e se percebiam.

Esse processo pode não ser homogêneo por todo o mundo, nem por todos os ramos da política, mas é inegável, que cada vez se torna mais comum o convite de *experts* para opinar sobre temas políticos; a busca da forma de gestão pública *eficiente*, sempre baseada em dados estatísticos, relatórios epidemiológicos, em avaliações sustentadas em indicadores de alta complexidade que mensuram cada impacto das ações, configurando o que alguns chamam de tecnocracia (BUCCHI, 2009) ou ainda de tecnociência da disciplina (CASTELFRANCHI, 2008). Essa racionalidade tecnocrática produz, em contrapartida, um tipo de *cidadania tecnocientífica* (CASTELFRANCHI, 2016) que exige que os cidadãos também falem a língua dos dados e da ciência. Quando um movimento social busca qualquer gestor público, uma das primeiras demandas do gestor é: *cadê os dados?* Como se o conhecimento científico e estatístico pudessem, de alguma forma, purificar a política de sua sujeira. As decisões do Estado, principalmente sobre políticas públicas, tendem a ganhar uma aparência *técnica*, os dados estatísticos se tornaram afinal a língua franca da política para justificar a melhor decisão

(BROWN, WENDY, 2015, p. 115–150; BUCCHI, 2009; CASTELFRANCHI, 2008; FISCHER, FRANK, 2009). Marcos Peixinho nos passa bem essa avaliação ao insistir em (i) se identificar como gestor de carreira e (ii) centrar sua fala na produção de dados específicos como a melhor estratégia para convencer os gestores.

Os movimentos sociais também estão imersos nesse caldo e participam das disputas nos campos da política e do conhecimento. A influência da ciência no Estado, nos processos de formação das políticas públicas, na opinião pública e na sociedade de forma geral já são razões suficientes para que os movimentos sociais busquem se aliar a cientistas, produzir e divulgar conhecimentos. Essa estratégia se torna ainda mais relevante se abandonarmos a ideia de neutralidade da ciência e começarmos a reconhecer, como fez Foucault (2008b, 2009, 2010) e tantos outros na literatura de STS, que há uma íntima relação entre saber e poder, isto é, que tanto o conhecimento científico, quanto os objetos tecnológicos possuem qualidades políticas constitutivas, que nem sempre são democráticas. Tal reconhecimento, como mostra Yaron Ezrahi (1990), erode a crença de que a ciência serviria como uma forma apolítica de controle externo da política, limitando suas arbitrariedades. Eu ainda complementaria esses autores afirmando que isso fornece uma camada extra de sentido que pressiona os movimentos sociais a atuarem para democratizar a ciência ou para utilizar a produção de conhecimento como uma ferramenta política, em outras palavras: a produção de conhecimento passa a ser reconhecida como mais uma arena da política para os movimentos sociais.

Chopelly me diz que o conhecimento produzido pela academia “*não serve para nada, nem como registro de memória*”, mas na mesma fala insiste que as pessoas precisam estudar, a academia precisa estudar, e pouco depois das críticas severas menciona uma iniciativa de parceria, avaliada positivamente, entre Gilson Goular Carrijo com a ANTRA para a produção do documentário *Um Atentado Violento ao Pudor* (2017) sobre a história da organização e da vida de Keila Simpson, atual presidenta da ONG e uma ativista travesti histórica. Ao dizer que a academia não serve para nada, Chopelly está, paradoxalmente, reconhecendo que a produção de conhecimento importa e é valorizada, mas não toda produção de conhecimento importaria da mesma forma. Em sua crítica, me parecem existir, pelo menos, quatro formas de precariedade do conhecimento produzido sobre pessoas trans: (i) a falta de utilidade prática do conhecimento produzido na universidade; (ii) a relação pouco democrática e assimétrica entre

pesquisadores e sujeitos de pesquisa; (iii) a falta de legitimidade do conhecimento produzido pela universidade e pelos movimentos sociais perante o Estado; e (iv) a inexistência de dados oficiais sobre a vida de pessoas trans.

Ciente dessas distintas formas de precariedade do conhecimento, o movimento tem buscado diversas maneiras para alterar a realidade por meio da produção de *conhecimentos contra-públicos*. Há uma profusão de iniciativas de produção de dados quantitativos sobre pessoas trans, seja por produção autônoma por organizações de ativistas ou em alguma forma de parceria entre ativistas e universidades, governos ou outras instituições. Das iniciativas autônomas, é possível destacar os mapeamentos de assassinatos de pessoas trans no Brasil, atualmente produzidos por diversas instituições; e a tentativa de produção de Censos trans, tanto pelo IBRAT (SEGER, 2017) quanto pela Rede Trans Brasil (AQUINO, 2017), que buscam produzir virtualmente dados sociodemográficos sobre essa população por meio de formulários *online* disponibilizados em suas redes da internet. Nas parcerias, encontram-se pesquisas como o *Projeto Trans* (NUH, 2016), do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (NUH) da Universidade Federal de Minas Gerais, que produziu um perfil sociodemográfico das travestis e transexuais que se prostituem em Belo Horizonte; o *Projeto Muriel*⁹⁵ da Universidade de São Paulo, sobre acesso à saúde pela população trans naquele estado; e o *Projeto DIVAS*⁹⁶ do Ministério da Saúde, que é a primeira iniciativa de coletar dados sobre prevalência de HIV especificamente em mulheres transexuais e travestis em âmbito nacional. De todas as iniciativas, as que mais apareceram ao longo da minha pesquisa de campo, nas entrevistas que realizei, nos debates na sociedade e no diálogo com gestores foram os relatórios de assassinatos. A importância dessa produção é percebida pelo seu rápido efeito de difusão. Depois que a primeira organização iniciou seu mapeamento, em pouco tempo, outras organizações buscaram fazer seu próprio, em uma disputa clara pela legitimidade de representar as pessoas trans do Brasil perante a sociedade e a política institucional por meio

95 Os resultados da pesquisa se encontram disponíveis publicamente no site, não encontrei um relatório técnico e ainda não foram publicados artigos que sintetizem os resultados do projeto. Mais informações em: <<https://www.nudhes.com/equipe-muriel>> Acesso em: 03.04.2018

96 Os resultados da pesquisa DIVAS ainda não se encontram publicados, todavia algumas apresentações públicas e discussões com especialistas e ativistas já aconteceram. Durante minha pesquisa de campo pude acompanhar algumas dessas apresentações, durante o *Encontro Sul Trans*, em março de 2017, na cidade de Rio Grande (RS) e no XXII ENTLAIDS, em dezembro de 2017, na cidade de Teresina (PI). Mais informações no site da pesquisa: <<http://www.pesquisadivas.com.br/apresentacao.html>> Acesso em: 03.04.2018

da produção de conhecimento sobre as mortes. Dessa maneira, no restante do capítulo, foco a minha análise na produção dos relatórios de assassinatos de pessoas trans.

4.2 “A gente quer parar de morrer nas esquinas”: a contagem das mortes de travestis e transexuais

A Rede Trans Brasil surgiu em 2009 como uma divergência com a ANTRA, liderada inicialmente por Liza Minelli, ativista de Curitiba e considerada uma das fundadoras do movimento trans no Brasil⁹⁷. Apesar do burburinho que causou em seu início, essa se desmobilizou e quase desapareceu entre 2011 e 2013, como pode ser percebido pela ausência da Rede nos trabalhos, como o de Carvalho (2015), que acompanharam os principais espaços nacionais de controle social e do movimento.

O renascimento da Rede acontece em 2014, com a eleição da nova diretoria. Dentre os projetos da atual gestão está a realização de workshops regionais anuais, com o objetivo de reunir as pessoas filiadas à rede naquela região, agregar novos integrantes, fornecer uma espécie de formação e reunir propostas para seu encontro anual, algo similar ao que é feito pela ANTRA com os Encontros Regionais e o ENTLAIDS. Acompanhei o *II Workshop Regional da Rede Trans Brasil - Etapa Sudeste*, que aconteceu no Hotel Carlton Plaza, em Uberlândia, durante os dias 21, 22, 23 e 24 de outubro de 2016.

No segundo dia de encontro Tathiane Araújo, presidenta da Rede, fez uma fala que com um balanço da atuação da rede e da situação dos direitos e políticas públicas para pessoas trans no Brasil. O seu diagnóstico é de uma dupla insatisfação. Primeiro, em relação à ação do Estado, que é negligente com as pessoas trans e não produz políticas públicas para essa população; segundo, com a atuação das outras redes nacionais do movimento, que serviram

97 Existem disputas internas sobre a história e os pioneirismos do movimento trans. A ANTRA reivindica que Jovanna Cardoso (Baby) é a fundadora do movimento e Carvalho e Carrara (2013) apoiam essa tese. A Rede Trans, no entanto, reivindica uma versão um pouco distinta da história a qual coloca Liza como pioneira no ativismo e Jovanna na fundação e registro de uma associação de travestis. “Tathiane Araújo: As duas começaram e cada uma teve o que fez primeiro, né? Ontem eu citei aqui que a primeira entidade do Brasil registrada realmente era a ASTRAL, no Rio de Janeiro, que a Jovanna foi a primeira presidenta [...] e a primeira representante de travesti em um espaço de discussão foi Liza, então a gente vai ter primeiras e primeiras que criaram o protagonismo” (Diário de Campo, *II Workshop Regional da Rede Trans Brasil - Etapa Sudeste*, Uberlândia, 22 de Outubro de 2016).

para organizar as pessoas, levantar as demandas e efetivamente comparecem a espaços de visibilidade e controle social, mas não executam o diálogo com a política institucional da maneira mais efetiva possível para se conquistar de fato mudanças.

O conhecimento precário sobre a vida das pessoas trans, isto é, a inexistência de dados específicos sobre a evasão escolar, sobre os assassinatos das pessoas trans e vários outros aspectos da vida dessas pessoas é percebido como parte do motivo dessa situação insatisfatória no que se refere às políticas públicas. Tathiane Araújo, em sua fala, descreveu sua participação na Câmara Técnica de Segurança Pública do Conselho Nacional LGBT, representando a rede que participa. Uma das principais funções dessa câmara é monitorar as políticas de enfrentamento e os dados de violência LGBT do Brasil, dentre essas políticas que produzem dados está o Disque 100, um telefone do governo federal para receber e encaminhar denúncias de violações de Direitos Humanos. Segundo Tathiane, até a entrada da Rede Trans na Câmara Técnica, as mulheres transexuais e travestis eram catalogadas como sendo do gênero masculino, seja porque confiavam nas catalogações do Grupo Gay da Bahia (GGB) ou porque não investigavam adequadamente.

Tathiane Araújo: Nunca olharam os dados do Disque 100. NUNCA. Prejudicaram a população de travestis e transexuais por um bom tempo, porque lá no dado do Disque 100 até a Rede Trans identificar (XXX) matavam uma travesti, o Luiz Mott botava lá “morreu um rapaz de dezoito anos, na beira da pista, no município de Carpina, Pernambuco, lalala, dois tiros, o corpo foi encontrado...” Depois que falou a desgraça toda, lá no final, diz: “estava com indumentárias femininas e tinha o codinome de Gretchen”. Aí você ia olhar a foto do rapaz lá, o rapaz lá os quadril largo, entendeu? O peito na bandeja, cabelo... E tava lá dessa forma. [...] Só que aí tava lá no masculino, todos os casos de travestis e transexuais estavam contabilizados no Disque 100 até setembro desse ano, até maio, desculpe, deste ano, no gênero masculino. Sabe o que significa isso Flávio? Você é gestor do Distrito Federal, você ocupa uma pasta de gerência da diversidade, aí o gestor, você chega lá e diz “olha aqui a violência, secretário de segurança pública do distrito federal”. - “É né? Tudo do gênero masculino, precisamos fazer política”. - “Quem é desse gênero masculino?” - “Não, elas reivindicam que elas são do gênero feminino, quem tá morrendo mais é aqui oh, é do gênero masculino”. Quem é do gênero masculino? Os homens gays, os homens trans, os homens bissexuais. Só que nem os homens trans entra lá, porque aí já tem o primeiro erro, já fodem com a vida da gente (Diário de Campo, *II Workshop Regional da Rede Trans Brasil - Etapa Sudeste*, Uberlândia, 22 de Outubro de 2016).

Desde 2016, a Rede Trans Brasil vem produzindo autonomamente um relatório de

assassinatos de pessoas trans e outras violações de Direitos Humanos. Esse projeto é coordenado por Sayonara Nogueira, travesti e professora de geografia, e seu marido Euclides, homem cis. A metodologia é similar ao relatório já mencionado do GGB, “*eu trabalhava como se você fosse fazer um artigo acadêmico: cruzamento de dados. Sabe quando você joga palavras-chaves nas bases de dados e aí você encontra ‘tantos artigos mencionaram isso’? Então, eu trabalhava assim*” (NOGUEIRA, SAYONARA, 2018). A Rede Trans faz questão de deixar claro que após a coleta das notícias na internet, investiga cada uma para ter certeza que se trata de uma pessoa trans, observa as fotos, busca menções de que a pessoa possuía apelido ou alcunha e em casos de dúvidas aciona ativistas da região, a delegacia responsável pela investigação e até mesmo o Instituto de Medicina Legal local. No relatório do levantamento, exemplificam esse problema de fidelidade das fontes e questionam a forma como algumas reportagens representam e classificam as pessoas assassinadas:

A matéria abaixo demonstra o assassinato de uma travesti ocorrido no município de Luís Eduardo Magalhães, na Bahia, e desrespeitada conforme seu gênero, e assim pergunta-se: Qual critério que a imprensa utiliza para definir se a pessoa é transexual ou travesti? [Fotos suprimidas] Já a vítima acima foi notificada como homossexual tanto pela imprensa quanto por outras organizações que fazem o mapeamento de assassinatos no país. E ao analisar a foto da pessoa acima, encontrada morta dentro de um cemitério e morta a pedradas, percebemos seu gênero feminino pelas próprias roupas que usava na hora da morte (NOGUEIRA, SAYONARA; AQUINO; CABRAL, 2017, p. 53–55).

Uma vez que o trabalho foi divulgado, várias denúncias começaram a chegar diretamente a Sayonara, o que nem sempre facilitava o trabalho. Como a ativista relatou em entrevista: “*mandavam muitas informações por whatsapp e muitas vezes eram erradas. Assassinatos que aconteceram dez anos atrás... Então, eu tinha que averiguar todos esses dados*” (NOGUEIRA, SAYONARA, 2018).

Ao observar o relatório elaborado, percebe-se que o modo de produção e de apresentação dos relatórios busca ao máximo passar ao leitor a impressão de um texto acadêmico: os dados são apresentados por meio de longas tabelas; o Dossiê de 2016 vem acompanhado de artigos, escritos por integrantes da Rede Trans Brasil, que abordam temas considerados importantes ao movimento; e Sayonara tem o cuidado de buscar referenciar suas

afirmações, “*you will see there that you have four, five pages of reference. I don't invent data*” (NOGUEIRA, SAYONARA, 2018). Se, como mostra Thomas Gieryn (1983, 1995), as fronteiras da ciência não são tão claras e óbvias e por isso demandam um trabalho constante para serem estabelecidas e mantidas, ao insistir em utilizar uma linguagem científica, em apresentar seu trabalho “*como um artigo acadêmico*”, seguindo uma metodologia sistemática e apresentando fundamentação em dados empíricos e referências bibliográficas, a Rede Trans Brasil entra nessa disputa das fronteiras em busca da autoridade epistêmica concedida pelo *selo* da ciência. Talvez a maior promessa da ciência seja que, caso os procedimentos científicos comuns sejam seguidos, o conhecimento produzido será o mais próximo possível de uma suposta verdade, dadas as diversas condições que influenciam essa produção (NOWOTNY; SCOTT; GIBBONS, 2008, p. 166–178; ZIMAN, 2002). Mesmo com o processo recente em que a sociedade cada vez mais desconfia da ciência e de cientistas, dizer que algo é científico ainda possui um forte valor (BUCCHI, 2009; NOWOTNY; SCOTT; GIBBONS, 2008). É essa confiança, essa autoridade epistêmica que Sayanora busca agregar no relatório da Rede Trans, como ela mesma afirma: “*eu não invento dados*”.

Figura 07 – Sumário Dossiê 2016

SUMÁRIO	
LISTA DE SIGLAS	2
SUMÁRIO	3
1. INTRODUÇÃO.....	4
2. APRESENTAÇÃO DO SITE.....	6
3. ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO.....	12
3.1. TRAVESTIS, TRANSEXUAIS, HOMENS TRANS E TRANSGÊNEROS.....	12
3.2. O USO DO X PARA DESCREVER AS VARIAÇÕES DE GÊNERO.....	15
4. HISTÓRIAS DE SILENCIAMENTO	18
4.1. TRAVESTIS NA DITADURA MILITAR.....	18
4.2. DA NEGAÇÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO NA IMPRENSA BRASILEIRA.....	22
5. TRAVESTIS NO LIMBO	29
5.1. A INCIDÊNCIA DO SUICÍDIO NA POPULAÇÃO TRANS.....	29
5.2. OS CASOS DE SILICONE INDUSTRIAL.....	32
5.3. VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS.....	37
5.4. AS TENTATIVAS DE HOMICÍDIO	41
6. BRASIL: O PAÍS QUE MAIS MATA PESSOAS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO MUNDO..	47
6.1. A CARTOGRAFIA DOS CORPOS DAS PESSOAS TRANS.....	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	69

Fonte: (NOGUEIRA, SAYONARA; AQUINO; CABRAL, 2017)

Como plano de fundo da fala de Tathiane Araújo, no encontro observado, está uma disputa entre redes e organizações e esse fato é reforçado pela presença de lideranças da ANTRA na sala do workshop organizado pela Rede Trans. Essas lideranças tossiam alto, faziam comentários ou riam de forma que sua presença e sua reprovação à Rede não passariam sem ser notadas. O que me interessa, nesse conflito, é que a produção de dados específicos sobre pessoas trans serve, na avaliação da Rede Trans Brasil, para destacá-la de outras organizações do campo do movimento social. Por um lado, se diferencia do GGB, que produz dados considerados pouco criteriosos e focados em gays, como citado no trecho anterior. Essa diferenciação reflete também um conflito antigo com esse grupo e uma de suas principais lideranças, Luiz Mott, que é considerado *persona non grata* por grande parte do movimento trans e insiste em diversos momentos em fazer falas públicas consideradas transfóbicas⁹⁸. Por outro lado, serve para Tathiane afirmar que o próprio movimento trans, representado pelas outras redes e encarnado ali nas ativistas da ANTRA, presentes na sala, teria que dar um passo à frente, mudar o modelo de movimento que, na sua opinião, até agora teria sido na base do *grito e da cafetinagem* e começar a cobrar do Estado mais efetivamente.

Tathiane Araújo: E aí gente, vocês fundaram essas redes e essas redes é só para a pessoa aparecer, as travestis tão auto-organizadas... E depois do auto-organizadas? Já tem CNPJ, já tem Estatuto, já tem uma diretoria, todo mundo já sabe suas questões e agora, fazer o que? Só se auto-organizar? Não. O que é que a gente fala direto? Que travesti não tem acesso à escola. Cadê dado? O dado concreto de quantas travestis não consegue acesso lá no Ceará à escola? Cadê o dado concreto de quantas travestis não conseguem no Rio de Janeiro? [cita várias outras cidades] Gente, já tem penca de lugar aqui, já dá pra fazer algum dado, né? Então, aonde que

98 Após uma sequência de conflitos entre Luiz Mott e ativistas travestis, durante a plenária final do VIII ENTLAIDS, no ano 2000, foi votada e aprovada por unanimidade uma proposta de considerar Luiz Mott como uma *persona non grata* para o movimento trans, sob a seguinte justificativa: “Este Sr. insiste em atacar as travestis, em textos de sua autoria; além do mais, afirma dados mentirosos com relação as travestis” (ANTRA, 2000). Um exemplo recente desse posicionamento de Luiz Mott, de insistir em revelar o passado gay de pessoas trans, se deu no dia 11 de Julho de 2017, como resposta a um texto de Jaqueline Gomes de Jesus intitulado *Eu amo ser uma mulher trans*. Mott, em um e-mail enviado para diversas listas públicas do ativismo LGBT como a *Gaylawyers* e a *Aliança Nacional LGBT*, comentou: “Conheci muito bem a pós-doutora Jaqueline de Jesus quando era militante gay em Brasília [...] Só lastimo que lembre-se apenas de sua infância e não se refira a seu passado como gay, aliás, o maior tempo de sua vida. Seria a pessoa indicada pra discutir objetivamente essa relação crucial e escondida por tantas/tantos trans: a importância que a vivência homossexual teve em suas biografias e felicidade atual.” (MOTT, L. 2017)

Disponível em: <<https://br.groups.yahoo.com/neo/groups/gaylawyers/conversations/messages/82497>> Acesso em: 11.08.2017

eu quero chegar? Aquele trabalho que a Sayonara e o Euclides começaram a fazer, está dando subsídio e vergonha ao principal espaço que nunca tratou da nossa política, a segurança pública e justiça. [...] a gente quer parar de morrer na esquina. [...] E de onde saiu isso? De uma pesquisa. Qual pesquisa? Nosso site é registrado, nossa entidade é registrada e nos seus estados todo mundo fala que é privado dos direitos de cidadania da nossa população e a gente trouxe o dado ali, que o Direito de Cidadania da nossa população não é garantido para nossa população, que o Brasil está prestes a ser denunciado na ONU, que o Brasil é genocida com travesti. [Alguma grita ao fundo: arrasou! E é seguida de palmas e gritos] (Diário de Campo, // *Workshop Regional da Rede Trans Brasil - Etapa Sudeste*, Uberlândia, 22 de Outubro de 2016).

Apesar de recente, esse esforço de produção de dados já se mostra produtivo. A literatura de movimentos sociais (JASPER, 2016, p. 200–217) reconhece que os resultados das ações dos movimentos são variados e não se resumem simplesmente na conquista de um direito ou de uma política pública. A seguir, gostaria de analisar alguns dos efeitos dessa ação da Rede Trans, são eles: (i) a ampliação da visibilidade e da legitimidade do grupo nas políticas públicas e na sociedade; (ii) a construção de conexões transnacionais; (iii) a inspiração de outros grupos, configurando-se um novo padrão de atuação do movimento social de pessoas trans; (iv) o efeito moral da publicização das mortes; e, por fim, (v) a influência dessa forma de representação quantitativa das mortes das pessoas trans na construção da identidade de coletiva de travestis e transexuais brasileiras.

4.3 A proliferação dos dados

Em maio de 2016, pouco tempo após o início do mapeamento, a Rede Trans Brasil criou um site⁹⁹ que foi atualizado diariamente com os dados sobre assassinatos e outras violações de direitos. A ação foi divulgada em diversos meios de comunicação e a Rede Trans Brasil

99 No último acesso que fiz ao site, esse se encontrava desatualizado e sem maior parte das informações relativas aos monitoramentos antigos ou a estrutura organizacional da Rede. Talvez isso tenha ocorrido em função da saída de Sayonara Nogueira da Rede Trans Brasil, no final de 2017, que era responsável pela realização do monitoramento e também pela manutenção periódica do site. Ao longo do meu campo percebi que sites desatualizados e instáveis é uma constância entre as organizações do movimento social de pessoas trans. Muitas vezes os sites são lançados, atualizados durante um período e aos poucos abandonados, até que surja outra iniciativa de retomada que reinicia o ciclo. Ao longo do período que acompanhei, as páginas de Facebook se mostraram atualizadas com maior frequência e fontes mais confiáveis de dados. Para acessar a página da Rede Trans Brasil: <<http://redetransbrasil.org.br/>> Último acesso em: 05.06.2018

produziu, ao longo de 2016 e 2017, diversas imagens informando a quantidade atualizada de mortes até aquele momento e chamando para o site. Tais imagens foram compartilhadas na página oficial do *Facebook* da Rede Trans Brasil¹⁰⁰ e no perfil pessoal das ativistas dos grupos filiados.

Figura 08 – Divulgação dos Assassinatos de Julho/2017



Fonte: Acervo Pessoal, 2017

Essa ação ganhou visibilidade nacional e internacional. Vários veículos midiáticos, pesquisas acadêmicas e até mesmo gestores têm se utilizado dos dados de assassinatos produzidos pela Rede Trans¹⁰¹. Segundo Tathiane Araújo, em sua fala no workshop de Uberlândia, esse trabalho promoveu tamanho reconhecimento que fez com que a Rede fosse a única organização a ser reconduzida para a chefia de uma Câmara Técnica, a de Segurança, no Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT, sem a necessidade de fazer conchavos ou negociações. Sayonara Nogueira, em entrevista, faz uma avaliação similar. É essa forma de produção de conhecimento que, na opinião da entrevistada, faz a Rede Trans se diferenciar, ser notada e promove novas conquistas: “Ela não tinha visibilidade, né? É depois da construção do

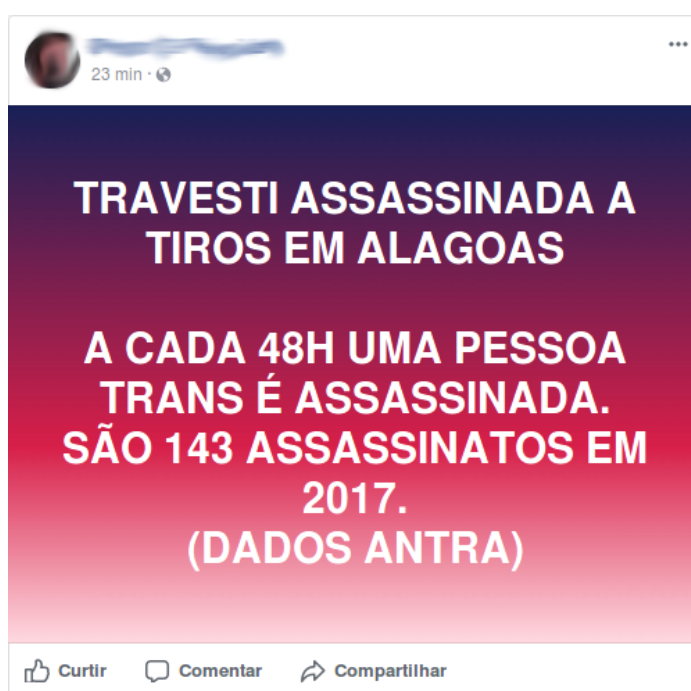
¹⁰⁰ <https://www.Facebook.com/redtransbrasil/> Acesso em: 11.09.2017

¹⁰¹ Apenas a título de exemplo, o lançamento do mapeamento foi noticiado pelo portal R7 em agosto de 2016, internacionalmente os dados da Rede Trans figuraram em reportagem do New York Times de 2017 sobre o assassinato brutal da travesti Dandara dos Santos. Notícia R7: <<http://r7.com/rZRS>> Acesso em 02.03.2018 Notícia NYT: <https://www.nytimes.com/2017/03/08/world/americas/brazil-transgender-killing-video.html?mwrsm=Facebook&_r=0> Acesso em: 02.03.2018

site e do dossiê que ela faz parceria com a ONU, tem a parceria com o Transgender Europe, eu viajei para a ILGA. Então, ela sai num cenário até internacional” (NOGUEIRA, SAYONARA, 2018).

Uma vez que uma forma de ação é bem-sucedida, ela fica disponível para ser adotada por outras organizações de movimentos sociais para os mesmos propósitos ou ainda outros (TAYLOR; VAN DYKE, 2004; TILLY, 2006). A realização de mapeamentos de mortes não é algo absolutamente novo, diversos movimentos sociais o fazem, dentre eles: o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que o faz para a população indígena (CIMI, 2017) e a Comissão Pastoral da Terra, que o faz para trabalhadores e trabalhadoras rurais (CANUTO; LUZ; ANDRADE, 2016). A própria contagem de mortes de pessoas trans não é uma novidade no Brasil, essas já eram contadas no mapeamento mais amplo realizado pelo Grupo Gay da Bahia. Todavia, foi a partir do sucesso da iniciativa da Rede Trans Brasil que essa estratégia ressoou mais fortemente dentro do campo do movimento trans e fez com que outras organizações começassem a produzir dados similares.

Figura 09 – Divulgação Periódica dos Dados da ANTRA



Fonte: Facebook de Ativista da ANTRA, 2017

Em 2017, a ANTRA, organização da qual a Rede Trans Brasil surgiu como uma divergência, iniciou seu próprio mapeamento de assassinatos de pessoas trans. A iniciativa é coordenada por Bruna Benevides, de Niterói (RJ). Em entrevista, Bruna (BENEVIDES, 2018) afirmou que começou seu próprio mapeamento por influência do trabalho da Rede Trans, pois considerava essa iniciativa da Rede como muito genérica. Além de assassinatos, a Rede Trans Brasil mapeava suicídios e outras violações de direitos humanos e Bruna avaliava que isso fragilizava o trabalho, por ser metodologicamente mais difícil de ser realizado. O desejo da ANTRA era de construir um mapeamento mais específico, focado exclusivamente nos assassinatos. A metodologia utilizada foi quase idêntica: coleta de notícias de jornais e outros portais da internet a partir de busca de palavras-chave e checagem de denúncias recebidas por *Whatsapp* e outras redes sociais. Os assassinatos eram compilados em um mapa do *Google Maps*¹⁰² que era divulgado nas redes sociais, uma vez que até aquele momento essa organização não possuía um site próprio. Desde então, as ativistas da ANTRA fazem questão de, a cada novo assassinato, postar o número atualizado de mortes no ano, sempre seguido da frase *Dados da ANTRA*, para demarcar a disputa pela contagem das mortes das pessoas trans.

Assim como a Rede Trans Brasil, a ANTRA organizou um relatório de seu mapeamento de assassinatos que foi lançado no Dia da Visibilidade Trans em 2018 (ANTRA, 2018). Ambos são bastante similares e utilizam de estratégias variadas para convocar a autoridade científica para si: apresentam os dados de forma técnica; explicitam a metodologia de coleta de dados; e trazem pequenos textos que analisam os dados e outras questões relevantes para a população de pessoas trans. Enquanto o relatório da Rede Trans Brasil privilegiou pessoas trans da própria rede como autoras desses textos complementares, o relatório da ANTRA convidou pessoas cis para contribuir, dentre eles Paulo Iotti, advogado e doutor em Direito Constitucional e Mario Leony, delegado da Polícia Civil do Rio de Janeiro. Essa diferença aponta para estratégias distintas de legitimação. A Rede aposta na busca por uma legitimidade interna, tanto no sentido de valorizar ativistas do próprio grupo, quanto no de reconhecer o valor epistêmico da voz de pessoas trans falando sobre si e suas questões. A ANTRA aposta numa busca por legitimidade externa, ao convidar acadêmicos e profissionais cis de diferentes áreas, que conferem a sua credibilidade ao grupo, seu relatório e suas demandas políticas.

102 Mapa disponível em: <<https://goo.gl/92zeOS>> Acesso em: 11.09.2017

É curioso que os relatórios recentes do Grupo Gay da Bahia (2013, 2017, 2018), inspiração para os relatórios da ANTRA e Rede Trans, são muito mais simples. Não trazem muitos textos explicativos, artigos de pessoas parceiras, referências bibliográficas, nem outras estratégias de legitimação. Os relatórios contêm os dados, gráficos e tabelas que apresentam os números e, ao final, uma lista traz os nomes das pessoas mortas. Se parecem mais com um *briefing*, voltado para a mídia, do que com um documento voltado para o Estado ou um texto acadêmico. Não tenho condições de explicar as razões que levam o GGB a escolher tal formato, mas acredito que o público-alvo dos textos seja distinto e que, talvez, por se tratar de uma iniciativa mais antiga, realizada desde a década de 1980, e de ser coordenada por Luiz Mott, que é doutor em Antropologia e professor universitário aposentado, essa já possua um grau maior de legitimidade do que as iniciativas recentes, coordenadas por pessoas trans sem inserção na academia.

Ao mesmo tempo que os relatórios das organizações do movimento social de pessoas trans buscam pela autoridade científica, tais documentos não ocultam suas finalidades políticas. A linguagem dos Direitos Humanos e da cidadania está presente em todos os relatórios e dão sentido aos números apresentados ali. Assim, as mortes das pessoas trans são configuradas em ambos relatórios como uma violação do dever do Estado brasileiro de proteger essa população. A estrutura argumentativa da introdução do relatório para 2016 da Rede Trans Brasil é simbólica nesse sentido: abre afirmando que a Constituição de 1988 traz uma concepção ampliada de cidadania e, logo em seguida, afirma que essa não é concretizada para a população trans, o resto da introdução elabora o argumento da não concretização da cidadania em vários âmbitos, com ênfase para as mortes (NOGUEIRA, SAYONARA; AQUINO; CABRAL, 2017, p. 4–5). O relatório da ANTRA vai além, é mais propositivo e mais claramente endereçado ao Estado, principalmente ao governo federal. Após a apresentação dos dados estatísticos e antes dos artigos dos convidados, há uma seção de Propostas de Ação:

A partir dos levantamentos destes dados e das discussões sugeridas ao longo deste relatório, pretendemos destacar metas e ações importantes a serem construídas, apoiadas e desenvolvidas em parcerias com o poder público, a fim de combater a violência contra a população de Travestis e Transexuais no Brasil, e que serão amplamente divulgadas e discutidas nos espaços propícios, seja na esfera pública ou da sociedade civil, em que houver representações da ANTRA (ANTRA, 2018, p. 29).

Esse trecho deixa bem claro a função contra-pública dos referidos relatórios. O conhecimento sobre a morte das pessoas trans serve para construir uma narrativa dessas pessoas como vivendo numa cidadania precária e do Estado brasileiro como não cumpridor das promessas constitucionais da cidadania universal. Em seguida dessa introdução são apresentadas 10 propostas de ação voltadas para a segurança pública que, na opinião da ANTRA, serviriam para o “*resgate da cidadania da população de Travestis e Transexuais*” (ANTRA, 2018, p. 1).

Ao longo de 2017 e 2018, a produção de relatórios estatísticos sobre mortes tem se ampliado ainda mais, tornando cada vez mais parte do conjunto de ações adotado pelos movimentos sociais de pessoas trans e LGBT em seu cotidiano. O FONATRANS começou, a partir de 2018, a realizar um mapeamento da transfobia com recorte racial. A coordenadora nacional, Jovanna Cardoso, em 31 de março de 2018, anunciou em diversos grupos da militância, de Whatsapp e Facebook, o início desse mapeamento e a busca por pessoas para auxiliar na elaboração técnico-jurídica dos relatórios (CARDOSO, 2018). Surgiram iniciativas similares até mesmo fora do movimento trans, como é o caso do projeto *Lesbocídio – as histórias que ninguém conta*, coordenado por professoras da UFRJ, e que publicou em 2018 um primeiro relatório compilando e analisando os casos de assassinatos de lésbicas entre 2014 e 2017 (PERES, MILENA CRISTINA CARNEIRO; SOARES; DIAS, 2018). O projeto continua mapeando esses assassinatos em 2018 e divulgando-os em suas redes sociais¹⁰³.

Apesar da Rede Trans ser a organização que disparou esse processo de proliferação dos números, a continuidade desse projeto naquela organização é incerta. No final de 2017, por divergências internas, Sayonara Nogueira se desfilou da Rede Trans. Segundo me relata, Sayonara se sentia limitada e por estar na Rede não conseguia dialogar e trabalhar em conjunto com outras organizações do movimento social de pessoas trans. Dessa maneira, se desfilou e fundou, junto a travesti curitibana Andrea Cantelli, o *Instituto Brasileiro Trans de Educação*¹⁰⁴ (IBTE). Como explica Sayonara, agora tem mais possibilidades de parcerias “*porque o IBTE não é uma rede, né? Ele é um Instituto de Pesquisa. Ele é algo mais*

103 Para mais informações, ver o site oficial do projeto. Disponível em: <<http://lesbocidio.wordpress.com>> Acesso em: 01.04.2018

104 Para mais informações, ver o site oficial do IBTE: <<http://www.observatoriotrans.org/>> Acesso em: 01.04.2018

independente. Então, tanto eu posso trabalhar com a ANTRA, como eu posso trabalhar com a Rede” (NOGUEIRA, SAYONARA, 2018). A fundação desse instituto Com isso, o relatório referente às mortes de 2017 (NOGUEIRA, SAYONARA; CABRAL, 2018) foi publicado em janeiro de 2018 pelo *Observatório Trans*, que integra o IBTE como um projeto de monitoramento de assassinatos e outras violações de direitos das pessoas trans. A Rede Trans Brasil não lançou um relatório próprio para o ano de 2017, mas continua anunciando em seu site o monitoramento e é possível encontrar em sua página de Facebook alguns *posts* que dão indícios de que esse mapeamento continua a ser feito em 2018.

4.4 Dados locais, conexões transnacionais

A ideia da produção de um mapeamento específico dos assassinatos e violações de direitos humanos de pessoas trans surge a partir do trabalho de Sayonara Nogueira como professora de geografia. Como me relatou em entrevista (NOGUEIRA, SAYONARA, 2018), em suas aulas sobre cartografia realizava uma atividade chamada cartografia da resistência, em que dividia a sala em grupos e pedia para cada um produzir mapas específicos sobre assassinatos de mulheres, pessoas negras e pessoas LGBT e outros grupos subalternos. Durante a realização de uma dessas atividades, um de seus alunos teria apontado problemas nos dados do Grupo Gay da Bahia, que estavam sendo utilizados para a tarefa: havia uma subnotificação de pessoas trans, que eram catalogadas incorretamente como gays ou lésbicas. O problema não era exatamente desconhecido e já era discutido por organizações de pessoas trans há alguns anos sem que gerasse algum tipo de resposta, todavia aquilo disparou em Sayonara a vontade de fazer algo. A professora, que naquele momento ocupava o cargo de Secretária de Comunicação da Rede Trans Brasil, resolveu levar a ideia de realizar um mapeamento específico para pessoas trans e recebeu o aval da Rede para iniciar as atividades.

No mesmo período, a organização europeia Transgender Europe (TGEU), buscava uma pessoa para coordenar o projeto TvT – *Transrespect Versus Transphobia Worldwide* no Brasil. A TGEU funciona como uma *think tank* em prol dos direitos das pessoas trans, atuando quase exclusivamente por meio da produção de conhecimento. Em 2008, a TGEU percebeu uma

precariedade no conhecimento sobre mortes de pessoas trans e gênero diversas no âmbito internacional. Segundo seu diagnóstico (BALZER; BERREDO, 2016, p. 5), até aquele ano, a única fonte de dados existente sobre essas mortes era o site americano do *Transgender Day of Remembrance* (TDOR), que contabilizava 28 assassinatos para o ano de 2008. Nesse mesmo ano, o Grupo Gay da Bahia, fonte de dados que utilizavam para seus relatórios sobre o Brasil, contabilizava 59 assassinatos apenas no Brasil.

É importante destacar que a violência transfóbica produz o ativismo transnacional da TGEU e a conecta discursivamente ao Brasil desde os primórdios dessa organização. A primeira campanha internacional coordenada pela TGEU foi a *Justice for Gisberta* (BALZER *et al.*, 2012, p. 27), uma campanha motivada pelo assassinato brutal de Gisberta Salce Júnior, uma travesti brasileira residente em Portugal, morta em 2006. Para essa campanha, a TGEU produziu uma série de ações como manifestações em embaixadas portuguesas e o documentário *Gisberta – Liberdade*, tornando a travesti brasileira um símbolo da luta contra a violência transfóbica na Europa. O Brasil figura ainda como uma presença constante em todos os relatórios de assassinatos da organização, serve como um instrumento discursivo para mostrar a agudez da violência transfóbica pelo mundo e demandar ações urgentes. Nenhum país é mencionado tantas vezes quanto o Brasil nesses documentos¹⁰⁵.

Até 2015, a TGEU utilizou os dados de assassinatos fornecidos pelo GGB, mas por acreditar que não eram completamente confiáveis e pela magnitude dos assassinatos no Brasil (que corresponde a quase 40% do total de assassinatos de pessoas trans no mundo), o coordenador do projeto TvT, Lukas Berredo - homem trans brasileiro radicado na Alemanha - buscou uma pessoa trans brasileira que estivesse disposta a realizar o levantamento por aqui. Segundo o ativista (BERREDO, 2018), até aquele momento desconhecia o trabalho de Sayonara e a existência da Rede Trans Brasil. Foi por intermédio de Luísa Stern - mulher transexual e ativista da Rede Trans Brasil - que Lukas e Sayonara se conheceram. Luísa ficou sabendo pelas redes sociais do processo seletivo da TGEU, sabendo que Sayonara já realizava esse trabalho pela Rede, se apressou a colocá-la em contato com Lukas Berredo (BERREDO, 2018; STERN, 2018). Após o contato inicial e de conhecer o trabalho que Sayonara estava realizando há

105 Apenas para exemplificar, no relatório de 2016, o Brasil é mencionado 42 vezes. Em comparação, o México, país que ocupa o segundo lugar no número bruto de mortes, é mencionado apenas 17 vezes (BALZER; BERREDO, 2016)

alguns meses no Brasil, foi celebrada uma parceria entre as organizações. Sayonara, como representante da Rede Trans, assinou um contrato de cooperação em que cederia seus dados para a TGEU, em troca receberia uma remuneração e participaria de capacitações periódicas para aprimorar e homogeneizar o trabalho de coleta de dados nos diversos países. Ao longo do ano de duração do contrato, Sayonara participou de quatro *workshops* metodológicos, cada um deles realizado em um país diferente: Itália, Tailândia, Guatemala e outro no Brasil.

Dessa maneira, a produção de dados quantitativos sobre a morte de pessoas trans é o que ativa uma conexão transnacional entre a Rede Trans e a Transgender Europe. Conexão essa que fornece uma série de recursos para a Rede Trans Brasil como: uma pequena verba para apoiar a realização do mapeamento; treinamento metodológico; divulgação internacional; e, talvez, mais importante, insere a Rede Trans Brasil numa rede transnacional de ativistas trans. Sayonara (2018) afirma que os *workshops* ofereciam uma base densa de conhecimento metodológico, mas destaca ainda que funcionavam para fazer *networking* e trocar experiências entre organizações.

A estratégia de produção de dados fomenta outras estratégias como a denúncia e exposição do Brasil na arena internacional. Como argumenta Della Porta e Tarrow (2005) há nas últimas décadas uma ampliação da força das instituições transnacionais sobre as esferas nacionais e é comum que movimentos sociais busquem realizar essa *mudança de escala* (TARROW; MCADAM, 2005) para promover o constrangimento institucional através de organizações internacionais (SANTOS, CECÍLIA MACDOWELL, 2007; TARROW, 2009) e também ferir a honra (APPIAH, 2012) do país na comunidade internacional, principalmente por se tratar de um país que busca se apresentar internacionalmente como promotor dos direitos LGBT (ENCARNACIÓN, 2016). A articulação entre mobilização nacional e internacional tem se mostrado eficaz em outros casos para pressionar o Brasil, como na mobilização pela Lei Maria da Penha (MACIEL, 2011), mesmo que não tenha se mostrado tão eficaz para as demandas do movimento LGBT pela América Latina (ENCARNACIÓN, 2016).

Segundo Sayonara (2018), a Rede Trans Brasil não chegou a levar os dados na ONU, como prometido por Tathiane Araújo, todavia uma integrante da Rede o fez por meio de outra associação que compunha. A ANTRA buscou uma estratégia similar. Em Janeiro de 2018, aproveitou uma cerimônia na ONU Brasil para o Dia da Visibilidade Trans para apresentar os

dados do seu relatório para diversas autoridades e entregar uma cópia física diretamente a Jaime Nadal, representante no Brasil do Fundo de Populações das Nações Unidas (UNFPA)¹⁰⁶. Na ocasião, Bruna Benevides ainda afirmou que utilizaria do mesmo relatório para denunciar o Brasil na Organização dos Estados Americanos (OEA).

Figura 10 – Entrega do Relatório de Assassinatos à ONU



Fonte: Acervo Pessoal de Bruna Benevides, 2018

É difícil afirmar que esses relatórios da ANTRA e da Rede Trans produziram algum tipo de alteração nessas instituições internacionais ou mesmo que por meio dessas conexões transnacionais recentes já conquistaram alguma mudança institucional no Brasil. Em sua palestra em São Paulo, durante o *I Encontro Brasileiro de Saúde Trans*, Lukas Berredo afirmou que algumas agências internacionais de fomento começaram a utilizar desses dados do TGEU para direcionar financiamentos para partes do mundo que antes não recebiam (Diário de

106 O Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) é a agência de desenvolvimento internacional da ONU que trata de questões populacionais, seu foco principal são os direitos sexuais e reprodutivos de mulheres e outras pessoas jovens. Dentre suas ações está o auxílio no uso de dados populacionais para fomentar políticas públicas. Para mais informações: <http://www.unfpa.org.br> Acesso em: 08.04.2018

Campo, BRPATH, São Paulo, 02 de abril de 2017). De toda maneira, esses documentos são conhecidos e utilizados por essas agências como parte da fundamentação de algumas de suas ações. Um exemplo é o projeto *Trans-formações*, criado em 2017, pela ONU Brasil, em parceria com a Rede Trans Brasil, ANTRA e diversas outras organizações do movimento social de pessoas trans. Tal projeto visa “*fomentar as redes de pessoas trans do DF e Entorno*” (ONU BRASIL, 2018, p. 1) e entre as justificativas apresentadas no edital da segunda edição, realizada ao longo de 2018, se encontram os dados produzidos pelas redes brasileiras e o comparativo produzido pela TGEU, que coloca o Brasil no primeiro lugar do *ranking* de assassinatos de pessoas trans no mundo. Trata-se de um projeto pequeno, restrito a 20 pessoas do Distrito Federal e região, mas que revela como esses dados são apropriados pelo movimento e pelas instituições para fomentar e justificar a execução de políticas públicas e outros projetos.

4.5 “O país que mais mata travestis e transexuais”: o luto e a produção da identidade coletiva pela representação da violência

Até agora, ao analisar os efeitos dessa estratégia de produção de relatórios quantitativos, ficou em segundo plano o fato de que o conteúdo empírico desses é a contagem da violência letal contra pessoas trans. O fato de se tratar de uma representação pública de violência, e não qualquer violência, mas uma voltada especificamente contra determinados corpos e sujeitos não é banal¹⁰⁷. Isso se torna especificamente relevante para a análise de dois efeitos/dimensões dessa estratégia que eu gostaria de discutir: a dimensão moral da representação pública da violência e a produção do sujeito coletivo do movimento por meio dessa.

A violência é uma constante na vida das pessoas trans e na história do movimento de pessoas trans brasileiro. Foi em função das prisões arbitrárias, espancamentos e assassinatos que as primeiras travestis se organizaram politicamente para protestar em nosso país. Durante as três ondas do movimento, aqui já mapeadas, a violência tem funcionado como uma força

¹⁰⁷ Agradeço aos comentários de Beto (Roberto Efrem Filho), em versão anterior desse texto. Sua generosidade de dialogar comigo me fez levar mais a sério que os dados produzidos são uma forma de representação de violência e que essa pode ser produtiva para o movimento.

catalisadora da ação política e ao mesmo tempo tem sido endereçada em seus discursos e demandas. Todavia, a forma como a violência é endereçada e representada tem sofrido sérias alterações ao longo das décadas e essas estão relacionadas a processos mais amplos de reconfigurações identitárias dos sujeitos trans e da produção de novos conhecimentos.

Tanto o termo quanto a ideia de *transfobia*, isto é, de que as pessoas trans estariam susceptíveis a um tipo de violência específica, motivada por sua identidade de gênero, e que não ocorre com outros tipos de pessoa, é bastante recente. A cobertura dada pelo Jornal *Lampião da Esquina* no final da década de 1970 aos assassinatos de travesti (BRITO, 2016, p. 20), o curto documentário *Temporada de Caça* (MOREIRA, 1988), sobre a operação tarântula, que assassinou diversas travestis em São Paulo na década de 1980, não utilizam do termo transfobia, nem individualizam essa violência como sendo exclusivamente voltada a travestis ou outro tipo de pessoas trans. Mesmo dentro da academia essa ideia é bastante recente, o clássico texto *Tá lá o corpo estendido no chão* de Sérgio Carrara e Adriana Vianna (2006) utiliza das categorias homossexuais e homofobia para se referir aos crimes contra travestis. Em nota de rodapé os autores reconhecem que “*não é raro que travestis recusem a categoria ‘homossexual’*” (CARRARA; VIANNA, 2006, p. 247), mas optam por utilizar esse como um termo êmico, seguindo a maneira como os atores-chave da sua pesquisa (mídia e atores institucionais) agregam diversas performances de gênero não normativas que abrange gays e travestis. Se a agregação na categoria homossexual gera uma reflexão dos autores, o mesmo não se aplica a categoria homofobia. Os autores talvez sejam os primeiros a apontar com clareza a diferença no perfil dos assassinatos de gays e travestis no Brasil¹⁰⁸, mas não os parece, ao menos naquele momento, que o esquema interpretativo fornecido pela noção de homofobia fosse insuficiente ou inadequado para lidar com essas violências letais contra travestis.

Foi a partir da segunda onda que emergiu a noção de transfobia como uma forma de compreender e representar as violências contra as pessoas trans como uma violência

108 Segundo os dados de suas pesquisas, as travestis seriam mais frequentemente alvo do que chamaram de *crimes de execução* (68%), isto é, geralmente são assassinadas em espaços públicos, em crimes que muitas vezes podem ser relacionados com a prostituição ou tráfico de drogas. Os gays, por sua vez, seriam mais frequentemente alvo do que chamaram de crimes de lucro (60,7%), são assassinatos dentro de casa, em que muitas vezes existe uma relação (sexual ou afetiva) prévia entre vítima e assassino e possui motivações financeiras (chantagem, roubo) (CARRARA; VIANNA, 2006).

específica. Se levarmos em consideração que os ENTLAIDS e seus títulos fornecem uma boa síntese dos debates nos movimentos trans, percebemos que o termo provavelmente já estava em circulação no início dos anos 2000, ganha força a partir da segunda metade da década e se consolida na década seguinte, período da terceira onda. A primeira menção ao termo ocorre em 2006, no título de XIII ENTLAIDS: *Um Brasil de Todos é um Brasil Sem Transfobia*. As edições de 2010, 2012 e 2016 também trouxeram a transfobia como tema. Já nos textos acadêmicos, a primeira referência específica ao termo transfobia que encontrei em meu levantamento sistemático da literatura foi na tese de doutorado de Alexandre Vale (2005) sobre as migrações de travestis brasileiras para a Europa. Recentemente o uso desse termo se amplia na academia, mas ainda é raro e, muitas vezes, é utilizado sem maiores reflexões sobre as implicações ou até a necessidade de se adotar um quadro interpretativo específico para violências contra pessoas trans.

Esse movimento de reconfiguração das formas como o movimento percebe e representa a violência desemboca na inovação recente que é a ideia de realizar uma contagem específica dos assassinatos de pessoas trans. Tal ideia parte do pressuposto de que há algo específico nessas mortes que merece ser desagregado da categoria mais ampla LGBT, mas há algo anterior, há um pressuposto mais fundamental ainda: o de que é possível contar essas mortes de forma desagregada. Essa possibilidade se funda na adoção de uma concepção que separa radicalmente identidade de gênero de orientação sexual que, como vimos anteriormente, foi promovida por pesquisas médico-psicológicas em meados do século passado. Contudo, essa contagem não é uma tarefa de fácil execução ou livre de problemas.

Há um dilema sobre a tradução das subjetividades trans em uma população mensurável. Como vimos, as identidades trans se alteraram ao longo do tempo e de diferentes contextos culturais. Além disso, não é raro que uma mesma pessoa acione diferentes categorias identitárias a depender do contexto e dos interlocutores ou que transite ao longo da vida por diferentes identidades. Esses trânsitos e flutuações, todavia, não traduzem bem para a dureza das tabelas de dados quantitativos, que necessitam de contabilizar as pessoas em determinada categoria e não em outra. Esse dilema se torna ainda mais grave quando se trata de uma pessoa que já não está mais viva e por isso não pode fornecer uma autodeclaração. Como saber se aquela pessoa falecida era uma travesti, uma mulher transexual ou um homem gay?

Uma lésbica masculina ou um homem trans? Como classificar corretamente essas mortes?

Para escapar do dilema identitário, ambos relatórios optam por utilizar o termo abrangente pessoa trans, as análises desagregadas separam homens trans em uma categoria e juntam mulheres transexuais e travestis em outra. O relatório da ANTRA não justifica essa opção, talvez em função do uso desse termo ser considerado polêmico dentro da organização e rejeitado por diversas ativistas¹⁰⁹. O relatório da Rede Trans, por sua vez, apresenta uma explicação:

Para a demonstração dos dados sobre os assassinatos das pessoas trans no Brasil, utilizaremos o termo PESSOAS TRANS. Não haverá a diferenciação entre travesti e transexual, pois foi perceptível durante a coleta anual a maneira que a imprensa trata os significados das duas identidades. Transexual é termo que surge para medicalizar determinada parcela dessa população, enquanto a travesti ainda está ligada a marginalidade, havendo desta maneira um processo de separação higienista. [...] A matéria abaixo demonstra o assassinato de uma travesti ocorrido no município de Luís Eduardo Magalhães, na Bahia, e desrespeitada conforme seu gênero, e assim pergunta-se: Qual critério que a imprensa utiliza para definir se a pessoa é transexual ou travesti? (NOGUEIRA, SAYONARA; AQUINO; CABRAL, 2017, p. 52–53).

Mesmo com essa solução, permanece um dilema classificatório: será essa pessoa uma pessoa trans? Bruna e Sayonara afirmam investigar para *ter certeza* dessa identidade trans e descartam casos considerados duvidosos. A construção dessa certeza é baseada, em grande medida, nas fotos e na presença de signos considerados tipicamente femininos como seios, cabelos longos, calcinha, saia e outras roupas femininas, para o caso das travestis e mulheres trans, ou presença de *binder*, cabelos curtos, seios retirados, para o caso de homens trans. E é

109 Na plenária final do IX Encontro Regional Sudeste de Travestis e Transexuais, realizado em São Paulo durante os dias 17, 18 e 19 de Dezembro de 2015, houve um debate sobre as identidades políticas que abarcariam o movimento. Naquele momento, a forma mais comum era utilizar travestis e transexuais. Luciano Palhano, que naquele momento ocupava o cargo de Coordenador Geral do IBRAT, reivindicava a adoção do termo homens trans em todas as falas e documentos políticos do movimento daquele momento em frente. Durante o debate, uma das ativistas presentes fez uma contra-proposta, de se adotar o termo pessoas trans. Tal proposta foi fortemente rechaçada. Fernanda de Moraes, ativista da ANTRA e uma das organizadoras do evento, foi uma das decisivas para a rejeição dessa proposta alternativa. Argumentou que o termo trans incluiria drag-queens, cross-dressers e outras identidades que não deveriam fazer parte do movimento. Fernanda concluiu sua fala com uma brincadeira irônica, “então vão ter que criar agora a SPCis, já que a SPTrans é nossa” (Diário de Campo, IX Encontro Regional Sudeste de Travestis e Transexuais, São Paulo, 19 de Dezembro de 2015). No final, aprovou-se por unanimidade que os documentos passariam a utilizar a seguinte fórmula: travestis, mulheres transexuais e homens trans. Ficou pendente a confirmação nacional desse uso que deveria ser feita no ENTLAIDS seguinte. Como o ENTLAIDS só foi ocorrer no final de 2016 e o movimento de homens trans se fortaleceu nacionalmente nesse período, a fórmula foi sendo adotada mesmo sem ser referendada nacionalmente.

complementada por outros procedimentos como a busca de informações com pessoas trans da região da pessoa assassinada e as próprias informações da notícia, como as menções a *apelidos, alcunha* ou *nome de guerra*.

Esses critérios, contudo, nem sempre são suficientes. Como já vimos, em outras situações, atores do movimento social insistem que a identidade trans não implica necessariamente em modificações corporais e uso de vestimentas consideradas típicas para o gênero com que a pessoa se identifica. Há ainda outra limitação, lembrada por Letícia Lanz (2018) em nossa entrevista: existe uma série de pessoas trans no armário, que por diversas razões não podem ou não querem expor publicamente a sua identidade. Essas mortes dificilmente serão contabilizadas nesse tipo de relatório, mas a própria Letícia Lanz reconhece que essas pessoas provavelmente não estariam expostas às mesmas condições precárias que levam a essas mortes. A partir desse dilema da classificação dos corpos assassinados é possível observar, seguindo pistas tão distintas de Judith Butler (2004b, 2008, 2015), Roberto Effrem Filho (2017) e Sheila Jasanoff (2004), um movimento de coprodução dos corpos, das identidades e do movimento social.

A contagem de mortes das pessoas trans se insere, então, numa disputa de narrativas classificatórias contra o Estado, a mídia e, por vezes, contra o próprio movimento LGBT e a família da vítima. O Estado e seus representantes, muitas vezes, constroem uma narrativa que nega o gênero e o caráter de crime de ódio para esses assassinatos. “*Não se trata de crime homofobia, mas de vingança*” (EFREM FILHO, 2017, p. 160), afirmou a Delegada responsável pela investigação de Safira, travesti assassinada com 30 golpes de facão. “*Para o Estado ele [a travesti ou mulher transexual] é um homem [...] eu sei que muitas vezes dá problema, dá polêmica, porque a pessoa se sente mulher [...] pra nós funciona desta forma, dentro da legalidade*” (PRADO *et al.*, 2014, p. 67), afirmou outra Delegada durante um grupo focal realizado por Marco Aurélio Prado e outras (2014). Retornando a fala de Tathiane Araújo no workshop da Rede Trans discutido há pouco, na avaliação dessa, nem mesmo o órgão do Estado responsável por monitorar a violência contra pessoas LGBT reconhecia tais mortes dentro dessa especificidade.

Além da atuação dos funcionários na construção dessa narrativa, como argumenta Viviane Namastê (2000), os próprios formulários da burocracia estatal produzem

cotidianamente um apagamento das pessoas trans. Ao oferecer apenas categorias binárias (homem/mulher) que são geralmente preenchidas de forma arbitrária e ignorando a forma como a pessoa se identifica, tais formulários acabam por apagar as pessoas trans, uma travesti, por exemplo, acaba sendo contada como homem. Mais recentemente, em função de conquistas do movimento esses formulários do movimento têm se alterado para incluir campos que colem a identidade de gênero e o nome social das pessoas trans¹¹⁰, mas o preenchimento desses campos quase não é feito (NUH, 2017) e mesmo na presença de boa vontade do agente público instaura, mais uma vez, os dilemas classificatórios.

A forma como esses assassinatos se tornam públicos e são posteriormente coletados para os relatórios parte principalmente de notícias de jornais e revistas, as narrativas contidas nessas mídias também insistem em desrespeitar o gênero das pessoas trans ou apagar o fato que determinada pessoa se identificava como travesti ou transexual. Segundo o relatório da Rede Trans Brasil, das notícias coletadas para o ano de 2016 apenas 22% respeitava o gênero das pessoas assassinadas as quais mencionavam (NOGUEIRA, SAYONARA; AQUINO; CABRAL, 2017, p. 22). O relatório traz duas reportagens para ilustrar, ambas tratam a pessoa morta no masculino, mas em uma a pessoa é identificada como “*um homem com roupas femininas*” e na outra como o “*travesti assassinado*” (NOGUEIRA, SAYONARA; AQUINO; CABRAL, 2017, p. 24–25). Nas conversas ao longo da pesquisa também escutei casos de famílias que rejeitaram seus/suas filhas(os) trans e após a morte enterraram essas pessoas desrespeitando o nome e o gênero com que se identificavam, por vezes, até tentando impedir a presença de outras pessoas trans próximas no enterro¹¹¹.

Os relatórios produzidos pelo movimento trans funcionam nessa disputa, então, como uma forma de conhecimento contra-público que, insistindo em ser o oposto do conhecimento oficial dos jornais, do Estado e do registro civil, faz emergir uma narrativa alternativa da morte dessas pessoas, com o nome e o gênero com o qual essas pessoas supostamente se

110 Essa alteração se inicia em função da Resolução 11, de 18 de dezembro de 2014, do Conselho Nacional de Combate a Discriminação LGBT. Tal resolução recomendou a adoção dos campos orientação sexual, identidade de gênero e nome social nos boletins de ocorrência das instituições policiais. Pelo fato das resoluções do CNCD não possuírem força de lei, a adoção dessas se dá a depender da pressão e vontade política de cada estado.

111 Não existem muitos registros dessa forma de violência específica, as pessoas comentam entre si, mas não gera notícias, protestos ou formas que permitem resgatar, registrar ou contar. O premiado curta *Os Sapatos de Aristeu* (GUERRA, 2008) talvez seja um dos poucos e o melhor registro dessa prática violenta. As personagens da história são fictícias, mas a narrativa é comum a história de tantas pessoas trans no Brasil.

identificavam. Há uma dimensão ética e de justiça nessa forma de contra-narrativa que está relacionada, mas que extrapola a estratégia da política institucional. Se seguirmos as proposições de Butler (2004b, 2008, 2015) sobre gênero, luto e política para analisar essas disputas de narrativas das mortes de pessoas trans, podemos afirmar que estamos diante de um esquema de inteligibilidade que impossibilita o reconhecimento dessas vidas trans *enquanto vidas*, o que interdita a capacidade fundamental de reconhecer essa perda e se viver o luto. A possibilidade de reconhecer essas perdas como tal é fundamental, pois como argumenta Butler (2015, p. 33) “*sem a condição de ser enlutada, não há vida, ou melhor dizendo, há algo que está vivo, mas que é diferente de uma vida*”. No esquema de inteligibilidade que opera nas narrativas oficiais, as vidas trans são consideradas desde sempre perdidas ou forçadas em narrativas estranhas a si mesmas para, então, serem choradas pela sua família. A contagem dessas mortes da maneira como feita pela ANTRA e pela Rede Trans, funciona como uma forma de alterar ou intervir nesse esquema, reconhecendo aquela vida enquanto vida em seus próprios termos e permitindo-se assim chorar aquela morte. Isso, em si, é uma forma de resultado desses movimentos sociais, mesmo que não o seja tangível ou mensurável.

É possível contra-argumentar que os relatórios, por serem uma forma quantitativa de agregação das mortes, operariam no sentido oposto, da despersonalização e da interdição do reconhecimento da materialidade daquelas mortes. Cada morte seria apenas mais um número, mais uma linha em uma longa tabela. Todavia, os relatórios estão inseridos em um contexto mais amplo e um conjunto de ações que juntas significam tais mortes de outra maneira. É preciso reconhecer que o movimento social também se relaciona com essas mortes pelo esforço que ativistas fazem para reconhecer os corpos assassinados e também através dos rituais coletivos de memória e pranteamento pelas vítimas.

Existe uma estranha relação entre o Instituto Médico Legal (IML) e algumas ativistas travestis. Assim que um corpo de uma travesti ou mulher transexual chega, principalmente quando não vem acompanhado documentos, é comum que um funcionário do IML imediatamente entre em contato com uma ativista ou uma das travestis de referência na cidade para que possa auxiliar na identificação do corpo. Caso não seja possível o reconhecimento imediato, inicia-se um processo de divulgação da imagem daquela pessoa trans em grupos de

Whatsapp e *Facebook* da militância, buscando encontrar alguém que possa reconhecê-la¹¹². Durante minha pesquisa de campo, vi isso ocorrer em São Paulo e Belo Horizonte, por ser advogado de formação, cheguei inclusive a auxiliar a ativista Anyky Lima em algumas dessas ocasiões. Não vi o mesmo ocorrendo em relação a homens trans.

Figura 11 – Performance de Alana Vargas Durante XXIII ENTLAIDS



Fonte: Acervo Pessoal de Alana Vargas, 2017

Presenciei, ainda, diversos rituais de pranteamento coletivo onde os nomes das travestis assassinadas eram lembrados e suas perdas choradas. Desses rituais, um se tornou tradicional e é realizado em quase todos os eventos organizados pela ANTRA. Trata-se do show da artista e ativista travesti Alana Vargas, que tive o prazer de presenciar por três vezes, nos ENTLAIDS de 2016 e 2017, bem como no Encontro Sul Trans (2017). A cena se inicia com a entrada, na sala ou no palco, de Alana e um figurante (em todas as ocasiões representado por um homem), encenando uma agressão. O figurante insulta, espanca e termina por matar Alana,

112 Opto por não reproduzir aqui as imagens desses pedidos. São pedidos compartilhados em grupos virtuais em que minha participação foi autorizada, mas não houve um pedido formal para o uso de dados daquele espaço virtual específico para essa pesquisa.

que está vestida com roupas rasgadas e maquiagem para simular sangue e hematomas. Após uma pausa dramática em que Alana permanece deitada e morta enquanto o figurante se retira lentamente, inicia ao fundo a música *And I Am Telling You I'm Not Going*, da trilha sonora do musical *Dreamgirls*. Alana se levanta e faz uma dublagem emocionante da música, enquanto de alguma maneira lembra o nome das travestis assassinadas naquele ano. Essa última parte varia com as condições do local. Em uma das apresentações, outras ativistas entraram no palco segurando placas com os nomes das pessoas assassinadas, em outra os nomes e fotos eram exibidos em um telão ao fundo. A plateia aplaudia, muitas comentavam os casos e apontavam as conhecidas entre as falecidas. Poucas foram as pessoas presentes que não choraram durante as várias apresentações. Outro desses rituais que presenciei foi a performance coletiva pelo Dia da Memória Trans, durante o *II Ssex Bbox*, em novembro de 2016.

Há ainda um último aspecto a ser analisado, já apontado por Butler (2004b) e também por Efreim Filho (2017): o da produção de um nós coletivo por meio do reconhecimento e publicização das mortes de companheiras e companheiros. Essa estratégia, corrobora com a construção de uma história comum sobre a coletividade trans, uma história de vulnerabilidade à violência letal. Em quase todo evento organizado por ativistas trans que acompanhei, de todos os coletivos, em algum momento foi repetida a frase *O Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais*. Esse lema era repetido mesmo quando não havia gestores e quando o público era majoritariamente trans. Esse é mais do que um discurso para convencer gestores, é uma história que permite unir pessoas trans de todo o país e com distintas posições sociais, todas sob a vulnerabilidade ao assassinato transfóbico. Durante aquele curto momento em que Alana dublava e fazia as pessoas lembrarem das mortes das companheiras, as disputas e fronteiras entre as pessoas presentes se diluíam todas estavam unidas, mesmo que apenas momentaneamente, sob o signo da vulnerabilidade, do risco e da dor das perdas.

Os relatórios analisados materializam esse lema em números, transformando-o em um *fato estatístico* quando comparado globalmente à quantidade absoluta de mortes por país. Mesmo as pessoas mais afastadas do ativismo podem ser afetadas pela divulgação desses dados em um processo similar ao analisado por Sarah Igo (2007). A exposição a esses dados estatísticos permite às pessoas trans, dos mais variados estratos sociais, a percepção da dimensão de sua própria condição de vulnerabilidade e, assim, a reavaliação da sua própria

vida e situação no mundo. Hoje foi Dandara, amanhã pode ser eu. Para usar as palavras de Roberto Efrem Filho (2017), em síntese, há uma reciprocidade constitutiva entre os corpos e o movimento: em um movimento dialético, o movimento social constitui esses corpos brutalizados como corpos trans ao identificá-los e classificá-los assim, por sua vez, esses corpos constituem o movimento ao serem pranteados e permitir a criação de um vínculo coletivo.

5 “QUANDO LEIO ESSES TRABALHOS, ME BATE UMA BAD”: MÁ REPRESENTAÇÕES VERSUS AUTO-TEORIAS CONTRA-PÚBLICAS

Era o segundo dia do Simpósio Temático 32 *Ciência, política e subjetividade: produções, coproduções e disputas de conhecimento trans*, no III Desfazendo Gênero, realizado em Campina Grande, no interior da Paraíba. O simpósio foi coordenado por Mário Carvalho, Viviane Vergueiro e Bruno Cesar Barbosa, que se ausentou do evento por problemas pessoais. No primeiro dia, eu havia apresentado um rascunho do que veio a se tornar o Capítulo 04 desta tese. Para o segundo dia ficaram os trabalhos de Dodi Leal e Maria Carolina Baggio, Luan Cassal, Magô Tonhon e Viviane Vergueiro. Era um momento pouco comum, em um mesmo simpósio havia três pessoas trans apresentando trabalhos, sendo que uma dessas ainda ocupava a função de coordenação. Outras pessoas trans também tinham submetido trabalho e foram aprovadas, mas por razões variadas não compareceram ao evento. Ao final das apresentações, coube a Viviane – que é ativista transfeminista e doutoranda pela UFBA – fazer os comentários e iniciar a discussão. Em sua fala, fez questão de notar o quanto aquela situação não era usual. A maior parte dos simpósios acadêmicos, mesmo ali naquele evento tão inclusivo a pessoas gênero-divergentes, não tem uma única pessoa trans apresentando trabalhos, quiçá na coordenação. Viviane refletia sobre a importância da entrada de pessoas trans na academia e da possibilidade dessas escreverem sobre si, ao fazer isso iniciou uma comparação com os trabalhos mais tradicionais das ciências sociais brasileiras e como as pessoas trans eram retratadas nesses: *“quando eu leio esses trabalhos, mesmo entendendo a relevância deles, me bate uma bad, esse povo não pensa que uma travesti vai ler. Não se pressupõe que a pessoa leitora será uma pessoa trans ou travesti”* (Caderno de Campo, III Desfazendo Gênero, 13 de outubro de 2017).

No capítulo anterior analisei um tipo específico de precariedade do conhecimento, a ausência de dados que descrevam a vida das pessoas trans. Em contrapartida, ativistas desenvolveram a estratégia de produzir dados quantitativos para suprir a lacuna. Situei essa

produção em um contexto mais amplo da maneira como a política institucional tem exigido a existência de dados quantitativos, demonstrei como o fomento de novas políticas públicas é um dos principais objetivos nessa ação, mas que existem ainda outros efeitos não necessariamente planejados. No presente capítulo, me dedico a analisar outro tipo de precariedade do conhecimento. Aqui não se trata tanto de uma ausência de conhecimento, mas de um conflito sobre a sua qualidade e credibilidade, isto é, estão em disputa aqueles conhecimentos existentes que são considerados como não adequados por atores/atrizes dos movimentos sociais, seja porque foram construídos de formas consideradas antiéticas, pouco abertas à participação de pessoas trans ou porque o conhecimento é considerado errado e/ou com consequências negativas para a população de pessoas trans. Como Viviane Vergueiro apontou, são conhecimentos sobre pessoas trans, algumas vezes de inegável valor, mas que não têm as pessoas trans como público dos textos. O alvo das disputas analisadas aqui não é tanto o Estado ou uma política pública específica, mas uma mudança de paradigma no próprio conhecimento sobre pessoas trans. Obviamente essa mudança de paradigma tem consequências para o Estado e para as políticas públicas, que são relevantes, desejáveis e ativamente buscadas, tais consequências são, frequentemente, o pano de fundo do debate, mas não são o meu foco central.

A linguagem utilizada para representar as pessoas trans passou por grandes mudanças nas últimas décadas. Hoje em dia é quase inconcebível um texto – nas ciências humanas - que trate travestis no masculino, como fez Hélio Silva (2007) em sua etnografia clássica, até uma nota explicativa sobre o uso do feminino, como faz Kulick (2008), me parece um pouco desnecessário ou deslocado no contexto atual. A mudança não se deu apenas na forma como as pessoas trans são tratadas, agora com seu gênero respeitado. Os temas de pesquisa se ampliaram significativamente e, mais recentemente, principalmente ao longo da última década, vem ocorrendo um processo de mudança gradual nas categorias analíticas: o uso de termos como homofobia e heteronormatividade está rareando e vem ganhando proeminência as explicações que recorrem a categorias como transfobia e cisgeneridade. A alteração não se restringe aos trabalhos acadêmicos, mas atravessa diversas arenas, chega até mesmo na mídia e na política institucional que passa, mesmo de forma tímida, a adotar algumas categorias transfeministas.

Como demonstrarei, a terceira onda dos movimentos de pessoas trans marcou uma inflexão no campo de produção de conhecimento sobre estas pessoas no Brasil. Até aquele momento esse conhecimento era produzido principalmente nas universidades e por pessoas cis que apenas excepcionalmente eram questionadas, como feito pelo coletivo ARACÊ. Tenho insistido que nunca houve um monólogo da academia para a sociedade sobre as pessoas trans e que desde o início do campo houve participação ativa, mas não necessariamente simétrica, das pessoas trans na construção desses conhecimentos. Todavia, a forma de participação de pessoas trans nessa produção brasileira era, e ainda é, bastante restrita. Mais frequentemente estas pessoas ocupavam o lugar de informantes ou de parceiras que fomentam a pesquisa e auxiliam na construção do campo de pesquisa. Muitas vezes, numa relação de troca e compromisso, pesquisadores realizavam trabalhos como a escrita de projetos, atas e relatórios de eventos para organizações do movimento trans em troca de ter acesso ao campo de pesquisa ou como uma forma de retorno pelo que aprendem¹¹³. Em raros casos, se tornaram assistentes de pesquisa de pessoas cis, como Keila Simpson foi de Don Kulick e de Gilson Goulart Carrijo, ou coautoras como Andréa Stefani e Bárbara Graner de Tatiana Lionço.

Agora, a situação estava mudando. Um grupo de pessoas trans estava sistematicamente acompanhando a divulgação na mídia, lendo os trabalhos acadêmicos, frequentando eventos sobre gênero e sexualidade (acadêmicos ou não) pelo país e comentando sobre esses textos e eventos em suas redes sociais. Com isso, não há mais espaço para não pensar nas pessoas trans como um público potencial desses estudos, textos de blogs e eventos [Olá, se você é uma pessoa trans, seja bem-vinda(o). Obrigado por ler até aqui]. Se os/as ativistas feministas cis e pesquisadores(as) cis não imaginavam as pessoas trans como público de seus textos, atualmente, ativistas trans - e especialmente as pessoas vinculadas a um

113 Uma cena de meu trabalho de campo que marca esse tipo de relação de troca entre ativistas e pesquisadores aconteceu no dia seguinte ao final do XXI ENTLAIDS, em Campo Grande. Era manhã do dia 13 de março de 2016, o evento tinha acabado no dia anterior e a maioria das participantes já não estavam mais pela cidade. Na porta do hotel havia dois bancos que davam para a rua, era o local que as pessoas se sentavam para conversar e fumar nos intervalos do evento. Estávamos sentados eu, Alessandra Ramos e Thais Silva. Conversávamos de homens e sexo quando a profa. Flávia Teixeira chegou e se juntou a nós. Alessandra se virou para Flávia e perguntou: - “*Dra eu queria ouvir a sua opinião, o que você achou desse ENTLAIDS?*” Flávia, que estava de pé, se virou para ela e respondeu: - “*Nem pareceu ENTLAIDS. Não teve atraque.*” Flávia afirmou que acredita que o movimento amadureceu bastante e completou: - “*Eu fiquei muito feliz quando vi a Keila lá na frente avisar que a Adriana [Sales] iria juntar e reescrever as propostas, porque sabe quem fazia isso antes? Era eu. O movimento amadureceu, ele não precisa mais de mim.*” Nesse momento, Thais Silva abriu um sorriso e disse: - “*Isso é muito legal, a gente está melhorando*” (Diário de Campo, XXI ENTLAIDS, Campo Grande, 13 de março de 2018).

subcampo transfeminista – optaram por operar num movimento diametralmente oposto, interpelando essas/esses ativistas e pesquisadoras cis com críticas que não foram feitas para ficar restritas às suas organizações, mas para se tornarem públicas e, idealmente, alcançar as pessoas que estão sendo criticadas.

O que ocorreu nesse período guarda certa analogia com o caso do movimento sobre Aids nos Estados Unidos. Nas palavras de Steven Epstein, os ativistas daquele movimento “*buscaram não apenas reformar a ciência ao exercer pressão do lado de fora, mas também fazer ciência ao se colocarem no lado de dentro*”¹¹⁴ (EPSTEIN, 1996, p. 13). Ao fazer isso, acabaram influenciando definitivamente o rumo da produção de conhecimento sobre AIDS nos Estados Unidos e no mundo. Em sua pesquisa, Epstein percebeu que os ativistas utilizaram uma multiplicidade de caminhos para conquistar credibilidade e, assim, poder influenciar os destinos da pesquisa, são eles: (i) aprender o vocabulário e os conceitos científicos do campo, o que dificultou que os argumentos dos ativistas fossem imediatamente rechaçados; (ii) tornar-se um ponto de passagem obrigatório, o que foi estabelecido ao se colocarem como representantes legítimos do público-alvo do conhecimento científico sobre aids e também como possuidores de um conhecimento privilegiado sobre os pacientes e suas vicissitudes; (iii) fundir argumentos morais, políticos, metodológicos e epistemológicos em uma linguagem técnica como, por exemplo, ao argumentar que a inclusão de minorias raciais nos grupos de controle dos medicamentos é, ao mesmo tempo, mais ético e fortalece metodologicamente o estudo; (iv) aproveitar-se de divisões internas à elite do campo, se aliando estrategicamente com diferentes atores a depender das especificidades de cada conflito (EPSTEIN, 1996, p. 335–336). Esses caminhos não são necessariamente uma sequência de passos e, por vezes, no caso concreto vários caminhos são adotados simultaneamente.

Como veremos, caminhos similares foram tomados para se legitimar o conhecimento contra-público transfeminista e de anti-patologização com vistas a alterar o campo trans. Não pretendo argumentar que ao fim esse processo levou a uma superação do modelo anterior, nem que haja consenso entre ativistas e organizações sobre a precariedade de determinado conhecimento. Como tenho insistentemente demonstrado, há uma série de conflitos internos

114 No original: *They seek not only to reform science by exerting pressure from the outside but also to perform science by locating themselves on the inside.*

ao movimento. Apenas para exemplificar, encontrei, durante o meu campo de pesquisa, ativistas trans que defendem a manutenção da patologização da transexualidade por razões diversas. O capítulo se subdivide em duas grandes partes. Na primeira, analiso a emergência de um subcampo transfeminista, na segunda analiso um conflito recente durante um grande evento sobre saúde trans.

O caso do transfeminismo é particularmente interessante por ser um objeto de fronteira na interseção entre os campos trans, LGBT e feminista. Ao emergir, instaura conflitos bastante agudos em todos esses campos tanto nos setores mais movimentalistas, quanto nos setores mais acadêmicos. Como motor de todos esses conflitos está a produção de conhecimento em um blog de um coletivo chamado *Coletivo Transfeminismo* mas, uma vez que o processo é disparado, é criado um subcampo discursivo transfeminista que extrapola o coletivo e agrega uma pluralidade de sujeitos que passam a se identificar e agir a partir desse, mesmo sem integrar a organização. O conhecimento produzido a partir desse campo vai empoderar uma nova geração de ativistas para demandar mais visibilidade e uma mudança no paradigma de produção de conhecimento sobre pessoas trans.

Já o caso do evento que pretendo descrever permite perceber claramente as clivagens internas ao campo, principalmente na elite da produção de conhecimento. À primeira vista pode parecer uma fratura entre diferentes disciplinas, especialmente entre ciências humanas/sociais e ciências médicas, mas que não se reduz a isso. Há divisões e conflitos internos às próprias disciplinas e também entre as várias coordenações dos ambulatórios. A forma como o conflito ocorreu fez com que a divisão fosse menos entre disciplinas e mais entre diferentes modos de produção de conhecimento, em que os conhecimentos que não se abrem para a contribuição das pessoas trans e das organizações do movimento social sejam considerados piores, ou seja, um conhecimento precário. Tratam-se de divisões e alianças que não são exatamente novas, algumas dessas remontam a períodos anteriores, mas agora se ampliaram, permitiram uma mudança na correlação de forças no campo e produziram novos sentidos. O caso interessa ainda por permitir analisar uma estratégia comum no movimento trans e outros movimentos sociais, mas ainda não analisada até agora, a *política do escândalo* e do *escracho*.

5.1 A emergência de um subcampo transfeminista

Se posso iniciar descrevendo algo certo sobre o transfeminismo é que ele é uma chama e o combustível se chama gênero, embebido no pavio do feminismo – servindo como lamparina ou coquetel molotov (JESUS, 2013).

Entre o final de 2011 e início de 2012 surgiu o Coletivo Transfeminismo por iniciativa de Aline Freitas, Hailey Kaas, Leda Ferreira, Nicholas Rizzaro e um conjunto de outras pessoas cis e trans. Em entrevista, Hailey (2016b) me conta que já circulava por espaços de ativismo LGBT e feministas antes mesmo de criar o coletivo, assim como as outras integrantes desse. Todavia, a ativista sentia falta de uma articulação melhor entre essas diversas pautas e, por ser uma pessoa trans, percebia principalmente a falta de debates sobre questões trans com uma perspectiva feminista: *“Eu achava esquisito você ter duas coisas separadas, tipo... Não fazia sentido para mim”* (KAAS, 2016b).

Hailey não foi a primeira a se incomodar com essa desconexão de pautas e a propor um transfeminismo no Brasil. Existiram algumas iniciativas pioneiras que, apesar de curta duração, foram significantes para a construção do transfeminismo por aqui. A primeira iniciativa que se tem registro partiu da ativista Aline Freitas que, após transicionar no final dos anos 1990, se aproximou do ativismo feminista. Aline, que é programadora e já participava de coletivos por mídia independente, apostou na criação de um blog chamado transfeminismo como forma de divulgar suas ideias e fazer uma espécie de ativismo virtual. Ao longo dos anos 2000, escreveu diversos textos transfeministas, principalmente influenciada por ativistas e pesquisadoras trans como Kim Perez Fígarez, Patrick Califia, Emi Koyama e outras. O blog de Aline saiu do ar após alguns anos e pouco registro restou dessa primeira iniciativa¹¹⁵. A segunda iniciativa veio das ativistas do Coletivo Nacional de Transexuais que buscaram se afastar de organizações e políticas LGBT e se aproximar das políticas institucionais de mulheres e do movimento feminista. Em 2005, foram ativistas desse grupo que reivindicaram a participação no Encontro

¹¹⁵ Talvez um dos poucos registros seja o texto Ensaio de Construção do Pensamento Transfeminista, publicado pelo Centro de Mídia Independente (CMI) em 2005 (FREITAS, 2005). Abordei alhures a trajetória de Aline e suas perspectivas sobre o transfeminismo (COACCI, 2014).

Feminista Latino-americano (EFLAC) de Serra Negra e que acabou promovendo uma alteração na política desses encontros para autorizar a participação de mulheres transexuais¹¹⁶. Em 2008, o Coletivo se reestruturou passando a se chamar Aracê – Rede Social de Direitos Humanos, Feminismo e Transexualidade. Nessa época, a Aracê já fazia duras críticas às pessoas cis, principalmente das ciências humanas, que pesquisavam sobre transexualidade, chegando, inclusive, a ameaçar publicamente de processar uma pesquisadora. Na avaliação dessa organização, a pesquisadora teria divulgado em livro o nome e o caso de uma de suas ativistas, sem jamais ter obtido consentimento formal para tal (LIONÇO, 2018). O grupo teve um grande impacto e em parte foram responsáveis pela conquista do processo transexualizador no Brasil, mas pouco após a mudança de nome foi se desestruturando e desapareceu.

Dessa maneira, no início da década de 2010 as iniciativas pioneiras de Aline e da Aracê já haviam saído de cena. É nesse cenário que Hailey criou, em 2011, primeiro um grupo no *Facebook*, posteriormente uma página nessa mesma rede e um site próprio, todos chamados *Transfeminismo*¹¹⁷. O grupo tinha uma dinâmica muito viva, com posts diários e longos debates, servindo como um espaço de sociabilidade, solidariedade e também de autoformação sobre pautas transfeministas (COACCI, 2014, p. 151). Já o site e a página funcionavam para divulgação de conteúdo transfeminista original ou de textos traduzidos, algumas vezes discutidos anteriormente dentro do grupo. Trata-se de uma dinâmica muito similar à de outros coletivos virtuais que surgiram em um período próximo e que inspiravam Hailey, como as Blogueiras Feministas, estudadas por Carolina Ferreira (2015). Apesar das diversas tentativas, o coletivo nunca conseguiu organizar um esquema de postagens e os textos eram escritos e publicados a depender da disponibilidade e interesse de cada uma.

Em um primeiro momento, o trabalho ficou concentrado principalmente nas mãos de Hailey Kaas, depois outras pessoas como Beatriz Bagagli assumiram mais protagonismo. Nunca houve uma fronteira muito rígida entre o dentro e o fora do coletivo, não havia uma forma de filiação ou uma lista oficial de integrantes. Com isso, há uma fluidez grande de pessoas que,

116 Abordei com mais detalhes esse caso em Coacci (2014). Outras perspectivas também pode ser lidas em Mario Carvalho (2015, p. 228–230) ou no trabalho de Karla Adrião, Juracy Tonelli e Sonia Maluf (2011).

117 O grupo original no Facebook foi apagado e um novo, chamado Transfeminismo <3, foi criado. O site e a página no Facebook permanecem no ar desde então nos mesmos endereços, todavia, o site sofreu diversas transformações ao longo dos anos. Site: <<https://transfeminismo.com/>> Acesso em: 10.04.2018 Página no FB: <<https://www.Facebook.com/Transfem/>> Acesso em: 10.04.2018

por vezes, apenas passam pelo coletivo, contribuem com alguns textos e depois se afastam de uma participação mais orgânica, mesmo que talvez continuem compartilhando e comentando os textos da página. Ademais, uma das possibilidades abertas por essa modalidade de engajamento virtual é justamente o contato entre pessoas distantes fisicamente. Assim, as pessoas que integravam o coletivo residiam em diversas cidades do país, não necessariamente se conheciam pessoalmente ou tinham contatos presenciais frequentes. Apesar dessa possibilidade de descentralização, há nas atividades do Coletivo uma clara concentração na região sudeste e, principalmente, São Paulo (onde habitam Amara Moira, Hailey Kaas, Leila Dumaresq e outras pessoas). Por não disporem de grandes recursos financeiros, grandes eventos, principalmente acadêmicos, acabavam por se tornar um dos poucos espaços onde essas pessoas se encontravam presencialmente, algumas vezes pela primeira vez.

Essa nova geração de ativistas que emerge a partir da década de 2010 tem um perfil bastante distinto das gerações anteriores do movimento trans e, talvez, se aproxime mais ao das “jovens” feministas¹¹⁸ da recente pesquisa de campo de Sônia Alvarez (2014). São, em sua maioria, pessoas jovens, de classe média, que tiveram acesso à educação formal e que manejam bem as ferramentas da internet e das redes sociais. Além disso, algumas das ativistas ligadas ao núcleo mais ativo do Coletivo leem e escrevem em inglês com excelente fluência, o que permitiu as trocas virtuais com o conhecimento transfeminista internacional que tanto influenciou essa corrente no Brasil. Outra diferença fundamental é em relação à prostituição. Enquanto essa atividade foi uma marca fundamental para as primeiras gerações de ativistas travestis, a prostituição não me parece ser uma marca tão fundamental na vida e no ativismo dessas ativistas transfeministas¹¹⁹. Mesmo Amara Moira, que tem sua trajetória marcada pela prostituição, se engaja nessa de forma bastante diferente das gerações anteriores. Não é a violência sofrida na prostituição que leva Amara para o ativismo transfeminismo e o início de seu engajamento com a prostituição ocorre durante o período que cursava seu doutorado em

118 Jovens aqui se encontra entre aspas, pois a maioria dessas feministas não utilizavam da categoria jovem para se identificar. Principalmente fora do eixo das ONGs, essas jovens mulheres se identificavam como feministas e *ponto* ou utilizavam outros adjetivos como anarca, negra, queer, anticapitalista, etc (ALVAREZ, 2014, p. 34).

119 Uma exceção é Indianara Siqueira, uma das ativistas que ajudou a fundar o movimento de pessoas trans no Brasil ainda na década de 1990. Sua trajetória se assemelha mais a de outras ativistas de sua geração, como Keila Simpson. No entanto, Indianara é atualmente reconhecida por sua apropriação bastante singular e potente do transfeminismo, o que a diferencia bastante de outras ativistas de sua geração. Definitivamente, Indianara é uma das pessoas mais singulares do campo, é inclassificável e tenho certeza que ela se esforça para permanecer assim.

literatura na UNICAMP, se distanciando, assim, do perfil das ativistas das gerações anteriores, como Keila Simpson e Jovanna Cardoso. Essa percepção sobre o perfil da nova geração do movimento trans também é compartilhada por Mario Carvalho (2015, p. 157–160; 228–233).

Somado às diferenças de perfil, há ainda uma opção por um modelo diferente de engajamento político. As gerações anteriores apostavam mais em um modelo de engajamento que priorizava a presença em espaços participativos como conselhos, conferências e comitês, em atuar fazendo *advocacy* no gabinete de gestores, vereadores e deputados. Essa nova geração de ativistas, por sua vez, apostou na produção de conteúdo para as redes sociais como a forma prioritária – ou ao menos uma das formas prioritárias – de engajamento político. Esses distintos modelos de atuação produziram uma série de conflitos geracionais em que as ativistas transfeministas muitas vezes eram acusadas de fazer *ativismo sofá*, isto é, de fazer uma forma confortável e pouco eficiente de ativismo; ao mesmo tempo em que essas tinham uma percepção crítica do ativismo institucionalizado que, por vezes, daria pouco resultado e acabaria em brigas e cooptação, como me conta Viviane Vergueiro (2017): “*não quero. Porque isso é onde entram as picuinhas, entram justamente os jogos de poder bizarros. E acho que eu preciso me preservar um pouquinho desse espaço para eu produzir com sinceridade assim, porque senão artificializa o negócio*”. Essa crítica não se transforma em uma rejeição incondicional às formas mais institucionalizadas de ativismo e, muitas vezes, essas ativistas combinavam diferentes formas de engajamento.

Percebi ainda, nos últimos anos, um processo de complexificação em que as variadas gerações do movimento têm se aproximado, sem nunca dissolver completamente as tensões, e se apropriado mutuamente dos diferentes repertórios¹²⁰. A mudança pode ser percebida, por exemplo, quando o Coletivo Transfeminismo passa a se identificar explicitamente como socialista (COLETIVO TRANSFEMINISMO, 2015), o que foi muito influenciado pela entrada de Hailey Kaas no PSOL. Outro exemplo possível é o papel central que as redes sociais possuem

120 Para uma análise mais detalhada desse conflito entre *ativistas de sofá* vs *cooptadas e burocratas* ver a dissertação de Lucas Bulgarelli (2018, p. 135–145), especialmente seu último capítulo. Bulgarelli também percebe que há uma redução nas tensões e uma reavaliação mútua sobre as estratégias, o que na sua opinião está ligado a diversos aspectos, dentre eles as crises institucionais e ao golpe que destituiu, em 2016, a presidenta Dilma. Como argumenta Bulgarelli (2018, p. 160): “*Não se tratava propriamente de negar as conquistas e a capacidade de mobilização que as redes ofereciam, mas de apontar os limites de uma atuação focada na desconstrução por meio de produção de textos, face a um contexto político que demandava uma defesa enfática da democracia por parte de diversos setores da sociedade.*”

na divulgação dos relatórios de assassinatos analisados no capítulo anterior.

Dessa maneira, entre 2011 e 2017 foram produzidos 239 textos¹²¹, escritos por diversas pessoas trans, mas também com algumas colaborações de pessoas cis. O foco inicial do Coletivo era principalmente em “*educar outros espaços feministas sobre questões trans* básicas e como essas se relacionam ao feminismo*”¹²² (KAAS, 2016a, p. 147 - tradução livre). Em um movimento duplo, os posts construíam um *olhar transfeminista* e utilizavam desse para analisar acontecimentos considerados relevantes. A quase totalidade dos textos se propunha como uma forma de explicação de determinada dinâmica social ou uma elaboração de uma questão por um *olhar transfeminista*, como o post *O que é cissexismo?* (KAAS, 2012b). A exceção são os posts de caráter mais informativo sobre algum evento ou acontecimento, explicando as mudanças na dinâmica do site, dentre outros. O conteúdo original prevalece, quase sempre, escrito por integrantes do Coletivo, mas conta também com eventuais *guest posts*¹²³ e a tradução de conteúdos de autoras transfeministas estrangeiras, como o ensaio *Uma Sinfonia Social: os quatro movimentos de transfobia na teoria*, da americana Katherine Cross (2013).

Hailey (2016b) afirma que uma das primeiras e principais tarefas na construção desse olhar transfeminista foi a construção/tradução da ideia de cisgeneridade: “*porque o termo cisgênero foi cunhado antes dos anos 2000, tinha um tempo já e a militância usava lá [nos Estados Unidos] com mais frequência do que a gente usava aqui. Era mais conhecido lá do que aqui. Aí eu peguei e comecei a traduzir alguns textos explicando o termo cisgênero*” (KAAS, 2016b). Não se tratava de uma ausência completa, o termo cisgênero já tinha sido utilizado no Brasil por Aline Freitas (2005), mas Hailey e suas parceiras avaliavam que até aquele momento o conceito não estava adequadamente difundido. A primeira elaboração do Coletivo para definir e divulgar esse conceito foi o texto *O que é cissexismo*, escrito inicialmente por Hailey em novembro de 2011. Nesse momento, a definição de cisgênero era:

121 A distribuição dos textos se dá da seguinte maneira: 2011: 10; 2012: 19; 2013: 34; 2014: 32; 2015: 27; 2016: 53; 2017: 64.

122 No original: “*educating other feminist spaces about basic trans* issues and how they related to feminism*”.

123 *Guest posts* são textos escritos por uma pessoa que não integra a equipe de um blog. A iniciativa do *guest post* pode partir da equipe que coordena o blog, ao convidar alguém, mas também é comum que esses blogs coletivos como o Transfeminismo e o Blogueiras Feministas recebem propostas de colaboração. Alguns blogs até estimulam essa submissão de textos.

Uma pessoa cis é uma pessoa na qual o **sexo designado ao nascer + sentimento interno/subjetivo de sexo + gênero designado ao nascer + sentimento interno/subjetivo de gênero, estão “alinhados”** ou “deste mesmo lado” – o prefixo cis em latim significa “deste lado” (e não do outro), uma pessoa cis pode ser tanto cissexual e cisgênera mas nem sempre, porém em geral ambos. (KAAS, 2011 - grifos no original).

Esse termo se contrapunha especificamente ao uso da fórmula *homens e mulheres biológicos* para nomear as pessoas que não são trans. Na interpretação do Coletivo, utilizar os termos *biológico* ou *não-trans* reforçava o biopoder e as lógicas patologizantes ao colocar a transexualidade como algo não natural. É importante perceber que o termo cisgênero aparece junto a um pacote de outros termos, também oriundos do ativismo transfeminista internacional, como *cissexismo*, e a uma lista exemplificativa de 11 formas que configurariam esse tipo de discriminação, dentre elas: “2) *Noção de que só existem 2 gêneros (binários: masculino/feminino) e que uma pessoa deve estar alinhada dentro de um desses 2, e/ou; 3) Noção de que uma pessoa trans* tem uma vivência menos ‘verdadeira’, e/ou nunca será ‘verdadeira’ se não fizer modificações em seu corpo para ficar mais próxima de um dos gênero binários, e/ou [...]”* (KAAS, 2011). Isso demonstra que, mais do que buscar um termo para nomear esse outro inominado que eram as pessoas cisgêneras, o que estava se operando era a tradução/construção de uma linguagem que permitiria a reelaboração da experiência das pessoas trans de maneira distinta da que era feita até agora, isto é, estava em processo a produção de um conhecimento contra-público.

Se o uso do termo cisgênero não era exatamente uma novidade, a rejeição radical a patologização da transexualidade, também não era algo novo no Brasil, como a própria Hailey Kaas reconhece em nossa entrevista. A existência prévia de uma tradição consolidada de pesquisas sobre gênero e sexualidade no Brasil que, a partir de meados da década de 2000, contou com forte divulgação da teoria queer (FACCHINI; DANILIAUSKAS; PILON, 2013) e com o crescimento dos estudos sobre pessoas trans, é condição de possibilidade para as críticas feitas por essas ativistas. Trabalhos como os de Berenice Bento, Daniela Murta e Márcia Arán no Brasil, bem como de textos de Judith Butler, que cada vez mais ganhavam visibilidade por aqui, já apresentavam críticas à transexualidade. Nos setores mais movimentalistas essas

críticas já estavam presentes no discurso do CNT, na época da formulação do processo transexualizador, mas uma vez que o processo foi instituído e o CNT desapareceu prevaleceu uma aceitação crítica e estratégica à patologização, como mecanismo que permitia o acesso a direitos. A novidade está na mistura dessas várias referências em um novo pacote transfeminista; na radicalidade com que recusam a patologização, até mesmo como estratégia de acesso aos direitos; no protagonismo de jovens pessoas trans; e no fato dessa produção ser feita inicialmente fora de espaços tradicionais de produção de conhecimento como em blogs, grupos do *Facebook*, no *tumblr* e outras plataformas digitais.

A proposta do coletivo não foi bem recebida em seu início e acabou por instaurar diversos conflitos nos campos feminista, LGBT e trans, seja nos setores mais próximos do ativismo virtual, da produção de conhecimento acadêmico ou do ativismo das ONGs. Em entrevista, Hailey conta um pouco dessa recepção inicial:

Ah, não teve aceitação. A gente teve que chegar chutando a porta. Em um primeiro momento, inclusive falando mais por mim, havia muita agressividade. Era uma coisa muito isolada, a gente não tinha apoio de nenhum outro grupo feminista. A gente engatinhava nas questões, mas a gente queria que as pessoas ouvissem e comesçassem a falar e tal, né? Então, foi muito difícil. Nós não tivemos... Por falta de estrutura, por falta de experiência, maturidade e tudo, a gente não conseguiu fazer uma ponte assim suave. Digamos assim, não foi um diálogo suave. Eu não sei que outra palavra usar, porque foi uma coisa violenta (KAAS, 2016b).

O conflito pela adoção do conceito de cisgeneridade e seus conceitos derivados talvez seja o que atravessa todos esses campos. Essa nova linguagem foi rejeitada igualmente por feministas (vinculadas à academia ou não), ativistas/pesquisadores LGB e até mesmo por ativistas trans históricas. Esse é um conflito que atravessou todo o período estudado e ainda não se encerrou, mesmo havendo uma progressiva aceitação. Um dos episódios centrais desse conflito foi a publicação do texto *O (Cis)gênero Não Existe* (RODRIGUES, 2014), pela filósofa feminista Carla Rodrigues, no blog do *Instituto Moreira Sales*. O mote da autora foram as publicações de Amara Moira no *Facebook* e em seu blog *E Se Eu Fosse Puta?*, denunciando pichações transfóbicas de feministas radicais nos banheiros femininos da UNICAMP. Rodrigues buscou criticar o feminismo radical que por essencializar o gênero e simultaneamente criticar a proposta transfeminista por instaurar um novo binarismo cis/trans teria endossado, na sua

opinião, a premissa problemática de uma adequação perfeita entre sexo e gênero nas pessoas cis. Por inexistir esse encaixe perfeito, o conceito perderia assim seu sentido e impossibilitaria uma análise complexa do gênero. O texto rapidamente viralizou¹²⁴ e foi compartilhado por centenas de pessoas tanto apoiando quanto criticando e foi reblogado em diversas páginas como o importante portal *Geledés – Instituto da Mulher Negra*.

Em poucos dias, Leila Dumaresq, filósofa e integrante do transfeminismo, publicou uma resposta em seu blog. Seu texto, chamado *O cisgênero existe* (DUMARESQ, 2014), denunciava a forma apressada como o termo era criticado por pessoas da academia, geralmente atacando o que considera ser um espantalho nada representativo de seus usos transfeministas: “[...] *recuso-me a defender este ‘cisgênero’ que vocês atacam. Eu quero que vejam, e compreendam de uma vez, o que é ‘cisgênero’ nas bocas e nas falas das pessoas trans*” (DUMARESQ, 2014). A partir de então, Dumaresq segue enumerando usos do termo cisgênero em diversos textos transfeministas desde a década de 1990 para demonstrar que nesses usos concretos, *das bocas das pessoas trans*, não operavam um novo binarismo naturalizante. Na sua opinião, cisgênero seria antes de tudo uma categoria política que revela operação do binário normal/patológico que operaria dividindo os corpos entre cis e trans e produzindo assimetria entre esses. Assim como o texto de Carla Rodrigues, esse texto viralizou e contribuiu para propagar o termo cisgênero¹²⁵.

As pichações denunciadas por Amara Moira servem também para analisar o conflito na interface entre o transfeminismo e o feminismo, que tem em seu cerne o debate sobre a participação de mulheres trans e travestis em espaços feministas e em última instância a própria condição de mulher das mulheres trans e travestis. O transfeminismo tem afirmado radicalmente a autonomia para as pessoas trans dizerem sobre si, seus gêneros e seus corpos e isso incomodou certas feministas que recusam os conceitos transfeministas, o reconhecimento do gênero das pessoas trans e conseqüentemente rejeita a participação dessas pessoas em espaços feministas. Essa rejeição pode ser encontrada em pessoas de todas as correntes ou vertentes do feminismo em maior ou menor grau, mas de forma mais aguda está presente entre

124 Viralizar é a expressão utilizada na internet quando determinado conteúdo se espalha rapidamente, ganhando grande repercussão (nem sempre esperada).

125 Para análises mais detalhadas do conflito sobre as denúncias de Amara Moira, os textos de Carla Rodrigues e Leila Dumaresq ver os trabalhos de Mario Carvalho e Sergio Carrara (2015) e de Lucas Bulgarelli (2018, p. 146–153).

aquelas que se identificam como *feministas radicais* (mais conhecidas como *rads*), corrente essa que desde a década de 1970 desenvolveu todo um arcabouço teórico para acusar as pessoas trans de estarem invadindo o movimento feminista e a feminilidade. As categorias *transativismo* e *piroco* são acionadas pelas *rads* como forma de identificar as transfeministas e rejeitar o pertencimento dessas ao feminismo e é comum o uso de slogans como “*ser mulher não é vestir os nossos sapatos*”, presente no caso denunciado por Amara Moira. Tal corrente promoveu campanhas de difamação contra as ativistas do transfeminismo, que acabaram tendo seus nomes de registro divulgados em blogs e seus perfis do *Facebook* bloqueados ou apagados, após uma campanha de denúncia em massa de suas postagens como se fossem discurso de ódio ou dos seus perfis como falsos. As denúncias por perfil falso são especialmente cruéis, já que o *Facebook* adotava a política de forçar a utilização do nome de registro. Para desbloquear as contas, as pessoas trans eram obrigadas a enviar um documento com foto para o *Facebook*, o que gerava dificuldades dado que nem toda pessoa trans pode ou quer retificar o próprio nome.

De uma forma paradoxal, os conflitos auxiliam a levar a linguagem transfeminista para um público cada vez maior e à medida que ocorrem vai sendo tecida uma nova teia de alianças, solidariedade e conexões, nem sempre fortes, que opera formando um subcampo discursivo transfeminista que extrapolou em muito o Coletivo e atravessou diversos campos. Com isso, começaram a aparecer também outras pessoas que se identificavam, se posicionavam no mundo e agiam politicamente a partir de ideias transfeministas, mesmo que sem ter integrado o Coletivo Transfeminismo. Conforme me contou em entrevista, Jaqueline Gomes de Jesus, uma das principais teóricas do transfeminismo na atualidade, foi uma das primeiras pessoas a agregar a esse subcampo pelo contato que teve na internet: “*Eu tive contato com o transfeminismo por meio de leituras de internet. Tive contato com autoras muito importantes que eu digo que são da primeira geração de autoras transfeministas como a Aline Freitas e Hailey Kaas. E eu achei que era um campo relevante para pensar feminismo e para pensar os movimentos sociais de pessoas trans*” (JESUS, 2018). Jaqueline me afirma que nunca foi uma integrante do coletivo, mas uma parceira. Além de Jaqueline, o subcampo foi se constituindo a partir do trabalho de tantas outras pessoas trans que emergiram pouco após o surgimento do transfeminismo e que rapidamente alcançaram um status de celebridade de nicho na internet:

Amara Moira em seu blog *E se eu fosse puta?*¹²⁶ que se transformou em livro (MOIRA, 2016); Daniela Andrade; Helena Vieira, que se tornou colunista em revistas e diversos portais da internet; Maria Clara Araújo; Sofia Favero, com seu trabalho na página *Travesti Reflexiva*¹²⁷; dentre outras.

5.1.1 “Até a globo fala cis”: visibilidade e credibilidade transfeminista

Mario Carvalho (2015) argumenta que a história do movimento trans pode ser lida por meio das disputas entre distintos *regimes de visibilidade*, isto é, entre as formas como, por um lado, o sujeito coletivo do movimento se representa e, por outro, como esse sujeito coletivo e indivíduos são representados por outros atores que não são ativistas. Dessa maneira, grande parte da luta histórica desse movimento social se daria por meio de ações que buscam visibilidade, mas não qualquer visibilidade, a que em determinado momento é considerada a mais adequada para os propósitos da ação ou do movimento.

O Coletivo Transfeminismo se insere nesse contexto e tem a busca por *visibilidade trans* como um eixo norteador de sua atuação. Pouco após o coletivo ser criado e o blog lançado, essas pessoas começaram a circular em alguns dos principais espaços acadêmicos e de organizações dos movimentos sociais feminista e LGBT no Brasil. Faziam sua participação ser notada por meio de avisos na internet de que estariam no evento, intervenções públicas como perguntas em palestras e de comentários nas redes sociais sobre os eventos acompanhados, tanto por comentários em tempo real pelo Facebook quanto em textos mais longos postados alguns dias em seu blog. Um dos primeiros posts, ainda de 2012, é nesse estilo, trata-se de um relato crítico da participação de Hailey Kaas no *VI Congresso da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH)*¹²⁸:

126 Disponível em: <<http://eseuefosseputa.com.br/>> Acesso em: 04.05.18

127 A página *Travesti Reflexiva* foi muito influente entre 2013 e 2015, mas não se encontra mais no ar. Segundo Lucas Bulgarelli (2018, p. 155), após a publicação do polêmico texto *Pode o Cisgênero Falar?*, em dezembro de 2015, em que Sofia se posicionou sobre o debate do *lugar de fala*, essa recebeu muitas críticas e foi progressivamente se afastando e sendo afastada deixando de ser um dos pontos nodais do campo transfeminista.

128 É importante enfatizar que os congressos da ABEH já se consolidaram como um dos principais eventos acadêmicos de gênero e sexualidade. Foi também um dos principais espaços a acolher estudos sobre pessoas trans no Brasil.

Ocorreu em Salvador-BA na semana passada o VI congresso ABEH, o qual eu participei como ouvinte. Vári@s teóric@s reconhecid@s participaram do congresso, que tinha a temática “Memórias, rumos e perspectivas dos estudos sobre a diversidade sexual e de gênero no Brasil”. Farei apenas alguns breves comentários (que talvez sejam mais um desabafo) sobre o congresso, pois pretendo discorrer detalhadamente em outra postagem. Apesar de o congresso ter separado uma mesa específica para discutir a despatologização das identidades trans*, a apresentação a Associação Brasileira de Homens Trans foi bastante fraca. [...] Novamente contamos com Berenice Bento com sua fala energética e de certo modo muito empoderadora para tomar as “rédeas” da luta pela despatologização das identidades trans* [...]. As duas falas de Bento foram muito poderosas – e eu simpatizo muito com ela. Mas até quando vamos depender da “boa vontade” de teóric@s cis, torcendo para que “acertem” (a revelia dos termos biologizantes que Bento utiliza sempre – sua única incoerência discursiva) na busca da humanização das pessoas que vivenciam a experiência não cisgênera? Como lidar com pessoas trans* que reproduzem os discursos hegemônicos biologizantes ciscêntricos de gênero, que tanto prejudicam pessoas trans* e cis? Por que a colonização do “campo trans* do saber” continua reproduzindo discursos demasiadamente senso comum revestidos de ciência, mesmo em um congresso que procura desconstruir essas noções? Por que permanecem acrílicos? Por que o assunto trans* permanece como “novidade” no Brasil e consequentemente nós não avançamos nas discussões promovidas pela própria teoria queer – a qual muit@s no congresso alegaram evocar? [...] **Talvez a academia precise criticar menos a sociedade e passar a se auto-criticar** (KAAS, 2012a - grifos no original).

O post serve como um registro público da presença e dos debates realizados no evento, todavia o fato disso ser feito em um blog e/ou no *Facebook* joga o evento, os debates e a presença dessas ativistas para um público muito mais amplo que seus tradicionais frequentadores. A autora também opera uma avaliação do que chama de *campo trans* do saber* que parece abarcar *teóric@s cis* e *pessoas trans** em uma dinâmica conjunta, mas não necessariamente horizontal, de produção de conhecimento. Seu diagnóstico se encaixa no que venho chamando de precariedade do conhecimento, aqui é a qualidade do conhecimento o que é questionado, bem como as dinâmicas de poder que estruturam esse campo. O conhecimento (re)produzido por esse campo, na sua opinião, seria em sua maioria “*discursos demasiadamente senso comum revestidos de ciência*” (KAAS, 2012a), mas haveria exceções, dentre elas Berenice Bento que também é criticada, mas que o peso do reconhecimento de suas contribuições extrapola o da crítica. A crítica se dirige, assim, a distintos atores, tanto à *teóric@s cis*, quanto a uma organização de movimento social (ABHT). Para o Coletivo Transfeminismo a presença de pessoas trans nas mesas é fundamental, mas não suficiente.

Numa crítica que lembra a divisão que Grosfoguel (2008) faz entre *lugar social* e *lugar epistêmico*, as ativistas transfeministas demandam que as pessoas trans nesses espaços de representação se descolonizem e não reproduzam discursos produzidos a partir da posição epistêmica da cisgeneridade.

A presença online foi reforçada por meio de campanhas, parcerias e conflitos. Dentre elas, vale a pena destacar as campanhas de blogagem coletiva pela visibilidade trans. Desde 2013, o Coletivo Transfeminismo organiza esse evento em parceria com outros coletivos de blogs como o *Blogueiras Feministas* e o *Blogueiras Negras*, dois dos principais blogs da *blogosfera* feminista brasileira e grandes aliados do Transfeminismo. Segundo Ferreira (2015, p. 211), “As blogagens coletivas são estratégias de comunicação utilizadas por essas teias político-comunicacionais feministas para dar visibilidade e/ou ‘aquecer’ o debate na rede sobre determinada temática”. São uma forma de evento online em que há uma mobilização prévia dessa teia para a publicação de diversos textos, em diversos blogs e de diversos autores(as), em um mesmo dia e com um mesmo tema. Assim, no dia 29 de Janeiro de cada ano, vários textos que abordavam por diferentes aspectos a (in)visibilidade das pessoas trans foram postados no blog do Coletivo Transfeminismo, em blogs parceiros e outros blogs que atenderam a chamada espontaneamente, mesmo não fazendo parte do planejamento inicial. A blogagem coletiva foi realizada entre 2012¹²⁹ e 2016 e resultou em mais de 20 posts só no blog do transfeminismo.

Para Hailey, a aproximação de Jaqueline Gomes de Jesus, mulher transexual negra e doutora em psicologia pela UNB, ao Coletivo Transfeminismo foi fundamental para uma maior inserção desse no mundo acadêmico: “através dela que a gente conseguiu fazer aquele primeiro GT de transfeminismo no Fazendo Gênero 10” (KAAS, 2016b). Conforme me relatou Jaqueline (2018), em parceria com Hailey Kaas e Luma Andrade, travesti e doutora em educação, propuseram ao *Fazendo Gênero 10*¹³⁰, ocorrido em 2013 na Universidade Federal de Santa Catarina, a realização do *Simpósio Temático Feminismo Transgênero ou Transfeminismo*.

129 A primeira edição da blogagem coletiva ocorreu em 2012 sendo convocado pelas Blogueiras Feministas. A partir de 2013, a blogagem coletiva foi convocada pelo Transfeminismo em parceria com as Blogueiras Feministas, Blogueiras Negras e True Love. Em 2016, a blogagem coletiva foi convocada apenas pelo Coletivo Transfeminismo.

130 O Fazendo Gênero é um evento bianual realizado na Universidade Federal de Santa Catarina. O evento vem se consolidando como um dos maiores e mais relevantes eventos feministas do Brasil, reunindo pesquisadoras e ativistas nacionais e estrangeiras.

A proposta foi aceita e esse foi o primeiro simpósio a reunir exclusivamente trabalhos sobre esse tema em um evento acadêmico no Brasil. Hailey (2016b) e Jaqueline (2018) consideram a organização deste simpósio um marco simbólico de pessoas trans ocupando espaço em um dos eventos mais prestigiados sobre gênero e sexualidade no Brasil. O Simpósio ainda gerou outros frutos, os artigos apresentados foram compilados no livro *Transfeminismo: Teorias e Práticas* (JESUS, 2014), com prefácio de Juliana Perucchi¹³¹. O livro foi publicado pela Editora Metanóia¹³², uma pequena editora carioca que tem se destacado por publicar livros de temáticas LGBT. Jaqueline avalia que o livro “*inclusive teve vendagem muito boa. [...] Foi um trabalho importante, é o único ainda em língua portuguesa sobre o tema. E acho que ele foi muito relevante para vários campos*” (JESUS, 2018).

Durante o Fazendo Gênero 10 ocorreu ainda uma mesa redonda com o título *Transfeminismo no Brasil*, essa por iniciativa da própria organização do evento. A mesa gerou uma grande polêmica e as ativistas do Coletivo Transfeminismo juntas às pessoas que integraram o Simpósio Temático produziram uma Carta Aberta (COLETIVO TRANSFEMINISMO, 2013) ao evento que foi entregue à organização para que fosse lida na plenária final, o que não ocorreu. Esse documento também foi divulgado no blog. A carta inicia em um tom cordial, reconhecendo a abertura ao diálogo por terem aceito a proposta do Simpósio Temático e o valor da iniciativa da organização de propor uma mesa sobre transfeminismo. Logo em seguida, criticam a organização pela seleção das palestrantes. Na opinião das signatárias da Carta, com exceção de uma das convidadas, as palestrantes seriam mulheres cisgêneras sem expertise no tema. Essa escolha de palestrantes em conjunto com o conteúdo das falas na mesa foi interpretada como uma forma de invisibilização e silenciamento das vozes trans:

Alertamos, para fins de aprimoramento das futuras edições, que a atualidade do tema e a pouca produção no campo pode ter gerado o desconforto observado na Mesa “Transfeminismos no Brasil”, na qual, apesar da qualidade e importância das pesquisas das palestrantes que se apresentaram, apenas uma delas possuía escopo teórico na questão propriamente dita. Sugerimos à organização do evento que *todas/os as/os* debatedoras/es em quaisquer mesas sobre transfeminismo sejam pesquisadoras/es e/ou pessoas com *expertise* na área. Ressaltamos que urge uma

131 Juliana Perucchi é doutora em psicologia social, professora da Universidade Federal de Juiz de Fora e se dedica aos estudos de gênero.

132 Mais informações sobre a editora acessando seu site. Disponível em: <<http://metanoiaeditora.com/>> Acesso em: 13.04.2018

valorização dos conhecimentos e modos de fazer das pessoas trans, construídos historicamente, por meio de enfrentamentos ao cotidiano de exclusão ao qual a população trans está submetida no Brasil, culminando em um genocídio trans invisibilizado nas estatísticas oficiais ou indevidamente identificado como parte de um processo de homofobia – esta é a nação na qual mais se matam pessoas trans no mundo, conforme dados de pesquisa coletados em 55 países pela Organização Não Governamental *Transgender Europe*. Convidando para uma produção solidária de não silenciamento, discordamos de qualquer tentativa de menosprezar as vozes – cada vez mais audíveis – das pessoas trans que denunciam o sexismo, o cissexismo e, em certos casos, a transfobia de quem considera que as pessoas trans devam ser apenas ouvintes ou objetos de estudo, e não sujeitos produtores de saberes (COLETIVO TRANSFEMINISMO, 2013).

A carta repercutiu no evento e nas redes sociais gerando um clima de incômodo e conflito entre alguns *teóric@s cis* e pessoas trans que perdurou por anos.

Ainda no mesmo ano, ocorreu outro grande evento acadêmico em que essas ativistas participaram, o *I Seminário Internacional Desfazendo Gênero: subjetividades, cidadania e transfeminismos*, realizado pelo Núcleo Interdisciplinar Tirésias/UFRN e coordenado pela profa. Berenice Bento. Apesar de ambos estarem situados em um mesmo macro-campo de estudos de gênero e feminismo, esse evento se diferencia daquele primeiro por ser mais especificamente inspirado pela teoria queer. O texto de apresentação coloca o evento como “*a síntese de um processo de discussão e produção acadêmica, assentado na radical desnaturalização das identidades, principalmente as sexuais e de gêneros*” (BENTO; FÉLIX-SILVA, 2015, p. 5). Afirma ainda que a organização optou por “*pautar questões vinculadas às vivências trans e, simultaneamente, priorizar na composição das mesas-redondas pesquisadoras e pesquisadores trans*” (BENTO; FÉLIX-SILVA, 2015, p. 6). Jaqueline e Hailey foram convidadas para compor mesas nesse evento. A decisão de colocar o transfeminismo como tema central do evento e de convidar integrantes do Coletivo Transfeminismo como palestrantes mostra, em um primeiro plano, o início do reconhecimento do transfeminismo como um campo discursivo que precisa ser disputado pela academia e, em um segundo plano, o reconhecimento dessas vozes trans como eixos fundamentais desse campo discursivo.

Um aspecto específico do campo de estudos de gênero e sexualidades facilitou a penetração do transfeminismo: historicamente, esse campo é mais poroso e permeável do que outros campos acadêmicos. Refletindo sobre pesquisadores pioneiros desse campo na década

de 1970, Regina Facchini afirma que foram pessoas movidas “*pela insubordinação, pelo fascínio ou pelo prazer de pensar alternativas de intervenção no mundo eram ao mesmo tempo pesquisadores e ativistas*” (FACCHINI, 2016). Se a única opção que temos é classificar como pesquisador *ou* ativista, como classificar pessoas como Heleith Saffioti, James Green, Luiz Mott e tantas outras pessoas pioneiras ou contemporâneas? Não fosse suficiente essa hibridiz de papéis presente no campo desde seus primórdios, há também uma valorização nas diversas epistemologias feministas e queer da produção de conhecimento a partir da posição epistêmica de sujeitos subalternos, a rejeição da neutralidade científica e o desejo de promover mudança social rompendo com as lógicas de opressão (MATOS, 2008, 2012; MISKOLCI, 2009). Essas características são incorporadas no discurso transfeminista e são utilizadas contra o próprio campo para reivindicar espaço. A demanda é externalizada por meio do acionamento de uma constelação de conceitos relacionados, como (in)visibilidade, representatividade, protagonismo e lugar de fala. Todos têm raízes nesse campo e operam, cada um a sua maneira, como dispositivos discursivos que, por um lado, argumentam por um privilégio epistemológico do sujeito para falar sobre si e, por outro, podem servir estrategicamente para deslegitimar determinados discursos e sujeitos adversários e interferir em sua circulação¹³³.

Ao longo dos anos, essas ativistas foram intensificando sua relação formal com a universidade. Segundo Jaqueline (2018), por iniciativa principalmente de estudantes de graduação que viam seus trabalhos nas redes sociais, ela e várias outras pessoas de destaque no subcampo transfeminista começaram a viajar por todo o país para dar palestras em diversas faculdades e universidades. Jaqueline já possuía um título de doutorado, realizou um pós-doutorado e se tornou professora de um Instituto Federal. Viviane Vergueiro se tornou pesquisadora vinculada a um dos maiores núcleos de estudos queer do Brasil (CUS/UFBA), defendeu um mestrado no qual desenvolveu academicamente o conceito de cisgêneridade (VERGUEIRO, 2015) e seguiu para o doutorado. Beatriz Bagagli também ingressou no mestrado. Todas contribuem com artigos para eventos e revistas acadêmicas com alguma periodicidade. Essas pessoas se tornaram bastante visíveis, mas ainda ocupam uma posição marginal dentro da hierarquia acadêmica. Contudo, mesmo nessa posição marginal, a institucionalização cada

133 Com isso não pretendo deslegitimar esses conceitos enquanto conceitos, busco apenas trazer à tona o elemento de disputa que está subjacente a toda construção de conhecimento, até mesmo nas ciências duras.

vez maior do conhecimento transfeminista tem agregado valor para as disputas de conhecimento. Se, no campo dos estudos de gênero e sexualidade brasileiro, a fronteira da ciência é desde sempre bastante porosa e permeável como discutido acima, com a institucionalização das pesquisas dessas ativistas e a criação de redes com outras pessoas acadêmicas, fica cada vez mais difícil colocar esse conhecimento transfeminista para fora da fronteira da ciência, o que permite a essas pessoas acessar um pouco da autoridade epistêmica dessa posição.

Em entrevista, Jaqueline Gomes de Jesus (2018) destacou ainda outros eventos que contribuíram para a visibilidade do transfeminismo: os *Seminários Transfeminismos*. Esses seminários foram eventos organizados em 2016 por Viviane Vergueiro e Helder Thiago Maia. Foram três dias de eventos com palestras de algumas das principais vozes do transfeminismo no Brasil: Daniela Andrade, Hailey Kaas, Jaqueline Gomes de Jesus, Luma Andrade, Maria Clara Araújo, Viviane Vergueiro, dentre outras. O evento ocorreu entre os dias 6 a 8 de abril de 2016, no auditório da Caixa Cultural, do Rio de Janeiro. Em todos os dias do evento, o público extrapolou a capacidade do auditório¹³⁴. A importância que Jaqueline Gomes de Jesus atribui aos Seminários é distinta daquela atribuída a eventos como o Fazendo ou Desfazendo Gênero, pois foram realizados em um espaço cultural da cidade, fora das universidades e das ONGs. Isso, na opinião de Jaqueline, permitiu criar pontes de diálogo com um público diferente do que tradicionalmente atingiam e que, por fim, teria empoderado o transfeminismo fora *da academia e do movimento*. Em 2018, uma nova edição dos *Seminários Transfeminismos* foi realizada, dessa vez em duas cidades, Rio de Janeiro e São Paulo. Na opinião de Jaqueline, foi mais uma edição de sucesso, a procura pelo evento foi tão grande que a Caixa Cultural teria autorizado um dia extra.

Há um relativo consenso entre as pessoas do campo de que, nos últimos anos, a visibilidade trans vem crescendo no Brasil e no mundo, com a presença cada vez maior de

¹³⁴ Acompanhei os três dias de evento. O evento era gratuito e com senhas distribuídas na porta do auditório uma hora antes do início. No primeiro dia, cheguei às 17h, sendo que o evento começaria apenas às 18:40h. Nesse momento, o número de pessoas na fila já era superior ao de ingressos. Conforme fui informado por funcionários do local, o auditório possuía capacidade para apenas 81 pessoas. Insisti e permaneci na fila mesmo assim. Só consegui entrar porque Helder e Viviane, que sabiam da minha presença ali para a minha pesquisa, me ajudaram. No dia seguinte, para evitar a mesma situação, cheguei às 14h e já havia mais de 20 pessoas sentadas na porta do auditório. O mesmo se repetiu no dia seguinte. (Caderno de Campo, *Seminário Transfeminismos*, Rio de Janeiro, 6 a 8 de Abril de 2016)

discussões e até mesmo de artistas trans em filmes, séries, na música e mesmo na mídia escrita. Jaqueline Gomes de Jesus diz achar que “*está havendo um movimento, que é um movimento econômico, um movimento cultural que entende as questões trans como novas narrativas e que traz a temática trans como assunto*” (JESUS, 2018). No Brasil, um dos episódios mais marcantes desta recente visibilidade foi a exibição da novela *Força do Querer*, entre os dias 03 de Abril e 20 de Outubro de 2017. Um dos eixos principais da história é justamente o processo de transição do homem trans Ivan, personagem que tem como uma das inspirações a vida de João W. Nery e seus livros autobiográficos. Além da visibilidade do tema na trama da novela, foram realizadas uma série de atividades antes e durante a exibição, dentre eles o fórum *Corpo: Artigo Indefinido*¹³⁵. Tal evento ocorreu nos dias 21 e 22 de Março daquele ano, com a participação de ativistas de diversas organizações como Lam Matos (IBRAT), Symmy Larrat (ABGLT), acadêmicos como Berenice Bento e Jaqueline Gomes de Jesus, jornalistas e profissionais da Rede Globo. A ideia era a de que o fórum permitisse a troca de experiência e os profissionais da emissora aprendessem sobre a transexualidade. A partir dos debates foi publicado um volume dos Cadernos Globo (FISCHER, AMALIA; JARDIM; NERY, 2016) com o mesmo título do evento, contendo uma série de textos que sintetizam os debates dos fóruns, bem como depoimentos autobiográficos de pessoas trans. João W. Nery é um dos curadores desse volume do Caderno e Jaqueline Gomes de Jesus foi uma das pessoas consultadas pela roteirista Glória Perez ao longo do processo de pesquisa para a novela.

As ativistas transfeministas, do coletivo ou não, por um lado ajudaram a criar essa visibilidade trans recente e simultaneamente souberam se aproveitar dela para divulgar seus projetos e ideias. Quando perguntada sobre a recepção do transfeminismo no Brasil, Jaqueline, assim como Hailey, refletiu sobre as dificuldades iniciais. Logo em seguida, afirmou que a situação já estava um pouco diferente, a linguagem transfeminista ganhou uma visibilidade e se difundiu mesmo nas mídias *mainstream*, a despeito das resistências de setores dos *movimentos sociais* e da *academia*:

E eu digo hoje que ele [o conceito de cisgeneridade] se popularizou no máximo possível [...] que hoje até mesmo – eu brinco – a Globo usa o conceito de

135 Para mais informações, ver: <<https://redeglobo.globo.com/globouniversidade/novidades/papus/noticia/genero-e-tema-de-forum-nos-estudios-globo-rj.ghtml>> Acesso em: 04.05.2018

cisgeneridade. (@@) Os materiais de formação das equipes da Globo, da maior emissora do país usam [...] Então, assim, essa é uma questão que eu acho que tem que ser pontuada, a maior emissora de televisão do país traz essa perspectiva transfeminista de inclusão. Não quer dizer que ela adote ou que ela compreenda de fato, em várias situações houve ainda várias dúvidas e a gente produziu material, principalmente para os cadernos globo sobre gênero, para eventos que a globo realizou, debates sobre gênero. Eu fui para a FLIP a convite da globo para fazer o debate sobre gênero e interseções com questões étnico raciais, então teve várias iniciativas (JESUS, 2018).

A visibilidade foi um dos eixos principais de atuação do Coletivo Transfeminismo, mas é preciso se atentar para a percepção complexa e nuançada da visibilidade por essas ativistas. A partir das entrevistas e dos textos no blog pude captar pelo menos alguns aspectos negativos da visibilidade. Como já discutido anteriormente, não é suficiente que pessoas trans sejam representadas ou sequer que estejam presentes em determinado evento ou produto cultural/acadêmico, é preciso tomar cuidado com a qualidade da representação. Esse é o aspecto mais óbvio da crítica à visibilidade e que sempre esteve presente, desde o início da atuação do transfeminismo, mas não o único.

Parece-me que ao longo do tempo ocorreu uma reavaliação sobre as estratégias de visibilidade que está ligada à crescente visibilidade trans; ao contexto de ampliação do neoconservadorismo e das críticas ao que ficou conhecido como *ideologia de gênero*, principalmente a partir da segunda metade da década de 2010; e, também, a um fenômeno mais abrangente de descrédito no potencial emancipatório do Facebook e das redes sociais, que já vinha sendo denunciado há um tempo, mas que rapidamente se amplia a partir do fim de 2016 com as análises de como essas redes serviram para espalhar *fakenews* e tiveram um papel fundamental na eleição do presidente americano Donald Trump. Assim, cada vez mais essas ativistas se tornaram céticas com o potencial dessa produção de conhecimento online e buscaram *sair da bolha*, complementando seus repertórios com outras formas de ativismos paralelos ao Coletivo Transfeminismo. Algumas inclusive capitanearam nessa visibilidade conquistada online e se candidataram nas eleições de 2016, como Amara Moira, e outras lançaram pré-candidaturas para as eleições de 2018, como Hailey Kaas e Helena Vieira, todas as citadas pelo PSOL¹³⁶.

136 Já há uma pequena literatura sobre candidaturas de pessoas trans. Mario Carvalho (2015, p. 122–140) estudou a candidatura de Sharlene Rosa pelo PT no Rio de Janeiro. Lucas Bulgarelli (2018, p. 162–173) estudou a campanha

Além dessa redução da ênfase na visibilidade online como estratégia política, existem as percepções negativas sobre a visibilidade: sobre a apropriação pelo mercado da visibilidade dessas pessoas trans e sobre as possíveis consequências negativas da visibilidade para estas pessoas. Isto emerge de forma muito clara no final de minha entrevista com Viviane Vergueiro. A última pergunta que fiz foi sobre quais eram os desafios atuais para o movimento de pessoas trans, a resposta de Viviane endereçou justamente a questão da visibilidade, mas se perguntando sobre como manejar adequadamente essa crescente visibilidade e a crescente demanda, quase imposição, para que pessoas trans se visibilizem:

eu acho que um desafio contextual assim nosso é como que gente consegue instrumentalizar essa visibilidade crescente, né? Não falo só da novela, falo dos últimos anos. Como instrumentalizar isso pra gente ser mais que apropriado, captadas pelo consumo e o quanto a gente consegue manter o nosso autocuidado nesse processo porque a gente está sendo... É isso, se você pegar as pessoas que eu conheço no ativismo mesmo sem ter intimidade com elas eu sei bastante da vida privada delas, isso é uma onda, eu acho uma onda. Eu sou meio tímida, assim, fechada. Me visibilizo enquanto estratégia, para contribuir de alguma forma, mas isso me preocupa bastante e eu não sei que ondas podem bater nessas pessoas. E tantas de nós, até as pessoas mais novas, não de tudo, mas você sabe coisas bastante íntimas. Por exemplo, em um determinado trabalho envolvendo pessoas trans, houve no processo de entrevista uma exposição de detalhes de violência muito delicados por parte de alguém conhecido meu, e no processo estes detalhes acabaram no trabalho final. E apesar de ter havido consentimento em determinado momento, ficou um mal-estar, e penso que temos de estar cada vez mais atentes a isso, quando pensamos e dialogamos sobre as estratégias de visibilidade. Então, sabe? É isso, essa visibilidade crescente nossa, feita de forma afobada também gera vários lugares éticos de fronteira, que eu não sei se as pessoas no afã de mostrar que tem que mostrar a história, para sensibilizar as pessoas, que claramente tem um interesse comercial por trás também [...] Tem que ser bucha de canhão para tudo? Especialmente quando as direitas têm usado instrumentos paralegais para fazer violência e assédio, não é só a questão de "ah, tá, vocês vão ser processadas". Não, acho que não. Mas minha cara tá aí, tipo, as pessoas me conhecem, pá, filme, não sei o que, estou no YouTube. É muito punk, que tipo de rolo que pode surgir? (VERGUEIRO, 2017).

A combinação da visibilidade, do valor epistêmico do lugar de fala e da institucionalização, mesmo que ainda precária, se transforma em credibilidade (EPSTEIN, 1996) que coloca essas pessoas como um ponto nodal do campo trans e seus discursos como um dos definidores, para usar a linguagem de Sônia Alvarez (2014). Isso permite que cada vez mais

de Luiza Coppieter pelo PSOL em São Paulo. Numa perspectiva comparativa entre diferentes campanhas, ver Gustavo Gomes da Costa Santos (2016).

esses discursos venham sendo adotados nas mídias, pelas pessoas em seu cotidiano, pela academia e até mesmo por outros ativismos. Além dos exemplos já oferecidos, o trabalho etnográfico de Lucas Bulgarelli (2018) sobre o movimento LGBT de São Paulo, entre 2015 e 2016, demonstra bem como aos poucos conceitos como cisgeneridade, que inicialmente foram recusados, foram sendo incorporados nas falas do Conselho Estadual LGBT daquela cidade, bem como em alguns documentos e formulários da política pública local.

Apesar disso, Jaqueline, Hailey e Viviane são conscientes de que o discurso transfeminista delas ainda atinge um público bastante restrito e um pouco elitizado. “*Tem que localizar um pouco isso, né? Acho que a gente afeta umas redes de pessoas que tem acesso universitário, de classe... Eu acho que isso tem sido interessante [...] [mas] não sei o quanto isso chega na vida real de muitas de nós nas comunidades trans e travestis*”, me relatou Viviane Vergueiro (2017).

5.2 Uma hormonioterapia pajuba? (Des)Patologização, atenção à saúde e conflitos entre modelos de produção de conhecimento

Em 2017 acompanhei um grande evento sobre saúde de pessoas trans¹³⁷. Foi um evento que conseguiu reunir, em um mesmo espaço, ativistas de quase todas as grandes redes do movimento trans, pesquisadoras renomadas sobre transexualidade nas mais variadas disciplinas das ciências humanas e ciências da saúde, inclusive pesquisadores internacionais, gestores do Ministério da Saúde, profissionais dos serviços de saúde e representantes de quase todos os ambulatórios trans brasileiros. Era uma mistura explosiva. A reunião de tantas pessoas, com tantas perspectivas distintas e para debater um tema tão sensível quanto saúde trans é a fórmula certa para disparar conflitos, o que de fato ocorreu.

Se desde o início não estava óbvio que conflitos aconteceriam, se tornou logo na segunda mesa do evento. Nas palavras da mediadora do debate, tal mesa serviria para “*a gente*

137 Excepcionalmente nessa seção, por razões éticas, optei por não identificar o evento e as pessoas envolvidas. Os conflitos escalaram sobremaneira e a divulgação dos nomes pode acabar por gerar consequências negativas para as pessoas e os serviços. Além disso, por mais que as pessoas importem, não me interessa pessoalizar a análise.

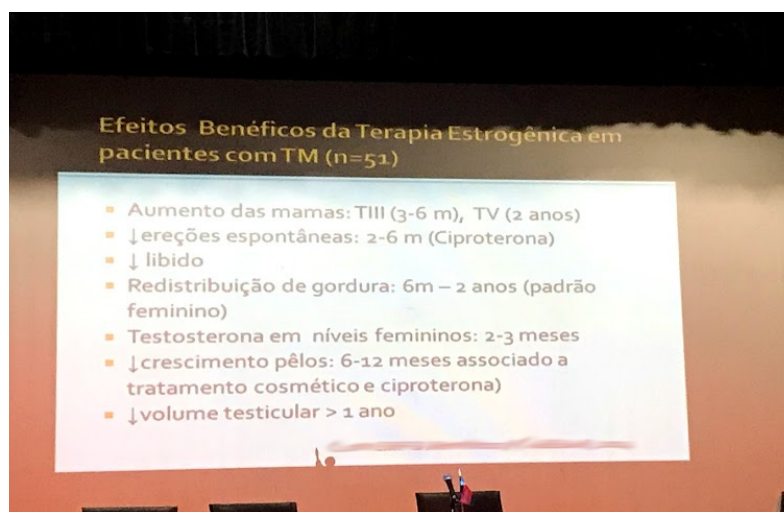
olhar para toda essa experiência que foi acumulada” e promover o diálogo entre os diferentes ambulatorios e suas experiências. Seis serviços diferentes estavam representados ali, sendo que desses, apenas um era localizado fora do estado de São Paulo. As falas apresentaram a história do serviço, as portas de entrada, o fluxo, o número de profissionais contratados, refletiam sobre os desafios, dentre outras informações. Antes da última fala, a mediadora pegou o microfone e anunciou que já estavam atrasados, por essa razão, não abririam para perguntas. A plateia não ficou satisfeita. Eu estava sentado entre as primeiras fileiras, ao lado de um amigo ativista do IBRAT. Esse se levantou, foi em direção ao palco e falou alto de forma que todas as pessoas pudessem escutar: “*Nós precisamos debater os serviços, deixa o intervalo pra lá*”. A sugestão foi acatada pela mesa e pela plateia. Resolvido esse impasse, a palavra foi passada para a última palestrante.

A apresentação do último serviço foi o gatilho que disparou grande parte dos conflitos latentes no evento. O primeiro slide da apresentação já sinalizou negativamente para a plateia ao nomear o serviço como *Ambulatório de Transexualismo*, nomenclatura que foi repetida em vários slides. Além disso, foi afirmado que se distinguia dos demais por estar localizado em um hospital terciário e que isso tinha por consequência que, mesmo ofertando uma ampla gama de procedimentos, só atendia pessoas que desejavam “*ir até o fim do processo*”, isto é, fazer cirurgias de transgenitalização. Acostumada com esse tipo de eventos, ciente da presença de ativistas trans e de que o conteúdo de sua palestra geraria conflitos, a palestrante perceptivelmente buscou modular as informações contidas nos slides para fazer sua fala mais aceita pela plateia. A palavra transexualismo jamais foi lida em voz alta e vários outros termos considerados inadequados pelo movimento social foram alterados na hora da leitura.

Com esse início, a plateia já ficou inquieta. O barulho das conversas paralelas cresceu consideravelmente, reduzindo-se à medida que os profissionais do serviço eram enumerados e foi informado que o hospital realizava doze novas cirurgias anuais e quatro procedimentos cirúrgicos mensais. O slide seguinte apresentava um esquema do fluxo de atendimento de pacientes do programa. O ativista do IBRAT ao meu lado virou para mim e sussurrou: “*Suspeita Transexual? Porra!*” Era o que estava escrito na primeira caixa do fluxograma. Mais uma vez, o volume das vozes na plateia se elevou. Por todos os lados, era possível escutar as pessoas cochichando as mesmas palavras: *suspeita transexual*. Os cochichos eram tantos que a

palestrante interrompeu sua fala por alguns segundos, nisso alguém da plateia pediu silêncio. Terminado os cochichos, a palestra continuou, apresentando o resto do fluxo, o número de pessoas na fila, dentre outros dados. O fluxograma deixava claro uma hierarquia dos saberes. A porta de entrada para o serviço é a possibilidade ou existência prévia de um diagnóstico psiquiátrico de transexualismo, que fornece acesso aos serviços como hormonização, acompanhamento psicológico e, por final, a cirurgia de transgenitalização. Na forma como o fluxo estava estruturado e foi apresentado, a psicologia aparecia como um saber auxiliar, que ajudava ao longo do processo. Por mais que o caso seja discutido em equipe, com a participação de profissional da psicologia, é o diagnóstico psiquiátrico que tem o poder de decidir sobre a permanência ou não naquele serviço.

Figura 12 – Slide de Apresentação do Ambulatório de Transexualismo



Fonte: Acervo pessoal, 2017

A última sequência de slides fornecia um balanço dos resultados do programa e os slides eram passados de forma consideravelmente rápida. Isso não impediu que as pessoas da plateia, em especial jovens ativistas trans, percebessem uma série de pontos que consideravam problemáticos. Os slides referiam-se às mulheres transexuais como transexuais masculinos ou TM e aos homens trans como transexuais femininos ou TF. Ao ler os slides, a palestrante habilmente substituíra os termos escritos pelos mais aceitos pelo movimento social, assim, onde estava escrito transexuais masculinos, na fala virava mulheres transexuais. O slide que

informava os efeitos da terapia estrogênica para “*pacientes com TM*”, apontava, dentre os efeitos benéficos, a redução da libido e das ereções. Se não bastasse, o penúltimo slide trazia alguns resultados do seguimento a longo prazo dos pacientes e dizia: “*Todos os pacientes de ambos os sexos após o processo transexualizador mantiveram a identidade sexual com o sexo oposto e apresentaram melhora na dinâmica da personalidade e estabilização psíquica, afetiva e social*”. Dizia ainda que “*8 casaram-se legalmente*”. O slide foi lido na íntegra pela palestrante e mais uma vez gerou comoção na plateia e até risos irônicos, principalmente sobre a informação do casamento.

Apesar dos vários incômodos, esses aspectos não foram abordados no tempo dedicado às perguntas. O auditório se esvaziou e muitas pessoas correram para a área onde estava servido o farto *coffe break*, para aproveitarem antes do início da mesa seguinte que começaria imediatamente. O conflito foi disparado apenas após a palestra. Algumas ativistas trans abordaram a palestrante no corredor próximo a entrada do auditório e a conversa escalou rapidamente para uma discussão em tom mutuamente agressivo.

A segunda parte da tarde estava prevista para durar das 16:30h às 18:30h, mas começou com aproximadamente meia hora de atraso. A terceira mesa do dia foi composta por seis pessoas, sendo que apenas a mediadora era uma pessoa cis. Tal composição foi apontada diversas vezes e serviu como argumento para que a terceira palestrante demandasse que essa mesa tivesse o mesmo tempo da anterior. Por causa do atraso daquela mesa, essa tinha sido prejudicada, ficando com um tempo menor. Nesse momento, comparou as composições das mesas, apontando que a anterior era composta exclusivamente por pessoas cis. Excetuando a segunda fala, que se dedicou exclusivamente ao tema da empregabilidade, todas as outras, de alguma maneira, abordaram a produção de conhecimento sobre pessoas trans e criticaram algumas formas como *a academia* se relaciona com essas pessoas. Se por um lado, os conhecimentos hegemônicos que consideram a transexualidade como uma patologia – e presentes na fala da última mesa – eram criticados, a produção de conhecimento e a entrada nas universidades ainda eram percebidas como importantes e almejados. Assim, *academia* é uma categoria que ganhou uma ambivalência, ora era vista como o lugar da opressão, principalmente quando inserida em uma posição oposta à categoria *movimento social*, ora era vista como o lugar da emancipação, principalmente nos momentos que demarcavam a entrada

de pessoas trans na universidade. Isso ficou bastante explícito na fala da terceira palestrante, uma travesti, ativista e acadêmica:

E aí, esta população que tem resistido a essa desgraça humana. Essa população que consegue escapar desses 150 e tantos assassinatos até o dia de ontem, com requinte de crueldade e no país que mais mata travestis e transexuais, está adentrando esses espaços. Está acessando a academia. Está produzindo, com as suas próprias vozes. Saímos daquele momento [...] de 25 anos atrás onde se falavam da gente. [...] A gente se organiza e aí essa academia começa a falar junto com a gente. E aí a gente começa a prestar atenção. A gente aprende tanta coisa, porque a gente aprende vocabulário próprio de travesti. A gente aprende a pôr silicone uma na outra, porque a gente não tem acesso a esse tipo de serviço. A gente receita hormônio para as nossas companheiras, porque a gente não consegue acessar serviço. Então, a gente também aprendeu muito com a academia. E aí a gente aprendeu o caminho das pedras. E aí, cara, a academia se fudeu. Porque agora a gente está falando por nós mesmas. Cada vez mais, a gente tem observado travestis que foram expulsas, eliminadas do espaço da escola, retornando para esses espaços. Nós estamos observando travestis muito novas estão acessando às universidades. [...] E a gente chegou nesse nível de maturidade que a gente reconhece que temos o *know how* sim para produzir conhecimento (Caderno de Campo, São Paulo, 2017).

Durante a sessão de perguntas, o conflito atingiu um de seus picos e foi exteriorizado na forma de uma crítica à mesa anterior a essa e, especificamente, à última palestra, em que se apresentou o *Ambulatório de Transexualismo*. Uma jovem travesti, ativista e estudante universitária, pegou o microfone e nitidamente tremendo fez uma longa crítica:

Gente, não é bem uma pergunta. Na real, é um apelo. Concordo muito com as falas que foram produzidas na mesa. [...] O que eu queria falar na verdade, na real, era uma coisa para os profissionais de saúde que estão aqui. A gente já ouviu algumas falas hoje e eu quero começar com "*a realidade que a gente tem é a realidade possível*". A realidade que a gente tem hoje, é a realidade possível. [...] Ela passou por vários enfrentamentos para colocar o que a gente colocou, quando a gente fala do serviço de saúde e muita gente que trabalha nesses serviços e coloca como "*ah não, mas a gente se empenhou, construiu isso*". O pessoal do sul, "*a gente foi o primeiro a levar o projeto civil do processo transexualizador para a justiça e bla bla bla*". Gente, não desconsiderem o empenho do movimento trans porque, para mim, isso é desconsiderar. [nos fundos alguém grita bem alto uhu!] Não dá para fundamentar a existência de transfobia nos serviços através de historicidade e singularidade. Desculpa [nome suprimido], desculpa [nome suprimido], mas não dá. Não dá. Não dá. Por que? Porque são coisas muito diferentes. E vocês podem até estar por trás da diretoria desses serviços, mas vocês não estiveram por trás da construção *per se* que foi feita junto com as travestis, as transexuais e todas as outras pessoas do movimento trans. [mais uma vez gritos de apoio] Não tem como vocês falarem isso. VOCÊS NÃO ESTÃO DANDO MIGALHAS PARA A GENTE! NÃO ESTÃO [####] Então, quando falam para a gente "suspeita transexual", dá para ver na fala de vocês que

vocês não reconhecem os nossos corpos enquanto legítimos. Vocês não reconhecem, porque não seria suspeita transexual. Existe uma coisa suspeita cissexual? Não existe gente! Pseudocis? Cisfetichista? Porque isso tudo existia... Mas não existe, não existe [#####] [...] Por que os profissionais da saúde, os psiquiatras, os psicólogos, todas as outras pessoas que estão envolvidas nesses processos não lutam para que no CID - se é necessário nesse modelo burocrático que a gente tem - que a transexualidade seja colocada dentro de um critério não patológico? Porque não é do interesse! Porque vocês construíram suas carreiras em cima da nossa doença. E a gente tá aqui para dizer que nós não somos doentes. Então, vai ter travesti recalcada gritando com médica no corredor? Vai! [...] Então, assim, desculpa, mas vocês não estão fazendo o mínimo. Então, coloca a mão na cabeça, reconheça a cisnormatividade e luta para que dentro da academia de vocês - se vocês estão na academia - que nas aulas, não seja sexo biológico. Porque a gente já está falando que sexo biológico é tão falho, é tão plural, que se a gente for analisar as bases de sexo biológico, a gente vê que não tem um modelo fixo para colocar. Na medicina a gente vê isso! Por que a gente vai separar nas aulas homem, mulher, macho, fêmea? Porque vocês querem! Porque a cisnormatividade está confortável com isso. As pessoas cis estão muito confortáveis dentro da academia, porque elas existem e a gente ainda não existe dentro da academia. Então, coloquem a mão na cabeça, vocês não estão fazendo muita coisa. "Ah, eu coordeno o ambulatório." FODA-SE! VOCÊ AINDA É TRANSFÓBICA PARA CARALHO. [É interrompida por gritos e palmas. Entrega o microfone e encerra sua fala assim] (Caderno de Campo, São Paulo, 2017).

A fala transcrita acima sintetiza algumas das diversas estratégias que venho analisando até aqui. Essa ativista demonstra domínio da linguagem da ciência médica sobre as transexualidades e deixa claro que suas divergências não são por ignorância, mas por avaliar esse conhecimento hegemônico como deficiente, isto é, há aqui a denúncia de uma precariedade do conhecimento. É visível a adesão a uma perspectiva e um vocabulário transfeminista, mesmo sem a ativista integrar o Coletivo Transfeminista analisando anteriormente.

Os conceitos criados e difundidos por aquele Coletivo, principalmente a categoria de cisnormatividade, preenchem de sentido a avaliação da precariedade do conhecimento médico, permitindo a essa ativista argumentar sobre o modo como aquele conhecimento tem uma função social de manutenção das normas sociais que colocam os corpos trans como outros anormais em oposição aos corpos cisgêneros, ditos normais. Essa linguagem conceitual atinge aspectos tanto morais quanto científicos: em sua denúncia, a má ciência gera e sustenta violações e desigualdades. A manutenção da má ciência se daria, inclusive, por interesses econômicos e profissionais e seria responsabilidade dessas pessoas que ocupam lugares privilegiados “colocar a mão na cabeça” e fazer diferente.

Esse protesto ainda é interessante por demonstrar o uso de uma tática que tem sido chamada de *política do escândalo* ou *política do escracho*. Don Kulick e Charles Klein (2010) argumentam que o escândalo é uma prática micropolítica utilizada por travestis que buscam causar vergonha em seu interlocutor e, assim, conseguir o que está sendo demandado. O estudo de Kulick e Klein foca mais no uso do escândalo pelas travestis que se prostituem para conseguir que o cliente pague o que foi combinado ou para extorquir um valor maior. No entanto, os próprios autores, assim como Mario Carvalho (2011b), apontam que essa prática também é utilizada em outros contextos mais próprios do ativismo.

Um tipo de estratégia muito similar chamada de *escracho* vem se tornando bastante comum nas redes sociais. Por se percebem geralmente silenciadas e sem canais efetivos de denúncia, essa estratégia busca dar voz à(s) vítima(s) e expor publicamente nas redes sociais o nome, fotos e dados de alguma pessoa acusada de agressão. A exposição é geralmente acompanhada do relato da vítima e de textos, memes e outros mecanismos que permitam identificar a pessoa acusada, sirvam como uma punição à pessoa agressora e ainda como um alerta para outras possíveis vítimas. Essa prática tem sido muito utilizada por ativistas feministas em campanhas contra o assédio. As duas táticas são diferentes, mas operam por meio da promoção da vergonha e por meio da atribuição pública de características negativas a um interlocutor. Ambas podem ser combinadas e foram utilizadas por ativistas trans em diversas ocasiões.

Como afirma Mario Carvalho (2015, p. 142), a política do escândalo “*se configura mais no sentido da possibilidade de um ‘escândalo’ que no fato concretizado*”, ou seja, o escândalo não precisa efetivamente acontecer, mas a consciência dessa possibilidade é uma influência na ação das pessoas que lidam com essas ativistas. Assim, a combinação da presença de pessoas trans nos ambientes acadêmicos e a difusão dessa estratégia de *escracho* e *escândalo* coloca alguns pesquisadores em estado de alerta, cria a consciência de que não é possível se falar qualquer coisa sem consequências e acaba por obrigar alguns profissionais e pesquisadores a modular sua fala a depender da audiência. É por já ter presenciado outras situações similares, algumas das quais eu mesmo acompanhei para essa pesquisa, que a palestrante da segunda mesa, na leitura dos slides, evitava palavras como transexualismo e adaptava o texto para termos mais aceitos pelos ativistas na plateia. Se as outras estratégias analisadas até aqui

estão mais voltadas para a conquista de credibilidade e o convencimento sobre a adoção de determinada linguagem, a política do escândalo está mais voltada para a criação de um incentivo negativo que auxilia no controle da circulação de determinados discursos ao se impor uma sanção pública a quem reproduz o conhecimento considerado como precário. Como disse a ativista no microfone: “*Então, vai ter travesti recalcada gritando com médica no corredor? Vai!*”

Esse conflito não se resolveu ali naquele protesto e uma vez que veio à tona permaneceu visível durante todo o evento, tanto nas mesas quanto nas conversas fora desse espaço formal. Um efeito desse conflito foi tornar explícita uma fratura no campo de produção de conhecimento sobre pessoas trans e também entre os vários serviços. Essa fratura opera através de dois eixos que estão relacionados: a relação com ativistas trans e a filiação teórica. Assim, diversas pessoas fizeram questão de durante suas falas explicitar seu repúdio ao conhecimento patológico, adotar explicitamente conceitos da linguagem transfeminista, agradecer ativistas presentes na plateia e ainda afirmar que os trabalhos foram realizados em parceria com o movimento social. Isso nem sempre foi feito se referindo à fala da palestrante criticada, mas quase todas as vezes que essa crítica emergia, as pessoas da plateia gritavam “*A [nome da universidade] é uma vergonha*”. Esse tornou um bordão do evento para criticar o *Ambulatório de Transexualismo*, suas filiações teóricas e seu modelo de cuidado. Uma das falas mais explícitas em demonstrar essa fratura no campo, seu repúdio a determinadas formas de conhecimento e sua aliança com o movimento social de pessoas trans foi de um psicólogo e professor de uma grande universidade pública brasileira:

[...] E tem coisas completamente absurdas. A gente escutou aqui coisas absurdas. Coisas que ninguém esperava mais que as pessoas conseguissem reproduzir sem sair daqui com algum machucado. Não é possível mais isso. [Nome suprimido] ontem colocou essa questão, é inegociável, isso já não existe mais. Não é mais possível tu vir aqui e falar determinadas coisas para as pessoas e pensar que isso é produção do conhecimento. Isso é produção de conhecimento ruim, de fato, e eu acho que as pessoas aqui denunciaram isso muito bem. [...] Há hoje na psicologia um texto, que foi publicado em 2017, de um psicanalista em parceria com um ativista, defendendo que transexualidade é a nova epidemia histórica do século XXI. [a plateia fica inquieta] Isso existe. Isso está na base do *Scielo*. Isso está publicado num periódico de psicopatologia fundamental que, pasmem, é um periódico arejado para a área de psicopatologia, não é o mais tradicional. Ele é um periódico organizado por psicanalistas com algum arejamento na cabeça. [...] Então, o campo tem tudo isso.

Por isso que me parece que é muito bom que a gente possa conviver com essas polêmicas e mudar o nosso pensamento a partir delas (Caderno de Campo, São Paulo, 2017).

Como reflexo de uma hierarquia entre as diferentes ciências, esse tipo de posicionamento que critica a patologização da transexualidade e se abre para o conhecimento de ativistas foi observado principalmente entre pessoas oriundas das ciências humanas. Não obstante, também presenciei posicionamentos similares entre pessoas da medicina e/ou que coordenam ambulatórios trans, mesmo que em menor frequência. A mesa da noite do terceiro dia do evento funcionou como um contraponto a esse modelo de cuidado e de produção de conhecimento, representado pelo *Ambulatório de Transexualismo*, mas que esteve presente também em outros momentos, como nas apresentações sobre as técnicas cirúrgicas. Tal mesa foi composta por duas pessoas cis que coordenam ambulatórios trans e um homem trans ativista do IBRAT. O primeiro palestrante era um médico, especializado em endocrinologia e professor de uma universidade federal brasileira. Sua fala foi sobre práticas de cuidados, com um foco especial para a hormonização, que é sua especialidade. Antes de adentrar nos casos que desejava apresentar, o professor fez um longo preâmbulo explicando como desenvolvia suas práticas de cuidado. Sua proposta foi chamada de uma *hormonização pajubá* que é baseada tanto nos manuais e protocolos médicos internacionais, quanto nos saberes das próprias pessoas trans com quem interagia. O médico agradeceu nominalmente Viviane Vergueiro e Jaqueline Gomes de Jesus, pessoas que teriam ensinado tanto a ele. Se pronunciou ainda sobre os protestos que aconteceram ao longo de todo o evento em forma de apoio e buscou se situar no polo oposto do conflito do *Ambulatório de Transexualismo*. Em suas palavras, não seria tolerável em uma próxima edição do evento a reprodução conhecimentos que patologizam as transexualidades e intersexualidades. Vejamos:

[...] Portanto, no que a gente se baseia então para oferecer essas melhores práticas de assistência? Ora, se o livro é um livro que educa o médico na sua formação, ou o biólogo, ou o biomédico, ou o farmacêutico, dentro dessa visão, é óbvio que essa população de profissionais ela vai reproduzir na sua prática esse aprendizado. E todo outro que não se encaixe nesse modelo, ele é conhecido na biomedicina, na medicina, como uma variante e toda essa variante, e toda essa atipia, é anormal. Então, essa linearidade entre o que é diferente e anormal vem disso. Então, eu não posso buscar como contribuições nessas práticas, quer dizer, estudar essas contribuições a partir

de guias de especialidades com os quais têm intrinsecamente vieses de interesse. Vieses de interesse cirúrgico. Vieses de interesse social. Vieses de higienização de uma genitália para o que lhe apraz ou que os pais melhor reconhecem que o filho venha a ter menos sofrimento, por exemplo, na escola. [...] E também as contribuições dos movimentos sociais. Então, portanto, quais são os nossos medos de nos aproximar e de aprender com quem de fato é afetado por aquela condição, quer seja trans, quer seja intersexo. Então, é com base nisso que eu proponho essa visão singularizada desse processo. Eu proponho portanto para a população trans - e hoje foi bastante comentado, eu estava me controlando para falar isso, resistindo, como eu aprendi com a população travesti. E eu proponho aqui um novo desafio, da gente reescrever esse capítulo na literatura médica, biomédica, internacional. E eu já me propus a trabalhar com a Márcia nesse sentido, que me ajudou muito trazendo todo o seu dossiê de avaliação hormonal. E eu chamo de hormonioterapia pajubá. Ou seja, uma hormonioterapia que de fato garanta que a população travesti de fato tenha esse espaço e que a gente não fique usando todos os nossos parâmetros médicos, em geral com a leitura completamente enviesada e eu vou mostrar alguns exemplos disso. [...] E a gente claramente está na campanha da despatologização das identidades trans. É incabível, é inaceitável e a manifestação de hoje foi bastante clara que a gente não pode mais repetir isso aqui. Então, se vier existir o [nome do evento suprimido] II, a gente já tem que partir do pressuposto de que isso não mais pode acontecer. O movimento tem que ajudar a gente a dar esse salto (Caderno de Campo, São Paulo, 2017).

Se na fala da professora criticada, sussurros eram audíveis o tempo todo, reiniciando um ciclo de comentários a cada novo slide, durante a fala desse professor o silêncio e a atenção imperavam. Os conflitos com o *Ambulatório de Transexualismo* e com o conhecimento precário patologizante não são uma novidade, já vimos aqui como uma versão desse conflito apareceu no âmbito de produção da política do processo transexualizador, ao longo da pesquisa também acompanhei outros eventos em que esse Ambulatório foi criticado por suas práticas. O que é novo é a ampliação da fratura no campo e a exposição pública dessas divergências de forma estratégica. A multiplicação dos serviços no país, o surgimento de novas alianças com pesquisadores da medicina e coordenadores de serviços, o amadurecimento do campo de produção de conhecimento sobre pessoas trans no Brasil, inclusive com a participação cada vez maior de pessoas trans, bem como a influência do contexto internacional com a eminente despatologização da transexualidade no CID-11, mudou drasticamente a correlação de forças e situou os representantes desse conhecimento precário patológico, ao menos dentro do microcosmo desse evento, numa posição marginal e rechaçada.

A palestrante seguinte, também coordenadora de um ambulatório, seguiu caminhos similares, propondo “*estratégias de resistência, existência e invenções de uma prática*”, isto é,

um modelo de cuidado ressignificado, construído em parceria com as pessoas usuárias do serviço e com o movimento social que, em suas palavras, “faça a vida valer a pena”. O ativista do IBRAT, terceiro palestrante, disse que foi convidado para falar sobre “*acesso aos serviços de saúde, as dificuldades e barreiras*” e logo em seguida completou: “*Bom, depois de tudo que eu assisti [@@] dificuldades a gente já sabe, né? Eu não quero um serviço como o que foi apresentado especificamente na questão do [nome do ambulatório criticado]*”. Na plateia estava a presidenta de uma das redes nacionais do movimento trans, que no momento das perguntas parabenizou a mesa e disse: “*A experiência de vocês é uma experiência riquíssima, de pessoas extremamente sensibilizadas com os serviços e foge exatamente da mesa que antecedeu vocês, com a confusão inteira que aconteceu ali*¹³⁸. *E por que esses relatos e essas experiências não são replicadas para outros lugares?*” Em contraposição à *ciência ruim*, estava delineado aqui outro modelo de se fazer ciência e de fornecer cuidado e atendimento em saúde para pessoas trans, uma forma de conhecimento contra-público, aberto as experiências das próprias pessoas trans.

Conclusões

Ao longo do capítulo argumentei que, nos últimos anos, houve uma mudança no campo trans nas categorias utilizadas para se pensar e falar sobre as pessoas trans, bem como no paradigma de produção de conhecimento sobre pessoas trans. Busquei especificamente entender como essa mudança se deu e demonstrei que essa pode ser parcialmente explicada pelas maneiras que alguns atores no campo trans identificaram determinados conhecimentos como precários e agiram produzindo conhecimentos contra-públicos. A precariedade aqui não é compreendida no sentido da ausência, mas de uma qualidade ruim, por não ser aberto às experiências das próprias pessoas trans e por ter consequências danosas para essas pessoas.

138 A presidenta está se referindo aqui a uma mesa sobre tecnologias cirúrgicas, em que mais uma vez um conflito emergiu pela reprodução de conhecimentos considerados como patologizantes e pela reprodução de fotos de cirurgias que na opinião de algumas ativistas era ofensivo. As e os ativistas presentes, em sua maioria jovens, organizaram um protesto à mesa e fizeram cartazes com frases como “*Travesty não é bagunça*”, “*Me respeita, caralho*”, “*Doente é a forma como vocês nos tratam*”, “*Medicina transfóbica*”, dentre outras. Após o protesto, uma das ativistas fez uma breve fala de repúdio, as pessoas trans e algumas pessoas cis aliadas subiram à mesa e fizeram uma foto juntas.

Para demonstrar isso comecei por analisar a emergência do transfeminismo como um novo subcampo. As ativistas transfeministas souberam habilmente aprender a linguagem de vários campos, inclusive a linguagem científica das produções sobre transexualidade, e produziram um novo arcabouço conceitual que permitiu: (i) legitimar suas identidades, corporalidades e seu lugar epistêmico privilegiado para a produção de conhecimento sobre pessoas trans; (ii) analisar as relações sociais que diferenciam os corpos cis e trans, hierarquizando-os; (iii) denunciar ética e cientificamente as injustiças cometidas contra as pessoas trans. Por meio da produção de conhecimento inicialmente em blog conseguiram progressivamente conquistar visibilidade nacional e institucionalizar seu conhecimento nas universidades, mesmo que de forma ainda bastante precária.

Concluí examinando conflitos em um evento sobre saúde trans. Esse evento permitiu observar claramente as fraturas no campo, com divergências entre ativistas, pesquisadores(as) e, inclusive, entre médicos(as) e coordenadores(as) de serviços de saúde voltados para pessoas trans. A linha que divide esse conflito é composta por dois elementos: a porosidade desses conhecimentos e serviços às contribuições oferecidas pelas próprias pessoas trans; e a perspectiva sobre a patologização da transexualidade. O uso de categorias transfeministas como cisgeneridade serviu como um bom *proxy* para identificar em qual polo do conflito a pessoa se encontra. Demonstrei que por meio do escracho e das alianças, o conhecimento considerado precário foi alijado e repudiado, ao menos naquele microcosmo do evento, todavia o que já indica uma tendência mais abrangente de mudança no campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou analisar as relações de coprodução entre o conhecimento e o movimento de pessoas trans. Uma das minhas hipóteses centrais foi de que o *campo trans*, compreendido aqui a partir das contribuições de Sônia Alvarez (2014), sempre foi híbrido e abarcou uma pluralidade de sujeitos, alguns inclusive que tradicionalmente não seriam abarcados por noções mais restritas de movimento social como pesquisadores e pesquisadoras. Dizer que esse campo sempre foi híbrido não impede de reconhecer a existência de relações de poder e de desigualdades internas ao campo. Sendo assim, o fio condutor da análise foi o par conceitual *conhecimento precário* e *conhecimento contra-público*, que se originam de David Hess (2016), mas adaptei criativamente para os propósitos dessa pesquisa. Parte fundamental do processo político dos movimentos sociais envolve a avaliação do conjunto de conhecimentos existente sobre eles, frequentemente essa avaliação leva a identificação de precariedades do conhecimento seja na modalidade de lacunas ou de qualidade ruim. Em contrapartida, os movimentos sociais agem para fomentar, divulgar ou até mesmo produzir autonomamente conhecimentos contra-públicos.

Iniciei o trabalho reconstruindo a maneira como os primeiros conhecimentos específicos sobre pessoas trans foram produzidos dentro das ciências médicas e psi* em meados do século XX. Demonstrei que esses pesquisadores pioneiros construíram seu conhecimento em uma constante relação com algumas pessoas trans, inclusive, muitos desses trabalhos iniciais foram financiados por Reed Eriksson, um homem trans milionário que usou de sua fortuna para alterar a forma como a transexualidade era encarada pelo mundo. O conhecimento produzido nesse período produziu uma separação radical entre gênero e orientação sexual, com isso emergiu uma nova categoria científica específica de pessoas: as pessoas transexuais. Uma vez que esse fenômeno foi identificado cientificamente, buscou-se compreender suas origens e as melhores formas de tratamento. Jamais se chegou a um consenso sobre as causas da transexualidade, mas as correntes mais influentes a definiram como uma patologia mental. Em relação aos tratamentos, Reed Eriksson financiou principalmente pesquisas que defendiam o

uso das cirurgias de transgenitalização como melhor maneira de apaziguar o sofrimento dessas pessoas, difundindo, assim, essas cirurgias pelos Estados Unidos e o mundo. Mostrei que o Brasil também participou dessa produção global do conhecimento sobre pessoas trans e dos debates sobre a adequação e a legalidade das cirurgias de transgenitalização por meio do caso Roberto Farina, nas décadas de 1960 e 1970.

Pouco a pouco este conhecimento foi se institucionalizado nos principais manuais de diagnósticos do mundo: o DSM e a CID. Se, por um lado, esse conhecimento serviu internacionalmente para facilitar o acesso a alguns direitos como as terapias hormonais, as cirurgias de transgenitalização e até a retificação de nome e gênero; por outro lado, produziu sofrimento, estigma e a maneira como foi institucionalizado limitou a autonomia das pessoas trans decidirem sobre si, condicionando o acesso às políticas públicas ou aos direitos à existência de um laudo psiquiátrico. Descrevi esse processo de institucionalização e analisei os esforços recentes de organizações de pessoas trans para influenciar na reformulação desses manuais no sentido de despatologizar a transexualidade, mas de uma maneira que não implique perdas de direitos já conquistadas.

Mudando o foco para o contexto nacional, propus reconstruir a história do movimento trans brasileiro em três ondas. A primeira percorreu do início dos anos 1990 até o início dos anos 2000. Foi um período marcado principalmente pelo surgimento dos primeiros grupos organizados de ativismos travesti, como a ONG pioneira ASTRAL, no Rio de Janeiro. A segunda onda ocorreu entre os anos de 2000 e 2010. Foi marcada, dentre outras coisas, por uma expansão do movimento por todo o país, pelo fortalecimento das relações com o Estado em âmbito nacional e o surgimento das primeiras políticas públicas, como o Processo Transexualizador. Há ainda o surgimento de forma mais coesa de um campo de estudos sobre transexualidade no Brasil, intimamente relacionado com a expansão do processo transexualizador. A terceira onda ocorre nos anos de 2010. Foi um período bastante conturbado e conflituoso, não apenas para o campo do movimento, mas para o contexto nacional mais ampliado. Foi marcado por uma expansão ainda maior do movimento, pela multiplicação dos modos de organização, de ação e identificação, bem como pela visibilidade cada vez maior da população trans na mídia e nas produções acadêmicas. Busquei demonstrar como disputas de conhecimento atravessam esses processos políticos de forma geral, mas em

especial a construção da política pública do processo transexualizador e as reconfigurações identitárias do campo.

Atualmente, existem duas modalidades de precariedade do conhecimento sobre pessoas trans que são denunciadas e ativamente combatidas. A primeira modalidade é a ausência de dados quantitativos sobre pessoas trans. Apesar do volume incrível de conhecimento produzido no Brasil e no mundo sobre as pessoas trans, entre as décadas de 1960 e 2010, poucos dados estatísticos foram produzidos. Esse coletivo de pessoas não se transformou em uma população no sentido demográfico: não é sabido exatamente quantas pessoas trans existem no país ou qual seria o seu perfil socioeconômico em âmbito nacional, por exemplo. Essa vontade de saber quantitativa não deriva de pura curiosidade de algumas ativistas, mas deve ser entendida como situada em um contexto mais amplo, em que a racionalidade da política institucional coloca a estatística como sua língua franca. Dessa maneira, apresentar as demandas no formato de dados quantitativos e ainda com a chancela de se tratar de um conhecimento científico amplia enormemente as possibilidades de diálogo e de convencimento, mesmo que não garanta um resultado positivo.

Analisei mais detalhadamente a produção dos relatórios de assassinatos de pessoas trans. Estes foram inicialmente produzidos pela Rede Trans Brasil, mas devido ao seu sucesso, rapidamente essa estratégia se disseminou e outras organizações começaram a produzir relatórios similares. Demonstrei que por meio da contagem das mortes de pessoas trans, a Rede Trans Brasil foi capaz de se inserir em um diálogo transnacional com a ONG europeia TGEU e uma série de outras organizações locais pelo mundo que realizam trabalhos similares de monitoramento do assassinato de pessoas trans. Esses dados locais e comparativos têm ganhado grande visibilidade no Brasil e no mundo, sendo inclusive adotados em documentos oficiais da ONU e até mesmo do Supremo Tribunal Federal. Descrevi uma tentativa das organizações brasileiras de utilizarem esse mapeamento para fazer pressão internacional pela melhora das condições de vida das pessoas trans no país.

Conclui a análise desse tipo de conhecimento contra-público me atentando não tanto para o seu modo de produção, mas para o seu conteúdo concreto: as mortes de pessoas trans. Não é banal que o principal aspecto quantificado pelos movimentos sociais sejam mortes. Dessa maneira, para além do diálogo com o Estado para a produção de políticas públicas,

argumentei pela existência de dois efeitos da produção desses relatórios de assassinatos: a produção de justiça pela possibilidade de luto pela perda de uma vida; e a produção da identidade coletiva do movimento trans a partir do reconhecimento da vulnerabilidade comum à violência letal.

A segunda modalidade de precariedade do conhecimento que abordei foi sobre a qualidade do conhecimento produzido sobre pessoas trans. Desde o início da produção de conhecimento sobre essas pessoas existem conflitos internos ao campo, mas há um acirramento dessas disputas nos últimos anos e que tem levado a uma mudança de paradigma. Argumentei que essa mudança é parcialmente explicada pela emergência de pessoas trans que ativamente se engajaram na leitura destes trabalhos acadêmicos e na produção de conhecimento em blogs, mas também dentro de espaços tradicionais como as universidades. Tracei um paralelo com o trabalho de Steven Epstein (1996) sobre o movimento contra a Aids para analisar as estratégias que essas e esses ativistas utilizaram para conquistar credibilidade e promover essa mudança no campo de conhecimento. Demonstrei essas estratégias por meio da análise da emergência do Coletivo Transfeminismo e de uma série de conflitos em um grande congresso sobre saúde trans no Brasil. Cada vez mais, o uso das categorias produzidas pelo coletivo transfeminismo, como cisgeneridade, é absorvido pela ciência mainstream e essa adoção, junto a outras práticas, como um processo mais colaborativo e que tenha pessoas trans na formulação da pesquisa, referendam determinado conhecimento como sendo de boa qualidade. Simultaneamente, pesquisas que insistem em utilizar categorias patologizantes, como transexualismo, e ser impermeável a participação de pessoas trans nas suas várias etapas, têm sido rejeitadas como de má qualidade, ao menos no microcosmo do campo trans.

Iniciei o trabalho com dois incômodos: com a literatura de movimentos sociais e com os estudos sobre pessoas trans. Concluo um pouco mais satisfeito, pois acredito ter contribuído para ambos os campos. A relação entre movimentos sociais e produção de conhecimento não é algo específico ao movimento de pessoas trans brasileiro. A produção de conhecimento – em vários formatos e modalidades – é algo comum a quase todo movimento social e me parece que há uma tendência crescente de aposta nesse tipo de estratégia. A linguagem dos direitos humanos e da cidadania cada vez mais têm se mostrado insuficiente para a proposição de demandas, o diálogo com gestores, o convencimento dos corações e mentes, tudo isso têm

exigido a chancela da ciência e preferencialmente dos dados quantitativos. As ferramentas analíticas desenvolvidas aqui podem auxiliar, permitindo identificar e analisar os papéis da produção de conhecimento nesses processos políticos.

Poucos estudos se dedicaram a analisar especificamente o movimento de pessoas trans brasileiro e nenhum dos estudos anteriores a esse se situava na Ciência Política. Sendo assim, contribui ainda para complexificar a forma como o campo de estudos sobre pessoas trans compreende a relação entre estas pessoas e a produção de conhecimento. Muitos dos estudos sobre pessoas trans acabam por operar em uma relação binária que equipara ciência com opressão, alguns até celebram os saberes produzidos por pessoas trans, mas sem jamais buscar se engajar com esses. Este estudo complexifica essa relação ao levar a sério a afirmação de que as pessoas trans e o movimento social estão produzindo conhecimento e participando das disputas de fronteiras da ciência. Ciência pode ser opressão, mas não é só isso. Como disse uma ativista em dos eventos que acompanhei: *“a gente também aprendeu muito com a academia. E aí a gente aprendeu o caminho das pedras. E aí, cara, a academia se f****. Porque agora a gente está falando por nós mesmas.”*

Apêndice A - TCLE

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado(a) Senhor(a)

Gostaríamos de convidá-lo(a) a participar de nosso estudo “CONHECIMENTO E POLÍTICA NOS MOVIMENTOS SOCIAIS: um estudo de caso dos usos políticos da ciência pelo movimento de pessoas trans*”, que tem como objetivo resgatar a história do movimento de travestis, mulheres transexuais e homens trans do Brasil, mapear as principais organizações, ações e demandas, bem como compreender de que maneira esse movimento tem utilizado do conhecimento de forma política. A pesquisa, utilizando a metodologia qualitativa, consistirá na realização de entrevistas junto aos participantes do estudo e posterior análise dos dados. Trata-se de uma pesquisa desenvolvida por Thiago Coacci, do curso de Doutorado em Ciência Política da UFMG, sob orientação da Profa. Dra. Marlise Matos.

A qualquer momento da realização desse estudo qualquer participante envolvido(a) poderá receber os esclarecimentos adicionais que julgar necessários, poderá interromper a entrevista em qualquer momento ou recusar-se a responder determinada pergunta, sem nenhum tipo de penalidade, constrangimento ou prejuízo aos mesmos. O sigilo das informações será preservado e caso o(a) participante deseje poderá requisitar para que seu nome seja substituído por um pseudônimo nos produtos da pesquisa. Não interessa ao estudo o nome de registro dos/das participantes e esse não será divulgado por nenhuma razão. Todos os registros efetuados no decorrer desta investigação serão usados para fins unicamente acadêmico-científicos e apresentados na forma de artigo científico, tese ou livro científico, não sendo utilizados para qualquer fim comercial.

Em caso de concordância com as considerações expostas, solicitamos que assine este “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” no local indicado abaixo. Desde já agradecemos sua colaboração e nos comprometemos com a disponibilização dos resultados obtidos nesta pesquisa, tornando-os acessíveis a todos(as) os(as) participantes.

Qualquer dúvida ou maiores esclarecimentos, entrar em contato com o responsável pelo estudo:

e-mail: thiagocoacci@gmail.com **Telefone:** (31) 98438-1018

Thiago Coacci
Pesquisador
Doutorando em Ciência Política (PPGCP/UFMG)

Eu, _____,
assino o termo de consentimento, após esclarecimento e concordância com os objetivos e condições da realização da pesquisa “CONHECIMENTO E POLÍTICA NOS MOVIMENTOS SOCIAIS: um estudo de caso dos usos políticos da ciência pelo movimento de pessoas trans*”, permitindo, também, que os resultados gerais deste estudo sejam divulgados.

_____, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do Pesquisado/da Pesquisada

Apêndice B – Lista de Entrevistas

Quadro 5 - Lista de Entrevistas

#	Nome	Identidade	Raça	Inserção no Movimento	Cidade e Estado de Atuação	Data da Entrevista	Local da Entrevista
1	Alexandre Peixe dos Santos	Homem Trans	Branco	IBRAT, ANTRA e ex-integrante do CNT	São Paulo, SP	16 de Junho de 2016	São Paulo, SP
2	Anyky Lima	Travesti	Branca	Representante da ANTRA para Minas Gerais	Belo Horizonte, MG	02 de Dezembro de 2015	Belo Horizonte, MG
3	Bruna Benevides	Mulher transexual	Branca	Secretária de Articulação Política da ANTRA	Niterói, RJ	15 de Janeiro de 2018	Online (Belo Horizonte e Niterói)
4	Chopelly Pereira dos Santos	Mulher Transexual	Branca	Vice-presidenta da ANTRA	Recife, PE	06 de Junho de 2017	Brasília, DF
5	Eric Seger	Homem Trans	Branco	Coordenador Sul do IBRAT	Porto Alegre, RS	18 de março de 2017	Rio Grande, RS
6	Fernanda de Moraes	Mulher Transexual		Secretária-Geral da ANTRA e ex-integrante do CNT	São Paulo, SP	14 e 17 de Junho de 2016	São Paulo, SP
7	Hailey Alves	Mulher Transexual	Negra	Integrante do Transfeminismo	São Paulo, SP	18 de Novembro de 2016	São Paulo, SP
8	Jaqueline Gomes de Jesus	Mulher Transexual	Negra	Ativista Transfeminista Autônoma, Professora Universitária	São Paulo, SP	06 de Abril de 2018	Virtual (Belo Horizonte e Rio de Janeiro)
9	Jovanna Cardoso da Silva	Travesti	Negra	Integrante da ANTRA, coordenadora geral do	Picos, PI	23 de Outubro de 2016	Uberlândia, MG

#	Nome	Identidade	Raça	Inserção no Movimento	Cidade e Estado de Atuação	Data da Entrevista	Local da Entrevista
				FONATRANS. Ex-presidenta da ANTRA			
10	Keila Simpson	Travesti	Negra	Presidenta da ANTRA	Salvador, BA	15 de dezembro de 2017	Belo Horizonte, MG
11	Leonardo Tenório	Homem Transexual	Branco	Fundador da ABHT	Recife, PE	19 de Janeiro de 2018	Online (Belo Horizonte e São Paulo)
12	Leticia Lanz	Pessoa Transgênera	Branca	Fundadora da ABRAT e Movimento Transgente	Curitiba, PR	02 de Fevereiro de 2018	Online (Belo Horizonte e Curitiba)
13	Tatiana Lionço	Mulher Cisgênera	Branca	Antiga técnica responsável pelo CT LGBT do Ministério da Saúde. Psicóloga, pesquisadora e profa. da UNB	Brasília, DF	25 de Janeiro de 2018	Online (Belo Horizonte e Brasília)
14	Sayonara Nogueira	Travesti	Branca	Ex-integrante Rede Trans Brasil. Fundadora do IBTE	Uberlândia, MG	28 de Março de 2018	Online (Belo Horizonte e Uberlândia)
15	Viviane Vergueiro	Travesti	Branca-asiática	Integrante do Transfeminismo, doutoranda UFBA e Integrante CUS	Salvador, BA	06 de Novembro de 2017	São Paulo, SP
16	Walkíria La Roche	Mulher (que vivencia a transexualidade)	Branca	Ex-integrante do CNT	Belo Horizonte, MG	04 de Fevereiro de 2016	Belo Horizonte, MG

Apêndice C – Roteiro de Entrevista

Roteiro de Entrevista

Nome:

Idade:

Bloco 1: História Pessoal

1.1 Para começar, me conte, como você se identifica e se apresenta? Como Travesti? Mulher Transexual? Homem trans? Outro?

1.2 Quando você começou a se identificar assim?

1.3 Quando você entrou em contato, pela primeira vez, com o movimento de travestis, mulheres transexuais e homens trans?

→ Você poderia descrever melhor como foi esse contato?

1.4 E quando você começou a militar? Foi nesse primeiro contato?

→ O que te levou a engajar na militância?

→ Quem eram as líderes ou pessoas de referência da militância nesse momento?

Bloco 2: Organização

2.1 Você poderia me contar um pouco sobre a organização que você faz parte?

2.2 E como a organização foi criada?

→ Que tipos de funções você realizava nessa organização?

→ Como era a estrutura organizacional dessa organização?

→ Tinha cargos? Hierarquias? Eleições?

→ Quem eram as lideranças?

→ Tinha CNPJ? Quando foi registrado?

→ Tinha sede?

2.3 Como vocês atuam? Que tipo de atividades realizam?

- Vocês organizavam protestos e eventos?
- Vocês participavam de audiências públicas e reuniões com o Estado?
- Vocês organizavam palestras? Grupos de Estudos? Pesquisas? Redes de informações?
- Você poderia descrever melhor essas atividades realizadas?
- Nessa época, existiam outras organizações do movimento ativas?

2.5 Quem são os principais parceiros do seu grupo?

- Qual a relação com o movimento de gays e lésbicas? E com o movimento feminista?
- Qual a relação com os partidos políticos?
- Qual a relação com os governos?
- Havia alguma outra instituição parceira, alguma universidade?

2.6 Vocês possuem contato com estudos e pesquisas sobre travestis, mulheres transexuais e homens trans?

- Você lê sobre?
- Você tem contato com pesquisadores? Quais?
- Como você avalia esse seu contato?

2.7 Na sua avaliação, quais as principais conquistas da atuação do movimento?

- Você poderia me descrever como essa conquista foi atingida?

Bloco 3: Avaliação do Presente

3.1 Na sua opinião, quais são as principais organizações e suas lideranças no Brasil atualmente?

- Por que você acredita que essa organização/liderança seja uma das principais?
- Você poderia descrever melhor as ações dessas organizações/lideranças?

3.2 Como você avalia a atuação das organizações e lideranças atuais?

- Você poderia me explicar por que avalia assim?

3.3 Na sua opinião, quais os principais desafios para o movimento na atualidade?

- Você poderia me dar um exemplo concreto de por que isso é um desafio?

3.4 E como você percebe que os movimentos estão agindo para enfrentar esses desafios?

→ Você poderia me dar um exemplo concreto?

3.5 Como você avalia a atuação de pesquisadores e da universidade em relação às pessoas trans?

→ Você poderia me dar um exemplo concreto?

4. Há algo mais que você gostaria de falar, que sentiu que esqueceu ou que eu não perguntei?

Apêndice D – Convenções de Transcrição

Quadro 6 - Convenções de Transcrição

SÍMBOLO	SIGNIFICADO
[]	Comentários do transcritor
[...]	Supressão de partes da transcrição
[XXX]	Fala inaudível
[##]	Palmas
[@@]	Risos
FALA	Grito ou volume elevado

Fonte: Adaptado de Borba (2016a)

REFERÊNCIAS

- ABERS, Rebecca; VON BÜLOW, Marisa. Apresentação. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 3, p. 13–21, jul. 2010.
- ADRIÃO, Karla Galvão; TONELI, Maria Juracy Filgueiras; MALUF, Sônia Weidner. O movimento feminista brasileiro na virada do século XX: reflexões sobre sujeitos políticos na interface com as noções de democracia e autonomia. *Revista Estudos Feministas*, v. 19, 2011. Disponível em: <<http://www.readcube.com/articles/10.1590%2FS0104-026X2011000300002>>. Acesso em: 14 ago. 2015.
- AGUIÃO, Silvia. “Não somos um simples conjunto de letrinha”: disputas internas e (re)arranjos da política “LGBT”. *Cadernos Pagu*, n. 46, p. 279–310, abr. 2016.
- ALLEN, Amy. Power/Knowledge/Resistance: Foucault and epistemic injustice. In: KIDD, IAN JAMES; MEDINA, JOSÉ; POHLHAUS, GAILE (Org.). . *The Routledge handbook of epistemic injustice*. Routledge handbooks in philosophy. London; New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2017. p. 187–194.
- ALMEIDA, Guilherme; MURTA, Daniela. Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 380–407, ago. 2013.
- ALVAREZ, Sonia E. Beyond NGO-ization?: Reflections from Latin America. *Development*, v. 52, n. 2, p. 175–184, jun. 2009.
- ALVAREZ, Sonia E. *et al.* Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. *Revista Estudos Feministas*, v. 11, n. 2, p. 541, 1 jan. 2003.
- ALVAREZ, Sonia E. Latin American Feminisms “Go Global”: Trends of the 1990s and Challenges for the New Millennium. In: ALVAREZ, SONIA E.; DAGNINO, EVELINA; ESCOBAR, ARTURO (Org.). . *Cultures of politics/politics of cultures: re-visioning Latin American social movements*. Boulder, Colo: Westview Press, 1998. p. 293–325.
- ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 43, p. 13–56, 2014.
- AMARAL, Marília dos Santos *et al.* “DO TRAVESTISMO ÀS TRAVESTILIDADES”: UMA REVISÃO DO DISCURSO ACADÊMICO NO BRASIL ENTRE 2001-2010. *Revista Psicologia & Sociedade*, v. 26, n. 2, 15 ago. 2014. Disponível em:

<<http://www.ufrgs.br/seerpsicsoc/ojs2/index.php/seerpsicsoc/article/view/3751>>. Acesso em: 22 dez. 2016.

ANDRADE, Luma Nogueira De. *Travestis na escola: assujeitamento ou resistência à ordem normativa*. 2012. 278 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/7600>>. Acesso em: 7 jan. 2017.

ANDREAZZA, Tahiana. *Gêmeos monozigóticos discordantes para transexualidade: diferenças neuroanatômicas e psicológicas*. 2012. 61 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Medicina. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. . Acesso em: 9 jan. 2017.

ANTRA. *Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017*. . Rio de Janeiro: ANTRA, 2018.

ANTRA. *Unid@s Pelo direito de Ser. Relatório do VIII Encontro Nacional de Travestis e Liberados que Trabalham com AIDS*. . Rio de Janeiro: Associação Nacional de Travestis e Transexuais, 25 jun. 2000.

APA (Org.). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders*. Washington, DC: American Psychiatric Association, 1952.

APA (Org.). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders (Second Edition)*. Washington, DC: American Psychiatric Association, 1968.

APA (Org.). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders (Third Edition)*. Washington, DC: American Psychiatric Association, 1980.

APA (Org.). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders (Third Edition - Revised)*. Washington, DC: American Psychiatric Association, 1987.

APA (Org.). *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (4ª Edição - Revisada)*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

APPIAH, Kwame Anthony. *O código de honra: Como ocorrem as revoluções morais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

AQUINO, Tathiane Araújo. *CensoTrans. Rede Trans Brasil*. [S.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.facebook.com/redtransbrasil/videos/2055055101388595/>>. , 17 maio 2017

- ARÁN, Márcia. A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, v. 9, n. 1, p. 49–63, jun. 2006.
- ARÁN, Márcia. *Novos direitos e visibilidades para os homens trans no Brasil*. CLAM. [S.l.: s.n.]. Disponível em: <<http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/Aran.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2018. , 2010
- ARIETTI, Laurella *et al.* (Org.). *Elementi di critica trans*. Roma: Manifestolibri, 2010.
- ATHAYDE, Amanda V. Luna De. Transexualismo masculino. *Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia*, v. 45, n. 4, ago. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-27302001000400014&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 16 jan. 2017.
- ÁVILA, Simone. Sobre o Autor, por Simone Ávila. In: NERY, JOÃO W. *Viagem solitária: memórias de um transexual 30 anos depois*. São Paulo: Leya, 2011. p. 329–334.
- ÁVILA, Simone. *Transmasculinidades: a emergência de novas identidades políticas e sociais*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2015.
- ÁVILA, Simone Nunes. *FTM, transhomem, homem trans, trans, homem: a emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo*. 2014. 243 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/129050>>. Acesso em: 8 jan. 2017.
- AVRITZER, Leonardo. *Democracy and the public space in Latin America*. Princeton, NJ: Princeton Univ. Press, 2002.
- AVRITZER, Leonardo. *Impasses da Democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- BALSIGER, Philip; LAMBELET, Alexandre. Participant Observation. In: DELLA PORTA, DONATELLA (Org.). *Methodological practices in social movement research*. 1. ed. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 144–172.
- BALZER, Carsten / Carla LaGata *et al.* *Transrespect versus Transphobia Worldwide: A Comparative Review of the Human-rights Situation of Gender-variant/Trans People*. , TvT Publication Series., nº Vol. 6. Berlin: Transgender Europe, nov. 2012.

- BALZER, Carsten / Carla LaGata; BERREDO, Lukas. *TMM annual report 2016.* , TvT Publication Series Vol. 14., nº Vol. 14. Berlin: Transgender Europe, out. 2016. Disponível em: <<https://transrespect.org/wp-content/uploads/2016/11/TvT-PS-Vol14-2016.pdf>>.
- BARBOSA, Bruno Cesar. *Imaginando Trans: saberes e ativismos em torno das regulações das transformações corporais do sexo.* 2015. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas., São Paulo, 2015.
- BARBOSA, Bruno Cesar. *Nomes e diferenças: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual.* 2010. 130 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas., São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-09032010-115929/>>. Acesso em: 8 jan. 2017.
- BARBOSA, Luana Mirella de Souza. *Localidade ou metrópole?: demonstrando a capacidade de atuação política das travestis no mundo-comunidade.* 2010. 243 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Sociais. Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/7121>>. Acesso em: 17 jan. 2017.
- BARBOZA, Heloisa Helena Gomes. *Procedimentos para redesignação sexual: um processo bioeticamente inadequado.* 2010. 169 f. Tese (Doutorado) – Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/2545>>. Acesso em: 16 jan. 2017.
- BAYER, Ronald. *Homosexuality and American psychiatry: the politics of diagnosis.* Princeton, N.J: Princeton University Press, 1987. (Princeton paperbacks).
- BENEVIDES, Bruna. *Entrevista cedida a Thiago Coacci.* . [S.l: s.n.]. , 15 jan. 2018
- BENFORD, Robert D.; SNOW, David A. Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment. *Annual Review of Sociology*, v. 26, p. 611–639, 2000.
- BENJAMIN, Harry. *The Transsexual Phenomenon.* Symposium Publishing: Dusseldorf, 1999.
- BENJAMIN, Harry. Transsexualism and Transvestism as Psycho-Somatic and Somatho-psychic syndromes. In: STRYKER, SUSAN; WHITTLE, STEPHEN (Org.). . *The transgender studies reader.* New York: Routledge, 2006. p. 45–52.
- BENNETT, W. Lance; SEGERBERG, Alexandra. THE LOGIC OF CONNECTIVE ACTION: Digital media and the personalization of contentious politics. *Information, Communication*

& Society, v. 15, n. 5, p. 739–768, jun. 2012.

BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. 3. ed. Salvador: Devires, 2017.

BENTO, Berenice. Gênero: uma categoria cultural ou diagnóstica? In: ARILHA, MARGARETH; LAPA, THAIS DE SOUZA; PISANESCHI (Org.). *Transexualidade, travestilidade e direito à Saúde*. São Paulo: Oficina Editorial, 2010. p. 167–188.

BENTO, Berenice. *O que é Transexualidade?* São Paulo: Brasiliense, 2008.

BENTO, Berenice. Sexualidade e experiências trans: do hospital à alcova. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, n. 10, p. 2655–2664, out. 2012.

BENTO, Berenice; FÉLIX-SILVA, Antônio Vladimir. Apresentação. *Desfazendo gênero: subjetividade, cidadania, transfeminismo*. Desfazendo gênero. Natal, RN: EDUFRN, 2015. .

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 559–568, ago. 2012.

BERREDO, Lukas. *Conversa Virtual entre Lukas Berredo e Thiago Coacci*. . [S.l.: s.n.]. , 2 abr. 2018

BORBA, Rodrigo. *O (des)aprendizado de si: transexualidades, interação e cuidado em saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2016a.

BORBA, Rodrigo. RECEITA PARA SE TORNAR UM “TRANSEXUAL VERDADEIRO”: DISCURSO, INTERAÇÃO E (DES)IDENTIFICAÇÃO NO PROCESSO TRANSEXUALIZADOR. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 55, n. 1, p. 33–75, abr. 2016b.

BORBA, Rodrigo. Sobre os obstáculos discursivos para a atenção integral e humanizada à saúde de pessoas transexuais. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, n. 17, p. 66–97, ago. 2014.

BORBA, Rodrigo; OSTERMANN, Ana Cristina. Gênero ilimitado: a construção discursiva da identidade travesti através da manipulação do sistema de gênero gramatical. *Estudos Feministas*, v. 16, n. 2, p. 409–432, 2008.

BRASIL. *Ação Civil Pública 26279. Apelação Cível 2001.71.00.026279-9 RS*. Relator: Roger

Raupp Rios. Apelante: Ministério Público Federal. Apelado: União Federal. Porto Alegre: Tribunal Regional Federal da 4ª Região, 24 ago. 2007.

BRASIL. *Brasil Sem Homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual*. Brasília: Presidência da República. Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2008a.

BRASIL. *Texto-Base da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais*. Brasília: Presidência da República. Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2008b. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncd-lgbt/conferencias/texto-base-1a-conferencia-nacional-lgbt-1>>. Acesso em: 22 fev. 2018.

BRITO, Alexandre Magno Maciel Costa E. O lampião da esquina: uma voz homossexual no Brasil em tempos de fúria (1978-1981). 2 set. 2016. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/21357>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

BROWN, Elspeth H. Trans/Feminist Oral History: Current Projects. *TSQ: Transgender Studies Quarterly*, v. 2, n. 4, p. 666–672, nov. 2015.

BROWN, Wendy. *Undoing the demos: neoliberalism's stealth revolution*. First Edition ed. New York: Zone Books, 2015.

BRUM, Indira Saad. *Da nomeação às práticas de prostituição: um olhar sobre travestis e transexuais a partir de artigos científicos encontrados na Scielo*. 2014. 67 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Educação. Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.furg.br/handle/1/4815>>. Acesso em: 29 dez. 2016.

BUCCHI, Massimiano. *Beyond Technocracy*. New York, NY: Springer New York, 2009. Disponível em: <<http://link.springer.com/10.1007/978-0-387-89522-2>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

BULGARELLI, Lucas. [ALERTA TEXTÃO] - *Estratégias de engajamento do movimento LGBT de São Paulo em espaços de interação online e offline (2015-2016)*. 2018. 199 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

BUTLER, Judith. Desdiagnosticando o Gênero. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 19, n. 1, p. 95–126, 2009.

- BUTLER, Judith. Doing Justice to Someone: Sex Reassignment and Allegories of Transsexuality. In: BUTLER, JUDITH. *Undoing Gender*. New York; London: Routledge, 2004a. p. 57–74.
- BUTLER, Judith. *Precarious life: the powers of mourning and violence*. London; New York: Verso, 2004b.
- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva; ANDRADE, Thiago Valentim Pinto. *Conflitos no Campo – Brasil 2016*. Goiânia: CPT-Nacional, 2016.
- CARDOSO, Jovanna. *Entrevista cedida a Gilson Carrijo e Thiago Coacci*. . [S.l: s.n.]. , 24 out. 2016
- CARDOSO, Jovanna. *Mensagem enviada ao grupo GT Denúncia Transfobia*. . [S.l: s.n.]. , 31 mar. 2018
- CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana R. B. “Tá lá o corpo estendido no chão...”: a Violência Letal contra Travestis no Município do Rio de Janeiro. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 16, n. 2, p. 233–249, 2006.
- CARRIJO, Gilson; SIMPSON, Keila. *Um atentado violento ao pudor*. . [S.l: s.n.]. Disponível em: <<https://youtu.be/tAqtKsy08I>>. Acesso em: 3 jul. 2018. , 2017
- CARVALHO, Diego Sousa De. *O gênero e a ciência da saúde: produção em torno da transexualidade no Portal de pesquisa da Biblioteca Virtual de Saúde*. 2014. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6136/tde-05112014-133335/>>. Acesso em: 22 dez. 2016.
- CARVALHO, Mário. A (im)possível pureza: medicalização e militância na experiência de travestis e transexuais. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, Rio de Janeiro, v. 0, n. 8, p. 36–62, 31 jul. 2011a.
- CARVALHO, Mário. “Muito prazer, eu existo!”: visibilidade e reconhecimento no ativismo de pessoas trans no Brasil. 2015. 261 f. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do

Rio de Janeiro. Instituto de Medicina Social, Rio de Janeiro, 2015.

CARVALHO, Mário. *Que mulher é essa? Identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais*. 2011b. 149 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Medicina Social, Rio de Janeiro, 2011.

CARVALHO, Mário; CARRARA, Sergio. Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, Rio de Janeiro, v. 0, n. 14, p. 319–351, 5 ago. 2013.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima; CARRARA, Sérgio. Ciberativismo trans: considerações sobre uma nova geração militante. *Contemporanea - Revista de Comunicação e Cultura*, v. 13, n. 2, p. 382–400, 22 set. 2015.

CASAS-CORTÉS, María Isabel. *Social Movements as Sites of Knowledge Production: Precarious Work, the Fate of Care and Activist Research in a Globalizing Spain*. 2009. 535 f. Tese (Doutorado) – University of North Carolina, Chapel Hill, 2009.

CASTELFRANCHI, Yuriy. *As serpentes e o bastão: tecnociência, neoliberalismo e inexorabilidade*. 2008. 380 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2008.

CASTELFRANCHI, Yuriy. Política Hacker. In: MENDONÇA, RICARDO FABRINO; PEREIRA, MARCUS ABÍLIO; FILGUEIRAS, FERNANDO (Org.). *Democracia digital: publicidade, instituições e confronto político*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. .

CAULDWELL, David O. Psychopathia Transexualis. In: STRYKER, SUSAN; WHITTLE, STEPHEN (Org.). *The transgender studies reader*. New York: Routledge, 2006. p. 40–44.

CHEQUER, Jamile. *Das ONGs/aids ao movimento social travesti: interação Estado-sociedade, dinâmicas complexas e identidades em construção*. 2010. 170 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Sociologia e Política. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/129050>>. Acesso em: 8 jan. 2017.

CHILAND, Colette. *O Transexualismo*. São Paulo: Loyola, 2008.

CHOUDRY, Aziz; KAPOOR, Dip (Org.). *Learning from the Ground Up: Global Perspectives on*

Social Movements and Knowledge Production. *Learning from the ground up: global perspectives on social movements and knowledge production*. 1st. ed. New York: Palgrave Macmillan, 2010a. p. 1–13.

CHOUdry, Aziz; KAPOOR, Dip (Org.). *Learning from the Ground Up: Global Perspectives on Social Movements and Knowledge Production*. 1st. ed. New York: Palgrave Macmillan, 2010b.

CIMI. *Violência contra os Povos Indígenas no Brasil: dados de 2016*. . Brasília: Conselho Indigenista Missionário, 2017. Disponível em: <https://www.cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas_2016-Cimi.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2018.

COACCI, Thiago. Encontrando o transfeminismo brasileiro: um mapeamento preliminar de uma corrente em ascensão. *História Agora*, São Paulo, v. 1, n. 15, p. 134–161, 2014.

COLAPINTO, John. *As Nature Made Him: The Boy Who Was Raised as a Girl*. New York: Harper Perennial, 2006.

COLETIVO TRANSFEMINISMO. *Carta Aberta Transfeminismo Fazendo Gênero. Transfeminismo*. [S.l: s.n.]. Disponível em: <<https://transfeminismo.com/carta-aberta-transfeminismo-fazendo-genero/>>. Acesso em: 20 abr. 2018. , 24 set. 2013

COLETIVO TRANSFEMINISMO. *Somos Socialistas! Transfeminismo*. [S.l: s.n.]. Disponível em: <<https://transfeminismo.com/somos-socialistas/>>. Acesso em: 12 maio 2018. , 14 maio 2015

COLLING, Leandro. *Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer*. Salvador: EdUFBA, 2015.

COLLINS, H.M.; EVANS, Robert. The Third Wave of Science Studies: Studies of Expertise and Experience. *Social Studies of Science*, v. 32, n. 2, p. 235–296, abr. 2002.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 99–127, abr. 2016.

COLL-PLANAS, Gerard. Introducción. In: MISSÉ, MIQUEL; COLL-PLANAS, GERARD (Org.). . *El género desordenado - Críticas en torno a la patologización de la transexualidad*. Barcelona: Egales, 2012. p. 15–25.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução 1652/2002. . Resolução 1652/2002. , 6 nov.

2002, Sec. 1, p. 80/81.

- CORDEIRO, Desirée Monteiro. *Transtorno de identidade sexual em adultos e justiça: laudo psicológico para mudança de prenome*. 2012. 126 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Medicina. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5142/tde-07122012-143732/>>. Acesso em: 11 jan. 2017.
- CORREA, Gustavo Borges. *Carmens e drags: reflexões sobre os travestimentos transgênicos no Carnaval carioca*. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- CORTEZ, Fernanda Cestaro Prado. *Consumo de álcool e outras drogas, sintomas depressivos, impulsividade e aspectos dimensionais de personalidade entre homens biológicos profissionais do sexo*. 2011. 166 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Medicina. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.bv.fapesp.br/pt/auxilios/28141/consumo-de-alcool-e-outras-drogas-sintomas-depressivos-impulsividade-e-aspectos-dimensionais-de-pe/>>. Acesso em: 27 dez. 2016.
- COSTA, Milton Cesar Da. *De um sexo ao outro: uma abordagem psicanalítica sobre a cirurgia de “mudança de sexo”*. 2011. 106 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/31910>>. Acesso em: 16 jan. 2017.
- COSTA, Ronaldo Pamplona Da. *Os Onze Sexos: as múltiplas faces da sexualidade humana*. São Paulo: Editora Gente, 1994.
- CROSS, Katherine. *Uma sinfonia social: Os Quatro Movimentos da Transfobia na Teoria (Parte I). Transfeminismo*. [S.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://transfeminismo.com/uma-sinfonia-social-os-quatro-movimentos-da-transfobia-na-teoria-parte-i/>>. Acesso em: 20 abr. 2018. , 2 set. 2013
- DAVI, Edmar Henrique Dairell. *Belíssima: um estudo merleau-pontyano da corporalidade travesti*. 2013. 183 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-02092013-203009/>>. Acesso em: 11 jan. 2017.
- DELLA PORTA, Donatella. In-Depth Interviews. In: DELLA PORTA, DONATELLA (Org.). . *Methodological practices in social movement research*. 1. ed. Oxford: Oxford

University Press, 2014a. p. 397–417.

DELLA PORTA, Donatella. Social Movements Studies and Methodological Pluralism: An Introduction. In: DELLA PORTA, DONATELLA (Org.). . *Methodological practices in social movement research*. 1. ed. Oxford: Oxford University Press, 2014b. p. 1–20.

DELLA PORTA, Donatella; TARROW, Sidney. Transnational Processes and Social Activism: an introduction. In: DELLA PORTA, DONATELLA; TARROW, SIDNEY (Org.). . *Transnational protest and global activism*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2005. p. 1–20.

DIANI, Mario. The concept of social movement. *The Sociological Review*, v. 40, n. 1, p. 1–25, 1 fev. 1992.

DIANI, Mario; BISON, Ivano. Organizações, coalizões e movimentos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 3, p. 219–250, 2010.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: ANPOCS: Relume Dumará, 1995.

DOR, Joel. Transexualismo e o sexo dos anjos. In: DOR, JOEL. *Estrutura e perversões*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991. .

DRESCHER, Jack. Queer diagnoses revisited: The past and future of homosexuality and gender diagnoses in DSM and ICD. *International Review of Psychiatry (Abingdon, England)*, v. 27, n. 5, p. 386–395, 2015.

DRESCHER, Jack; COHEN-KETTENIS, Peggy T.; REED, Geoffrey M. Gender incongruence of childhood in the ICD-11: controversies, proposal, and rationale. *The Lancet. Psychiatry*, v. 3, n. 3, p. 297–304, mar. 2016.

DUMARESQ, Leila. *O cisgênero existe. Transliteração*. [S.l.: s.n.]. Disponível em: <<http://transliteracao.com.br/leiladumaresq/2014/12/o-cisgenero-existe/>>. Acesso em: 13 maio 2018. , 15 dez. 2014

DUQUE, Tiago. *Gêneros Incríveis: um estudo sócio-antropológico sobre as experiências de (não) passar por homem e/ou mulher*. Campo Grande: Editora UFMS, 2017.

EFREM FILHO, Roberto. *Mata-mata: reciprocidades constitutivas entre classe, gênero, sexualidade e território*. 2017. 248 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2017. Disponível

em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/322704>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

ELIAS, Valéria de Araújo. *Para além do que se vê: das transexualidades às singularidades na busca pela alteração corporal*. 2007. 298 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Universidade Estadual Paulista, Assis, 2007. Disponível em: <<http://repositorio.unesp.br/handle/11449/97697>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

ELLIS, Havelock; SYMONDS, John Addington. *Sexual Inversion: a critical edition*. In: CROZIER, IVAN (Org.). . *Sexual Inversion*. London: Palgrave Macmillan, 2008. p. 96–328. Disponível em: <<http://link.springer.com/10.1057/9780230592261>>. Acesso em: 5 set. 2017.

ENCARNACIÓN, Omar Guillermo. *Out in the periphery: Latin America's gay rights revolution*. New York: Oxford University Press, 2016.

EPSTEIN, Steven. *Impure science: AIDS, activism, and the politics of knowledge*. Berkeley: University of California Press, 1996. (, 7).

EZRAHI, Yaron. Science and the State. In: SMELSER, NEIL J.; BALTES, PAUL B. (Org.). . *International encyclopedia of the social & behavioral sciences*. 1st ed ed. Amsterdam; New York: Elsevier, 2001. p. 13657–13664.

EZRAHI, Yaron. *The Descent of Icarus: Science and the Transformation of Contemporary Democracy*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1990.

FACCHINI, Regina. Conexões, processos políticos e movimentos sociais uma reflexão teórico-metodológica a partir do movimento LGBT. *Advir*, Rio de Janeiro, n. 28, p. 6–20, jul. 2012.

FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. *Cadernos AEL*, Campinas, v. 10, n. 18/19, p. 81–125, 2003.

FACCHINI, Regina. Prazer e perigo: situando debates e articulações entre gênero e sexualidade. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 47, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-83332016000200601&lng=en&nrm=iso&tIng=pt>. Acesso em: 11 maio 2018.

FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro, Brasil: Editora Garamond, 2005. (Coleção Sexualidade, gênero e sociedade).

- FACCHINI, Regina; DANILIAUSKAS, Marcelo; PILON, Ana Cláudia. POLÍTICAS SEXUAIS E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO BRASIL: SITUANDO ESTUDOS SOBRE SEXUALIDADE E SUAS CONEXÕES. *Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 44, n. 1, p. 161–193, 2013.
- FARIA, Peter. A noção foucaultiana de dispositivo sob a ótica de Deleuze. *ConTextura (UFMG)*, Belo Horizonte, v. 5, p. 29–34, 2013.
- FAUSTO-STERLING, Anne. *Myths of gender: biological theories about women and men*. 2nd ed ed. New York, NY: BasicBooks, 1992.
- FAVERO, Sofia. *Pode o cisgênero falar? Blogueiras Feministas*. [S.l.: s.n.]. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2016/02/pode-o-cisgenero-falar/>>. Acesso em: 30 mar. 2016. , 23 fev. 2016
- FEINBERG, Leslie. Transgender Liberation: A Movement Whose Time Has Come. In: STRYKER, SUSAN; WHITTLE, STEPHEN (Org.). . *The transgender studies reader*. New York: Routledge, 2006. p. 205–220.
- FERREIRA, Carolina Branco de Castro. Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. *Cadernos Pagu*, n. 44, p. 199–228, jun. 2015.
- FIGUEIREDO, João. *Mensagem 171*. . [S.l.: s.n.]. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1180106&filename=Dossie+-PL+1909/1979>. Acesso em: 30 abr. 2016. , 4 jun. 1984
- FISCHER, Amalia; JARDIM, João; NERY, João W. (Org.). Corpo: Artigo Indefinido. *Caderno Globo*, São Paulo, n. 12, jun. 2016.
- FISCHER, Frank. *Democracy and expertise: reorienting policy inquiry*. New York, NY: Oxford University Press, 2009.
- FLIGSTEIN, Neil; MCADAM, Doug. *A theory of fields*. New York: Oxford University Press, 2012.
- FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I a vontade de saber*. 19. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- FOUCAULT, Michel. Sobre a História da Sexualidade. In: FOUCAULT, MICHEL. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2012. .
- FRASER, Nancy. Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. *Social Text*, n. 25/26, p. 56–80, 1990.
- FREIRE, Lucas. Sujeitos de papel: sobre a materialização de pessoas transexuais e a regulação do acesso a direitos. *Cadernos Pagu*, n. 48, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332016000300502&lng=pt&nrm=iso&tlng=en>. Acesso em: 11 jan. 2017.
- FREITAS, Aline. *Ensaio de construção do pensamento transfeminista*. Centro de Mídia Independente. [S.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://midia independente.org/pt/red/2005/12/340210.shtml>>. Acesso em: 21 abr. 2018. , 5 dez. 2005
- FRICKEL, Scott *et al.* Undone Science: Charting Social Movement and Civil Society Challenges to Research Agenda Setting. *Science, Technology, & Human Values*, v. 35, n. 4, p. 444–473, 1 jul. 2010.
- FRICKER, Miranda. *Epistemic injustice: power and the ethics of knowing*. Oxford: Oxford Univ. Press, 2009.
- FRICKER, Miranda. Evolving Concepts of Epistemic Injustice. In: KIDD, IAN JAMES; MEDINA, JOSÉ; POHLHAUS, GAILE (Org.). . *The Routledge handbook of epistemic injustice*. Routledge handbooks in philosophy. London; New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2017. p. 53–60.
- FRIGNET, Henry. *O transexualismo*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2002.
- GALLI, Rafael Alves. *Roteiros sexuais de transexuais e travestis e seus modos de envolvimento sexual-afetivo*. 2013. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-05082013-151002/>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

- GAMSON, Joshua. Must Identity Movements Self-Destruct?: A Queer Dilemma. In: SEIDMAN, STEVEN (Org.). . *Queer theory/sociology*. Cambridge, Mass: Blackwell, 1996. p. 395–420.
- GERRING, John. *Case Study Research: Principles and Practices*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- GGB. *Relatório 2012 - Assassinato de Homossexuais (LGBT)*. . Salvador: GGB, 2013.
- GGB. *Relatório 2016 - Assassinatos de LGBT no Brasil*. . Salvador: GGB, 2017.
- GGB. *Relatório 2017 - Pessoas LGBT mortas no Brasil*. . Salvador: GGB, 2018. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2081.pdf>>.
- GIERYN, Thomas F. Boundaries of Science. In: JASANOFF, SHEILA *et al.* (Org.). . *Handbook of science and technology studies*. Rev. ed ed. Thousand Oaks, Calif: Sage Publications, 1995. p. 393–443.
- GIERYN, Thomas F. Boundary-Work and the Demarcation of Science from Non-Science: Strains and Interests in Professional Ideologies of Scientists. *American Sociological Review*, v. 48, n. 6, p. 781–795, 1983.
- GLOBAL ACTION FOR TRANS EQUALITY. *It's time for reform: Trans Health Issues in the ICD*. . Haia: Global Action for Trans Equality, nov. 2011.
- GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 11. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- GOMES, Carla; SORJ, Bila. Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil. *Sociedade e Estado*, v. 29, n. 2, p. 433–447, ago. 2014.
- GOMES, Marco Aurélio Paiva. *Uma visão sobre as transgressões da heteronormatividade no cinema contemporâneo*. 2015. 113 f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.pucsp.br:80/defesas/uma-visao-sobre-transgressoes-da-heteronormatividade-no-cinema-contemporaneo>>. Acesso em: 13 jan. 2017.
- GOMES, Renan Araújo. *Ai, como eu sou bandida A análise discursiva crítica sobre a construção identitária da personagem transexual Valéria Vasques, no programa de televisão Zorra Total, da Rede Globo*. 2013. 142 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Letras. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2013. Disponível

em: <<http://www.locus.ufv.br/handle/123456789/4866>>. Acesso em: 13 jan. 2017.

GONZALEZ, Clarissa Rodrigues; LOPES, Luiz Paulo da Moita. Posicionamentos interacionais mobilizados por Tudo sobre minha mãe na rede social Filmow. *DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*, v. 31, n. 2, p. 473–503, dez. 2015.

GOUVEIA, Taciana; DANILIAUSKAS, Marcelo. *ABONG - Panorama das Associadas*. . São Paulo: Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais, mar. 2010.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere - Volume 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRANER, Barbara; STEFANIE, Andrea; LIONÇO, Tatiana. Movimento GLBT e transexualidade nas políticas públicas de saúde no Brasil: idiosincrasias e sincronismos. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 7 - GÊNERO E RECONCEITOS, 2006, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006.

GREEN, James Naylor. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GROSFUGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, p. 115–147, 1 mar. 2008.

GUARANHA, Camila. *O desafio da equidade e da integralidade: travestilidades e transexualidades no sistema único de saúde*. 2014. 145 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/115052>>. Acesso em: 13 jan. 2017.

GUERRA, René. *Os Sapatos de Aristeu*. . [S.l.]: Extrema Produções Artísticas. , 2008

HACKING, Ian. How should we do the history of statistic? In: BURCHELL, GRAHAM; GORDON, COLIN; MILLER, PETER (Org.). . *The Foucault effect: studies in governmentality: with two lectures by and an interview with Michel Foucault*. Chicago: University of Chicago Press, 1991. p. 181–195.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 5, p. 07–41, 1995.

- HARDING, Sandra G. *From Feminist Empiricism to Feminist Standpoint Epistemologies. The science question in feminism*. Ithaca: Cornell University Press, 1986. p. 163–196.
- HARDING, Sandra G. *Objectivity and diversity: another logic of scientific research*. Chicago: The University of Chicago Press, 2015.
- HESS, David J. *Undone science: social movements, mobilized publics, and industrial transitions*. Cambridge, MA: MIT Press, 2016.
- HINE, Christine. *Virtual ethnography*. London; Thousand Oaks, Calif: SAGE, 2000.
- HINE, Christine. Virtual Methods and the Sociology of Cyber-Social-Scientific Knowledge. In: HINE, CHRISTINE (Org.). *Virtual methods: issues in social research on the Internet*. Oxford; New York: Berg, 2005. p. 1–13.
- IBRAT. *ELUCIDAÇÕES PÚBLICAS SOBRE O IBRAT- INSTITUTO BRASILEIRO DE TRANSMASCULINIDADES*. Ibrat - Instituto Brasileiro de Transmasculinidades. [S.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.facebook.com/institutoibrat/photos/a.1389171291300706.1073741827.1383227891895046/1645990992285400/?type=3>>. Acesso em: 27 maio 2018. , 1 out. 2015
- IGO, Sarah Elizabeth. *Social Scientific Citizens: Surveys, Statistics, and the Public in Modern America*. . Princeton: [s.n.]. Disponível em: <<https://www.sss.ias.edu/files/papers/paper24.pdf>>. , mar. 2006
- IGO, Sarah Elizabeth. *The averaged American: surveys, citizens, and the making of a mass public*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 2007.
- JACKSON, Patrick Thaddeus. *The conduct of inquiry in international relations: philosophy of science and its implications for the study of world politics*. London; New York: Routledge, 2011.
- JASANOFF, Sheila. Ordering Knowledge, Ordering Society. In: JASANOFF, SHEILA (Org.). *States of knowledge: the co-production of science and social order*. London; New York: Routledge, 2004. p. 13–45.
- JASPER, James M. *Protesto: uma introdução aos movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.
- JASPER, James M.; AIDAN, McGarry. Introduction: The Identity Dilemma, Social Movements,

and Contested Identity. In: MCGARRY, AIDAN; JASPER, JAMES M. (Org.). . *The identity dilemma: social movements and collective identity*. Politics, history and social change. Philadelphia: Temple University Press, 2015. p. 1–17.

JESUS, Jaqueline Gomes. *AFORISMOS SOBRE OS QUAIS ERGUER O TRANSFEMINISMO**. *Transfeminismo*. [S.l: s.n.]. Disponível em: <<https://transfeminismo.com/aforismos-sobre-os-quais-erguer-o-transfeminismo%c2%b9/>>. Acesso em: 30 abr. 2018. , 5 set. 2013

JESUS, Jaqueline Gomes. As guerras de pensamento não ocorrerão nas universidades. In: COLLING, LEANDRO (Org.). . *Dissidências sexuais e de gênero*. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 217–232.

JESUS, Jaqueline Gomes. *Entrevista cedida a Thiago Coacci*. . [S.l: s.n.]. , 6 abr. 2018

JESUS, Jaqueline Gomes (Org.). *Transfeminismo: teorias e práticas*. Rio de Janeiro: Metanóia, 2014.

JUNIOR, Pinheiro. *Contexto de vulnerabilidade de travestis e sua associação com a não realização do teste anti-HIV*. 2013. 94 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Medicina. Universidade Federal do Ceará., Fortaleza, 2013. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/8344>>. Acesso em: 16 jan. 2017.

KAAS, Hailey. Birth of Transfeminism in Brazil Between Alliances and Backlashes. *TSQ: Transgender Studies Quarterly*, v. 3, n. 1–2, p. 146–149, 1 maio 2016a.

KAAS, Hailey. *Breve nota sobre o VI congresso ABEH*. *Transfeminismo*. [S.l: s.n.]. Disponível em: <<https://transfeminismo.com/breve-nota-sobre-o-vi-congresso-abeh/>>. Acesso em: 23 abr. 2018a. , 7 ago. 2012

KAAS, Hailey. *Entrevista cedida a Thiago Coacci*. . [S.l: s.n.]. , 18 nov. 2016b

KAAS, Hailey. *O que é cissexismo?* *Transfeminismo*. [S.l: s.n.]. Disponível em: <<https://transfeminismo.com/o-que-e-cissexismo/>>. Acesso em: 20 abr. 2018b. , 4 jul. 2012

KAAS, Hailey. *O que é cissexismo?* *Transfeminismo*. [S.l: s.n.]. Disponível em: <<https://transfeminismo.com/o-que-e-cissexismo/>>. Acesso em: 21 abr. 2018. , 17 nov. 2011

KESSLER, Suzanne J. *Lessons from the Intersexed*. New Brunswick, N.J: Rutgers University

Press, 1998.

- KOYAMA, Emi. Whose Feminism Is It Anyway? The Unspoken Racism of the Trans Inclusion Debate. In: STRYKER, SUSAN; WHITTLE, STEPHEN (Org.). . *The Transgender Studies Reader*. New York: Routledge, 2006. p. 698–705.
- KRAFFT-EBING, Richard Von. *Psychopathia sexualis: the classic study of deviant sex*. New York, NY: Arcade Publishing, 2011. Disponível em: <<http://www.freading.com/ebooks/details/r:download/ZnJlYWQ2NDY4>>. Acesso em: 8 set. 2017.
- KRAFFT-EBING, Richard Von. selections from *Psychopathia Sexualis with Special Reference to Contrary Sexual Instinct: A Medico-Legal Study*. In: STRYKER, SUSAN; WHITTLE, STEPHEN (Org.). . *The transgender studies reader*. New York: Routledge, 2006. p. 21–27.
- KRAICZYK, Juny. *A BIOÉTICA E A PREVENÇÃO DA AIDS PARA TRAVESTIS*. 2014. 167 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília. Faculdade de Ciências da Saúde., Brasília, 2014.
- KRAMBECK, Rafael Soares. *Cyberqueer: performances de gênero e mobilização de traços identitários na construção da narrativa da personagem Katylene no blog e no Twitter*. 2013. 111 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2013. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4500>>. Acesso em: 13 jan. 2017.
- KRESS, Victoria *et al.* The Removal of the Multiaxial System in the DSM-5: Implications and Practice Suggestions for Counselors. *The Professional Counselor*. v. 4, n. 3, p. 191–201, jul. 2014.
- KUHN, Thomas. Logic of Discovery or Psychology of Research? In: LAKATOS, IMRE; MUSGRAVE, ALAN (Org.). . *Criticism and the Growth of Knowledge*. London: Cambridge University Press, 1970. v. 4. p. 1–23.
- KULICK, Don. *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.
- KULICK, Don; KLEIN, Charles. Escândalo: a política da vergonha em meio às travestis brasileiras. *Anales Nueva Epoca*, v. 13, p. 9–45, 2010.

- LA ROCHE, Walkiria. *Entrevista cedida a Thiago Coacci*. . [S.l: s.n.]. , 4 fev. 2016
- LANZ, Leticia. *Entrevista cedida a Thiago Coacci*. . [S.l: s.n.]. , 2 fev. 2018
- LANZ, Leticia. *O Corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero*. 2014. 342 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná., Curitiba, 2014. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/36800>>. Acesso em: 7 jan. 2017.
- LAURENTI, Ruy *et al.* A Classificacao Internacional de Doencas, a Familia de Classificacoes Internacionais, a CID-11 e a Síndrome Pos-Poliomielite. *Arquivos de Neuro-Psiquiatria*, v. 71, n. 9A, p. 3–10, set. 2013.
- LAURENTINO, Arnaldo Cezar Nogueira. *Políticas públicas de saúde para população LGBT: da criação do SUS à implementação da Política Nacional de Saúde Integral de LGBT*. 2015. 92 f. Dissertação (Mestrado) – Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2015.
- LEITE JR., Jorge. *Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico*. 1. ed. São Paulo, SP, Brasil: Annablume, 2011.
- LIMA, Aline Soares. *Quem sou eu: autorrepresentações de travestis no orkut*. 2009. 196 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Artes Visuais. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009. Disponível em: <<http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/2818>>. Acesso em: 8 jan. 2017.
- LIMA, Fátima. *A construção do dispositivo da transexualidade: saberes, tessituras e singularidades nas experiências trans*. 2010. 182 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- LIMA, Fátima; CRUZ, Kathleen Tereza Da. Os processos de hormonização e a produção do cuidado em saúde na transexualidade masculina. *Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)*, n. 23, p. 162–186, ago. 2016.
- LIMA, Stephanie. *As bi, as gay, as trava, as sapatão tão tudo organizada pra fazer revolução! Uma análise sócio-antropológica do Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual (ENUDES)*. 2016. 171 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Medicina Social, Rio de Janeiro, 2016.
- LIONÇO, Tatiana. Atenção integral à saúde e diversidade sexual no Processo Transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 19, n. 1,

p. 43–63, 2009.

LIONÇO, Tatiana. *Entrevista cedida a Thiago Coacci*. [S.l.: s.n.], 24 jan. 2018

LIONÇO, Tatiana. *Um olhar sobre a transexualidade a partir da perspectiva da tensionalidade somato-psíquica*. 2006. 158 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia. Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/3297?mode=full>>. Acesso em: 8 jan. 2017.

LOBATO, Maria Inês *et al.* Using the Defensive Style Questionnaire to evaluate the impact of sex reassignment surgery on defensive mechanisms in transsexual patients. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, v. 31, n. 4, p. 303–306, dez. 2009.

LOMANDO, Eduardo. *Processos, desafios, tensões e criatividade nas conjugalidades de homens e mulheres transexuais*. 2014. 136 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/101427>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

LOMANDO, Eduardo; NARDI, Henrique Caetano. Conjugalidades múltiplas nas travestilidades e transexualidades: uma revisão a partir da abordagem sistêmica e da psicologia social. *Saúde em Debate*, v. 37, n. 98, p. 493–503, set. 2013.

LOPICCOLO, Joseph. Introduction. In: KRAFFT-EBING, R. VON. *Psychopathia sexualis: the classic study of deviant sex*. New York, NY: Arcade Publishing, 2011. p. 10–18. Disponível em: <<http://www.freading.com/ebooks/details/r:download/ZnJlYWQ2NDY4>>. Acesso em: 8 set. 2017.

LOURENÇO, Amanda Nogueira. *Travesti: A construção do corpo feminino perfeito e suas implicações para a saúde*. 2009. 80 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2009.

MACHADO, Carla. Painel 1: Introdução à Orientação Sexual e Identidade de Gênero. In: I CONFERÊNCIA NACIONAL GLBT, 2008, Brasília. *Anais...* Brasília: Presidência da República. Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2008.

MACHADO, Frederico Vianna; MALTA, Marcellly. *História de Vida e Ação Política 03 - Marcellly Malta (Igualdade)*. Porto Alegre: [s.n.]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9g341q0rZO8>>. Acesso em: 21 mar. 2018. , 25 set. 2015

- MACIEL, Débora Alves. Ação coletiva, mobilização do direito e instituições políticas: o caso da campanha da lei Maria da Penha. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 26, n. 77, p. 97–112, out. 2011.
- MAKSOU, Fernanda Resende; PASSOS, Xisto Sena; PEGORARO, Renata Fabiana. Reflexões acerca do transtorno de identidade de gênero frente aos serviços de saúde: revisão bibliográfica. *Revista Psicologia e Saúde*, v. 6, n. 2, p. 47–55, dez. 2014.
- MARANGONI, Thalita Gonçalves. *Transexualismo e a cirurgia de transgenitalização*. 2015. 138 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2136/tde-14122015-093552/>>. Acesso em: 11 jan. 2017.
- MATOS, Marlise. MOVIMENTO E TEORIA FEMINISTA: É POSSÍVEL RECONSTRUIR A TEORIA FEMINISTA A PARTIR DO SUL GLOBAL? *Revista de Sociologia e Política*, v. 18, n. 36, 2010. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31628>>. Acesso em: 5 mar. 2017.
- MATOS, Marlise. O campo científico-crítico-emancipatório das diferenças como experiência da descolonização acadêmica. In: BIROLI, FLÁVIA; MIGUEL, LUIS FELIPE (Org.). *Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras*. Vinhedo: Editora Horizonte, 2012. p. 47–102.
- MATOS, Marlise. O Campo-crítico-emancipatório das Diferenças e a Quarta Onda Latinoamericana como experiencia da descolonização acadêmica. In: BIDASECA, KARINA (Org.). *Feminismos y poscolonialidad 2*. Buenos Aires: Godot, 2016. p. 263–321.
- MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. *Revista Estudos Feministas*, v. 16, n. 2, p. 333–357, ago. 2008.
- MATOS, Marlise; PARADIS, Clarisse. Los feminismos latinoamericanos y su compleja relación con el Estado: Debates actuales. *Iconos. Revista de ciencias sociales*, n. 45, p. 91–107, 2013.
- MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer. Resource Mobilization and Social Movements: A Partial Theory. *American Journal of Sociology*, v. 82, n. 6, p. 1212–1241, 1977.
- MCCORMICK, Sabrina. *Mobilizing science: movements, participation, and the remaking of knowledge*. Philadelphia: Temple University Press, 2009.

- MEIRA, Vanessa Sander Serra E. *Entre manuais e truques: uma etnografia das redes do trabalho sexual entre travestis em Belo Horizonte*. 2015. 116 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000960999&opt=1>>. Acesso em: 13 jan. 2017.
- MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno De; MAROJA, Daniela. Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 27, n. 2, p. 289–312, ago. 2012.
- MELUCCI, Alberto. *Challenging codes: collective action in the information age*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1996.
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Singularidade e identidade nas manifestações de 2013. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 66, p. 130, 1 abr. 2017.
- MESQUITA, Marina Leitão. *The Haddukan Family in Concert: uma análise do amadrinhamento entre transformistas e drag queens*. 2013. 115 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal Pernambuco, Recife, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/12110>>. Acesso em: 17 jan. 2017.
- MEYEROWITZ, Joanne J. *How sex changed: a history of transsexuality in the United States*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2002.
- MIGNOLO, Walter D. “UN PARADIGMA OTRO”: COLONIALIDAD GLOBAL, PENSAMIENTO FRONTERIZO Y COSMOPOLITANISMO CRITICO. *Dispositio*, v. 25, n. 52, p. 127–146, jan. 2005.
- MIGUEL, Luis Felipe. Uma crítica lésbico-feminista ao discurso transgênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 24, n. 1, p. 373–376, abr. 2016.
- MILLOT, Catherine. *Extrasexo*. São Paulo: Escuta, 1992.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria MS/SAS 457. . Portaria MS/SAS 457. , 19 ago. 2008. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2008/prt0457_19_08_2008.html>.
- MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização.

Sociologias, Porto Alegre, n. 21, p. 150–182, jun. 2009.

MITRE, Maya. *Ciência e Política na era das novas biotecnologias: Uma análise do marco regulatório brasileiro à luz de outras experiências*. 2011. 259 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2011.

MOIRA, Amara. *E se eu fosse puta*. São Paulo ed. Sorocaba: Hoo Editora, 2016.

MORAES, Antonia Nathalia Duarte De. *Travestis na atenção primária: o cuidado em saúde na cidade de Natal*. 2014. 212 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Norte., Natal, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/19586>>. Acesso em: 13 jan. 2017.

MORAES, Fernanda De. *Entrevista cedida a Thiago Coacci*. . [S.l.: s.n.]. , 14 jun. 2016

MOREIRA, Rita. *Temporada de Caça*. . [S.l.]: Rita Moreira Produções. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?time_continue=1446&v=rjan_Yd0C5g>. Acesso em: 4 abr. 2018. , 1988

MORLAND, Iain. Gender, Genitals, and the Meaning of Being Human. In: DOWNING, LISA; MORLAND, IAIN; SULLIVAN, NIKKI (Org.). . *Fuckology: Critical Essays on John Money's Diagnostic Concepts*. Chicago: University of Chicago Press, 2014. p. 69–98. Disponível em: <<http://www.bibliovault.org/BV.landing.epl?ISBN=9780226186610>>. Acesso em: 28 set. 2017.

MULLER, Magnor Ido; KNAUTH, Daniela Riva. Desigualdades no SUS: o caso do atendimento às travestis é 'babado'! *Cadernos EBAPE.BR*, v. 6, n. 2, p. 01–14, jun. 2008.

MURTA, Daniela. *Os desafios da despatologização da transexualidade: reflexões sobre a assistência a transexuais no Brasil*. 2011. 107 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Medicina Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.bdt.d.uerj.br/tde_arquivos/44/TDE-2012-03-02T113816Z-2108/Publico/Tese%20-%20Daniela%20Murta%20Amaral.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2017.

NAMASTE, Viviane K. *Invisible lives: the erasure of transsexual and transgendered people*. Chicago: University of Chicago Press, 2000.

NANDA, Serena. *Neither Man Nor Woman: The Hijras of India*. 2. ed. Belmont, CA: Cengage

Learning, 1998.

NELSON, Maggie. *Argonautas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

NOGUEIRA, Francisco Jander de Sousa. *A saga da beleza: um estudo das transformações corporais na experiência travesti*. 2010. 136 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010. Disponível em: <<http://tede.biblioteca.ufpb.br:8080/handle/tede/7335>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

NOGUEIRA, Sayonara. *Entrevista cedida a Thiago Coacci*. . [S.l: s.n.]. , 28 mar. 2018

NOGUEIRA, Sayonara; AQUINO, Tathiane Araújo; CABRAL, Euclides Afonso. *Dossiê: a geografia dos corpos das pessoas trans (2016)*. . Uberlândia: Rede Trans Brasil, 2017.

NOGUEIRA, Sayonara; CABRAL, Euclides Afonso. *Dossiê: a carne mais barata do mercado (2017)*. . Uberlândia: Observatório Trans, 2018.

NOWOTNY, Helga; SCOTT, Peter; GIBBONS, Michael (Org.). *The new production of knowledge: the dynamics of science and research in contemporary societies*. London: Sage, 2008.

NUH. *Relatório descritivo: Direitos e Violência na Experiência de Travestis e Transexuais da Cidade de Belo Horizonte: construção de um perfil social em diálogo com a população*. . Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais. Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos LGBT (NUH), 2016.

NUH. *Relatório parcial: sistemas de segurança pública e violência contra a população LGBT*. . Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais. Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos LGBT (NUH), 2017. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/nuh/seguranca-publica-e-populacao-lgbt/>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

OBERSCHALL, Anthony. *Social Conflict and Social Movements*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1973.

OLIVEIRA, André Lucas Guerreiro. *“Somos quem podemos ser”: os homens (trans) brasileiros e o discurso pela (des)patologização da transexualidade*. 2015. 168 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Humanidades. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio Grande do Norte., Natal, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/20034>>. Acesso em: 7 jan. 2017.

- OLIVEIRA, Maria Isabel Zanzotti De. *Nas margens do corpo, da cidade e do Estado: educação, saúde e violência contra travestis*. 2015. 137 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-07032016-133233/>>. Acesso em: 17 jan. 2017.
- OLIVEIRA, Raul Nunes. *Transfeminismo.com: ciberativismo e identidade coletiva*. 2016. 103 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Rio de Janeiro, 2016.
- ONU BRASIL. *Chamada Pública 2ª Edição Trans-formação do DF e Entorno*. . [S.l.]: Organização das Nações Unidas. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/02/Termo-de-refer%C3%AAncia_-2%C2%AA-Trans-Forma%C3%A7%C3%A3o-do-DF-e-Entorno-1.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2018. , fev. 2018
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. *ICD 11*. . [S.l: s.n.]. Disponível em: <<https://icd.who.int/browse11/l-m/en>>. Acesso em: 3 jul. 2018a. , 2018
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. *ICD-11 Reference Guide*. Disponível em: <https://icd.who.int/browse11/content/refguide.ICD11_en/html/index.html>. Acesso em: 3 jul. 2018b.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Introdução. *Manual da Classificação Estatística Internacional de Doenças, Lesões e Causas de Óbito: 9ª Revisão*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1980. v. 1. p. VII–XXXIII.
- OTERO, Luis Manuel Rodríguez *et al*. Violencia en parejas transexuales, transgénero e intersexuales: una revisión bibliográfica. *Saúde e Sociedade*, v. 24, n. 3, p. 914–935, set. 2015.
- PARKER, Richard. Aids in Brazil. In: DANIEL, HERBERT; PARKER, RICHARD (Org.). . *Sexuality, Politics and Aids in Brazil: in another world?* London; Washington: The Falmer Press, 1993. p. 7–32.
- PATRIARCA, Letizia. *As corajosas: etnografando experiências travestis na prostituição*. 2015. 130 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-18012016-120439/>>. Acesso em: 13 jan. 2017.
- PELÚCIO, Larissa. Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti. *Cadernos Pagu*, n. 25, p. 217–248, dez. 2005.

- PELÚCIO, Larissa. *Nos nervos, na carne, na pele: uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de AIDS*. 2007. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007. Disponível em: <<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=534616&indexSearch=ID>>. Acesso em: 16 jan. 2017.
- PELÚCIO, Larissa. Três casamentos e algumas reflexões: notas sobre conjugalidade envolvendo travestis que se prostituem. *Revista Estudos Feministas*, v. 14, n. 2, p. 522–534, set. 2006.
- PENNA, Iana Soares. *Dignidade da pessoa humana e direito à identidade na redesignação sexual*. 2010. 119 f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- PERES, Milena Cristina Carneiro; SOARES, Suane Felipe; DIAS, Maria Clara. *Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 a 2017*. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018.
- PERES, Wiliam Siqueira. *Travestis brasileiras: dos estigmas à cidadania*. Curitiba: Juruá Editora, 2015.
- PESSOA, Debora Soares. “Eu sou gente!”: Representação d@s (tr@ns)gêneros em veículos midiáticos: caso Laerte Coutinho. 2015. 147 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Letras. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2015. Disponível em: <<http://www.locus.ufv.br/handle/123456789/6257>>. Acesso em: 13 jan. 2017.
- PETRY, Analídia Rodolpho. Transgender women and the Gender Reassignment Process: subjection experiences, suffering and pleasure in body adaptation. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, v. 36, n. 2, p. 70–75, jun. 2015.
- PHILLIPS, Anne. De uma política de idéias a uma política de presença? *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, p. 268–290, 2001.
- PINHEIRO, Marina Brito. *Sobre A Relação Entre Os Movimentos Feministas E O Estado No Brasil (2003-2014)*. 2015. 242 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política., Belo Horizonte, 2015.
- PINHEIRO, Tarcísio Dunga. *Entre elas: políticas públicas e cidadania de travestis e mulheres transexuais de uma ONG em Natal/RN*. 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Natal, 2016.

- PINTO, Maria Jaqueline Coelho. *A vivência afetivo-sexual de mulheres transgenitalizadas*. 2008. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-27052008-141851/>>. Acesso em: 17 jan. 2017.
- PIRAJÁ, Tess Chamusca. *Das calçadas à tela da tv: representações de travestis em séries da Rede Globo*. 2013. 179 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/9040>>. Acesso em: 13 jan. 2017.
- POLETTA, Francesca; KAI HO, M. Frames and Their Consequences. In: GOODIN, ROBERT E.; TILLY, CHARLES (Org.). *The Oxford handbook of contextual political analysis*. Oxford handbooks of political science. Oxford: New York: Oxford University Press, 2006. p. 187–209.
- PRADO, Marco Aurélio Máximo *et al.* Segurança Pública e População LGBT: formação, representações e homofobia. In: LIMA, CRISTIANE DO SOCORRO LOUREIRO LIMA; BAPTISTA, GUSTAVO CAMILO; FIGUEIREDO, ISABEL SEIXAS DE (Org.). *Segurança Pública e Direitos Humanos: temas transversais*. Coleção Pensando a Segurança Pública. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2014. p. 57–79.
- PRECIADO, Beatriz. *Testo yonki*. Madrid: Espasa Calpe, 2008.
- PRÓCHNO, Caio César Sousa Camargo; NASCIMENTO, Maria José de Castro; ROMERA, Maria Lúcia Castilho. Body building, travestismo e feminilidade. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, v. 26, n. 2, jun. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2009000200011&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 11 jan. 2017.
- RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas, SP, Brasil: Editora Unicamp, 2013.
- RAIMONDI, Gustavo Antonio. *SAÚDE DA POPULAÇÃO “TRANS”: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA PRODUÇÃO TEÓRICA BRASILEIRA*. 2016. 156 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Medicina. Universidade Federal de Uberlândia., Uberlândia, 2016.
- RAIMONDI, Gustavo Antonio; PAULINO, Danilo Borges; TEIXEIRA, Flavia do Bonsucesso. O que importa? As Pesquisas Brasileiras no Campo da Saúde e as (In)visibilidades das Travestis e Transexuais. *Saúde & Transformação Social / Health & Social Change*, v.

7, n. 3, p. 133–146, 30 set. 2016.

- RAMOS, Roberto Leonardo da Silva. *Cirurgia de transgenitalização e adequação registral como mecanismos insuficientes de alcance da dignidade humana do transexual*. 2014. 128 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em: <<http://tede.biblioteca.ufpb.br:8080/handle/tede/4424>>. Acesso em: 11 jan. 2017.
- REDDY, Gayatri. *With Respect to Sex: Negotiating Hijra Identity in South India*. Chicago: University Of Chicago Press, 2005.
- REIDEL, Marina. *A pedagogia do salto alto: histórias de professoras transexuais e travestis na educação brasileira*. 2013. 162 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul., Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/98604>>. Acesso em: 7 jan. 2017.
- REIS, Izis Morais Lopes Dos. *Entre a Universalidade e a Particularidade: desafios para a consolidação do direito à saúde de transexuais*. 2008. 157 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Sociais, Brasília, 2008.
- ROCHA, Lívia Cristina. *Transexualismo e aspectos jurídicos*. 2010. 170 f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://tede2.pucsp.br/tede/handle/handle/9070>>. Acesso em: 11 jan. 2017.
- ROCHA, Rita Martins Godoy; PEREIRA, Débora Letícia; DIAS, Thaísa Magna. O contexto do uso de drogas entre travestis profissionais do sexo. *Saúde e Sociedade*, v. 22, n. 2, p. 554–565, jun. 2013.
- ROCHA, Rita Martins Godoy; RASEIRA, Emerson Fernando. Sentidos sobre a Amizade Entre Travestis: Construção de Repertórios Interpretativos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 31, n. 2, p. 239–247, jun. 2015.
- RODRIGUES, Carla. *O (cis)gênero não existe*. *Blog do IMS*. [S.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://blogdoims.com.br/o-cisgenero-nao-existe/>>. Acesso em: 13 maio 2018. , 10 dez. 2014
- SAADEH, Alexandre. *Transtorno de identidade sexual: um estudo psicopatológico de transexualismo masculino e feminino*. 2004. 279 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Medicina. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5142/tde-09082005-115642/>>. Acesso em: 9 jan. 2017.

- SALDANHA, P. H.; OLAZÁBAL, Luiza Campos. Valor do estudo citogenético no transexualismo. *Arquivos de Neuro-Psiquiatria*, v. 34, n. 3, p. 251–257, set. 1976.
- SALES, Adriana. *Travestilidades e escola nas narrativas de alunas travestis*. 2012. 115 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis, 2012. . Acesso em: 7 jan. 2017.
- SALVADOR, Jaqueline. *Estudo de seguimento de cirurgia de redesignação sexual em transexuais masculinos para feminino*. 2014. 47 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Medicina. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/110312>>. Acesso em: 16 jan. 2017.
- SANTOS, Ailton da Silva. *O gênero encarnado: modificações corporais e riscos à saúde de mulheres trans*. 2014. 208 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Medicina Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- SANTOS, Cecília MacDowell. Ativismo jurídico transnacional e o Estado: reflexões sobre os casos apresentados contra o Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos. *Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos*, v. 4, n. 7, p. 26–57, 2007.
- SANTOS, Dayana Brunetto. A biopolítica educacional e o governo de corpos transexuais e travestis. *Cadernos de Pesquisa*, v. 45, n. 157, p. 630–651, set. 2015.
- SANTOS, Adelyany Batista Dos. *Representações sociais de profissionais de saúde sobre transexualidade*. 2012. 76 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências da Saúde. Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/10976>>. Acesso em: 13 jan. 2017.
- SANTOS, Alexandre Peixe Dos. *Entrevista cedida a Thiago Coacci*. . [S.l: s.n.]. , 16 jun. 2016
- SANTOS, Chopelly Dos. *Entrevista cedida a Thiago Coacci*. . [S.l: s.n.]. , 6 jul. 2017
- SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Diversidade sexual e política eleitoral: Analisando as candidaturas de travestis e transexuais no Brasil contemporâneo. *Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)*, n. 23, p. 58–96, ago. 2016.
- SANTOS, Heloisa Helena *et al.* Translation and preliminary evaluation of the Brazilian Portuguese version of the Transgender Voice Questionnaire for male-to-female transsexuals. *CoDAS*, v. 27, n. 1, p. 89–96, fev. 2015.

- SÃO PAULO. *Apelação Criminal 201.999*. Relator: Des. Denser de Sá. Apelado: Roberto Farina. Vítima: Waldirene Nogueira. São Paulo: Tribunal de Alçada de São Paulo, 6 nov. 1979.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, v. 21, n. 1, p. 109–130, abr. 2006.
- SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. *Projeto História*, São Paulo, v. 16, 1998. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/download/11183/8194>>. Acesso em: 16 mar. 2016.
- SEGER, Eric. *Entrevista cedida a Thiago Coacci*. . [S.l: s.n.]. , 18 mar. 2017
- SERANO, Julia. *Excluded: making feminist and queer movements more inclusive*. Berkeley, California: Seal Press, 2013.
- SILVA, Bruno de Brito; CERQUEIRA-SANTOS, Elder. Apoio e suporte social na identidade social de travestis, transexuais e transgêneros. *Revista da SPAGESP*, v. 15, n. 2, p. 27–44, dez. 2014.
- SILVA, Hélio. *Travesti: entre o espelho e a rua*. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.
- SILVA, Marcelo Kunrath. De volta aos movimentos sociais? Reflexões a partir da literatura brasileira recente. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 46, n. 1, p. 2–9, 5 maio 2010.
- SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.
- SIMPSON, Keila. *Entrevista cedida a Thiago Coacci*. . [S.l: s.n.]. , 15 dez. 2017
- SIMPSON, Keila; CARDOSO, Jovanna. *História da ANTRA*. . [S.l: s.n.]. , [S.d.]
- SMELSER, Neil J. *Theory of collective behavior*. London: Routledge & Kegan Paul, 1962.
- SOUZA, Martha Helena Teixeira De *et al*. Itinerários terapêuticos de travestis da região central do Rio Grande do Sul, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, n. 7, p. 2277–2286, jul. 2014.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STERN, Luísa. *Conversa Virtual entre Luísa Stern e Thiago Coacci*. . [S.l.: s.n.]. , 2 abr. 2018

STOLLER, Robert J. *A Experiência Transexual*. Rio de Janeiro: Imago, 1982.

STP 2012. *Manifesto*. Disponível em: <http://stp2012.info/old/en/news#demo_june_manifesto>. Acesso em: 15 nov. 2017.

STP 2012. *Press Release International Day of Action for Trans Depathologization 2015*. . [S.l.]: STP, International Campaign Stop Trans Pathologization, 24 out. 2015. Disponível em: <http://www.stp2012.info/STP_Press_Release_October2015.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2017.

STP 2012. *Reflections from STP regarding the ICD revision process and publication fo the DSM-5*. . [S.l.]: STP, International Campaign Stop Trans Pathologization, ago. 2013. Disponível em: <http://stp2012.info/STP_Communique_August2013.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2017.

STRYKER, Susan. *Transgender history*. Berkeley, CA: Seal Press, 2008.

SUESS, Amets. *Transitar por los géneros es un derecho. Recorridos por la perspectiva de despatologización*. 2016. 868 f. Tese (Doutorado) – Universidad de Granada. Departamento de Antropología Social, Granada, 2016.

SULLIVAN, Nikki. The Matter of Gender. In: DOWNING, LISA; MORLAND, IAIN; SULLIVAN, NIKKI (Org.). . *Fuckology: Critical Essays on John Money's Diagnostic Concepts*. Chicago: University of Chicago Press, 2014. p. 19–40. Disponível em: <<http://www.bibliovault.org/BV.landing.epl?ISBN=9780226186610>>. Acesso em: 28 set. 2017.

SWARTZ, Marc J. *Local-Level Politics*. London: University Of London Press, 1968.

TARROW, Sidney. Outsiders inside e insiders outside: entre a ação pública nacional e transnacional em prol dos direitos humanos. *Caderno CRH*, v. 22, n. 55, p. 151–161, abr. 2009.

TARROW, Sidney; MCADAM, Doug. Scale Shift in Transnational Contention. In: DELLA PORTA, DONATELLA; TARROW, SIDNEY G. (Org.). . *Transnational protest and global activism*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2005. p. 121–147.

TAYLOR, Verta; VAN DYKE, Nella. “Get up, Stand up”: Tactical Repertoires of Social Movements.

- In: SNOW, DAVID A.; SOULE, SARAH ANNE; KRIESI, HANSPETER (Org.). . *The Blackwell companion to social movements*. Malden, MA: Blackwell Pub, 2004. p. 262–285.
- TEIXEIRA, Flavia do Bonsucesso. *Dispositivos de dor: saberes - poderes que (con)formam as transexualidades*. 1. ed. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2013.
- TEIXEIRA, Flavia do Bonsucesso. *Vidas que desafiam corpos e sonhos: uma etnografia do construir-se outro no gênero e na sexualidade*. 2009. 226 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000444694>>.
- TEMPORÃO, José Gomes. PRONUNCIAMENTO DO MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE. In: I CONFERÊNCIA NACIONAL GLBT, 2008, Brasília. *Anais...* Brasília: Presidência da República. Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2008.
- TENENBLAT, Mably Jane Trindade. *A assistência à saúde de pessoas transexuais: aspectos históricos do processo transexualizador no Estado do Rio de Janeiro*. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- TENÓRIO, Leonardo. *Entrevista cedida a Thiago Coacci*. . [S.l: s.n.]. , 19 jan. 2018
- TILLY, Charles. *From mobilization to revolution*. New York: Random House, 1978.
- TILLY, Charles. *Regimes and repertoires*. Chicago: University of Chicago Press, 2006.
- TILLY, Charles. Social Movements as Historically Specific Clusters of Political Performances. *Berkeley Journal of Sociology*, v. 38, p. 1–30, 1993.
- TORRES, Marco Antonio. *A emergência de professoras travestis e transexuais na escola: heteronormatividade e direitos nas figurações sociais contemporâneas*. 2012. 363 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUOS-99GHDH>>. Acesso em: 14 jan. 2017.
- TUANA, Nancy. Feminist Epistemology: the subject of knowledge. In: KIDD, IAN JAMES; MEDINA, JOSÉ; POHLHAUS, GAILE (Org.). . *The Routledge handbook of epistemic injustice*. Routledge handbooks in philosophy. London ; New York: Routledge, Taylor

& Francis Group, 2017. p. 125–138.

VALE, Alexandre Fleming Câmara. *O vôo da beleza: travestilidade e devir minoritário*. 2005. 308 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2005. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/1251>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

VAN LAER, Jeroen; VAN AELST, Peter. Internet and Social Movement Action Repertoires: Opportunities and limitations. *Information, Communication & Society*, v. 13, n. 8, p. 1146–1171, dez. 2010.

VARTABEDIAN, Julieta. Migraciones trans: travestis brasileñas migrantes trabajadoras del sexo en Europa. *Cadernos Pagu*, n. 42, p. 275–312, jun. 2014.

VENCATO, Anna Paula. *Fervendo com as drags: corporalidades e performances de drag queens em territórios gays da Ilha de Santa Catarina*. 2002. 132 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/84381>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

VERGUEIRO, Viviane. *Entrevista cedida a Thiago Coacci*. . [S.l.: s.n.]. , 6 nov. 2017

VERGUEIRO, Viviane. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. 2015. 254 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências., Salvador, 2015.

VIEIRA, Tereza Rodrigues. *Pelo Reconhecimento Da Legalidade Do Direito À Adequação Do Sexo Do Transexual*. 1995. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1995. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000444694>>.

WAZDZUNAS, Tom. Intellectual Opportunity Structures and Science-Targeted Activism: Influence of the Ex-gay Movement on the Science of Sexual Orientation. *Mobilization: An International Quarterly*, v. 18, n. 1, p. 1–18, 1 fev. 2013.

WEEKS, Jeffrey. *Sexuality*. 3. ed. New York: Routledge, 2009.

WEEKS, Jeffrey. *Sexuality and its discontents meanings, myths and modern sexualities*.

London: Taylor & Francis e-Library, 1985. Disponível em: <<http://www.myilibrary.com?id=32215>>. Acesso em: 5 set. 2017.

WINNER, Langdon. Do Artifacts Have Politics? *Daedalus*, v. 109, n. 1, p. 121–136, 1980.

WOOLF, Virginia. *Um Teto Todo Seu*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

WYNNE, Brian. Seasick on the Third Wave? Subverting the Hegemony of Propositionalism: Response to Collins & Evans (2002). *Social Studies of Science*, v. 33, n. 3, p. 401–417, 1 jun. 2003.

ZALD, Mayer. Culture, ideology, and strategic framing. In: MCADAM, DOUG; MCCARTHY, JOHN D.; ZALD, MAYER (Org.). . *Comparative perspectives on social movements: political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings*. Cambridge [England]; New York: Cambridge University Press, 1996. p. 261–274.

ZANOLI, Vinícius Pedro Correia. *Fronteiras da política: relações e disputas no campo do movimento LGBT em Campinas (1995-2013)*. 2015. 184 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2015.

ZIMAN, John. *Real science: what it is, and what it means*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

ZUCKER, Kenneth J. *et al.* Memo Outlining Evidence for Change for Gender Identity Disorder in the DSM-5. *Archives of Sexual Behavior*, v. 42, n. 5, p. 901–914, jul. 2013.